



O EXÉRCITO IMPERIAL

Virgílio Ribeiro Muxfeldt
Luiz Ernani Caminha Giorgis

Porto Alegre
2020

**EXÉRCITO BRASILEIRO - COMANDO MILITAR DO SUL
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RS**
- Academia General Rinaldo Pereira da Câmara -
**INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO
RIO GRANDE DO SUL**

O EXÉRCITO IMPERIAL

Período Imperial: 1822 - 1889

Este trabalho é uma reprodução em formato 16 x 23 cm das seguintes obras:

Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. Brasília: EME/IBGE, 1972, 3 vol.

Biblioteca do Exército - Editora. O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIE, 1998, 4 vol.

**General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel**

Porto Alegre - 2020

© de Virgílio Ribeiro Muxfeldt e Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Esta obra é propriedade do Exército Brasileiro.

O projeto gráfico da capa é de autoria do...

2^a edição condensada: 2020.

Revisão: dos autores

Produção gráfica e Impressão: Renascença

Xxxxxx Muxfeldt, Virgílio
 O Exército Imperial/Virgílio Ribeiro Muxfeldt e Luiz
 Ernani Caminha Giorgis - Porto Alegre: Renascença, 2020.
 ____p.: Il; 16 x 23

ISBN _____

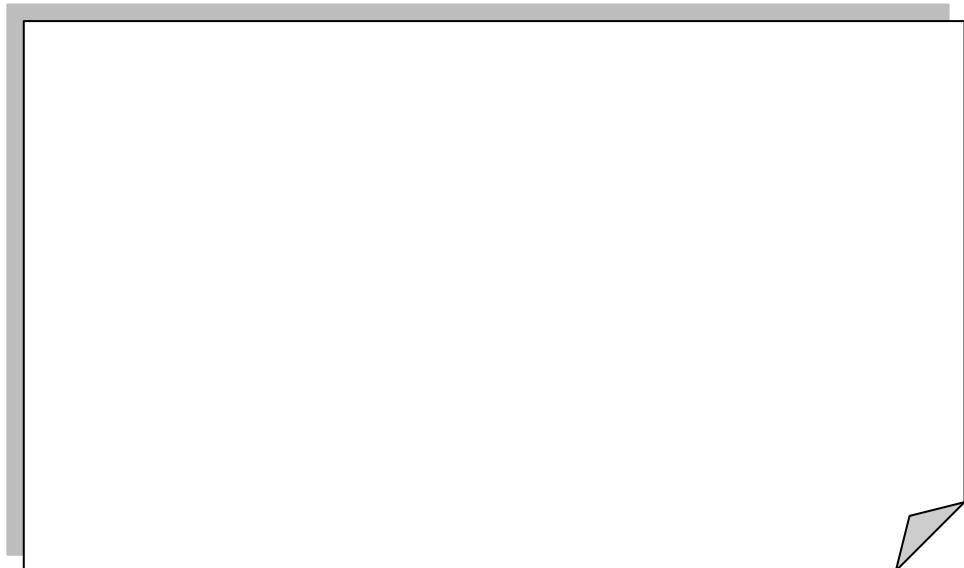
1. História do Brasil – Exército – Período Imperial I.
Muxfeldt, Virgilio II. Giorgis, Luiz Ernani Caminha III.
Título

CDU _____

Bibliotecário responsável:_____

E-mail dos autores:
vrmuxfeldt@gmail.com
lecaminha@gmail.com

Dedicatória (s)



AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todos aqueles companheiros e amigos que estimularam, motivaram e ajudaram na realização desta obra, principalmente aos chefes militares que souberam, com a sensibilidade exata e precisa, perceber a importância do trabalho para as gerações atuais e futuras do Exército.

É fundamental, para todos nós, conhecer a História da nossa Instituição.

“Onde existe uma vontade existe um caminho” (Goethe).

“A História é o êmulo do tempo, repositório de fatos, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir”

Miguel de Cervantes y Saavedra

APRESENTAÇÃO

Este volume é o segundo da trilogia da Síntese da História do Exército.

O primeiro foi o intitulado “Raízes do Exército Brasileiro”, lançado em outubro de 2019, que tratou do Período Colonial (1500 a 1822).

O terceiro volume, que já está em elaboração, tratará do Período Republicano, ou seja, de 1889 até os nossos dias.

Destacamos que a continuação deste projeto “Síntese da História do Exército Brasileiro” conta com a autorização do Comandante do EB, em resposta ao ofício Nr 01/20, AHIMTB/RS - Pessoal, de 15 Set 20 nos seguintes termos, em MDO via e-mail de 23 Set 2020 do Gab Cmt EB:

Prezado Cel Caminha. Em atenção ao seu Ofício, versando sobre autorização para continuação do Projeto “Síntese da História do Exército Brasileiro”, informo-vos que, após consulta ao Estado-Maior do Exército, por intermédio de seu Vice-Chefe, bem como à BIBLIEEx, na pessoa de seu Diretor, sobre a reprodução, em formato 16 x 23 cm, de suas respectivas obras, “História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo” e “O Exército na História do Brasil”, não foi apresentado nenhum óbice ou restrição ao pleito apresentado por essa Academia. Em consequência, foi autorizado pelo Comandante do Exército o prosseguimento do Projeto supracitado, com a edição do seu segundo volume, sob a condição de que não haja ônus para o Exército Brasileiro e considerando, ainda, que esses exemplares serão ofertados gratuitamente aos alunos da EsPCEEx. Atenciosamente, Gen Bda R1 Flávio Murillo Barbosa do Nascimento, Assessor Especial do Comandante do Exército.

Com os três volumes prontos, esperamos oferecer aos leitores e pesquisadores uma síntese bem apurada da História do EB, que é muito rica de ensinamentos e lições de profissão e de vida.

Este livro traz os assuntos bem na ordem cronológica, procurando privilegiar o fato, essencialmente, e deixando para o leitor as devidas interpretações.

Assim, estão presentes os elementos básicos de cada fato ou passagem: o quê, onde, quem, quando, como, por quê e para quê.

A intenção dos autores é que o leitor se sinta estimulado a buscar outras fontes e ampliar sua pesquisa sobre os eventos históricos.

Não esgota o assunto, portanto, mas procura propor outras dimensões para os fatos, sempre com o objetivo de esclarecer-lós, interpretá-los e assim contribuir até mesmo para a formulação de doutrinas específicas para uso da força terrestre.

O período imperial, embora tenha somente 67 anos, e é o menor dos três períodos, é repleto de acontecimentos, conflitos diversos internos e externos e, de uma forma ou de outra, estabelece uma ligação entre a Colônia e a República na História do Brasil.

No que se refere à formação do Exército Brasileiro, a Era Imperial reveste-se de enorme importância, destacando-se a própria fundação da força singular na primeira Constituição, a de 1824, outorgada por Dom Pedro I.

O livro está dividido em capítulos conforme os grupos de assuntos relacionados entre si e sempre na ordem cronológica.

O Glossário foi colocado no início, buscando informar o leitor sobre siglas, expressões, palavras e definições importantes, etc.

A Introdução procura relembrar ao leitor fatos importantes do livro anterior, o do Período Colonial.

Os autores



SUMÁRIO

Folha de Guarda, Folha de Rosto, Ficha catalográfica, Agradecimentos, Apresentação, Sumário, Prefácio, Glossário, Introdução.....

Capítulo I - As Guerras de Independência

Bravura e sacrifício na resistência baiana; Forças nacionais no Recôncavo baiano; O General Labatut; As batalhas de Pirajá e Cabrito; O combate de 7 de janeiro de 1823 em Itaparica; A retirada dos portugueses; As lutas da independência no Nordeste; A desordem e crueldade no Pará (PA); A Cisplatina, derradeiro bastião do domínio português; Fatos significativos; A Confederação do Equador, efêmera república de País de Andrade; O fim de um sonho republicano; A formação do Exército Brasileiro; A participação do EB na Abdicação de Dom Pedro I - O Exército como povo; A Abdicação; O panorama Político/Social da Regência – A herança do 7 de abril; Solução imediata: a Regência Trina Provisória; A Regência Permanente - 17 de junho de 1831; As reformas; A volta de um homem enérgico; Perspectiva final.

Capítulo II - A Cabanagem - A Guerra dos Cabanos em Alagoas e Pernambuco - A revolta dos escravos malês, haussás e nagôs em Salvador

A Cabanagem - Terra e homem; A notícia da Abdicação chega a Belém; As rebeliões que envolveram o Batalhão de Caçadores de Belém; A deposição de Bernardo José da Gama - Visconde de Goiana; O sangrento 16 de abril; Belém em poder dos Cabanos; As tentativas de Pedro da Cunha para pacificar a Província; A vitória efêmera das forças legais; A retomada de Belém; Os reforços, finalmente; O Brigadeiro Andréa - Barão de Caçapava; Belém definitivamente tomada; A árdua perseguição aos cabanos; A prisão de Angelim; A prolongada pacificação; A Guerra dos Cabanos em PE e AL (1832/35) - Cabanada; Os dias difíceis de Francisco de Almeida e Albuquerque em PE; Assume Manuel de Carvalho Pais de Andrade em PE; Aumenta a pressão sobre os cabanos; O fim dos cabanos; A morte de Dom Pedro I; A difícil pacificação nas Alagoas; Reflexões; A revolta dos escravos malês, haussás e nagôs - Salvador (1835).

Capítulo III - A Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul

A Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul; Os revolucionários se apossam de Porto Alegre; Os primeiros choques; A expulsão do Presidente deposto; O recomeço da luta; A restauração de Porto Alegre; A Batalha do Seival e a República Rio-Grandense - 10 Set 1836; A prisão de Bento Gonçalves; A fuga dos revoltosos; A mudança de situação; A Barra do Rio Grande; Derrota em Rio Pardo; A incursão a Santa Catarina em 1839; A Tomada de Laguna; A retomada de Santa Catarina; Período calmo; A nomeação de Caxias; Caxias inicia o movimento; O combate de Santa Maria Chica; Surpresa em Porongos; Pacificação e anistia; O ambiente nacional na década de 1830.

Capítulo IV - A Sabinada - A Balaiada

A Sabinada - Reflexos no panorama baiano; Os conspiradores; A influência de Bento Gonçalves; O Movimento de 7 de novembro de 1837; O Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira; A reação legal; O Marechal João Chrisóstomo Calado; Os preparativos e o início da ofensiva; As forças em presença; Os combates; Processo e exílio após a Sabinada; A Balaiada no Maranhão; A situação do Maranhão em 1838; A Vila da Manga, o estopim; A marcha da morte; O último cartucho; A arrancada sobre a capital. Morte do Balaio; Nomeação do Coronel Luiz Alves de Lima e Silva; A primeira proclamação aos maranhenses; A pacificação; O governo do Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Barão de Caxias.

Capítulo V - As Revoltas Liberais em São Paulo e Minas Gerais

A Revolução de 1842 em São Paulo - Causas do movimento; Revolta em Sorocaba; O fim do movimento; Conclusões; A Revolução em Minas Gerais - Os antecedentes; O início do movimento; Os primeiros insucessos; A retomada de Queluz; A ação de Caxias; A batalha final - Santa Luzia.

Capítulo VI - A Revolução Praieira - As Colônias Militares

A Revolução Praieira em Recife - Características do movimento; Mudanças políticas; O começo da revolta; O Combate de Mussupinho; Rearticulação dos rebeldes; O Combate de Recife; O começo do fim; Inventário das rebeliões regenciais; As Colônias Militares - Antecedentes; Origens e destinos; A

primeira Colônia - uma sentinela; As Colônias do Pará e do Mato Grosso; As Colônias do sul; Colônias em outras províncias; Outras colônias.

Capítulo VII - Conflitos Externos - A Questão Christie

A Questão Christie - Causas; A Bill Aberdeen; Os libertos de Serinhaém; A vinda de William Dougal Christie; A Guerra da Cisplatina - Origens; Continua a guerra - Preparativos para a campanha; Os planos de Barbacena e de Alvear; Bento Manuel Ribeiro perde contato com o inimigo; A Batalha do Passo do Rosário, ou Batalha de Ituzaingó; Atividades finais da campanha; Da batalha diplomática surge o Uruguai; A Campanha de 1851-52 contra Manuel Oribe e Juan Rosas - Antecedentes políticos; As preliminares e a causa da guerra; O Teatro de Guerra; Os beligerantes; As operações contra Manuel Oribe; A vitória inicial de nossa diplomacia; Outra expectativa; Rumo a Diamante; Um rio a vencer; De Espinillo a Caseros; Caseros, cartada decisiva; O Império do Brasil e as consequências da campanha; Generoso desprendimento; A Divisão Brasileira de Observação em Montevidéu; A Revolução Industrial e seus reflexos na Organização Militar Brasileira - Ideias dos anos 40; Reflexos da revolução industrial no campo militar; A Guerra do Uruguai em 1864/65 - Antecedentes; Nova intervenção do Brasil - Causas imediatas; O Exército do Sul; A Operação de Flores - Aliança de Tamandaré - Ação Conjunta; As marchas de João Propício Menna Barreto; O segundo ataque a Paissandu; A Marcha contra Montevidéu; Desfecho e consequências.

Caderno de Imagens

Capítulo VIII - A Guerra da Tríplice Aliança (GTA)

A Guerra da Tríplice Aliança (GTA I) - Fatores e causas - Fatores fisiográficos; Fatores psicossociais; Fatores políticos; Fatores econômicos; Fatores militares; Conclusões; As causas da Guerra.

GTA II: O plano de López; O primeiro passo rumo à guerra; As origens do tratado; O Tratado da Tríplice Aliança.

GTA III: A Campanha do Mato Grosso - Situação da Província; As obras de defesa; A ofensiva paraguaia; A expedição do Cel Vicente Barrios contra o Forte de Coimbra; O prosseguimento de Barrios; As ações paraguaias; A Coluna de Resquin; Os acontecimentos em Cuiabá; Os resultados da invasão;

GTA IV: A Campanha de Corrientes: 1865 - O Golpe de mão aliado; A Batalha de Riachuelo; A preparação do 1º Corpo de Exército (1º CEx); O Exército no início da campanha; A grande tarefa.

GTA V: A Campanha do RS em 1865 - Antecedentes; A coluna invasora; A defesa da Província; Invasão; Operações fluviais; O Combate de Jataí; A Rendição de Uruguaiana; A atuação do Exército Brasileiro; Comentários finais.

GTA VI: A Campanha de 1866/70 - Caracterização da área e preliminares; O Plano de Operações de Caxias; A concentração dos Aliados; Os preparativos para a invasão; O início das operações; A transposição do rio Paraná; A Batalha de Tuiuti; Comentários sobre Tuiuti e seus vultos maiores; O período de estabilização; Os preparativos para a ofensiva; O reinício do movimento; A Segunda Batalha de Tuiuti - 03 Nov 1867; A Manobra de Humaitá; A atuação de Caxias; Os preparativos para o prosseguimento; A Manobra de Piquisiri; Chefe e condutor de homens; O Conde D'Eu no comando; A perseguição; O fim da guerra.

GTA VII: A Campanha de Mato Grosso - 1867 - A Coluna expedicionária no sul de Mato Grosso; Epílogo da invasão; Consequências da guerra.

Capítulo IX - O Exército nos últimos tempos do Império

Vozes africanas no Brasil; O tráfico de escravos; O Exército e a extinção do tráfico; A influência da Guerra da Tríplice Aliança; A campanha abolicionista vai às ruas e ao Exército; A Lei Áurea; O Exército e a República; A Questão Militar; Benjamin Constant Botelho de Magalhães; A mocidade militar e seus ideais; Crises constantes; A guarnição do Exército no Rio de Janeiro; O 15 de novembro; Contribuição do Exército ao Desenvolvimento Nacional durante o Império - Na formação de engenheiros civis e militares; Engenheiros militares nas atividades civis; No desenvolvimento do Observatório Astronômico; Na indústria e na formação de artífices especializados; O Arsenal de Guerra da Corte; Os Laboratórios pirotécnicos; Na indústria siderúrgica. Fábrica de Ferro de São João de Ipanema; Na indústria química; O Exército na criação do telégrafo elétrico e na instalação de linhas telegráficas; Na arte litográfica; Nos estudos históricos e geográficos; Hierarquia das tropas portuguesas e brasileiras do Exército - Colônia e Império; Bibliografia básica.

PREFÁCIO

O objeto central desta obra é desvendar o Exército na História do Brasil no período que permeia a Independência, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889.

Em uma narração de agradável leitura, desfilam para o leitor os fatos e feitos mais importantes vivenciados pelo Exército Imperial. Com texto fundamentado em valiosas fontes primárias, desperta o imaginário com a apresentação cronológica dos principais acontecimentos reconstituídos de tal forma a permitir a sua inclusão no contexto histórico, encontrar os fatores que os provocaram, bem como, as suas repercussões posteriores. Deixa evidente que a História do Brasil e do seu Exército, como instituição nacional permanente, são inseparáveis.

Os autores utilizaram as contribuições mais recentes da pesquisa histórica e dedicaram especial atenção às imagens, com apoio numa rica iconografia.

O leitor poderá ainda acompanhar o aparecimento de fatos decisivos da História do Exército no Brasil Império e constatar a vocação democrática, a fidelidade ao juramento de defesa da Pátria, a origem popular e a integração racial que predomina até os nossos dias. Verá como Exército, irmanado à Marinha Imperial, serviu como instrumento da geopolítica ao defender o Império quando das ameaças internas e externas que o acometeram.

Assim, quando Dom Pedro I tentou dar continuidade à geopolítica da monarquia de Bragança e buscou consolidar o Império, o Exército envolveu-se na Guerra pela Cisplatina cujo resultado respaldou juridicamente o pleito para a internacionalização e livre navegação no Rio Paraná/Prata.

No conturbado período do Império acéfalo de imperador, ainda menor de idade, na chamada fase regencial e nos primeiros anos do reinado de Pedro II, o Exército, como “braço forte”, foi liderado pelo grande General Luiz Alves de Lima e Silva, “o pacificador”, futuro Duque de Caxias, que reintegrou diversas províncias rebeladas, convencidas todas pela moderada imposição das armas e hábil política que maximizava a unidade nacional sob o regime monárquico.

Em sucessivas intervenções externas o Exército bateu-se contra regimes autoritários que ameaçavam o Brasil.

Na Guerra da Tríplice Aliança, pela grande mobilização ocorrida que congregou brancos, negros, índios e mestiços de todas as regiões do país, a combaterem irmanados, o Exército passou a ser a instituição nacional mais próxima e representativa dos anseios populares, ou seja, mais fiel à nação do que ao imperador.

Posteriormente a célebre “solicitação” para não perseguir e capturar os escravos fugidos, fixando posição pela abolição, e a atitude tomada na chamada “Crise Militar” conduziram à proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, evento no qual a tropa agiu em consonância com a vontade da maioria. No dizer de Gilberto Freyre:

“Nesses acontecimentos, abolição e República, o Exército atuou, não contra o conjunto de forças que constituíam a nação, mas sim, para contrariar a vontade e o interesse da facção dominante, que era, vale a pena lembrar, a minoria”.

Os autores, Gen Ex Virgilio Ribeiro Muxfeldt e Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel, soldados de escol, integrantes da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, AHIMTB/RS, patriotas em tempo integral, entregam uma obra atraente e instrutiva dirigida a um público curioso em conhecer a contribuição do Exército Brasileiro para o patrimônio histórico e cultural do Brasil, em fase importante da integração nacional e de consolidação como grande nação soberana no contexto global.

Honrado com a missão de redigir essa apresentação, não me cabe aduzir novas considerações sobre os fatos históricos por eles selecionados: certamente seria repetitivo sem o mesmo brilho.

Em suma, temos aqui um livro informativo, inteligente e estimulante que honra as carreiras e os méritos intelectuais dos autores.

Gen Div Reformado Carlos Patrício Freitas Pereira, Acadêmico* da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS e ex-comandante da ESG.

(*) Cadeira nº 3 - General Antônio de Souza Júnior.

GLOSSÁRIO

Adarme. Calibre de arma de fogo portátil.

Adriça. Cabo ou cordel destinado a içar bandeiras e velas.

AGRJ. Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Alvo compensador. Alvo cuja importância para a operação justifica seja atacado pela artilharia.

Amanuense. Escrevente, copista.

Antecarga. Arma de carregar pela boca.

Apoio administrativo. Medidas para prover as necessidades de uma força no domínio administrativo - gerenciamento de pessoal, suprimento, serviços e outras não referentes ao campo operacional.

Armão. Viatura de duas rodas tracionadas por parelhas de cavalos e destinada ao transporte de munição de artilharia.

ARM. Academia Real Militar.

Artífice. Soldado possuidor de ofício ou arte mecânica, que o habilita a realizar a manutenção e a reparação de material bélico.

Artilharia, 1. Conjunto de peças, canhões e outros tipos de boca de fogo, para lançar projéteis a grande distância. 2. Tropa de artilheiros. 3. Uma das armas do Exército, ao lado da infantaria, cavalaria etc.

Artilharia-revólver. Alcunha dada à artilharia brasileira comandada pelo General Mallet, na Guerra do Paraguai, dada a velocidade com que atirava.

Bacamarte. Arma de fogo portátil, com cano curto e de diâmetro grande. Quando o diâmetro da boca é muito grande, diz-se "bacamarte de boca de sino".

Baioneta. Arma branca, antigamente de perfil triangular, pontiaguda, com orifício em forma de anel numa de suas extremidades, para adaptá-la à boca do cano da espingarda ou do fuzil, fazendo-a uma espécie de pique (lança curta do soldado de infantaria) para o combate corpo-a-corpo. Hoje, de lâmina plana e cortante num bordo, com dispositivo para adaptá-la ao cano do fuzil; também chamada sabre-baioneta.

Banda Oriental. Região leste do rio da Prata, incorporada ao Brasil sob o nome de Província Cisplatina, e tornada independente em 1828, sob o nome de República Oriental do Uruguai.

Bandeira. Na organização militar espanhola e luso-brasileira, correspondente a companhia, subunidade do terço, depois regimento. No Brasil dos séc. XVI a começo do XVIII, expedição armada que, partindo do litoral, especialmente da então Capitania de São Vicente (hoje território de São Paulo), internava-se pelo sertão em busca de índios para o cativeiro e de minas de ouro e pedras preciosas. As bandeiras se deve a expansão do domínio português na América do Sul para

muito além da linha balizada pelo Tratado de Tordesilhas; e, consequentemente, a enorme extensão territorial do Brasil, às expensas dos domínios espanhóis.

Bandeirante. Integrante das bandeiras. Audaciosos, duros, impiedosos - e não raro brutais - como todos os conquistadores da História. O naturalista francês Saint Hilaire disse parecerem os bandeirantes pertencerem a uma raça de gigantes.

Batalhão. Unidade tática (conjunto de tropas destinado a constituir uma só unidade de combate) de infantaria. Antigamente, agrupamento de companhias de infantaria sob comando único; havia também batalhões de artilharia, compostos de duas ou mais baterias. Hoje, organização complexa, de infantaria ou de outras armas e serviços: comunicações, material bélico, helicópteros etc.

Batelão. Embarcação de fundo chato com propulsão própria ou rebocada que serve para o desembarque ou transbordo de carga pesada.

Bateria. Conjunto de peças de artilharia de características idênticas (calibre, tipo, finalidade, etc.) e respectivo pessoal. Unidade ou subunidade tática e administrativa de artilharia, correspondendo à companhia ou ao esquadrão de outras armas ou serviços do Exército.

Bivacar. Estacionar em bivaque, isto é, sob a proteção de coberturas ou abrigos naturais ou, até mesmo, ao ar livre.

Bloqueio. Operação militar realizada com forças navais e/ou terrestres, para cortar as comunicações de uma posição fortificada, de um porto ou de um país com o exterior, impedindo-o de movimentar suprimentos e tropa. Excepcionalmente, o termo é utilizado para designar o cerco por forças terrestres.

Bombardeio de inquietação. Bombardeio destinado a causar baixas, perturbar o descanso, dificultar o movimento ou obter resultados semelhantes sobre o inimigo, a fim de abater-lhe o moral.

Brigada. Unidade Operacional da Força Terrestre, de composição variável - originalmente dois regimentos - de dois batalhões de infantaria ou de artilharia. Hoje constituída de tropas de diferentes armas e serviços; com outras brigadas, integra a divisão. Há brigadas especializadas: motorizadas, blindadas, de montanha, de selva etc.

Brigue. Navio de pequena tonelagem, com dois mastros.

Caçador. Soldado de tropas ligeiras, de infantaria ou de cavalaria, dotadas de armamento leve. Atirador de escol. Origens na palavra francesa "chausser" ou austro-alemã "Jäger".

Campo de batalha. Terreno, local onde se trava uma batalha ou um combate.

Canhão raiado. Canhão cujo tubo tem, no seu interior, raias, sulcos, de forma helicoidal, geralmente, destinados a dar ao projétil maior impulsão e maior estabilidade na trajetória e, consequentemente, maior precisão e alcance. Os

canhões raiados substituíram os de alma lisa que, nos dias de hoje, com o advento de novas tecnologias, voltaram a ser utilizados.

Capitânia. Navio onde está embarcado o comandante - capitão - de uma força naval.

Cápsula de percussão. Pequeno receptáculo de cobre, onde se deposita o fulminato, o qual, pelo choque do percursor, produz fogo destinado a incendiar a pólvora que impulsiona o projétil, ou faz detonar explosivos.

Carabina. Arma de fogo portátil, leve, de cano curto, antigamente utilizada pelas armas montadas - cavalaria e artilharia. Hoje, arma semi-automática, menor e mais leve do que o fuzil, está em desuso.

Cavalaria. Tropa de soldados que servem a cavalo. Uma das armas do Exército, ao lado da infantaria, artilharia, engenharia etc. Hoje, a cavalaria pode ser blindada ou mecanizada.

Charrua, 1. Embarcação grande, de fundo chato e proa arredondada, dotada de porão, para o transporte de carga e de pessoal, podendo ser levemente armada e empregada no transporte de tropa. 2. Tribo de índios do Rio Grande do Sul.

Clavina. Arma de fogo portátil, mais curta do que o fuzil, utilizada pela cavalaria. As clavinas foram as primeiras armas raiadas, de tiro mais preciso e alcance maior do que o do mosquete.

Coluna. Tropa formada de modo a que suas frações táticas se coloquem umas atrás das outras, disto resultando uma frente bem menor do que a profundidade.

Comandante das Armas. Comandante militar de uma guarnição ou de uma Província.

Comando. Nome utilizado pelos ingleses para designar frações de tropa pequenas, especialmente treinadas e equipadas para incursionar profundamente em território inimigo realizando ações de curta duração e violentas, com finalidade geralmente estratégica - destruição de instalações, morte ou captura de chefes militares, corte de linhas de comunicações, obtenção de informações etc. Nome dado, também, às operações de comandos.

Companhia. Fração de tropa comandada por capitão, subunidade do batalhão. Bandeira.

Concentração. Reunião de forças em determinada área, escolhida com vistas a melhor cumprir um plano de operações. Volume de fogo de diversas peças ou de baterias de artilharia, colocado numa área, durante um curto período.

Corpo (de Exército). Grande comando operacional das Forças Terrestres, abaixo do Exército, que reúne grandes-unidades (divisões) e unidades.

Corso. Operação de guerra que consiste no ataque a navios inimigos, com o objetivo de aprisioná-los ou afundá-los, praticado por navios particulares, autorizados pelo governo de uma nação beligerante. Modernamente, ataque às

linhas de comunicação marítimas do inimigo, realizado por navio de guerra ou mercante armado.

Corveta. Embarcação de guerra menor do que a fragata, com três mastros, sem acastelamentos (superestruturas), armada com uma bateria. As fragatas modernas são navios rápidos, de cerca de 800 toneladas, armados de mísseis e dotados de sofisticado equipamento eletrônico.

Culatra. Parte posterior, reforçada, dos fuzis e dos canhões. Mecanismo para o carregamento do projétil nas armas de retrocarga, em anteposição às de antecarga, de carregar pela boca.

Cunhete. Caixa, normalmente de madeira, destinada a armazenar e transportar munição.

Cúter. Embarcação de vela, pequena, leve e veloz, de único mastro, mastaréu (mastro suplementar preso ao mastro), com gurupês (mastro que se projeta do bico da proa para frente) e velame correspondente, para carga ou passageiros. Embarcação de guerra, pequena, armada com canhões. (Do inglês *cutter*).

Desbordamento. Manobra tática ofensiva, na qual o ataque principal evita a principal posição defensiva do inimigo, procurando contorná-la e conquistar objetivos em sua retaguarda, que cortem seus itinerários de retraimento e o sujeite à destruição na sua própria posição.

Distrito Militar. Circunscrição territorial, compreendendo um ou mais Estados, onde estavam sediados corpos de tropa e outras organizações militares, sujeitas cada uma a um comando militar.

Divisão. Grande-Unidade básica, tática e administrativa das Forças Terrestres, que combina armas e serviços necessários ao combate continuado. Antiga-mente possuía, em essência, duas ou mais brigadas e artilharia. Sua composição variou através dos tempos, tornou-se complexa, com o acréscimo de unidades de outras armas e de serviços. É hoje constituída de brigadas de tipo variado.

Dragão. Soldado de cavalaria introduzido nos exércitos do século XV para combater a cavalo e a pé. A tradição faz com que o nome seja conservado em muitos exércitos, dentre eles o Brasileiro.

EB. Exército Brasileiro.

ECD. Em condições de.

Efetivo. Número de integrantes (oficiais, graduados e soldados) de uma organização militar.

Escalão. Um dos níveis sucessivos da cadeia de comando. Fração de um conjunto militar articulado em profundidade, tendo missão definida no combate.

Escuna. Navio de vela de dois mastros, ambos com mastaréus (mastro suplementar preso ao mastro real) e gurupês (mastro que se lança do bico da proa da embarcação para a frente). Armada com canhões, foi usada nas guerras.

Espia. Cabo, corda grossa, utilizada para prender um navio ao cais ou a outro.

Epingarda. Arma de fogo portátil, de cano longo, não raiada. Antigamente, nome genérico da arma do soldado de infantaria.

Estacionamento. Local de parada de uma tropa numa região, sob a forma de bivaque, acantonamento ou acampamento.

Estado-Maior. Grupo de oficiais de uma unidade (batalhão, regimento etc.) ou de uma grande unidade (divisão, exército etc.) que apoia e assessorava o comandante no exercício das atividades de comando: planejamento, decisão, coordenação e supervisão e controle.

Estado-Maior de 1^a classe. Quadro criado com a reforma do Exército de 1842, constituído de oficiais de variados postos (de alferes a coronel), que desempenhavam funções de relevo junto aos altos chefes militares. Com a criação do Estado-Maior do Exército, em 1896, os oficiais de Estado-Maior de 1^a Classe passaram a integrá-lo, constituindo o Corpo de Estado-Maior. Este foi extinto em 1908, abrindo-se o quadro a oficiais de todas as armas.

Estado-Maior de 2^a classe. Quadro de oficiais de estado-maior, também de posto de alferes a coronel, julgados não aptos para o desempenho de funções atribuídas ao oficial de estado-maior de 1^a classe.

Estado-Maior General. Quadro constituído por todos os oficiais-generais em serviço ativo no Exército (em 1842: um marechal do Exército, quatro tenentes-generais, oito marechais de campo e 16 brigadeiros).

Estaleiro. Instalação para a construção e o reparo de embarcações.

Estância. 1. Pequena fortificação, reduto artilhado. 2. Fazenda (sul do país).

Estratégia. Ciência e arte de empregar os meios de toda a ordem - políticos, econômicos, psicossociais e militares - de que dispõe uma nação, com a finalidade de atingir seus objetivos nacionais, na paz e na guerra.

Flanco-guarda. Tropa que marcha no flanco, à direita ou à esquerda do grosso de uma força, com a finalidade de informá-la sobre a presença do inimigo e protegê-la de ataque.

Forte. Fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas, porém, na mesma obra. Difere da fortaleza, onde o armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instalado em obras independentes e, em geral, intervaladas.

Fragata. Navio de guerra com três mastros, como a nau, sem acastelamentos (superestrutura) armado apenas com uma ou duas baterias. Maior e mais veloz do que a corveta.

GN. Guarda Nacional.

Goleta. Pequena escuna.

Granadeiro. Soldado de elite, encarregado do lançamento de granadas de mão no ataque a posições fortificadas. Antigamente repartidos pelas companhias, os

granadeiros foram depois reunidos em uma unidade. A tradição faz com que muitos exércitos conservem o nome de granadeiros para unidades de infantaria, blindadas ou a cavalo.

Grande-unidade. Organização militar que reúne elementos e unidades das armas e dos serviços, segundo uma estrutura prevista, capaz de servir e ser empregada como um todo. Organização militar com capacidade operacional independente, básica para a combinação de armas e integrada por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

GN. Guarda Nacional.

Guerra total. Guerra em que os beligerantes empregam a totalidade de seu poder, sem restrições quanto a armas e métodos, e mesmo quanto às leis da guerra.

HB. História do Brasil.

HMB. História Militar do Brasil.

Iatagá. Espécie de sabre de origem turca, de ponta aguda, lâmina ligeiramente curva, com dois gumes, tendo um filete no meio para reforçá-la.

Infantaria. Tropa instruída, e equipada para combater à pé. Uma das armas do Exército, ao lado da cavalaria, artilharia, engenharia, etc.

Infante, 1. Soldado de infantaria. 2. Filho dos reis de Portugal, e também da Espanha, que não está na linha imediata de sucessão.

Inspeção Militar. Executada por comissão especial designada pelo Ministro da Guerra, visava a verificar o grau de preparo da tropa e das organizações dos Distritos Militares.

LAç. Linha de Ação.

Lanchão. Lancha aberta, de grande porte.

Lanterneta. Projétil de artilharia constituído de um cilindro de zinco cheio de balins (pequenas balas de chumbo) ou de sucata de ferro, disposta em camadas e que, ao ultrapassar a boca da peça, dispersavam-se num cone mortífero. Utilizado no combate aproximado, no chamado tiro de metralha.

Mangrulho. Posto de observação constituído de torre construída com madeira e meios de fortuna.

Martelinho. Pequeno martelo para a manutenção de armamento.

Martelo e bigorna. Tática ofensiva que consiste em posicionar uma parte da força de forma a bloquear a linha de retirada do inimigo (bigorna), e com outra parte da força (martelo) atacá-lo, forçando-o a retirar-se em direção à força de bloqueio.

Milícia. Tropa de segunda linha, inicialmente recrutada para o serviço interior, servia de reforço da tropa regular, de primeira linha, cujos efetivos eram pequenos. As milícias evoluíram, foram organizadas e desempenharam papel relevante na defesa do território brasileiro.

Mosquetão. Mosquete grande. Carabina ou fuzil pequeno, utilizado por tropa montada.

Movimento desbordante. (ver desbordamento).

NA. Norte-Americanos.

Nau. Navio de grande porte. Dos fins do século XVI a princípios do XVII, as naus foram aumentando de tamanho, tornaram-se bojudas, passaram a arvorar até três mastros, uma vela redonda e uma latino-quadrangular, a possuir de três a quatro cobertas com até três baterias de canhões. Embarcações imponentes, ornamentadas, eram difíceis de manobrar.

Operação combinada. Operação em que elementos de mais de uma Força Singular (da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica) operam sob comando único.

Operação conjunta. Operação envolvendo o emprego coordenado de mais de uma Força Singular, com propósitos interdependentes ou complementares, sem que haja a constituição.

Ordenança, 1. Lei, regulamento militar. 2. Soldado a serviço de oficial. No plural - forças constituídas de homens recrutados pelas câmaras e conselhos, e "ordenados à defesa da terra, alistados, exercitados e sempre prestes e apercebidos". Foram empregados nas lutas contra os indígenas e invasores.

Parada. Sede, cidade ou local de estacionamento normal de uma unidade.

Patacho. Antigo navio mercante leve de dois mastros, para transporte de carga e passageiros.

Posto avançado. Posto mantido à frente de uma tropa em posição, para observar os movimentos do inimigo e alertar a força amiga sobre a iminência de ataque.

Profundidade das forças. Distância entre os elementos mais avançados e os mais recuados de uma força.

Projétil cilindro-ogival. Projétil de corpo cilíndrico e parte anterior em forma de ogiva, substituiu o projétil esférico da artilharia.

PURP. Províncias Unidas do Rio da Prata.

Regimento, 1. Instruções escritas, definindo obrigações e competência. Norma, regulamento. 2. Unidade tática e administrativa, que sucedeu ao terço, comandada por coronel. Constituída de companhias. Hoje possui batalhões, estes constituídos de companhias e com estrutura, organização e armamento extremadamente variáveis.

Reserva. Meios, humanos e materiais, mantidos sob o controle do comandante, para emprego no momento mais conveniente para influir na ação.

Retrocarrregamento. Carregamento pela culatra (e não pela boca) de arma de fogo, portátil ou canhão.

Sacatrapo. Haste de ferro ou de cobre, vazada numa extremidade, para comprimir ou sacar a bucha no cano de uma arma de fogo. Hoje utilizado exclusivamente para a limpeza do cano.

Sargento-mor. Antigo posto militar (século XVII) correspondente a major.

Sargento-quartel-mestre. Graduado responsável pela Administração.

Segurança em campanha. Conjunto de medidas visando a assegurar o desempenho das atividades dos elementos de combate e de apoio ao combate para o cumprimento de sua missão.

Segurança em marcha. Conjunto de medidas visando a proteger uma força terrestre em deslocamento contra a ação do inimigo.

Schrapnell. Projétil de artilharia que leva o nome do oficial inglês que o inventou, em 1810. O projétil é oco, cheio de balins unidos por uma substância aglutinante e combustível que acionada por uma espoleta se incendeia, projetando os balins sobre o alvo.

Sumaca. Antiga embarcação de vela, com dois mastros, muito usada na navegação de cabotagem do Brasil.

Suprimento. Nome genérico de qualquer artigo necessário ao equipamento e manutenção de uma tropa: alimentos, água, armamento, munição, etc.

Tática. Emprego de unidades no combate. Disposição ordenada e manobra de unidades em relação umas às outras, ou em relação ao inimigo, a fim de utilizar suas potencialidades integrais.

Tenente-general. Hierarquia militar luso-brasileira. Oficial-general de posto superior a marechal-de-campo e inferior a marechal-do-exército.

Trem de retaguarda. Pessoal, material e animais que, na retaguarda de um exército, assegurava os serviços de suprimento e evacuação. Conjunto de elementos de serviço de uma unidade, que se desdobra na retaguarda.

Tropa de linha. Tropa de soldados profissionais.

Tropa de primeira linha. Tropa regular, em serviço ativo; unidades vindas de Portugal, completadas por brasileiros. Estavam sob o comando do governador ou de capitães-generais.

Tropa de segunda linha. Milícias de caráter local, com quadros - oficiais, especialmente nomeados pelos governos territoriais e voltadas, em princípio, para a segurança interna. Variavam de uma capitania para a outra. Em alguns casos tinham organização e apresentação modelares.

Tropa de terceira linha. Tropa de ordenanças, reunidas para situações de emergência, sob o comando de capitães-mores vitalícios.

Tropa regular. Tropa mantida, equipada e instruída, mesmo em situação de paz, com quadros, oficiais e graduados, profissionais, pertencente ao Exército ativo.

TO. Teatro de Operações.

Unidade de emprego. Unidade que, após a sua ativação, atinge o nível de efetivos, equipamento e instrução para emprego operacional.

Unidade. Organização militar da Força Terrestre, de uma arma, serviço, quadro ou especialidade, que agrupa elementos de combate ou de apoio logístico, com estrutura prevista e com possibilidades definidas para viver e operar. Regimento, batalhão, companhia independente.

Unidade de tiro. Conjunto básico de material - peças, equipamento de direção de tiro e de comunicações - e do pessoal para executar missões de artilharia.

Vareta. Pequena vara de metal ou de madeira, com sacatrapo ou rosca em uma extremidade, que serve para comprimir a carga nas espingardas e pistolas de antecarga (de carregar pela boca). Hoje, destina-se exclusivamente à limpeza interna do cano.



INTRODUÇÃO

Esta Introdução servirá de base para aqueles leitores que não tiveram acesso ao volume primeiro da trilogia da síntese da História do nosso Exército.

Para isso nos valeremos, entre outras fontes, do citado 1º volume e do resumo elaborado pelo Capitão Nilo Val - Formação do Exército Brasileiro e sua evolução no século XIX - publicado na Revista do IHGB, volume VII e defendido no Congresso Internacional de História da América, realizado entre 08 e 15 de setembro de 1922 no RJ.

As forças militares coloniais foram formadas em função das contingências impostas pelos fatores de ordem histórica, política e geográfica e tendo em vista os elementos fundamentais: o homem, o terreno e o armamento, sempre em defesa do território e das riquezas.

Desde o descobrimento, corsários e aventureiros atacaram as costas brasileiras, o que provocou o rei português a enviar a esquadra de Cristóvão Jacques em duas oportunidades. Desembarcando, Jacques fundou uma feitoria fortificada na região onde hoje é Recife, capital de Pernambuco. Foi a primeira fortificação brasileira.

Na etapa seguinte, Portugal criou as Capitanias Hereditárias, as quais tiveram a incumbência de formar, cada uma, tropas armadas de arcabuzes, espingardas, bestas, lanças, chuços, espadas, etc. Foram as milícias. As fazendas e engenhos tiveram as mesmas incumbências e cada morador era obrigado a possuir, pelo menos, uma arma. Em vários pontos do litoral foram construídas trincheiras e fortins dotados de uma artilharia ainda incipiente e grosseira.

A Marinha Real Portuguesa não tinha condições de proteger adequadamente a costa brasileira, o que só evoluiu a partir dos resultados dos novos parâmetros de navegação estabelecidos pela chamada Escola de Sagres sob a direção do Infante Dom Henrique.

Para a engenharia naval no Brasil, a abundante madeira foi aproveitada para construção e conservação, e depósitos de material naval foram criados no RJ, BA e PA. Foram as taracenas, ou tercenas.

Com a extinção das Capitanias Hereditárias e a instituição do Governo-Geral os esforços de defesa ficaram centralizados e por isso mais eficazes. O Regimento de 17 Dez 1548, imposto por Dom João III, regulou a administração colonial, inclusive a defesa. Fortificações e fortins foram

construídos no litoral e tropas regulares foram organizadas, principalmente com a chegada de uma força de 600 homens trazida pelo Primeiro Governador-Geral Tomé de Souza, o qual instituiu, pela primeira vez no Brasil, o serviço militar obrigatório. Esta tropa deu origem ao chamado Terço Velho da Bahia.

Os inimigos eram, de fora para dentro: os corsários e piratas; do interior para o litoral: os indígenas. Duas armas somente, a Infantaria (os terços¹) e a Artilharia. Não havia nenhuma doutrina. Os choques eram diretos, de massa, força bruta e coragem. Somente no século XVII surgiram as fortificações nas formas de baluartes e bastiões.

O segundo Governador-Geral, Duarte da Costa Casemiro, enfrentou rebeliões indígenas e as derrotou em batalha. Neste processo, os franceses instigavam o gentio a lutar contra os portugueses.

Em meados do século XVI, para expulsar os franceses da Guanabara, a primeira tropa regular foi um “troço”, oriundo do Terço Velho da Bahia, depois chamado Terço do Rio de Janeiro², formado pelos militares que participaram das operações sob o comando de Mem de Sá e de seu sobrinho Estácio. Uma parte deste terço era de indígenas. O Terço do Rio, instituído por Mem de Sá em 1567, conhecido também como “Terço Novo” recebeu em seguida um corpo de artilharia com duas companhias.

Três anos depois, em 10 Dez 1570 o rei Dom Sebastião baixou o chamado Regimento dos Capitães-Mores, que foi o primeiro regulamento militar aplicado no Brasil. Ele regulava a “ordenança e exercícios das armas”. O nome completo do documento é *Regimento dos Capitães Mores, & mais Capitães, & Officiaes das companhias da gente de pé, & de cauallo: da ordem que terão em fe (sic) exercitarem*³.

As capitanias formaram os Terços de Ordenanças comandados, cada um, pelo Capitão-Mor (Ten Cel). O efetivo era de 250 homens, e reunia elementos civis de qualquer origem. Os capitães-mores e os sargentos-mores (Majores) eram eleitos pelas Câmaras. Estas tropas também garantiam a ordem interna.

No início do século XVII, um dos Sargentos-Mores - Diogo de Campos Moreno, escreveu (1612) uma obra fundamental, o *LIVRO QVEDA*

¹ O terço era a terceira parte de um regimento de infantaria.

² CARVALHO, Nelson Rodrigues de. Do Terço Velho do Sampaio da FEB. Rio de Janeiro: BI-BLIEx, 1953, p. 23.

³ Raízes do EB, p. 35.

REZAO DO ESTADO DO BRASIL (Livro que dá razão do Estado do Brasil). Esta obra regulava presídios, fortificações, vencimentos, milícias, ordenanças, efetivos de oficiais e praças, cargos, funções, armamentos, munição, etc. Ou seja, a organização militar.

Em meados do século XVII as forças territoriais e navais enfrentaram a invasão holandesa no Nordeste, contexto no qual surgiu a gênese do EB. A chamada “guerra brasílica” projetou-se como uma maneira “sui generis” de luta.

Neste século, começaram as lutas contra ingleses, holandeses e franceses na Amazônia e também a luta contra os franceses no Maranhão. Na Amazônia, destacaram-se Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira e Luís Aranha, entre outros. No final do século vale destacar, no Prata, as lutas entre portugueses e espanhóis pela Colônia do Sacramento.

Nesta fase da História do Brasil surgiram as Entradas e Bandeiras, organizações de caráter militar que tanto contribuíram para a expansão territorial e também para as práticas guerreiras.

Revoltas internas também caracterizaram o período. As freguesias do interior receberam ordens para organizar Corpos de Ordenanças, destinados a auxiliar a ação da Justiça e da arrecadação de impostos.

Mas a instrução ainda era deficiente e, para atender essa carência, em 1698 o governo português criou no Rio uma “aula” de uso e manejo da artilharia. No ano seguinte, foi criada outra “aula” de fortificações. Para as duas aulas foi nomeado o Capitão Gregorio Gomes.

Já em 1736, o Governador do Rio Dom Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro mandou organizar um corpo de artilharia com dez companhias. Nesta época, os corpos de artilharia eram chamados de “Pés de Castelo”, os comandantes eram os “Condestáveis⁴” e os demais oficiais eram os “Sota-Condestáveis”.

Já em 1747/49 as denominações das tropas regulares pagas mudaram para “Regimento”, permanecendo o terço somente nos Corpos de Ordenanças. Ainda insuficientes para a defesa externa e interna, a metrópole determinou a criação dos Corpos Auxiliares, cujos oficiais eram retirados da tropa de linha ou das ordenanças. Os Cmt desses Corpos eram os Mestres-de-Campo (Coronel). O alistamento abrangia todos, independente de

⁴ Condestável (do latim *condestabre*): em Portugal, posto militar de maior graduação; Cmt de Artilharia; Alto chefe militar; Título honorífico; Cabo apontador na artilharia de milícia.

classe, mas separados entre brancos, pardos e pretos, como foi na Insurreição Pernambucana. O responsável pela disciplina era um Sgt-Mor.

O Capitão Nilo Val destaca que havia preconceito de raça, mas tendendo a desaparecer. Um aviso régio de 1767 determinou que oficiais dos regimentos de “Henriques” (pretos) e índios/pardos (tropas de Felipe Camarão) fossem preparados para instrutores desses corpos.

Em 1754, inicia no sul a Guerra Guaranítica, colocando de um lado portugueses e espanhóis e do outro os indígenas guaranis. Superado este problema, durante toda a segunda metade deste século recrudesceram as lutas pelo poder na região do Prata, agora entre lusos e espanhóis. No processo de reconquista do Rio Grande do Sul invadido sobressaíram-se homens como o Gen João Henrique Böhm, José Marcelino de Figueiredo e outros. Grandes ensinamentos foram assimilados nestas lutas, posto que o Gen Böhm era discípulo do Conde de Lippe, que havia reformado o Exército Português, inclusive doutrinariamente. Reformas que chegaram às forças coloniais portuguesas em todo o mundo.

Em 1765, o Vice-rei Conde da Cunha (Dom Antonio Álvares da Cunha) havia determinado construir na Ponta da Misericórdia (Rio) um parque de artilharia, que foi o antecessor do AGRJ. Nesta fase, a capital foi reforçada com os regimentos portugueses de Bragança, de Elvas e de Extremoz. Este último foi destacado para Ouro Preto, em função da Inconfidência Mineira (1789).

O vice-rei sucessor, Dom Rodrigo de Souza Coutinho - Conde de Linhares, já no sec. XIX, priorizou a instrução da tropa com a tática de infantaria e fortificação, inclusive com exercícios frequentes.

Já no Brasil em 1808, o Príncipe Regente Dom João criou o Ministério da Guerra e Estrangeiros, e o ministro Conde de Linhares passou a remodelar a estrutura militar, inclusive com a criação da Academia Real Militar e do cargo de Ajudante-General.

Com estas providências, entre outras, e com os oficiais passando paulatinamente a ser cidadãos natos, o Exército passou a ter uma conformação com forte presença brasileira. Linhares criou também, na infantaria, os batalhões de granadeiros, os de caçadores e os de fuzileiros. Na artilharia, foi adotada a artilharia a cavalo, já existente na Europa, onde foi criada por Frederico II - o Grande, da Prússia e adotada em primeiro lugar pelos espanhóis nas defesas de Montevideo e Buenos Aires ao final do século XVIII. No Brasil ela surgiu, portanto, no início do século XIX.

Na cavalaria, foi criado o 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha.

Portanto, a partir de 1809, estavam já organizadas as três armas no Exército Brasileiro.

As forças militares foram forjadas na defesa do território em todos os quadrantes. No SE, contra os franceses; no sul, contra os espanhóis; no NE, contra os holandeses e franceses; no norte e na Amazônia, contra holandeses, ingleses e franceses; no oeste, contra os espanhóis e indígenas. E no centro, revoltas internas ao longo do tempo.

Uma questão é relevante: a Logística. De que forma os militares eram sustentados na paz ou na guerra, principalmente alimento, armas e munição?

Conforme os estudos do Gen Ex Marco Antônio de Farias e do professor Adler Homero Fonseca de Castro, era necessário um mínimo de condições para o funcionamento das tropas. Como se abasteciam as tropas? A frase: “**amadores pensam em estratégia, generais em logística**”, traz a realidade daquela época, como agora, da questão do abastecimento, que deve ser sempre central nos planejamentos. Sem suprimentos, uma força não tem condições de lutar.

Em tempo de paz, os Cmt das unidades do exército podiam contratar fornecedores de alimentos. Mas em operações de guerra o consumo crescia muito e esses contratos ficavam mais difíceis. Na época colonial, um outro item de suprimento era o dos cavalos. A perda desses animais era uma grande vulnerabilidade. Ao final da Guerra do Paraguai, já no período imperial, o Cmt Conde d’Eu contratou fornecedores particulares, principalmente argentinos, para o suprimento de 2.000 cavalos/mês para que o EB mantivesse a sua mobilidade.

A logística das forças armadas tinha elevado custo, e ele não era momentâneo e sim permanente. Alguns itens eram permanentes, como as armas, mas outros tinham que ser substituídos pelo desgaste, como os calçados. As necessidades de consumo de um exército trazem o interesse na logística de uma campanha militar.

Não se sabe com certeza o número e efetivos das unidades militares no Período Colonial, e dados sobre a estrutura logística são difíceis de obter. Parte do material fornecido às forças armadas era enviado de Portugal e/ou da Europa, como as armas ou o tecido para uniformes. O pano das fardas até 1910 era a lã, tecido não produzido no Brasil. Outros itens eram produzidos no Brasil, como reparos de artilharia, que era mais econômico

e conveniente, já que um pedido feito para a Europa podia levar anos para ser atendido. Essa foi a razão pela qual foram implantadas manufaturas nas colônias portuguesas, para atender as necessidades locais em ítems mais necessários.

Na época da Insurreição Pernambucana, por exemplo, meados do século XVII, o Porto de Nazareth no Cabo de Santo Agostinho era a porta de entrada de suprimentos para as forças luso-brasileiras.

No governo do Marquês do Pombal (século XVIII) foram criados os Arsenais de Guerra e de Marinha, tanto no Brasil quanto em Portugal. Antes, já haviam os chamados “Trens”⁵, para produzir artigos militares. No Brasil foram criadas instalações em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Cuiabá. E também os laboratórios pirotécnicos para a fabricação de munição em todas as províncias. Até esta época, o Brasil foi dependente e completamente subordinado à economia europeia.

O EB foi forjado também nas lutas contra José Artigas na Banda Oriental nos dois primeiros decênios do século XIX, nas quais se destacou o Marechal Joaquim Xavier Curado como organizador da força terrestre.

A partir de 1816, Curado passou a contar com a Divisão de Voluntários D’El-Rey, comandada pelo Tenente-General português Carlos Frederico de Lecór. Exército formado, portanto, por tropas mistas, contexto que somente seria alterado com a independência.

E assim, bastaram os 13 anos que a Corte portuguesa funcionou no Rio de Janeiro para que o Brasil adquirisse todas as características de uma nação independente.

Tentativas de recolonização do Brasil pelo governo constitucionalista instalado em Lisboa foram habilmente neutralizados pela ação dos estadistas que impulsionaram a formação do Império brasileiro.

A elevação do Brasil a Império correspondia à sua extensão territorial e à necessidade de caracterizar a ruptura com Portugal.

Os problemas militares imediatos com que se defrontou a nova nação foram a necessidade de lutar contra as forças portuguesas que aqui ficaram e a manutenção de forças regulares e milícias destinadas a confrontar as ameaças existentes na bacia do Prata, onde grassava a instabilidade política e territorial resultante da colonização espanhola.

⁵ Trem de Guerra: instalação militar, Arsenal de guerra, depósito de munições ou oficina militar.

Esses problemas eram agravados pelo fato de não haver uma Marinha nacional, pois a até então existente, portuguesa, regressara à Europa, deixando aqui poucos navios e tripulantes.

Os fatos que se seguiram à proclamação da independência mostraram, entretanto, que a nação que emergia já dispunha de força militar suficiente para enfrentar e vencer os óbices que se apresentaram.

As falhas ocorridas deveram-se ao fato de que os órgãos de comando existentes eram na sua maioria portugueses, não havendo ainda nacionais em número e qualidade suficiente para substituí-los quando de seu regresso a Portugal. A Academia Real Militar não produzira ainda frutos suficientes e, os que formara, não eram oficiais de tropa.

Ao Império não restou outra opção que não fosse a contratação de estrangeiros para reforçar sua força militar, particularmente para a Marinha, constituindo-se uma poderosa força naval.

A força terrestre que se reorganizou seguiu o consagrado modelo lusitano: unidades de linha, milícias e ordenanças, irmanando os cidadãos e os soldados para, unidos pelos mesmos ideais de pátria, assegurar a soberania do país, que se desenhava altamente promissor.

Dom Pedro I, consciente de que só com tropas com condições de emprego imediato poderia levar a bom termo o seu reinado, tratou desde logo de organizá-las e assim, em decreto de 25 de setembro de 1922, fixou as bases do novo exército que surgia, o Exército Brasileiro, criando, extinguindo e transformando corpos de tropa.

O papel do Exército Brasileiro na vida nacional foi a seguir institucionalizado pela Constituição do Império de 1824, quando em seu artigo 145 estabeleceu que sua finalidade seria “sustentar a independência e a integridade do Império”.

Institucionalizado, o EB foi reorganizado várias vezes, em natural evolução, visando bem cumprir seu dever constitucional de apoiar as políticas internas e externas estabelecidas pelo Império Brasileiro.

Em suma, a vinda da família real, o Exército Português reconstruído depois de 1808 pelos ingleses, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve, a organização da Infantaria em unidades de caçadores, as lutas no Prata e contra a Revolução Pernambucana de 1817, entre outros, foram os fatores que forjaram um nascente Exército Brasileiro.

Os autores

Capítulo I

As
Guerras
de
Independência

Bravura e sacrifício na resistência baiana

A Bahia estava reservado o destino de ser o teatro das maiores violências na luta por nossa emancipação. Desde Fev 1822 os deploráveis episódios originados com a intervenção do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Mello, Comandante das Armas da BA, mostraram a disposição autoritária dos portugueses. A cidade presenciara, após a tomada do Forte de São Pedro, a cenas de selvageria da soldadesca lusitana. No Convento da Lapa, arrombando portas e derrubando altares, assassinaram cruelmente, à baioneta, Sóror Joana Angélica de Jesus.

As arbitrariedades estimularam o anseio de libertação. Muitos brasileiros e amigos do Brasil abandonaram a capital da Província em busca do Recôncavo, onde estava se formando um núcleo de resistência.

A 25 de junho de 1822, criou-se na vila de Cachoeira a Junta Conciliadora de Defesa para dirigir a reação nacionalista. O movimento revolucionário estendeu-se a outras vilas, onde foram mobilizados milicianos e voluntários. Foram convocados todos os que pudesse colaborar e foi instituída uma caixa para a coleta de recursos. Diante da escassez de armas e munições, fundiram-se peças de bronze, de ferro e de chumbo dos engenhos para a produção de material bélico.

Iniciou-se uma luta de guerrilhas contra os lusitanos. Dela participavam também crianças, padres, mulheres e até índios, utilizando arco e flecha. Surgiram as companhias de Bellona e de Mavorte, a de voluntários cavaleiros, a dos Pedrões ou encourados, de sertanejos de Rio das Contas (comandados por Frei José Maria Brayner), dos pretos libertos, dos voluntários do Príncipe (também chamados Periquitos), dos índios (chefiados por Bartolomeu Jacaré) e muitos outros grupos que não dispunham de armamento comparável ao dos portugueses, mas que lutavam com bravura e patriotismo, tal como na Insurreição Pernambucana.

Esses brasileiros se apossaram da escuna inimiga que bloqueava o porto de Cachoeira; construíram trincheiras; interditaram as passagens nos rios Cachoeira e Santo Amaro; inquietaram as tropas lusitanas; cortaram as suas comunicações; e prejudicaram o seu abastecimento.

Entre os integrantes dessa resistência distinguiu-se a figura de Maria Quitéria de Jesus que, empolgada pela causa da Independência, abandonou sua casa vestida de homem e assentou praça num regimento, sendo depois transferida para o Batalhão dos Periquitos. Em fins de 1822, à frente de

um grupo de mulheres, impediu um desembarque adversário na foz do rio Paraguaçu. A heroína brasileira demonstrou patriotismo em outros episódios arriscados, recebendo, mais tarde, uma condecoração do Imperador e o soldo de alferes de linha. Hoje, com o título de Cadete, é a Patrona do Quadro Complementar de Oficiais.

Forças nacionais no Recôncavo Baiano

Após a definição das vilas confederadas de Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro, em junho de 1822, o movimento cresceu, alastrando-se pela Província. Urgia coordenar as ações e orientá-las convenientemente. Era preciso recuperar a capital da Província, dominada pelas forças do General Madeira de Mello.

Da vila de São Francisco partiu o Alferes Francisco de Faria Dutra com um contingente do 1º Regimento de Linha e ocupou posição em Pirajá, nas alturas próximas ao local denominado Coqueiro. Outra força, esta de milicianos, provinha da capital ao comando do Cel Rodrigo Falcão Brandão para operar na região de Cabrito. Mais tarde, chegou o Ten Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, com um batalhão de caçadores.

Ampliando os efetivos que bloqueavam a cidade, juntou-se um corpo de tropa constituído de afrodescendentes - a Guarda dos Henriques, comandada pelo Maj Manuel Gonçalves da Silva. O nome da Guarda era homenagem a Henrique Dias, herói da Insurreição Pernambucana.

O Ten Cel Felisberto Gomes Caldeira Brant dirigiu as primeiras obras de fortificação na vila de São Francisco de Sergipe do Conde, na ilha de Cajaíba e em várias outras, para impedir o acesso das canhoneiras portuguesas. Fortificaram-se as ilhas das Fontes, Vacas, Frades, Bom Jesus, Madre de Deus e Santo Antônio. Em terra firme, estabeleceram-se fortificações em Caipé, Marapé, Mataripe, Paramirim, Sambará, Engenho do Conde, Gamboa, Encarnação, Barra do Garcez e outros locais.

Mobilizaram-se, portanto, várias unidades, apesar da dificuldade para a obtenção de armamento. Um dos membros da Casa da Torre da Bahia, Ten Cel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque⁶, descendente de

⁶ Visconde com grandeza de Pirajá.

Garcia de Souza d'Ávila⁷, marchou com alguns elementos e acampou em Pirajá, assumindo o comando das forças que se encontravam na região.

O Brigadeiro Madeira subestimou a importância do movimento, convicto de que suas tropas, mais bem armadas e adestradas, poderiam aniquilar as forças nacionalistas a qualquer momento. O chefe lusitano considerava incompetentes os comandantes dos milicianos, já que eram homens de engenho e do sertão, com armamento insuficiente e munição escassa.

A falta de homogeneidade das forças rebeldes, a descentralização e o equipamento obsoleto seriam fatores da derrota brasileira. Limitou-se o Brigadeiro a um rigoroso policiamento da cidade, fechando o acesso aos arredores com postos avançados, mantendo uma permanente atividade de reconhecimento no Recôncavo e realizando patrulhamento marítimo.

Madeira de Mello ocupou a ilha de Itaparica a 10 de julho, sem encontrar resistência. Resolveu abandoná-la por julgá-la, erroneamente, destituída de valor estratégico. Preocupado com os problemas de governo, desinteressou-se das atividades dos nacionalistas que, ocupando a Feira do Capuame, bloquearam o acesso ao sertão, de onde provinha o suprimento para a capital. Ou seja, o Brigadeiro descuidou da logística.

O General Labatut

Anecessidade de organização e enquadramento militar dos patriotas baianos não passou despercebida a Dom Pedro, que autorizou seu Ministro da Fazenda Martim Francisco Ribeiro de Andrada, a contrair com particulares um empréstimo de 400 contos de réis.

Assim, foi preparada no Rio de Janeiro uma força expedicionária sob o comando do francês General Pierre Labatut (1776-1849), participante das campanhas de Napoleão Bonaparte na Europa, e especialmente contratado pelo Príncipe Regente Dom Pedro.

Labatut seguiu para o norte numa esquadrilha comandada pelo Chefe-de-Divisão Rodrigo Antônio de Lamare. Não podendo desembarcar em Itapoã, Torre de Garcia d'Ávila ou outro ponto favorável do litoral baiano, foi até Alagoas e desembarcou em Jaraguá, de onde marchou para Recife, a fim de obter reforços. A 4 Set 1822, Labatut regressou à Jaraguá,

⁷ Antigo administrador colonial português, chegado à Bahia em março de 1549 com o 1º Governador-Geral Tomé de Souza.

transportando, através do São Francisco, 200 homens para, de surpresa, atacar o Brigadeiro Pedro Vieira em Sergipe.

A resistência portuguesa foi desmoronando facilmente e o general prosseguiu vitorioso de Laranjeiras para São Cristóvão, futura capital sergipana, procurando tranquilizar os ânimos e pacificar a Província.

Chegando à Feira do Capuame em 28 Out, estabeleceu o seu QG em Engenho Novo. Ocupou vários pontos importantes e reforçou as posições de Coqueiro, Cabrito e Pirajá. Designou Felisberto Gomes Caldeira Comandante das forças de Itapoã, despachou Rodrigo Falcão para Cachoeira, procurou aumentar os efetivos em Cabrito e Pirajá e solicitou munição, gêneros alimentícios e gado para o abastecimento de suas forças. Percebeu a importância das posições do Recôncavo e a premente necessidade de reforçá-las. Em Cabrito, foi criado um arsenal de guerra.

Era notável a ação de comando de Labatut. Todas as providências tomadas, como o deslocamento de forças, a distribuição de reforços e o reajustamento do dispositivo, deram grande vitalidade aos preparativos para a defesa. A par disso, as medidas administrativas adotadas ou recomendadas exercearam influência positiva no moral das tropas.

Cinco dias após a chegada, as tropas foram reorganizadas e distribuídas em brigadas. Foi criado um arsenal de guerra em Feira do Capuame, e sua direção confiada ao Capitão João Sepúlveda de Vasconcelos.

Em 4 de novembro já tinham sido reequipados todos os postos ribeirinhos. A maquinaria do engenho e a fábrica de artefatos de cobre transformaram-se em usina, onde Antônio Marques, filho do proprietário, incumbira-se de fundir peças de material bélico e recondicionar armas e munições apreendidas dos portugueses. As forças brasileiras se estendiam de Cabrito a Passé. Sob o controle de Manuel Pinto de Assunção e José Ribeiro Sanches alguns destacamentos vigiavam ilhas, praias, ancoradouros e arraiais. Em Itacaranha, o ponto chave da defesa - segundo Labatut - concentrou-se o batalhão de afrodescendentes e a companhia de caçadores de Santo Amaro.

A tropa de artilharia, ainda que reduzida, foi articulada em posições na Boca do Mato, na orla da cidade e na ilha de Maré, sob a supervisão do Major Eusébio Barreiras, inspetor de Acupe e Dourado.

O Brigadeiro Madeira reconheceu que sofrera um envolvimento completo e tentou rompê-lo, mas foi sempre repelido. Novamente procurou apossar-se da ilha de Itaparica, mas não obteve êxito.

Intensificaram-se os choques entre forças portuguesas e brasileiras, prenunciando confrontos decisivos entre os antagonistas.

As batalhas de Pirajá e Cabrito

Pirajá não era uma simples povoação. Sua dominância era um ponto fundamental para a defesa. Pelo terreno elevado passava a antiga estrada das Boiadas, ligando a capital com o norte da Província. A posse de Pirajá representava o domínio da enseada de Itapagipe e a interrupção da entrada de suprimentos para a cidade.

Mais cedo ou mais tarde o Brig Madeira procuraria controlar aquela região. O plano de operações concebido para 08 Nov 1822 consistia em atacar o exército nacionalista, romper o centro do dispositivo, aniquilar uma parte e obrigar o restante a retirar-se para o norte.

Ao amanhecer de 08 Nov, uma tropa de infantaria portuguesa desembarcou em Itacaranha e Plataforma, comandada pelo Coronel João de Gouveia Osório, da Legião Constitucional lusitana. Ao mesmo tempo, outras tropas foram lançadas sobre Cabrito e ameaçaram a retaguarda brasileira. No entanto chegaram reforços, e os nacionalistas, apoiados em Coqueiro, Bate-Folha e São Caetano resistiram, sob o comando do Tenente Alexandre de Argolo Ferrão.

Nas encostas de Pirajá a luta assumiu grandes proporções. Segundo o Barão do Rio Branco, o comandante da tropa em posição, Tenente-Coronel José de Barros Falcão, que trouxera reforços de PE, possuía cerca de 1.300 homens: Btl de Pernambuco, Btl de Milicianos do RJ, Legião de Caçadores da BA, Corpo Henrique Dias e um destacamento do Regimento de Infantaria da BA comandados, respectivamente, pelo Major Joaquim Silva Santiago, Tenente Alexandre de Argolo Ferrão, Major Manuel Gomes da Silva, Alferes Francisco de Faria Dutra, além de uma bateria de artilharia do Rio de Janeiro.

O efetivo português englobava os 1º e 2º batalhões da Legião Constitucional, o 4º e 10º Regimentos de Infantaria e um contingente de Art.

Depois de cinco horas de duração a luta não apresentava resultados decisivos. Em dado momento, um violento esforço dos portugueses quase rompe a linha brasileira, ameaçando dividi-la em duas partes.

As colunas lusas avançavam sobre as alturas de Pirajá quando o Coronel Barros Falcão, a fim de evitar o envolvimento, ordenou a retirada. Conta Accioli⁸, que o corneteiro Luís Lopes, num rasgo de iniciativa, ao invés de obedecer, tocou com convicção e a plenos pulmões "Cavalaria, avançar!". As tropas portuguesas vacilaram, surpresas, e logo em seguida, ouviram o segundo toque, "Cavalaria, degolar!"

Hesitantes, recuaram os portugueses, enquanto os brasileiros, animados, avançavam, perseguindo os adversários até a praia, onde conseguiram reembarcar, em desordem.

Em Cabrito, a 19 Set, houve outra debandada do adversário, caracterizando a derrota das forças do Brig Madeira com cerca de 200 baixas.

Foram muito importantes as consequências políticas e militares da batalha de Pirajá. O nascente Exército Brasileiro conseguira se impor, derrotando forças experimentadas e mais bem equipadas.

Os portugueses renunciaram à conquista de posições dominantes, conformando-se em manter a capital, reconhecendo, destarte, a existência do governo de Cachoeira. Todos os suprimentos tinham de vir por via marítima, dependendo, por conseguinte, do apoio da esquadra.

Labatut passou à ofensiva em 29 Dez, comandando pessoalmente as forças de Pirajá e Itapoã, tentando desalojar os portugueses fortemente entrincheirados. Embora sem conseguir romper as posições defensivas o ataque revelou o espírito agressivo dos brasileiros.

O combate de 7 de janeiro de 1823 em Itaparica

Im 7 Jan 1823, os lusos voltaram-se uma vez mais contra a ilha de Itaparica. Empregaram uma força naval constituída de dois brigues, várias canhoneiras e 41 lanchas e lanchões.

Enquanto isso, à força patriota era necessário aliviar o bloqueio de Salvador, por ela mesma imposto em Jun do ano anterior, e animar a frente interna na capital, cuja população, na sua maior parte, era hostil aos portugueses e estava passando fome.

Por volta das sete horas da manhã os atacantes, em duas embarcações, procederam ao reconhecimento do Forte de São Lourenço, cuja

⁸ Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. Memórias Históricas e Políticas da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

defesa estava sob a responsabilidade do Major Luís Correia de Moraes. Às nove e meia tentaram o desembarque, empregando o grosso da flotilha. Um destacamento atacou as trincheiras de Amoreiras, Isidoro, São Pedro e do Forte de São Lourenço. Um outro destacamento atacou também o Forte, duas canhoneiras da flotilha brasileira e as trincheiras entre o Forte e o Mocambo. Os itaparicanos defenderam-se valorosamente, sob o comando do Major Antônio de Sousa Lima, e tomaram de assalto uma embarcação adversária. Às seis horas da tarde cessou a luta e os atacantes se retiraram. Neste contexto, surge a figura de Maria Felipa⁹.

Os pequenos combates de Conceição e de Itapoá, em Fev e Mai de 1823, não trouxeram qualquer alteração nas posições defensivas de ambos os adversários. Mesmo tendo recebido um reforço de 2.500 homens, os portugueses consideravam-se ainda impotentes para uma ação definitiva contra as forças nacionalistas. Desembarcado, esse contingente veio agravar ainda mais a escassez de víveres das tropas sitiadas em Salvador. Desentendiam-se o Brig Madeira e o comandante da esquadra que lhe dava apoio na Baía de Todos os Santos, João Félix Pereira de Campos. A situação de Madeira ficava cada vez mais difícil quando, agravando os problemas, surgiu a 10 Mai 1823, frente à barra, a esquadra brasileira.

A retirada dos portugueses

A força naval patriota compunha-se de sete navios: nau Pedro I, fragatas Nictheroy e Piranga, corvetas Maria da Glória e Liberal e brigues Guarani e Real Pedro. A nau capitânea era a Pedro I.

D. Pedro contratou para comandá-la Lord Thomas Alexander Cochrane, almirante inglês que se distinguiu nas lutas pela independência do Chile. Igualmente foi contratado um excelente grupo de oficiais ingleses mercenários, entre os quais John Pascoe Grenfell, Thomas Crosbie, Benjamin Hayden e James Shepherd, que prestaram grandes serviços à Marinha nesses momentos difíceis de nossa formação política. E ainda, o

⁹ O imaginário itaparicano idealizou Maria Felipa de Oliveira como uma destemida guerreira que liderou ações contra os lusos. Declarada Heroína da Pátria Brasileira em 2018, o seu nome está no "Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria", que se encontra no "Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves", Brasília, DF.

Capitão-de-Fragata John Taylor, da fragata Doris, da Marinha inglesa, que estava no porto do Rio¹⁰, e o norte-americano David Jewett.

A esquadra portuguesa tinha 13 navios: uma nau, cinco fragatas, cinco corvetas e dois brigues. O primeiro combate deu-se a 4 Mai 1823, no litoral baiano, sem engajamento geral de forças e sem resultado decisivo. Ao amanhecer de 05 de Mai a esquadra de Cochrane já não foi mais avistada. A força naval portuguesa continuou em patrulha ao largo de Salvador até o dia 21 Mai, quando recolheu-se ao porto para reabastecimento. Cochrane estabeleceu uma base na enseada do Morro de São Paulo. Na noite escura de 12 Jun entrou no porto soteropolitano para reconhecimentos. Destacou os navios Pedro I e Maria da Glória para interceptar os suprimentos destinados à cidade. Tentava assim fechar ainda mais o cerco em torno da capital.

Surgiram algumas divergências entre os comandantes das forças brasileiras. Destituído e preso, o Gen Labatut foi mandado para o RJ em 2 Mai 1823. A Junta de Cachoeira nomeou comandante o Cel José Joaquim de Lima e Silva¹¹ que, a 3 Jun, desencadeou novo ataque contra as posições inimigas, mas não obteve resultado significativo.

A situação das forças lusas era cada dia mais precária. Hostilizado pela população, sujeito a privações e aborrecimentos, o Brig Madeira começou a desanimar. Enquanto de seu lado tudo escasseava, para os nacionalistas brasileiros crescia o entusiasmo e o vigor combativo das tropas cujo efetivo já somava 11 mil homens, provenientes da BA e de outras províncias. De MG viera a pé o Regimento de Infantaria Auxiliar de Vila Nova da Rainha (Caeté), só regressando à Província em 1829.

Os navios de Cochrane tornavam difícil a entrada de reforços mandados de Lisboa. A Nau Pedro I e a Corveta Maria da Glória, passaram a fustigar os navios mercantes portugueses ao largo ou fundeados próximos a Salvador, realizando o bloqueio do porto.

Em 02 Jul, já sem suprimentos, Madeira de Melo decidiu abandonar a luta e partiu para Portugal com 78 navios escoltados por 13 belonaves do Alm Felix Pereira Campos. Esta frota foi perseguida pela Esquadra Brasileira até 4º de latitude norte e depois somente pela Fragata Nichteroy que, sob o comando do Capitão-de-Fragata John Taylor, deu-lhe caça até as

¹⁰ Taylor optou por ser Capitão-de-Fragata na Marinha Brasileira e deixou a Marinha inglesa.

¹¹ Tio e homônimo do avô do futuro Patrono do EB. Foi enviado à BA por Dom Pedro I.

costas lusas, causando-lhe perdas por presa e destruição (15 navios), em uma missão que durou cinco meses. No retorno ao Brasil, efetuou mais quatro presas, mas sofreu violento temporal que obrigou o Comandante a picar o mastro da popa e lançar ao mar a artilharia da tolda. A 09 Nov, já sem aguada e mantimentos, alcançou a BA. Presente nesta missão estava o grumete Joaquim Marques Lisboa, futuro Almirante Tamandaré, patrono da Marinha de Guerra Brasileira¹².

No mesmo dia 02 Jul o Exército Libertador, tendo à frente o Cel José Joaquim de Lima e Silva, entrou triunfalmente em Salvador. Tenente-Ajudante do Btl do Imperador, estava presente Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Marechal e Patrono do Exército Brasileiro.

As lutas da independência no Nordeste (NE)

Não foi sem grandes sacrifícios e derramamento de sangue que o NE se integrou na pátria independente. As populações pagaram pesado tributo nas lutas.

No Piauí, foi principalmente devido à resistência do Comandante das Armas da Província Major João José da Cunha Fidié, oficial português de elite, culto e poliglota, veterano das guerras antinapoleônicas, de grande bravura pessoal, pertencente à boa estirpe de soldados profissionais e de engenheiros que vinha defendendo a terra luso-brasileira, ajudando a manter os seus limites e a enriquecê-la.

A iniciativa da reação dos brasileiros coube ao brasileiro Cel Simplício Dias da Silva, entre outros. Simplício foi quem lançou o brado de revolta na vila de São João do Parnaíba proclamando a adesão de Parnaíba à Independência do Brasil, em 19 Out 1822, data em que se comemora, hoje, o Dia do Piauí.

Informado do fato, o Major Fidié deslocou-se rapidamente de Oeiras, capital da Província, para o litoral cobrindo, em pouco tempo, os 700 quilômetros de distância. Os revoltosos foram surpreendidos pelo rápido deslocamento de Fidié. Simplício dirigiu-se para o CE à procura de auxílio, mas teve toda a sua família presa, os bens confiscados e levados para bordo do brigue português Infante Dom Miguel, que viera do MA.

¹² Conforme o site: naval.com.br/ngb/N/N005/N005.htm (acesso em 21 Abr 2020).

Mas a revolução alastrou-se pela Província. De todas as partes chegaram voluntários dispostos a lutar pela independência do país.

Enquanto isso, em Oeiras, no dia 24 Jan 1823, sob a liderança do Brig Manuel de Sousa Martins, foi proclamada a adesão à Independência do Brasil e declarada fidelidade a Dom Pedro I.

Depois de renhida luta em Parnaíba, Fidié tentou regressar a Oeiras, mas sem êxito. Os independentes do Piauí, reforçados por maranhenses e cearenses, ofereceram-lhe combate perto de Campo Maior, no leito vazio do rio Jenipapo, em 13 Mar 1823. Foi a famosa Batalha de Jenipapo.

Fidié havia dividido as suas forças em duas colunas em uma bifurcação da estrada: cavalaria pela esquerda, artilharia pela direita. Os brasileiros acreditaram que toda a tropa portuguesa estava concentrada na esquerda, a da cavalaria. Foi destacada uma fração para atacar, enquanto Fidié mandava fazer carga de cavalaria. Com o retraimento da tropa lusa, os patriotas abandonaram, desordenadamente, a linha de defesa montada ao longo da margem do rio e concentraram todo o seu esforço sobre a cavalaria adversária. Com isso, Fidié teve tempo para cruzar o Jenipapo num ponto desguarnecido e montar a artilharia no alto de uma elevação dominante sobre a várzea. A tropa brasileira ficou cercada pela cavalaria e pelo fogo de 11 canhões. Tentando retornar às posições iniciais, a tropa brasileira enfrentou cinco horas de muita luta sob o fogo de Art. Mesmo tendo adotado técnicas de guerrilha, os 2.000 brasileiros foram derrotados, com mais de 400 mortos, mas apreenderam os trens de retaguarda do adversário¹³.

O MA também reagiu contra a independência. Convidado pela Junta maranhense a defender a localidade de Caxias das Aldeias Altas, Fidié se deslocou em abril de 1823 para a região e fortificou a elevação denominada Taboca. Durante três meses os portugueses resistiram em Caxias, cercados por milhares de independentes - maranhenses, piauienses e cearenses comandados, desde meados de julho, pelo chefe sertanejo cearense José Pereira Filgueiras, que acorrera com numerosa expedição de vaqueiros e sertanejos, a pé e a cavalo.

Reduzido a uma situação crítica, sem nenhuma possibilidade de receber reforços ou suprimentos, Fidié passou o comando a 31 Jul 1823. Capitulava a praça de Caxias, onde as forças vitoriosas entraram em 01 Ago.

¹³ Consultar a obra BENTO, Cláudio Moreira, Cel. O Combate de Jenipapo - descrição e análise militar e projeção estratégica na Independência do CE, PI e MA. Resende: FAHIMTB, 2009.

Fidié ficou detido por oito meses no MA. Escoltado de volta para Oeiras, foi transferido para Salvador e de lá para o RJ, onde foi preso na Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegaignon. O Imperador Dom Pedro I concedeu-lhe a liberdade, permitindo seu retorno a Portugal.

A desordem e残酷 no Pará (PA)

Retirados os portugueses da Bahia, Lord Cochrane deslocou-se para o MA com a nau Pedro I, chegando a São Luís em 26 de julho. O objetivo era impedir desembarques portugueses na área da capital. Ameaçando de destruição a cidade com disparos elevados, libertou a capital maranhense. Em seguida, aprisionou o brigue de guerra lusitano Infante Dom Miguel e vários outros navios no porto.

Em seguida, Cochrane mandou para o Grão-Pará (PA) o Capitão John Pascoe Grenfell com a missão de pacificar a Província onde o quadro estava confuso em função das divergências entre as lideranças locais. Fracassara a rebelião libertadora chefiada pelo Capitão Boaventura Ferreira da Silva e pelos Alferes Antônio Loureiro Barreto e Mariano de Oliveira Belo: tinham sido presos os chefes e outros implicados.

Grenfell chegou a Belém a 10 Ago 1823 no brigue Infante Dom Miguel, cujo nome fora mudado para Maranhão. Usando o mesmo ardil que Cochrane usara em São Luís, dominou a situação e estabeleceu uma junta governativa de quatro militares e um padre: Cel Geraldo José de Abreu, Cap José Ribeiro Guimarães, Porta-Bandeira Félix Antônio Clemente Malcher, Cap João Henrique de Matos e o Cônego João Batista Gonçalves de Campos.

Em 15 Out, houve uma grande agitação popular, inflamada pelo Cônego Batista de Campos. Grenfell restabeleceu a ordem usando seus marujos e alguns populares. Presos os agitadores, Grenfell fuzilou cinco, enviou o cônego preso para o RJ e confinou outros 256 no porão do navio São José Diligente (depois rebatizado Palhaço), onde quase todos morreram asfixiados por cal virgem derramada pelos carcereiros. Só quatro escaparam com vida. Foi uma grave tragédia. Preso e submetido a conselho de guerra, Grenfell conseguiu provar sua inocência.

A Província continuou agitada, inclusive em função da Cabanagem, revolta popular e social entre 1835/1840, vencida pelo Tenente-General

Francisco José de Sousa Soares de Andréa, nomeado Presidente do PA. Os ânimos somente arrefeceram já no segundo reinado (1840-1889).

A Cisplatina, derradeiro bastião do domínio português

A Província Cisplatina, atual Uruguai, pertencia ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve desde 1821. A partir da independência do Brasil passou a fazer parte do Império. Ela era governada pelo português Gen Carlos Frederico de Lecór, Visconde de Laguna, o qual havia trazido de Portugal para a então Banda Oriental a Divisão de Voluntários Reais (VDR) em 1816 para lutar contra o caudilho oriental José Gervásio Artigas. O território contava, portanto, com tropas portuguesas e também de origem brasileira.

Com a independência do Brasil estas tropas ficaram divididas, sendo uma parte a favor de Dom Pedro e a outra fiel a Portugal. Lecór foi obrigado a se afastar para o interior e com isso Montevideó ficou sob o controle do Gen Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, integrante da DVR, o qual optou por se manter fiel a Portugal.

O Gen Carlos Frederico de Lecór declarou-se ao lado de Dom Pedro I, tendo instalado o seu QG em Canelones, depois em San José, e passado a comandar as tropas brasileiras. O povo uruguai passou a assistir à luta entre as duas facções. Lecór impôs Montevidéó a um cerco de 17 meses. Alguns orientais tomaram partido. Dos caudilhos que influenciavam a política da Banda Oriental Manuel Oribe ficou do lado dos portugueses e José Frutuoso Rivera ficou com os brasileiros.

Com quatro mil homens entrincheirados em Montevidéu, Álvaro da Costa resistiu ao Gen Lecór por terra e, por mar, à Divisão Naval, que era fiel a Dom Pedro I. Tropas vindas do RS reforçavam os meios com que contava Lecór.

Percebendo a inutilidade da resistência Dom Álvaro da Costa capitulou em 18 Nov 1823, embarcando para Lisboa com a Divisão de Voluntários Reais. Caía o último baluarte do domínio colonial português em terras americanas. Tremulava de norte a sul do país o pavilhão imperial verde e amarelo.

Fatos significativos

Durante as lutas pela Independência, particularmente no Recôncavo Baiano, teve origem a Marinha de Guerra do Brasil, pela organização da força naval do RJ, pela incorporação de oficiais ingleses e pela atuação destacada do Primeiro-Almirante Lord Thomas Cochrane. E também pela do primeiro Ministro da Marinha de Dom Pedro I, Almirante Luís da Cunha Moreira. Famoso ficou João das Botas, promovido a tenente por Lord Cochrane, quando preparou, na baía de Todos os Santos, uma flotilha de barcos pesqueiros improvisadamente artilhados. As duas forças nascentes, a terrestre e a naval, irmanavam-se assim na luta pela independência política do país.

Significativamente recebiam o batismo de fogo dois militares que seriam os maiores paladinos do EB: Tenentes Luiz Alves de Lima e Silva, que era Ajudante do Batalhão do Imperador, no sítio da capital baiana, e Manuel Luis Osorio, que assentou praça a 1º Mai 1823 na tropa de cavalaria da Legião de São Paulo, a qual integrava as forças que o Gen Lecór dispunha para impor o sítio de Montevidéu. Luiz Alves tinha 20 anos e Osorio somente 15.

A Confederação do Equador, efêmera república de País de Andrade

Os ideais republicanos que durante vários anos vinham inspirando influentes líderes em PE encontraram terreno propício no agitado período dos primeiros anos da independência. A causa imediata foi a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824 por Dom Pedro I.

O movimento teve início com o litígio em torno da posse do Presidente da Província Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que presidia uma junta governativa pelo colégio eleitoral de Recife e Olinda. Andrade recusou-se a reconhecer a autoridade de Francisco Pais Barreto, Marquês do Recife, que fora nomeado Presidente pelo Imperador, recusou-se a transferir o governo e proclamou a Confederação do Equador¹⁴ a 02 Jul 1824,

¹⁴ A revolução teve várias causas: a crise da cana, os impostos e a dissolução da 1ª Constituinte (02 Jul). Foi de inspiração liberal, republicana, antilusitana, federativa e separatista. Adotou a Constituição da Colômbia, daí o nome. Obteve adesão do RN, PB, PI, CE e PE. Dom Pedro I enviou forças

convidando as outras Províncias do NE para aderirem ao movimento revolucionário.

A atitude de Pais de Andrade ocasionou a intervenção das tropas de 1^a linha localizadas em Recife, sob o comando dos Majores Bento José Lamenna Lins e Antônio Corrêa Seara, os quais prenderam o chefe dos rebeldados, recolhendo-o ao Forte do Brum. As tropas de Olinda revoltaram-se e a própria guarnição do Forte aderiu à revolução, libertando Pais de Andrade, que se dirigiu para Olinda, sendo recebido triunfalmente pela população.

Em face da situação as tropas leais ao Imperador saíram de Recife juntamente com Pais Barreto, e acamparam na região de Barra Grande, em Alagoas. Aportou então em Recife uma divisão naval com duas fragatas e uma charrua, sob o comando do Capitão-de-Fragata John Taylor, para impor o cumprimento das ordens imperiais.

Pais de Andrade procurou ganhar tempo e resolveu enviar uma comitiva ao RJ para entender-se com o Imperador. Dom Pedro atendeu aos reclamos desses emissários e nomeou novo Presidente para a Província: José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, cidadão íntegro e capaz, equidistante dos partidos em litígio. Tencionava Dom Pedro restabelecer o clima de ordem e paz em Pernambuco. Mas os inconformados retardaram a posse do Presidente, que acabou renunciando ao cargo.

A força naval teve de abandonar o bloqueio, pois recebera ordem de retornar ao RJ, em face da suposta vinda de uma esquadra portuguesa para restaurar o domínio lusitano.

A insurreição propagou-se a outras Províncias. No CE, a 29 Abr, o Comandante das Armas José Pereira Filgueiras depusera o Presidente da Província, Pedro da Costa Barros, substituindo-o pelo revolucionário Tristão de Alencar Araripe.

Sentindo-se apoiado pelos movimentos no CE, na PB e no RN, Pais de Andrade lançou a 02 Jul 1824 um manifesto expondo as razões do separatismo e concitando o povo a aderir à causa republicana.

sob o comando do Almirante Cochrane e do Brigadeiro Lima e Silva, esmagando a Confederação por mar e por terra. Os líderes foram Manuel Pais de Andrade, que fugiu para os EUA, e Frei Joaquim Divino do Amor Caneca, que foi preso e executado (13 Jan 1825), entre outros. A repressão à Confederação do Equador foi uma das causas da abdicação, sete anos mais tarde (Bento, Giorgis, 2016, p. 90).

O Imperador reagiu prontamente. Fez uma proclamação ao Exército, decretou a suspensão das garantias constitucionais em PE e estabeleceu uma comissão militar sob a chefia do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva para processar e julgar os chefes da rebelião. Lima e Silva, também nomeado Presidente da Província, tinha ordens de esmagar a revolta. Embarcou numa divisão naval comandada por Thomas Cochrane, desembarcou em Maceió e marchou sobre Recife. Em Barra Grande juntou-se às forças dos Maiores Bento José Lamenha Lins e Antônio Corrêa Seara. Ultrapassando com uma manobra de desbordamento a resistência dos revolucionários sob o comando do Cel Barros Falcão, nos arredores de Recife, as forças legais neutralizaram os contra-ataques dos rebeldes, em 12 e 13 de setembro. Pais de Andrade fugiu precipitadamente e refugiou-se a bordo da fragata inglesa Tweed.

Após algumas tentativas infrutíferas de armistício, Lima e Silva ordenou o ataque contra Recife, ao alvorecer de 17 Set. A resistência foi fraca. James Norton e seus marujos tomaram o Forte do Brum, enquanto as forças de Lima e Silva ocuparam o Forte do Buraco e entraram em Olinda. Vários chefes do movimento escaparam para o interior, sendo perseguidos.

O fim de um sonho republicano

Dominada a revolução em PE, que foi o foco principal, logo o seria também no CE, na PB e no RN. Muitos fugitivos pernambucanos foram para o CE. Crato, no Cariri, foi o principal reduto revolucionário, reunindo figuras tradicionais ligadas ao movimento, como Bárbara de Alencar e seu filho José Martiniano de Alencar. A 26 Ago 1824 foi declarada a anexação do CE à Confederação do Equador.

Os combates entre os imperiais e os chefes revoltosos Tristão Gonçalves Pereira de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras terminaram com a derrota destes, sendo aprisionado o segundo. Tristão foi morto na mesma época por um inimigo, sem ligação nenhuma com a revolução.

Com as derrotas de Missão Velha e Rio do Peixe findou-se a revolução cearense e foi instalada na Província, por ordem do governo imperial, a comissão militar chefiada pelo Ten Cel Conrado Jacob Niemeyer para julgar os chefes subversivos.

Na PB, o movimento chegou a atingir várias povoações na fronteira com PE. A ação governista, ocupando a Vila do Pilar e Itabaiana e

derrotando completamente os rebeldes em Cerro d'Anta, aniquilou a insurreição. No RN ocorreram fatos análogos; o bloqueio do litoral e a ação das forças terrestres legalistas desarticularam o movimento. E, ainda no CE, revolucionários remanescentes foram surpreendidos pelas forças legais do Major Lamenha Lins no Engenho do Juiz em 28 Nov 1824.

Terminava assim a Confederação do Equador, sonho republicano que ameaçou a unidade nacional. Dos que foram julgados pelo tribunal instalado em Recife, 17 foram condenados à morte. Entre eles figuravam João Guilherme Ratcliff, um português que chegara havia apenas um ano; João Metrovich, maltês; o pernambucano Joaquim da Silva Loureiro; todos enforcados no Largo da Prainha (Praça Mauá), no RJ, em 17 Mar 1825; e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado em Recife, a 13 Jan 1825. O Padre José Antonio Caldas conseguiu se evadir e obteve refúgio no Uruguai, vindo mais tarde a influenciar Bento Gonçalves e a revolta que este dirigiu na Província do RS (Revolução Farroupilha).

Tanto Lima e Silva como Conrado Niemeyer endereçaram representações ao Imperador, em favor dos implicados. O perdão imperial atingiu a muitos desses condenados, destacando-se Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que voltou a PE e se elegeu Senador do Império em 1831.

A formação do Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro foi sendo formado gradativamente nos 24 primeiros anos do século XIX, à medida em que se distanciava da organização castrense portuguesa, que era integrada em grande parte por contingentes nacionais de milícias, seguindo os modelos e as normas militares lusas. Em 1824, a Constituição o oficializou.

As revoltas internas, as lutas pela emancipação e as guerras externas no sul do país exigiram, desde os primórdios, que a força militar tivesse moral elevado e bom adestramento, e não havia melhor meio para isso do que apoiá-la na organização existente, a portuguesa, emprestando-lhe a motivação patriótica que o ideal de liberdade e de unidade nacional despertava naquelas circunstâncias.

Somente quando:

- foram afastadas do Brasil as tropas lusas, antes presentes em todo o território nacional;

- os comandantes em todos os níveis passaram a ser brasileiros ou portugueses que optaram por defender o Brasil, como o Gen Joaquim de Oliveira Álvares, que foi Ministro da Guerra em duas oportunidades;
- a Constituição de 1824 instituiu a "Força Militar" (Cap. VIII); e
- o Decreto Regencial nº 30, de 22 de fevereiro de 1839 deu nova organização ao Exército; é que se pode considerar o EB como tal. Dom Pedro I procurou desde logo melhorar as tropas da guarnição do RJ:
- transferiu para a capital forças de SP e de MG;
- por decreto de 23 Set 1822 criou a Guarda Cívica, que recrutou "gente limpa da cidade do Rio de Janeiro", com quatro batalhões de infantaria (cada um com quatro companhias), e dois esquadrões de cavalaria (cada um com duas companhias);
- criou no RJ três companhias de Art a Cavalo;
- por decreto de 01 Dez 1822 criou a Imperial Guarda de Honra, unidade de elite de cavalaria subordinada diretamente ao Imperador e que gozava de vários privilégios como, por exemplo, o de prestar honras militares apenas ao Imperador e à família imperial;
- criou o Quartel-General da Corte;
- instituiu em 1823 o Batalhão do Imperador, destinado a operar na Bahia contra as forças portuguesas do Brigadeiro Madeira de Melo; e
- mandou organizar, com pretos libertos, um batalhão de artilharia de posição, montado a partir do Batalhão de Caçadores dos Henriques.

E assim, conforme o estudo do Capitão Nilo Val, o Exército do Primeiro Império assim ficou organizado em suas três armas:

- Infantaria: o Batalhão do Imperador, com 735 homens em seis companhias; três Btl de Granadeiros; e 27 Btl de Caçadores (717 homens cada);
- Cavalaria: sete regimentos a oito companhias, com 620 homens cada; e
- Artilharia: 12 Corpos de Posição e cinco montados.

A **Infantaria** foi distribuída no RJ, SP, SC, Montevidéu, ES, BA, AL, Recife, PB, Oeiras (MA), Natal, Fortaleza, São Luís e Belém. A **Cavalaria** ficou no RJ, Ouro Preto, SP, Cerrito (sul do RS), Rio Pardo (RS), Montevidéu e Paysandu (Uruguai). A **Artilharia** no Rio, Santos, Desterro (SC), Montevidéu, Vitória, BA, Recife, Parnaíba (PI), Fortaleza, São Luís, Belém, SP (capital), Porto Alegre, AL e PB.

Louvável era a preocupação com a formação moral do militar, do qual se exigia irrepreensível conduta e espírito profissional. Para que a impregnação castrense inicial não se interrompesse nem fosse prejudicada

pela influência do meio civil, os recrutas ficavam confinados durante os dois primeiros meses no Depósito Geral, só podendo sair em casos de extrema necessidade e ainda assim obrigatoriamente acompanhados por uma praça antiga, que se tornava responsável pela saída.

Ao ingressar no EB para a prestação do serviço militar, o recruta recebia uma esteira para dormir e tinha de comprar com seu próprio soldo uma tigela, um prato de barro, uma colher e uma faca sem ponta.

O Quartel-General da Corte foi reorganizado em 1824. Esse importante órgão, que tinha funções de comando geral e de estado-maior para a Força Terrestre, representava a instituição central da administração militar. Serviu de modelo aos quartéis-generais nas Províncias.

Regulamentou-se o emprego de armamento nas unidades do EB através de decreto de 03 Set 1824. A infantaria manteve a espingarda, o rifle e os acessórios, que eram a vareta, o martelinho, o sacatrapo e a baioneta; a cavalaria dispunha de clavina com martelinho e sacatrapo, pistola e espada. A lança só apareceu mais tarde. A artilharia utilizava, além dos canhões, armamento portátil semelhante ao da infantaria ou cavalaria, conforme o caso. O Regimento de Estrangeiros, com um ano de existência, reestruturou-se em dois batalhões de caçadores e um de granadeiros. Os corpos de tropa, dentro de cada arma, foram renumerados seguidamente a 24 Dez 1824, inclusive as unidades de 2^a linha. As unidades de milícias continuaram com a designação tradicional dos locais de origem. Nacionalizando o EB, em 24 Nov 1830 foram demitidos todos os estrangeiros, exceto àqueles que colaboraram com o Exército.

No setor de Adm militar foi relevante o trabalho de Dom Pedro I para dotar a organização de elementos indispensáveis. Criaram-se o Comissariado Geral do Exército, o Depósito Geral de Recrutas, fábricas de material bélico, munições e arsenais. Foram melhorados o Trem Real e a Fábrica da Casa de Armas da Conceição. As Academias Real e de Marinha foram unificadas, permitindo uma unidade de doutrina.

Tudo isso representou notável esforço do primeiro governo imperial a fim de dar ao Exército organização, disciplina e eficiência, colocando-o à altura das responsabilidades na defesa da soberania da nação, cujo reconhecimento Portugal só admitiu em agosto de 1825.

Em sua “Fala do Trono” o Imperador teve a oportunidade de dizer:

"O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina; de armamento está pronto perfeitamente; de gente vai-se completando conforme o permite a população e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo. Nos arsenais do Exército tem-se trabalhado com toda a atividade (...) Todos os reparos de artilharia das fortalezas desta Corte estavam totalmente arruinados; hoje acham-se prontos (...) Construíram-se em diferentes pontos os mais apropriados para neles se obstar qualquer desembarque, e mesmo em gargantas de serras, a qualquer passagem do inimigo, no caso de haver desembarcado (o que não será fácil), entrincheiramentos, fortins, redutos e baterias novas (...)".

Dom Pedro I revelava preocupação com a integridade da pátria recém-liberta. Coube ao EB, rearticulado nessas circunstâncias, a maior responsabilidade na consolidação da independência do país. Se não houvesse uma firme determinação dos quadros dirigentes, logo Portugal conseguaria recolonizar o Brasil. Não faltavam para isto a disposição das Cortes de Lisboa e das bases mantidas em vários pontos de nosso território. No MA, na BA e na Cisplatina, esperaram em vão as tropas portuguesas pela reação de Lisboa.

Dom Pedro I, impetuoso e entusiasta, foi o artífice da vitória. A seu lado estavam grandes patriotas brasileiros, ajudando-o a dar forma ao instrumento da garantia da independência: o Exército Brasileiro. Dentro em pouco, a essa responsabilidade somar-se-ia uma outra - a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (PURP).

A participação do EB na Abdicação de Dom Pedro I - O Exército como povo

O Exército esteve presente nos principais fatos do processo histórico da abdicação, ora como defensor dos poderes constituídos e de mantenedor da lei e da ordem, ora premido pelas circunstâncias, sentindo o desvirtuamento desses poderes, mas sempre apoiando e conduzindo o povo no restabelecimento da normalidade sócio-política.

Na fase colonial a Força Terrestre havia sido encarregada de preservar as terras conquistadas e de lutar contra franceses, holandeses e ingleses, apresentando já tendências que se revelariam no Exército do futuro.

Sobre este aspecto, o historiador Samuel Guimarães da Costa na obra "Formação Democrática do Exército Brasileiro" destaca os seguintes aspectos:

"Por ora cabe ressaltar apenas a influência que teve na organização militar da colônia a confluência da iniciativa privada e da miscigenação, emprestando ao Exército colonial o caráter de força espontânea do povo - feita muito mais à base de milícias de paisanos que de tropas regulares e pagas" (Costa, 1957, p. 29/30).

Este caldeamento na formação de nossa Força Terrestre foi motivo de atritos entre portugueses e brasileiros. Foi constante o desejo dos integrantes brasileiros de galgar postos mais elevados na hierarquia militar, entrando em choque com os ocupantes mais antigos, os portugueses. O primeiro sinal manifestou-se na Revolução Pernambucana de 1817 que, apesar do cunho republicano, mostrava o conflito entre oficiais nacionais e lusos. A causa mais imediata daquele movimento foi, sem dúvida, o antagonismo existente entre as duas facções, no seio da oficialidade:

"São os oficiais portugueses - disse João Ribeiro¹⁵ - os que justificam e inflam os ódios nativistas, grosseiros, soberbos e prepotentes; por toda parte vão semeando rancor e cólera".

Na fase de conspiração pela Independência encontram-se oficiais brasileiros participando da preparação do movimento. A participação do Exército cresceu por ocasião do episódio do Dia do Fico. As tropas brasileiras, apoiando Dom Pedro, possibilitaram ao Príncipe Regente enfrentar a Divisão Auxiliadora que queria embarcá-lo de volta a Portugal. Depois da Independência, a atuação da Força Terrestre foi voltada para a luta pela manutenção da coesão e união ao redor do Imperador.

No tumultuado ambiente de mobilização material e psicológica, reunindo soldados, oficiais, políticos e expressivos segmentos populares em torno de Dom Pedro I, foi tomando feição o Exército Brasileiro, que apenas com o tempo iria definir-se nos seus traços mais característicos.

Muitos líderes do movimento pela emancipação política eram republicanos, como Gonçalves Ledo e diversos chefes militares, mas tiveram o

¹⁵ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860 - 1934) jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor e tradutor. Membro da Academia Brasileira de Letras, em RIBEIRO, João. História do Brasil - Curso Superior. In: Samuel Guimarães da Costa, op. cit. p. 82.

bom senso de refrear seus impulsos políticos para não prejudicar a causa da Independência, já que algumas figuras expressivas, como José Bonifácio, eram desfavoráveis à forma republicana de governo.

Apesar de todo o apoio emprestado ao Príncipe e do esforço em manter a nação unida e coesa, viu-se logo o Exército envolvido em acontecimentos políticos.

O Imperador, que demonstrara grande liberalidade, viu-se obrigado a dissolver a Assembleia Constituinte, antes mesmo que esta concluisse os seus trabalhos. Apesar de seu grande prestígio pessoal, o Imperador necessitou do apoio do Exército nessa oportunidade. Não obstante sua popularidade, Dom Pedro não estava certo de poder levar a tropa àquela aventura. Consta que teria se valido de um ardil nessa ocasião. Chamara um pequeno grupo de oficiais a ele ligado e lhes dissera que a Assembleia Constituinte pretendia depô-lo e afastar o Exército do centro das decisões políticas. Era uma tentativa de envolvimento da Força Terrestre em problemas de natureza política, com o risco de dissociá-la do povo. O Imperador estava se desgastando e perdendo seu prestígio pessoal.

Ao dissolver a Assembleia, Dom Pedro não produziu somente uma hostilidade dos líderes políticos contra o Exército, mas gerou também no seio da camada mais liberal da época - os brasileiros de tendências republicanas - uma impressão decepcionante.

Foi nesse ambiente de agitação política que o Brasil teve que se envolver em lutas ao sul do país. Os brasileiros lutavam no Prata contra as PURP, envolvendo a área da Cisplatina. Se a guerra era impopular, maior foi a deceção pelo desfecho: perdemos a Cisplatina a 27 Ago 1828.

É no contexto dessa situação que se pode encontrar o início da participação do Exército na Abdicação em 07 Abr 1831. Aos poucos o Exército irá transformar-se no fiel da balança política e social do país.

A impopularidade do Imperador crescia. Sua vida dissoluta, seus casos amorosos e a morte da Imperatriz Leopoldina distanciavam-no das elites, que começavam a sentir que Dom Pedro já não correspondia às aspirações mais legítimas dos brasileiros.

A Abdicação

Os fatos prenunciavam o fim. A agitação liberal crescia, escudando-se na queda do Rei francês Carlos X (29 Jul 1830), considerado ultrarealista. O assassinato do jornalista Giovanni Líbero Badaró, que dirigia o jornal extremista Observador Constitucional, de São Paulo, no dia 20 Nov, comoveu a opinião pública. Acusaram o Imperador de ser o mandante do crime, coisa que nunca se provou. Alguns brasileiros, afo-gados em seu sentimento antiportuguês exagerado, fabricaram uma crise que explodiria ao menor incidente. O Imperador decidiu fazer, nesse momento, uma viagem a Minas Gerais. Mas a frieza com que foi recebido o desiludiu. Para compensar agravos sofridos, a população portuguesa residente nas proximidades do Paço da Cidade, no Rio de Janeiro, enfeitiou as ruas, colocou luminárias e fez festa. Por volta das 22 horas desse 13 Mar 1831, grupos de populares começaram a destruir os enfeites e as luminárias. Os lusos se defenderam com garrafas quebradas, originando o tumulto conhecido como A noite das garrafadas. Criou-se um clima revolucionário de movimentos conspiratórios, com profundas articulações dentro do Exército. Na época, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, cuja família desfrutava de prestígio nos meios militares, ocupava o cargo de Comandante das Armas da Corte.

Dom Pedro resolveu fazer concessões. Em 19 de março formou um ministério composto só de brasileiros de tendências liberais e mandou pôr em liberdade os oficiais presos. Nada, porém, impediu o prosseguimento da conspiração. Incumbira-se o Deputado Odorico Mendes dos contatos com oficiais do Exército que, animados com a posição tomada por Lima e Silva, prometeram apoio.

A 05 Abr, Dom Pedro demitiu o ministério, que se mostrara inoperante. Organizou outro composto de áulicos de sua confiança - o Ministério dos Marqueses. Nesta oportunidade, correu a notícia das prisões dos chefes liberais Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (senador) e outros. A reação não demorou. No dia seguinte, no Campo de Santana, concentrou-se logo grande massa popular para exigir a demissão do novo ministério e a reintegração do anterior. Informado sobre a situação, o Imperador divulgou uma proclamação na qual procurava justificar a legalidade de suas resoluções, reafirmando a sua disposição de cumprir a Constituição. Esse documento, ao chegar ao

Campo de Santana, foi rasgado pela multidão exaltada. Diversos corpos de tropa solidarizaram-se com o povo amotinado. O Batalhão do Imperador aderiu ao movimento e deslocou-se também para o Campo de Santana. O Brig Lima e Silva dirigiu-se ao Paço a fim de apresentar ponderações ao Imperador. Nada conseguiu. Por fim, enviou o Major Miguel de Frias e Vasconcelos. Horas depois este oficial retornou ao Campo de Santana trazendo o documento de abdicação, que foi consumada a 07 Abr 1831¹⁶. Terminara mais um de nossos ciclos históricos.

O brasilianista inglês John Armitage, ao apreciar os fatos, escreveu:

"Talvez não fosse isso mais fácil do que se pensava; pois, como já referimos, não havia plano fixo para a insurreição popular; a revolução foi quase exclusivamente operada pelos militares; ou, por outras palavras, nada mais do que uma sedição militar" (Armitage, 2011).

Já no dia 8 estava preparada uma proclamação ao povo. Segundo alguns historiadores ela foi redigida por Evaristo da Veiga e dizia, a certa altura:

"Tudo, tudo se deve à vossa resolução e patriotismo, e à coragem invencível do Exército brasileiro que desmentiu as senhas insensatas da tirania" (Costa, 1957, 186).

O panorama Político/Social da Regência - a herança do 7 de abril

O 7 de abril foi o final de um movimento orientado mais contra os processos políticos do Imperador do que contra sua pessoa. Ao abdicar, Dom Pedro I deixou um país em crise. Na verdade, a vida da jovem nação fora agitada desde os primeiros dias. Como se viu, a independência política teve de ser respaldada pela força das armas em várias Províncias. O sentimento antiportuguês não deixou de crescer e de influenciar a direção dos negócios públicos.

Vários fatores contribuíram para o desfecho da abdicação: o acirramento das paixões políticas; as divergências de opinião dos estadistas brasileiros, cada qual, é verdade, buscando a seu modo o bem da pátria; o

¹⁶ Em favor do filho Dom Pedro de Alcântara, que tinha somente cinco anos de idade.

sentimento federalista, dominante em diversas Províncias, em contraposição à diretriz unitarista exigida pelo momento; a indisciplina nos quartéis, conduzindo alguns segmentos do Exército a motins e a manifestações partidárias; o temperamento impetuoso de Dom Pedro I, que o levou, entre outras coisas, a dissolver a Assembleia Constituinte de 1823 e a outorgar no ano seguinte uma Carta liberal, que Euclides da Cunha chamou de "bizarro contrasenso da liberdade dada, arrogantemente, por decreto". Esse temperamento impetuoso do Imperador o pôs em atrito com a Assembleia Legislativa, a ponto de, na Fala do Trono, em geral longa e repleta de considerações, por ocasião do término dos trabalhos da primeira legislatura em 1829, limitar-se a dizer apenas: "Está encerrada a sessão". O ressentimento contra os portugueses; a perda da Província Cisplatina¹⁷; e a prisão e desterro de homens eminentes, como os Andradadas - tudo isso contribuiu para o desfecho inesperado, a 7 de abril de 1831. A despeito do afastamento de Dom Pedro, muitos desses fatores continuaram atuando na vida política e administrativa do país.

Solução imediata: a Regência Trina Provisória

As autoridades mantiveram o controle na crise da renúncia do Imperador e encontraram no mesmo dia a solução: a Regência Provisória. Uniram-se civis e militares em torno dessa LAç. Reunidos no Senado, os parlamentares elegeram os integrantes da regência trina: Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (era o Comandante das Armas), Senador Nicolau de Campos Vergueiro (batalhador pela independência e liberal convicto) e Senador José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas (um liberal moderado).

Exaltaram-se os revolucionários ardentes de ontem ao ouvirem a pregação moderada e patriótica de Evaristo da Veiga, opondo-se à demagogia e ao radicalismo. Compreenderam eles, assim como os que assumiram o governo, o que se esperava da Regência: "um ponderador das agitações nacionais, um volante regulando a potência de revolta de tantas forças disparatadas". Esta Regência funcionou até 17 Jun 1831.

¹⁷ A Guerra da Cisplatina foi entre o Império e as PURP entre 10 Dez 1825 e a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro em 27 Out 1828, que criou a República Oriental do Uruguai como estado-tampão entre o Brasil e Argentina. Pelo Tratado, o Brasil abria mão da Cisplatina.

A Regência Permanente - 17 de junho de 1831

As funções da Regência foram reguladas por lei. Em 17 Jun 1831, a Assembleia Geral elegeu três membros para integrar a Regência Permanente: os deputados José da Costa Carvalho, de São Paulo, e Bráulio Muniz, do Maranhão, e um militar, o Brigadeiro Lima e Silva, o qual já vinha da Regência Provisória.

Não seria de paz o caminho a seguir pelo governo. Para a pasta da Justiça foi chamado um homem de vontade férrea - o Padre Diogo Antônio Feijó, a quem caberia sopitar o ímpeto revolucionário¹⁸.

A rebelião estava de novo nas ruas. A 12 Jul sublevou-se o 26º Batalhão de Caçadores (Rio), que foi dominado pela Guarda Municipal e rendeu-se, sendo deslocado dois dias depois para a BA. Na noite de 13 para 14 insurgiu-se a Divisão Militar de Polícia da Corte e a tropa espalhou-se indisciplinadamente pela cidade. O governo então recorreu aos oficiais superiores do Exército e os revoltosos cindiram-se; algumas unidades, inclusive da Marinha, apresentaram-se para a defesa das instituições. Improvisou-se o Batalhão dos Oficiais-Soldados Voluntários da Pátria - o Batalhão Sagrado, com mais de 400 oficiais de todos os postos e cujo subcomandante era o Major Luiz Alves de Lima e Silva, por exceléncia um guardião da lei. O Cmt escolhido foi o Brig José Manoel de Moraes. Os rebeldes acabaram por se dispersar-se e a corporação foi extinta.

Ficou a lição e, a 18 Ago 1831, a Regência criou a Guarda Nacional (GN), para defender a Constituição, a independência e a integridade do Império. A nova Força, no entanto, em breve foi envolvida pelos partidos políticos, desvirtuando o seu papel militar. Em 22 Out, o Ministro Padre Feijó organizou o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, com a missão de policiar o Rio de Janeiro. No mesmo mês amotinou-se na ilha das Cobras uma unidade da Marinha, por instigação de Cipriano Barata, mas as tropas legais levaram os rebeldes à rendição. Na PB houve tumultos; em PE uma legião patriótica de estudantes, milicianos e alguns cidadãos conseguiu vencer a soldadesca insurgida. Dois meses depois agitou-se de novo aquela Província e uma vez mais contou o governo local com

¹⁸ As rebeliões regenciais foram republicanas e anti-lusitanas. Outras, foram restauradoras e anti-regenciais. Outras contra a imposição de presidentes de província, contra o centralismo regencial, federalistas e separatistas. O espectro das motivações revolucionárias foi bem amplo.

voluntários para, junto à GN subjugar os soldados e civis rebelados. O CE foi agitado de janeiro a outubro por um antigo partidário de Dom Pedro I, até que o General Pierre Labatut restituísse a ordem. Em 1832, registrou-se no Rio de Janeiro a Abrilada, sob a liderança do Major Miguel de Frias, seguida de outro movimento rebelde a mando de um mercenário estrangeiro, August Hugo Hauser¹⁹, mas as forças legais conseguiram reprimir os sediciosos.

As reformas

Em 26 Jul 1832, Feijó demitiu-se, e com ele todo o ministério, depois de grande obra pela integridade nacional; estava desgostoso pela oposição movida pelo Senado; fora também vencido na sua proposta de demitir José Bonifácio das funções de tutor dos filhos de Dom Pedro I, no seu propósito de acelerar a reforma constitucional e no pretendido golpe de Estado que removeria o obstáculo daquela Casa por demais conservadora.

As reformas chegaram através do Ato Adicional, um decreto legislativo de 21 Ago 1834, que introduziu importantes modificações na Constituição, destacando-se, de um lado, a que instituía a Regência Una e, de outro a que concedia maior autonomia às Províncias. Fortalecia-se o poder executivo, encarregando-se dele um só governante. Reconhecia-se a necessidade de uma direção unitária e estabelecia-se a monarquia federativa.

A volta de um homem enérgico

Nas eleições para Regente, em 1835 venceu o antigo Ministro da Justiça, o Padre Feijó, um dos homens mais enérgicos de seu tempo. Os dois anos seguintes foram difíceis à frente do governo em função da desordem nas Províncias, mesmo com as medidas descentralizadoras do Ato Adicional de 1834.

Em Jun 1831 foi a Cabanagem no PA; agitações colocaram em polvorosa os sertões de PE e AL, de 1832 a 35; em Ouro Preto, em 1833, uma rebelião chefiada pelo Comandante das Armas foi sufocada pelas forças

¹⁹ Autodenominado Barão de Von Bülow, mas ele não detinha esse título.

legais; na BA (1835) ressurgiu um antigo fenômeno social: a revolta de negros maleses, que atacaram os quartéis, mas vencidos por militares e cidadãos armados; em setembro de 35, antes da posse do Regente, começou no sul a Revolução Farroupilha, a mais prometedora das rebeliões brasileiras no tocante à integridade do país.

Além da ameaça à unidade nacional, os tumultos, motins, rebeliões e paixões políticas perturbavam o governo. À frente da oposição estava o deputado Bernardo de Vasconcelos, antigo líder liberal que agora combatia o Regente. Unindo a oposição, Vasconcelos criou o Partido do Regresso, depois chamado Partido Conservador²⁰. O relacionamento entre o Padre Feijó e a Câmara tornou-se difícil, mesmo com a substituição de Ministros atritados com o Legislativo. Incansável no zelo pela coisa pública, honesto, voluntarioso, pouco hábil em transigir e em compor-se politicamente, o homem que primeiro experimentou no Brasil a gestão republicana transformou-se em vítima de suas próprias virtudes.

Reconhecendo a impossibilidade de governar com uma Câmara hostil, e alegando falta de verbas concedidas pela Câmara, Feijó renunciou e entregou o governo à oposição, nomeando Ministro do Império Pedro de Araújo Lima em 18 Set 1837.

Perspectiva final

Os regressistas chegaram ao poder com o objetivo de anular os excessos dos liberais. Invertiam-se os papéis. Agora os liberais, liderados pelos Andradas, constituíam a oposição na Câmara e na imprensa. O Partido Liberal nasceu no início de 1838.

O novo Regente interino, Senador Pedro de Araújo Lima, assumiu em Set 1837 e foi efetivado por eleição em Abr 1838. Teve a tarefa de

²⁰ Os partidos eram o **Progressista**, formado na classe média urbana, clérigos e ruralistas do SE e sul do país, que apoiava as medidas descentralizadoras presentes no Ato Adicional de 1834 e o regente Feijó. No lado oposto, estava o **Régressista**, composto por latifundiários, comerciantes, burocratas do Estado e magistrados, que defendia centralização política contra as rebeliões que ocorreram no país, apontando a causa delas na descentralização do poder estatal. Durante o Segundo Reinado, os Progressistas deram origem ao **Partido Liberal** e os regressistas formaram o **Partido Conservador**.

continuar a obra de organização administrativa da nação em clima político difícil. As rebeliões nas províncias continuaram. A Revolução Farroupilha²¹ ainda perdurou até 1845. A Sabinada, na BA, levantou-se contra o Presidente da Província e proclamou a República Baiense em Nov 1837. Foi derrotada pelo Brigadeiro João Crisóstomo Calado em Mar 1838. O MA conflagrou-se no fim do mesmo ano (Balaiada) e só em Jan 1841 foi pacificado, graças ao valor militar e à sabedoria do então Cel Luiz Alves de Lima e Silva, cuja estrela começava a refletir em dimensões nacionais.

Corria o ano de 1840. Começou a ganhar força uma ideia desde muito veiculada em meios políticos e que também passou a empolgar as massas populares. Ela era particularmente grata aos liberais que viam um meio de alcançar o poder: por que não antecipar a maioridade de D. Pedro II e extinguir o regime provisório representado pela Regência? O debate do problema chegou ao Legislativo; o governo reagiu contra o desrespeito à Constituição e decretou férias parlamentares. Em meio dos acalorados debates que se seguiram, na Câmara, ao decreto citado, o Senador Padre José Bento propôs que os deputados maioristas se reunissem aos senadores; e, encabeçados pelo deputado Antônio Carlos de Andrade, dirigiram-se para o Paço do Senado. Agitou-se o povo nas ruas, em expectativa. Sem reforma constitucional nem lei específica, deputados, senadores e populares dirigiram-se ao paço da Boa Vista. O Regente chegou mais tarde. Dom Pedro II, com 14 anos de idade, foi consultado sobre a antecipação de sua maioridade e concordou. Na manhã de 23 de julho, o Presidente do Senado Francisco Vilela Barbosa - Marquês de Paranaguá, proclamava Dom Pedro II maior de idade.

Foi o fim de um dos períodos mais brilhantes e fecundos da história brasileira, durante o qual muito foi feito para regular a vida administrativa, política e constitucional do país, que até há pouco era dependente de Portugal. Foi mantida a unidade numa época em que eram poderosos os fatos que poderiam conduzir à desagregação do país.

²¹ A partir de Set 1836 autodenominada Guerra dos Farrapos.

Capítulo II

- A Cabanagem.
- A Guerra dos Cabanos em Alagoas e Pernambuco.
- A revolta dos escravos malês, haussás e nagôs em Salvador (1835)

A Cabanagem - Terra e homem

O movimento conhecido como Cabanagem²² (1835/40) desenvolveu-se no Grão-Pará; os episódios principais deram-se na cidade de Belém e nos sertões de Acará e de Cametá.

Os grandes espaços e a fisiografia hostil dificultaram o conhecimento da área norte do país e a civilização ficou restrita às margens dos cursos d'água. O clima equatorial, quente e úmido, e a vegetação exuberante, dificultando os movimentos por terra, constituíram outros fatores que restringiram a conquista da região. As ligações difíceis e demoradas com a capital do país levaram os portugueses a pretender, mesmo depois da Independência, manter o controle da área. A foz do Amazonas apresenta especial importância para o controle da região; os conquistadores compreenderam isto e procuraram construir fortificações e estabelecer povoações na área que garantissem a manutenção do domínio.

A segurança de Belém e das vilas próximas era motivo de preocupação para o Império, tanto quanto o extremo sul, em razão dos interesses estrangeiros. Importante: as raízes da Cabanagem remontam a 1831.

A população da Província, em meados do século XIX, era de cerca de 150 mil pessoas e constituída basicamente de mestiços e índios, com participação minoritária de brancos e negros. O mestiço (mameluco), descendente de branco e índio, era o elemento ativo na vida provincial, caracterizando-se por seu temperamento calmo e franco e por sua devoção religiosa. As condições de vida tornaram-no desconfiado, obstinado e deram-lhe sobretudo um sentimento de frustração ante o colonizador português, envolto em privilégios na ordem política e social e cheio de desprezo pela população local. Ou seja, as relações entre o nativo e o português eram tensas e os pontos de vista antagônicos e inconciliáveis.

A notícia da Abdicação chega a Belém

A s dificuldades de comunicação retardaram a chegada de notícias do Rio de Janeiro à distante Província do extremo norte. A notícia sobre a resolução de Dom Pedro I que abdicou em favor do filho

²² Nome originado pelo fato da população pobre viver em cabanas ribeirinhas. Não confundir com a Cabanada, ou Guerra dos Cabanos (1832/35), em PE e AL.

foi conhecida em Mai 1831, causando grande excitação popular a esperança de que viriam melhores dias com o afastamento dos lusitanos.

Agitou-se principalmente a Câmara Municipal de Belém, e o Cônego João Batista Gonçalves de Campos solicitou o afastamento do Comandante das Armas, Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares Andréa - Barão de Caçapava, por considerá-lo ligado aos interesses lusitanos, mas não conseguiu obter seu intuito. Os portugueses, inconformados com a derrota e vendo seus interesses ameaçados, procuraram manter os seus cargos, buscando, inclusive, o apoio da tropa. Os presidentes da Província da época foram José Felix Pereira Pinto Burgos (18 Jul 1830 a 19 Jul 1831) e Bernardo José da Gama (19 Jul a 08 Ago 1831).

As rebeliões que envolveram o Batalhão de Caçadores de Belém

O BC²³ da capital paraense participou de várias rebeliões ao longo da sua História, sempre insuflado por elementos nativistas. Em 02 Jun 1831, as praças revoltaram-se contra os superiores e o governo, exigindo sua renúncia. Era o início da Cabanagem. O Cmt das Armas reuniu as unidades fiéis e adeptos civis e abortou o movimento. Uma derrota para as forças nativistas. A indisciplina, porém, persistiu, levando o governo provincial a aceitar a proposta de um português, Marcos Rodrigues Martins, para criar um corpo de guardas.

Em 07 Jan 1835, o BC foi atacado pelo chefe cabano Antônio Vina-gre, o qual executou oficiais e se apoderou de armas e munições.

A deposição de Bernardo José da Gama - Visconde de Goiana

A Regência, em Abr 1831, determinou a substituição do Presidente da Província e do Comandante das Armas. O fato trouxe novas agitações ao Pará devido à pressão exercida pelos lusos no sentido de que o Barão de Itapicuru-Mirim, o Ten Cel José Félix Pereira Pinto

²³ Em 1839, seu nome era 9º BC; em 1842: 5º Btl Fzo; em 1870: 5º BI Pesada, já em São Luís do MA. O atual 2º BIS tem suas origens em 1842 como "Corpo Fixo de Caçadores do Piauí".

Burgos, permanecesse no cargo, evitando que assumisse o governo, temporariamente, o Cônego Batista de Campos, substituto legal.

Finalmente, em 16 Jul, chegaram as novas autoridades nomeadas. Eram o Dr. Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana, Presidente, e o Coronel José Maria Silva Bitencourt, Comandante das Armas. Ambos brasileiros natos, conquistaram a simpatia dos nacionalistas, mas o Cel Bitencourt deixou-se envolver pela política local, particularmente pelos lusos, e o Visconde de Goiana, aos poucos, viu-se desprestigiado por sua postura liberal. As provocações lusas envolveram a tropa e, em agosto, os distúrbios se agravaram. As unidades militares rebeladas, com a conivência do Cmt das Armas, exigiram a renúncia do Presidente, que, com 18 dias de governo, embarcou para o Rio de Janeiro na fragata Campista, tendo os rebeldes colocado no governo o Dr. Marcelino José Cardoso, o mais antigo dos conselheiros, que determinou o exílio de vários nacionalistas, entre eles o do Cônego Batista de Campos (para São João do Crato), a quem de direito cabia o governo da Província.

O sangrento 16 de abril

Anecessidade de fortes providências na região obrigou a Regência a escolher um liberal de grande talento e ideias avançadas - Cel José Joaquim Machado de Oliveira - para o governo do Pará o qual, com o objetivo de pacificar os ânimos, autorizou o retorno dos exilados pelo governo anterior, inclusive o Cônego Batista de Campos. Retornando, o padre publicou um manifesto proclamando um governo autônomo, com a divisão do Grão-Pará em duas administrações distintas.

Os meses finais de 1832 e os primeiros de 33 foram sombrios para a Província. As disputas políticas ampliaram-se com a nomeação dos novos Presidente e Comandante das Armas, respectivamente o Desembargador José Mariani e o Ten Cel Inácio Corrêa de Vasconcelos, ambos identificados com os restauradores, apelidados de caramurus²⁴. A agitação culminou com violentos atritos entre liberais e conservadores, aqueles por insistirem em manter no poder Machado de Oliveira, estes para que Mariani assumisse. Mais uma vez as FFAA (Marinha e Exército) foram envolvidas. A maioria das unidades colocou-se ao lado das ideias nacionalistas,

²⁴ Facção política que defendia o retorno de Dom Pedro I.

defendidas pela corrente liberal, apoiando Machado de Oliveira, que procurava solução legal para o impasse.

Os liberais não aceitavam conciliação com os caramurus, e estes encabeçaram violenta reação, buscando o apoio da Marinha de Guerra em armas e munição. A situação era difícil. A custo Machado de Oliveira mantinha a ordem na tropa. As violências e ameaças dos caramurus contra os liberais levaram-no a acatar a decisão da Câmara Municipal, a qual determinava que se informasse à Regência o estado de coisas.

As forças terrestres compunham-se do BC, do 5º Btl de Artilharia de Posição, de uma Companhia de Guardas Municipais (com 100 homens) e de um Batalhão da Guarda Nacional (com quatro companhias na capital e quatro no interior).

Os caramurus defenderam a posse do novo Presidente pelas armas e instaram junto a ele para que assumisse o poder à força.

Por fim, a 16 de abril estourou o conflito, envolvendo os líderes portugueses chefiados por Afonso Jales, e as autoridades provinciais. A população amedrontada, no início do tiroteio, procurou proteção no BC. O Presidente, à frente dos habitantes locais, dominou a rebelião.

Diante dos fatos ocorridos e atendendo à solicitação da municipalidade Machado de Oliveira permaneceu no cargo até 04 Dez, sendo substituído por Bernardo Lobo de Sousa. Por Carta imperial de 05 Set 1833 foi nomeado Comandante das Armas o Coronel Joaquim Silva Santiago.

O novo Presidente Lobo de Sousa iniciou a administração de forma conciliadora, publicando o decreto regencial que anistiava todos os envolvidos em comoções políticas. Reintegrar ao serviço público vários elementos suspensos. A par dessas medidas, procurou sanear a vida pública com o pagamento pontual à tropa, com a reforma e construção de estradas, com melhoria do abastecimento e com a moralização na cobrança de impostos. No âmbito militar, recompletou as unidades mediante recrutamento de novos contingentes. Estes fatos provocaram descontentamento. Os acontecimentos adentraram o ano de 1834.

Apesar das acertadas providências do governo Lobo de Sousa, um grupo liderado pelo Cônego Batista de Campos, que já se indisputava com o Presidente, começou a conspirar na capital e no interior, conseguindo aproximar-se do antigo adversário, Cel Félix Antonio Clemente Malcher, oficial de segunda linha do Exército, proprietário de uma próspera fazenda na localidade de Acará, onde gozava de grande prestígio.

Juntamente com outros elementos influentes, os insurgentes tramaram a derrubada do Presidente. Reuniram armas e munições e arregimentaram adeptos para a revolução, destacando-se Eduardo Francisco Nogueira (o Angelim) e os irmãos Vinagre - Francisco Pedro (Tenente do 1º Batalhão da GN), Antônio, Raimundo, Manoel e José. O movimento alastrou-se nas redondezas e o governo provincial, preocupado com os boatos, determinou a organização de uma expedição militar para pacificar o vale de Acará. A 19 Out 1834, o Major José Nabuco de Araújo iniciou o deslocamento da força, embarcada em navio da Esquadra. O destacamento atingiu a fazenda Vila Nova e antes da chegada dos reforços o Presidente foi surpreendido, na madrugada de 22, por um grupo de revoltosos chefiados por Francisco Pedro Vinagre e Angelim que assassinaram o major e três homens.

O insucesso e os boatos de que os revoltosos se dirigiam para a capital fizeram com que o governo aprestasse a defesa da cidade, determinando ao Cel Sebastião de Melo Marinho Falcão, Cmt da GN, que enfrentasse os sediciosos. Estes, ao comando de Malcher, dos irmãos Vinagre, de Angelim e outros, ultimavam a arregimentação dos caboclos para marcharem todos sobre a capital para depor as autoridades provinciais.

Organizou-se nova expedição de forças legais sob o comando de Marinho Falcão, com grandes dificuldades, pois os guardas nacionais insubordinaram-se e negaram-se a integrar a coluna. Contornados os empecilhos, a expedição partiu para a região e, depois de sofrer uma emboscada em que morreu o comandante, atingiu a fazenda Acará-açu, abandonada pelos correligionários de Malcher.

O Cmt da expedição naval, Capitão-de-Fragata James Inglis²⁵, dirigiu as operações. Mandou atear fogo às construções vazias e determinou que as patrulhas vasculhassem a região, sendo presos Malcher, Raimundo Vinagre e outros. Manuel Vinagre foi morto. O Cônego Batista Campos permaneceu foragido, acobertado pela população e pelas autoridades locais, vindo a falecer, de enfermidade, a 31 Dez 1834.

Apreensivo com a segurança de Belém, o governo provincial decretou o recrutamento de mais um contingente de guardas nacionais, adquiriu

²⁵ Trata-se de Guilherme James Inglis, um mercenário jamaicano de origem inglesa, que servia à Marinha Imperial desde 1823. Gozava de muito bom conceito entre os seus superiores.

material bélico, reformou as fortificações e fez recolher o armamento em poder da população.

Belém em poder dos Cabanos

A chama da rebelião, no entanto, não se apagara. Apesar de morto o Cônego Batista Campos, os seguidores não interromperam o aliciamento de partidários, particularmente entre os guardas nacionais e entre os cabanos, que eram pessoas humildes, assim chamadas em virtude das choupanas rústicas que habitavam.

O governo local não acompanhou a evolução do movimento, que contava com a participação de militares. A 7 Jan 1835, os rebeldes invadiram Belém, chefiados por Antônio Vinagre e por João Miguel de Sousa Aranha, e dirigiram-se ao quartel do BC, ao quartel de Art e ao Palácio do Governo. Assassinaram o Comandante das Armas Major Joaquim Silva Santiago, o Presidente Bernardo Lobo de Sousa (morto pelo cabano Domingos Onça) e o Comandante da Força Naval James Inglis.

Os cabanos, vitoriosos, retiraram Malcher da prisão e o aclamaram Presidente da Província. Ofuscado pelo mando, Malcher entrou em conflito com os irmãos Vinagre e Nogueira, ocorrendo luta armada às 1100 h de 19 Fev 1835, da qual saíram perdedores os partidários de Malcher. Este conseguiu refugiar-se a bordo do brigue Cacique e persuadir a guarnição a atirar contra a cidade²⁶. Diante da resistência dos que se encontravam em terra, resolveu-se negociar a paz. Ficou acertado que Francisco Pedro Vinagre assumiria a Presidência da Província, sendo em seguida reconhecido pela Câmara Municipal. A seguir, combinou-se a transferência de Malcher, a bordo do Cacique, para a Fortaleza da Barra. Nesse percurso o cabano Quintiliano Barbosa matou-o com um tiro no peito.

Francisco Pedro Vinagre estabeleceu, de imediato, medidas capazes de fortalecer o seu dispositivo, aumentou o número de guardas permanentes para três companhias e designou elementos de confiança para o comando da força. Tomou logo providências para que as tropas fossem pagas e para que os cabanos fossem desarmados. A 16 de março deu conhecimento à Regência sobre os acontecimentos em Belém.

²⁶ A Armada atirou contra a cidade durante todo o dia 19 Fev e parte do dia 20, sob o comando do 1º Ten João Maria Wandekolk.

A Marinha manteve-se em expectativa, já que Vinagre inspirava sérias preocupações. A oficialidade da Armada dirigiu-se ao Presidente do MA, dando ciência da evolução dos acontecimentos no Pará.

Em 20 Fev, Vinagre tentou desarmar os navios de guerra, mas foi repelido pelos oficiais, que aguardavam em seus postos as providências dos escalões superiores para o restabelecimento da ordem pública.

A solicitação dos oficiais ecoou de forma positiva no MA. O Presidente da Província organizou uma expedição naval sob o comando do Capitão-Tenente Pedro da Cunha, que partiu a 12 Abr 1835 para Belém. Ela foi calorosamente recebida e o seu comandante logo conseguiu o adequado aparelhamento de todos os vasos de guerra.

As tentativas de Pedro da Cunha para pacificar a Província²⁷

No Pará, Pedro da Cunha iniciou gestões junto ao chefe cabano Vinagre para a pacificação da Província e a reimplantação da lei e da ordem. Por reconhecer, talvez, a inferioridade e inadequação das forças para uma ação imediata, procurou se entender com os rebeldes através de correspondência. Com o passar do tempo, Vinagre verificou que os que o cercavam não estavam dispostos a entregar o governo ao substituto legal, o deputado mais votado, Dr. Ângelo Custódio Correia. Vinagre desejava assegurar a defesa de Belém e o Cap Pedro da Cunha buscava o apoio da população, que começou a se refugiar nos navios de guerra. Foram para lá até mesmo oficiais da Força Terrestre.

Contando com o apoio da Esquadra, de elementos do Exército, dos guardas nacionais e de muitos civis, o Dr. Ângelo Custódio tentou o desembarque para tomar a capital. O Ten-Cel João Henrique de Matos foi designado para a missão mas foi contrário à sua execução, depois de verificar os meios em pessoal e em material com que poderia contar. Foi então convocado um conselho de guerra, que resolveu indicar o Major João Roberto Aires Carneiro para comandar a operação, no dia 12 Mai. Carneiro não obteve sucesso. A tropa foi repelida com grandes perdas em pessoal e material, além de sérias avarias nos navios.

²⁷ Consultar detalhes destes acontecimentos no Pará na obra DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 208/210.

A vitória efêmera das forças legais

Os acontecimentos no Pará repercutiram na capital do Império e o Ministro da Guerra José Félix Pereira Pinto Burgos foi criticado no Parlamento por causa da situação das forças terrestres na área. Na verdade, as dificuldades eram de grande monta. Impunha-se reorganizar e reequipar o Exército de forma a obter disciplina e eficiência, tornando-o apto a manter a ordem interna e a integridade nacional.

As autoridades regenciais tinham problemas em toda parte e pareciam relegar a segundo plano o caso do Pará que, dia a dia, mergulhava mais fundo no caos, levado pela falta de visão dos governantes centrais e pelas ambições políticas locais.

O Marechal Manuel Jorge Rodrigues - Barão de Taquari, foi nomeado Presidente da Província e Cmt das Armas a 10 Abr 1835. Embarcou na fragata Campista, comandada pelo Chefe-de-Divisão John Taylor, incumbido de chefiar as forças navais; levava um contingente de 50 homens com material bélico. Estas autoridades chegaram a Belém em 9 Jun e grande número de pessoas, inclusive cabanos, apressou-se em cumprimentá-los a bordo. Vinagre manifestou o interesse de transmitir o cargo, alegando retê-lo a contragosto. Parecia disposto a renunciar, apesar da resistência dos que o cercavam, temerosos de represálias do Presidente então nomeado, que era português de nascimento.

Finalmente a 25 Jun, após várias conferências, o Presidente recebeu o governo e a cidade entrou em festa. De imediato foram tomadas providências para a pacificação. Substituíram-se as tropas cabanas por forças legais nas diversas unidades.

A situação dos corpos de tropa era precária. A munição e o armamento em poder dos cabanos não foram restituídos, conforme havia sido combinado, mas sim levados clandestinamente para o interior. O armamento devolvido, em pequena quantidade, estava imprestável e a munição era muito reduzida. As forças legais dispunham de 500 a mil homens, incluindo a força naval, computados os 17 soldados do Corpo de Artilharia, os 45 de um BC e os 18 do outro BC, incorporados na substituição de governo. Os cabanos ficaram com aproximadamente três mil armas, inclusive canhões. A fim de atender às necessidades urgentes de segurança criou-se uma força, o Corpo de Voluntários de Dom Pedro II.

A retomada de Belém

O novo Presidente não conseguiu levar ordem aos cabanos e integrá-los à família provincial. Antônio Vinagre, à frente de numeroso grupo de cabanos, tomou o rumo do sertão; possuíam armas e munições. Concebeu ele o plano de invadir o município de Vigia e o executou de surpresa, sacrificando muitos inocentes. Os vereadores e outros principais do município refugiaram-se no Trem de Guerra (depósito). Senhor da situação, Antônio Vinagre exigiu a rendição, que aceitaram mediante promessa de respeito às suas vidas. Tão logo puseram-se fora do refúgio, uma descarga dos cabanos os liquidou. O sacrifício dos inocentes revoltou a opinião pública e o governo ordenou a prisão de Francisco Pedro Vinagre e de outros chefes cabanos que permaneciam desocupados na capital. As severas medidas irritaram os rebelados, e os chefes que escaparam às medidas punitivas - Antônio Vinagre, Eduardo Nogueira (Angelim), e Geraldo Nogueira, irmão de Angelim e conhecido como Gavião graças a seu temperamento feroz, temido até pelos próprios cabanos - determinaram represálias e a retomada de Belém.

Novamente a cidade transformou-se em praça de guerra. Os poucos recursos disponíveis impediram uma ação ofensiva capaz de exterminar os grupos sediciosos e operar em conjunto com a força naval, no interior da Província.

Em Ago 1835, Antônio Vinagre intimou o Mar. Manuel Jorge Rodrigues a libertar seu irmão e os demais cabanos, sob pena de invadir a cidade com três mil homens. A 14 Ago a promessa foi cumprida. Os cabanos organizaram-se em três colunas e dirigiram-se à capital. No fim do primeiro dia de combate, os rebeldes tomaram parte da cidade, tendo morrido Antônio Vinagre em 17 Ago. Destacou-se na luta o Capitão Joaquim Rodrigues de Andrade, que defendeu com bravura o Arsenal de Guerra. A 22 Ago, a situação estava insustentável devido às perdas sofridas pelas forças legais que estavam praticamente sitiadas. Um conselho de guerra apresentou a sugestão de que o Presidente devia retirar-se com a tropa e com alguns civis para bordo da Esquadra. Após relutar, o Marechal acabou concordando e, na madrugada do dia seguinte, realizou-se a operação, com sucesso. O governo estabeleceu-se na ilha de Tatuoca, iniciando-se o bloqueio dos portos.

Eduardo Nogueira, o Angelim, de apenas 21 anos, a 26 Ago foi aclamado terceiro Presidente cabano e começou desde logo a enfrentar sérias dificuldades para manter a disciplina: campeava a desordem e os saques eram frequentes. Em Set 1835, o governo central tomou providências para facilitar a ação das autoridades civis e militares da Província. As tropas foram reorganizadas e começaram a intransquilizar os cabanos que enfrentavam dias difíceis devido à incapacidade dos chefes, ao bloqueio naval e aos graves desentendimentos dentro de seus quadros.

Os reforços, finalmente

Os primeiros contingentes expressivos para combater os sediciosos chegaram em Dez 1835. Eram dois batalhões de caçadores e uma companhia de artilharia sob o comando do Major Joaquim José de Sousa. Traziam também gêneros e material bélico, em boa quantidade. Além desses meios, uma coluna de 100 homens enviada do CE começou a agir na região de Turiaçu. Em Mazagão também se preparou uma expedição de 400 homens sob o comando do Cap João da Nóbrega. Em Jan 1836 juntou-se a tropa do Major Monterojo, estruturada no ano anterior, em Macapá, com um contingente de 120 milicianos.

Dispondo de tropas preparadas para operações terrestres e contando com o auxílio da força naval, o Marechal Manuel Jorge Rodrigues encetou vitoriosas incursões contra os focos cabanos, no interior. Os rebeldes foram vencidos em Chapéu Virado, Colares, Vigia, Curuçá e Vieira Vale.

O Brigadeiro Andréa - Barão de Caçapava

Em novembro de 1835, o governo central nomeou o Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa²⁸ e o Capitão-de-Fragata Frederico Mariath em substituição ao Marechal Rodrigues e ao comandante John Taylor, respectivamente. Os novos chefes receberam reforços em pessoal e mais alguns vasos de guerra e assumiram suas funções

²⁸ O Brig Soares de Andréa foi Presidente do Pará, de 09 Abr 1836 a 07 Abr de 1839.

a 9 Abr 1836. Trazendo eficiente equipe, Soares de Andréa iniciou a reorganização dos efetivos de que dispunha, 1.500 homens, dos quais aproximadamente 500 se achavam guarneecendo as posições de onde os cabanos haviam sido desalojados.

O novo Cmt das Armas determinou o máximo sigilo na preparação da tropa, evitando qualquer ligação com elementos locais. Prosseguiu com as expedições aos diferentes pontos de reunião dos amotinados, conseguindo obter várias vitórias, e estabeleceu operações conjuntas com a Esquadra, a partir dos limites com o MA. Foram retomadas as vilas de Vizeu, Bom Intento, São Domingos e outras localidades.

Isolados e enfrentando grandes dificuldades em Belém, sem dispor de alimentos e munições, com sérias divergências entre os subordinados, Angelim e outros chefes decidiram oficializar ao Brigadeiro Andréa propondo anistia para todos os cabanos, inclusive os presos. Uma carta do bispo da cidade reforçou a solicitação. Andréa, ciente da fraqueza, aceitou o diálogo, afirmando, no entanto, não ter competência para tomar tais medidas prometendo, porém, propô-las à Assembleia Geral. Acrescentou que cumpria ordens rigorosas do governo para pacificar a Província. Sugeriu aos rebeldes que abandonassem a cidade e se estabelecessem em local predeterminado, até a decisão da causa. Em entendimentos subsequentes escolheu a fazenda do Carapiru para a permanência provisória dos cabanos, responsabilizando-se por deixá-los passar levando o que bem entendessem, devendo apenas o chefe apresentar a relação das pessoas que o acompanhavam e a data do movimento. O local desagradou aos cabanos, pois previram as dificuldades que ali teriam e as vantagens que a tropa legalista obteria sobre eles.

Andréa, por outro lado, manteve-se firme, informando que dessa forma as coisas permaneceriam como antes. A ameaça de os revoltosos incendiarem Belém não mudou sua posição de intransigência, fato que levou o pânico aos bandos rebeldes. Estes lançaram então uma proclamação determinando o abandono da capital e a reunião no interior, mas prometendo voltar a sitiar Belém caso não se aprovasse a anistia. Foi repelida uma nova exigência feita a Andréa, afirmando o Brigadeiro que a retirada de Belém deveria ser tratada com mais pormenores. A par disso preparou-se a operação de retomada da cidade pelas forças legais.

Belém definitivamente tomada

Embora decididos a abandonar a cidade, os rebeldes abriram fogo contra um navio em Pedreira, na madrugada de 13 Mai 1836. De terminou-se então o desembarque das forças legais, com o apoio de intenso fogo naval. Os insurretos, utilizando um sem-número de pequenas embarcações dirigiram-se em tumulto para seus locais costumeiros de abrigo, perseguidos pelas embarcações da Marinha. O chefe Angelim refugiou-se no vale do rio Acará. As forças legais iniciaram a limpeza da cidade e a reorganização da vida administrativa da Província.

A árdua perseguição aos cabanos

A retomada de Belém trouxe novo ânimo às autoridades governamentais que estavam emprenhadas na operação mais demorada - livrar a população dos saques de grupos rebeldes que infestavam o interior, inclusive Marajó. No interior, o cabano sentia-se à vontade e, muitas vezes, contava com o auxílio do povo, por coação ou por identidade de propósitos. Somavam-se a este fato as condições hostis do meio físico que dificultavam a operação das unidades legais.

Conhecedor dos problemas da região, Andréa solicitou ao governo central os meios necessários ao restabelecimento da normalidade na Província, buscando com providências acertadas promover a prosperidade local. Mesmo com tropas insuficientes, em número e qualidade, com equipamento e armamento deficiente e necessitando de barcos a vapor para aumentar a mobilidade das forças, lançou-se contra os derradeiros focos subversivos. Iniciou o reconhecimento e a busca de informações sobre as concentrações rebeldes, sabendo assim que o principal grupo, comandado por Angelim, se estabelecerá em Turi, às margens do Acará; em Marajó, bem como em Breves, em Almeirim e em outras localidades do Baixo Amazonas os guerrilheiros haviam sido batidos. Organizaram-se várias expedições que obtiveram sucesso, como em Moju e Boca do Acará, por exemplo sem, contudo, conseguir eliminar Angelim e o numeroso grupo. O lento desenrolar destas operações preocupou o governo provincial, levando-o a reclamar junto ao Ministro da Guerra o estabelecimento de prefeituras militares, de comandâncias e de subcomandâncias em várias localidades (como

Rio Negro, Santarém e outras) e o envio de oficiais superiores para a Província. Em agosto, os insurretos foram derrotados em Marajó, novamente, e na vila do Rio Negro, em operações combinadas com a Esquadra. A vila de Oeiras foi retomada.

A prisão de Angelim

Am fins de agosto e no princípio de setembro chegaram informações sobre o grupo de Angelim, então homiziado em Acará e reforçado com elementos de Félix Gonçalves e Manuel Maria. Seguindo instruções do Presidente, as forças legais montaram uma operação conjunta para exterminar de vez os sediciosos. Cuidadosamente planejado e executado, o envolvimento dos cabanos ocorreu no vale do rio Pequeno, nas proximidades do lago Porto Real, onde Angelim e outros chefes foram aprisionados, a 20 Out 1836. A operação infligiu grandes perdas ao movimento, sendo que muitos de seus membros desertaram.

A prolongada pacificação

As operações de limpeza continuaram. Em Dez, Santarém foi retomada. Novas preocupações passaram a afligir as autoridades provinciais em 1836 - o apoio emprestado aos revoltosos pelos franceses. De fato, como a França reivindicava grande parte do território setentrional da Província do Grão-Pará, uma possível sucessão só poderia favorecer as pretensões francesas. A Cabanagem, por isso, representou um sério perigo para a integridade nacional.

Nos anos de 1837 e 38 prosseguiram as operações contra os derradeiros focos rebeldes. O Brig Andrea, em Abr 1839 transmitiu o cargo ao novo Presidente nomeado, Dr. Bernardo Sousa Franco, paraense filiado à corrente liberal e que procurou obter a conciliação, embora prosseguissem as operações militares. Apesar de conseguir anistia para os sediciosos, estes continuaram a agitar o interior da Província.

Em Fev 1840 assumiu a presidência o Dr. João Antônio de Miranda. Dotado de espírito conciliador, conseguiu desativar inúmeros focos, incorporando os cabanos à comunidade paraense e incentivando as atividades econômicas.

O início do governo pessoal de Dom Pedro II abriu uma era de paz e prosperidade para a nação. O Grão-Pará estava inteiramente pacificado. graças aos esforços das forças legais.

A Guerra dos Cabanos em AL e PE - Terra e homem

Este conflito interno desenvolveu-se ao N de AL e S de PE, entre o litoral e o sertão; as principais ações foram nas localidades pernambucanas de Panelas, Una, Santo Antônio, Limeira e Água Preta, e nas alagoanas de Barra Grande, Jacuípe, Palmeira e Porto Calvo.

As condições locais eram hostis, inexistindo meios de comunicação. A temperatura era elevada e o solo de boa qualidade. Parte da mata atlântica já havia sido devastada pelos primitivos descobridores. A pluviosidade já dava sinais de irregularidade, exigindo aclimatação do homem. Este contexto facilitava o desenvolvimento de operações de guerrilha e dificultava o combate legal aos grupos que se formavam.

A geomorfologia condicionou igualmente a economia, baseada na pecuária e na cultura da cana, a par de uma agricultura de subsistência, de expressão insignificante. A base alimentar era o peixe, a carne-de-sol e a farinha de mandioca.

Ao tempo do Império havia ali grande número de povoações, particularmente nos vales dos rios (cabanos). Os principais tipos humanos então encontrados na área eram o sertanejo mameluco, o negro escravo e o senhor branco. A sociedade que se estruturou foi patriarcal: o senhor de engenho e o fazendeiro dominavam completamente os contextos sócio-econômico e político, mantendo rígidas relações com os outros grupos, fosse de homens livres, fosse de escravos. A contestação a essa aristocracia rural ia-se esboçando em Recife, com o surgimento de uma burguesia comercial e com a crescente pressão de minorias liberais.

A Guerra dos Cabanos em PE e AL (1893/35) - Cabanada

As graves disputas entre os liberais-moderados e os liberais-exaltados em PE culminaram com os movimentos surgidos após a abdicação de Dom Pedro I. Os distúrbios tomaram conta de Recife e do interior, provocados de um lado pelos interesses caramurus,

inconformados com a possibilidade de perder posições políticas importantes, cargos públicos e atividades comerciais; de outro, pela ambição dos idealistas liberais, associada à frustração e ao descontentamento decorrentes da posição inferior que desfrutavam os brasileiros (em relação aos lusos) na conjuntura política, econômica e cultural.

O movimento cabano começou pelo aparecimento do bando de Antônio Timóteo na região do Panelas de Miranda, AL, em Mai 1832. O movimento, inspirado na luta entre as tendências políticas daquele momento, preconizava a restauração de Dom Pedro I, como fizeram outros líderes de PE, entre eles o Ten Cel Lourenço Torres Galindo. A 30 Jul os insurretos proclamaram em Passo, AL, o restabelecimento do governo do primeiro Imperador. A agitação estendeu-se a Una (com Manuel Afonso de Melo), a Barra Grande (com Batista de Araújo) e a Palmeira (com Alexandre Gomes de Oliveira). A rebelião, originada na Abrilada (Recife, Abr 1832) foi apoiada pelos pobres, escravos e índios. Esta aliança surpreendeu por reunir elementos de interesses antagônicos.

Do litoral, a rebelião espalhou-se pelo sertão e ganhou força, trazendo preocupações para as autoridades, como os presidentes Manuel Lobo de Miranda Henriques, de AL, e Francisco de Carvalho, de PE.

As providências para a restauração da ordem foram inicialmente de pequena monta, com as expedições do Ten João Crisóstomo Ferreira dos Santos na localidade de Joaz e de Lourenço Bezerra Cavalcanti. Posteriormente, face à gravidade da situação, o Presidente de PE nomeou o Cap José Francisco Vaz de Pinho Carapeba comandante de todas as forças.

Além disso, grassava em PE a política de pequenos interesses, com sérias desavenças entre os dirigentes. O Presidente Francisco de Carvalho e o substituto legal Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque renunciaram, assumindo o governo Bernardo Luís Ferreira em 01 Set.

As ações militares alcançaram um êxito inicial com a redução do movimento, entre Ago/Set, em Jacuípe e Barra Grande, graças a uma outra expedição comandada pelo Major Manuel Machado da Silva Santiago. Antônio Timóteo morreu em 26 Out no ataque a Feijão. Pacificada AL, restava o interior de PE, onde os rebeldes atuavam, particularmente em Panelas de Miranda, cujo foco foi por fim extinto ainda em 1832.

O movimento havia se interiorizado em fins de 1832, tomando o aspecto de guerrilha, contando de início com a ajuda voluntária da população e depois por coação, aproveitando as características adversas da zona de

operações. Os sediciosos impuseram derrotas sucessivas à tropa que se encontrava deficientemente equipada, armada e instruída.

Em 14 Nov 1832, tomou posse da Presidência da Província de Pernambuco Manuel Zeferino dos Santos, cujo temperamento enérgico e decidido o levava a pacificar os cabanos. Resolveu, então, enviar para o interior o Cmt das Armas, Cel Joaquim Silva Santiago. A 08 Dez, o Cel Santiago partiu levando cerca de 200 homens.

Em 1832, foram criados em Altinho um QG, de onde saíam batedores para perseguir os guerrilheiros, uma pagadoria e um hospital. Entretanto, a fuga de líderes cabanos presos em AL acarretou graves desentendimentos entre os chefes militares dirigentes das operações. Em 02 Abr 1833, os legais foram derrotados na Serra do Cafundó.

A difícil situação das tropas legais após a derrota de Cafundó e o internamento de grande coluna de cabanos sob o comando de Vicente Ferreira de Paula²⁹ melhorou sensivelmente em Dez, diante da ação do Cel Santiago, que impôs sucessivos reveses aos rebeldes, os quais, entretanto, prosseguiram tenazmente a luta. Em Jacuípe, o comandante da força recebeu por escrito uma solicitação do chefe cabano para ajustar as condições de uma trégua. Percebendo que o objetivo era ganhar tempo, Santiago atacou e venceu o adversário. O Cap Ferro derrotou os cabanos em Pacavira, Duas Bocas e Flores, em AL, atingindo Jacuípe, onde se encontravam as forças de Santiago. Partiram em seguida pelo vale do Una para tentar ligar-se com o Cap Carapeba, operação que fracassou, pois os revoltosos ameaçavam Porto Calvo.

Entre Mar/Abr 1833, as divergências entre os chefes militares e o Presidente de PE se agravaram bastante, particularmente em face do convite feito pelo Presidente para que o Brigadeiro Pierre Labatut assumisse a direção das operações. Apesar disto, o governo provincial determinou a remessa de material e pessoal para a região conflagrada. O Cel Santiago fortificou-se na localidade de Água Preta. A evolução da situação neste período foi desfavorável às forças legais, ocorrendo o ataque a Porto Calvo, em Fev 1833, onde os rebeldes conseguiram muito armamento e munição, homiziando-se depois na serra do Cafundó, donde hostilizavam as forças legais que operavam na área. Imediatamente, o Cap Carapeba atacou o

²⁹ Seu nome anterior era Vicente Ferreira Tavares Coutinho, filho do vigário de Goiana e sargento da tropa de primeira linha.

reduto dos cabanos na serra do Cafundó, tomando-o em 28 Mar e regressando a Altinho. Os cabanos vingaram-se realizando um ataque de surpresa a Altinho. Na incursão, realizada em 02 Abr foi ferido o bravo Cap Carapeba, falecendo ao ser transportado para Recife. Ainda em Abr 1833 o governo reprimiu com êxito a tentativa de Torres Galindo de sublevar a região de Santo Antônio.

Em 22 Jun, Santiago foi afastado do Comando das Armas, por solicitação do Presidente da Província, após vários desentendimentos entre ambos e, sobretudo, pelas arbitrariedades do coronel em Água Preta. Eram notórias as divergências entre Zeferino e Santiago.

Reconhecendo a ação meritória de Manuel Zeferino dos Santos, a Regência determinou que ele assumisse o comando das forças legais que operavam em toda a área, substituindo o Presidente Manuel Lobo, de AL, por Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo. Seguiu-se uma alteração nos dispositivos das forças, assumindo a direção das operações o Ten Cel José Joaquim Coelho. Providenciaram-se reforços para a substituição da tropa e feitas novas tentativas de obter a capitulação dos cabanos os quais, com o apoio de pessoas influentes, insistiam na luta animados pelos boatos do retorno de Dom Pedro I ao Brasil. Em Jul/Ago 1833, frustraram-se as tentativas de conseguir um porto de mar.

Em setembro, alegando motivos de saúde, renunciou o Presidente Manuel Zeferino, que foi substituído interinamente pelo Conselheiro Félix José de Lira, que continuou a luta com igual disposição. Afastou-se também o Major Joaquim José Luís de Sousa, que, apesar de nomeado pelo governo de PE se entendeu perfeitamente com o Presidente alagoano, desenvolvendo vitoriosa campanha contra os cabanos.

Os dias difíceis de Francisco de Almeida e Albuquerque em PE

Assumindo o governo, o novo Presidente buscou a pacificação em face da anistia decretada pela Regência a 08 Out 1833. Os cabanos não aceitaram a anistia, as tentativas de pacificação fracassaram tanto em PE como em AL e os sediciosos intensificaram as ações.

Em novembro houve uma grave ocorrência: descobriram-se cartas do Brigadeiro José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (filho do Padre José Inácio de Abreu e Lima, o Padre Roma) a seu irmão Luís Roma, nas quais se confessava partidário da Restauração e comprometia-se a liderar os

cabanos. O agravamento da situação na capital e as dificuldades no interior, particularmente em Panelas, levaram o Presidente a solicitar sua substituição. Em 15 Jan 1834, os irmãos Francisco e Antônio Carneiro reuniram um grupo de Guardas Nacionais no Campo dos Canecas (hoje Pátio do Terço), em Recife, e fizeram exigências³⁰.

Assume Manuel de Carvalho Pais de Andrade em PE

Após um breve governo interino de Joaquim José de Miranda (13 Jan/04 Jun 34), o Vice-Presidente em exercício Manuel de Carvalho Pais de Andrade substituiu Almeida e Albuquerque, supriu o movimento urbano dos irmãos Carneiro sem lutas e empenhou-se em combater a guerrilha no interior. Entre as várias outras medidas adotadas destacaram-se a criação do Corpo de Batedores, sob o comando do Cap Francisco de Melo e Albuquerque, para liquidar os cabanos nas matas; a remessa de suprimentos e reforços para a frente de luta; a transferência pessoal do Presidente para a zona de operações; a prisão de caramurus influentes que agitavam a capital; e o recolhimento de armas distribuídas aos acadêmicos de Olinda.

Aumenta a pressão sobre os cabanos

As providências do novo Presidente obtiveram resultados decisivos, levando o desespero aos cabanos que tentaram destruir as forças legais em Panelas e Jacuípe, em Jan/Fev 1834. Manuel de Carvalho partiu em março para o teatro de operações, a fim de conduzi-las mais eficientemente, levando um reforço de dois batalhões.

Os Presidentes de Pernambuco e AL³¹ reuniram-se a 13 Mar na região e criou-se uma área de sítio limitada ao norte pelo Jacuípe e Una, a leste pelo Atlântico, ao sul pelo Manguabe e a oeste pela estrada que liga Jacuípe a Porto Calvo. Deu-se um prazo para a população ordeira abandonar a região. Em Jacuípe os cabanos perderam a posição privilegiada, derrotados através de um ardil.

³⁰ Estes movimentos restauradores dos irmãos Carneiro foram chamados de Carneiradas.

³¹ Vicente Figueiredo de Camargo.

O fim dos cabanos

A pressão das tropas, a perda do apoio da população, a suspensão da colaboração dos restauradores de Recife e a falta de alimentos, armamento e munições liquidaram a vontade de lutar dos rebeldes, reduzidos agora a grupos errantes pelo sertão. As deserções tornaram-se frequentes, restando na luta aqueles que estavam seriamente comprometidos no movimento e grande número de negros escravos que preferiam o combate ao cativeiro.

Em fins de maio, Manuel de Carvalho regressou a Recife, deixando a operação de limpeza a cargo do comandante militar. Transformou-se em sério problema a questão dos prisioneiros que já superlotavam as prisões, empêchando efetivos consideráveis na segurança das prisões e consumindo suprimentos indispensáveis à tropa. O sucesso das operações em AL possibilitou o regresso do Presidente à capital.

Em julho de 1834 a região estava praticamente pacificada e a população aos poucos retomava a atividade normal. O líder rebelde Vicente de Paula vagava pelo sertão com as tropas em seu encalço. Em outubro, atacou o engenho Bonfim nas proximidades de Água Preta, homiziando-se depois nas matas do engenho Capoeira.

A morte de Dom Pedro I

Com a morte de Dom Pedro I³², o movimento restaurador perdeu sua principal motivação. No entanto, as disputas políticas continuavam alimentando o antagonismo que perturbava Recife com constantes intrigas que envolviam principalmente a Guarda Nacional. Uma segunda carneirada teve lugar em 21 Jan 1835 contra Pais de Andrade que, com firmeza, enfrentou os amotinados colocando-os em debandada. Dois meses depois ocorreu a terceira: os irmãos Carneiro e seus adeptos apoderaram-se de Goiana, partindo deste lugar para Recife. No meio do caminho encontraram forças legais que os dispersaram.

³² Em 24 de setembro de 1834, em Queluz, Portugal.

A difícil pacificação nas Alagoas

Após a vitória militar sobre os últimos redutos cabanos restava a tarefa de reintegrá-los à vida da comunidade. A tarefa era difícil, já que um grupo obstinado e numeroso de sediciosos, constituído de negros (apelidos Papaméis) e índios (Jacuípes), se homiziava nas matas, sob a orientação de Vicente Ferreira de Paula³³.

Para conquistar a confiança dos rebeldes através da sua religiosidade, o governo obteve a colaboração do Bispo Dom João da Purificação Marques Perdigão, que seguiu para o interior em busca de contato com os cabanos, então refugiados nas matas de Água Preta e Limeira. Prestando serviços religiosos nas povoações, o bispo foi obtendo a confiança da população. Em Abr 1835, o governo obteve a aprovação, pela Assembleia, de ajuda aos rebeldes em roupas, ferramentas e remédios, pois eram grandes as privações passadas pelas famílias nas matas, sempre perseguidas. As deserções aumentavam apesar das punições determinadas por Vicente de Paula. Em fins de Abr e início de maio, desintegrhou-se o principal grupo.

Ainda em abril, foi substituído o Presidente das AL, assumindo Antônio Joaquim de Moura que governou de 15 Mai 1835 a 23 Ago 1836.

Os últimos revoltosos renderam-se às forças legais em Japaranduba, a 29 Mai. Vicente de Paula e outros fugiram e se internaram no sertão. A região ficou pacificada e em agosto o bispo se dirigiu para Maceió. Neste mês iniciou-se a retirada das tropas, com o protesto de muitos fazendeiros, receosos do retorno dos cabanos.

Vicente de Paula e os últimos elementos, temendo punição por parte do governo, refugiaram-se no vale do Jacuípe, na vila do Riacho Fundo, desligando-se da vida provincial. Em 1841, houve um contato com o isolado chefe cabano, constatando-se muita miséria no arraial. Depois disso ele começou a envolver-se em política partidária, inclusive no movimento revolucionário da Praieira³⁴. Seu crescente prestígio passou a inquietar os proprietários rurais, temerosos da volta dos dias difíceis da década

³³ Mais informações sobre este líder guerrilheiro em <https://blogdaaccl.wordpress.com/patrono-paraninfo-e-cadeiras/cadeiras/vicente-ferreira-de-paula/>. Ele usava outros nomes, como Vicente Tavares da Silva Coutinho.

³⁴ A Praieira foi um movimento revolucionário anticonservador do Partido Praieiro (liberal e federalista) em Recife entre 1848 e 1850. O líder foi o liberal Antônio Chichorro da Gama, que lançou o “Manifesto ao Mundo”.

anterior. Por isso, foi preso em 02 Abr 1850 e recolhido a Fernando de Noronha, sendo libertado somente em 1861.

Reflexões

As revoluções conhecidas por Cabanagem (PA) e Guerra dos Cabanos (PE e AL) apresentam subsídios de valor para quem estuda e cuida da segurança interna. No Pará, o movimento teve inspiração liberal e visava a afastar da política local os conservadores, particularmente lusos. Foi uma reação de brasileiros contra os privilégios dos portugueses. O movimento iniciou na cidade, apoiou-se no campo e retornou à zona urbana para a realização dos seus objetivos. O combatente era o caboclo rústico e fanatizado, conduzido por líderes populares, mas incapazes de atingir os objetivos revolucionários e estabelecerem uma nova ordem político-administrativa. À tomada do poder seguiu-se o caos. O movimento enfraqueceu-se por lutas intestinas pelo poder. Vieram a anarquia, os saques e as arbitrariedades. A revolução perdeu-se e os ideais foram esquecidos. A pacificação foi difícil pelo medo à represália.

Em AL e PE a revolução foi paradoxal, levando-se em consideração os objetivos perseguidos e as classes sociais que integravam o movimento. Os líderes queriam a restauração de Pedro I, combatiam as ideias liberais e confundiam interesses lusos e brasileiros. A revolução escorava-se no grupo retrógrado dos caramurus que explorava a conjuntura socioeconômica da área e se aproveitava de privilégios concedidos pela administração. Manteve-se a ordem social vigente, ou seja, o senhor conduzia a guerra e os escravos e homens livres combatiam. Os revoltosos não pretendiam efetuar grandes transformações sociais ou políticas, mas manter um status já superado na conjuntura nacional. A burguesia comercial e a classe urbana não apoiavam o movimento. No campo, os proprietários tentavam impor o retorno a uma ordem social que já não podia ser aceita. Vicente de Paula, cabano por excelência, tentou conduzir a estranha campanha no meio ambiente hostil do NE, buscando sustentação em uma população pobre, obstinada, religiosa e sofredora³⁵.

³⁵ Conforme Hernani Donato (p. 114), as batalhas da Cabanada foram as seguintes: em 1832: Jacuípe (Jan); Panela do Miranda (04 Out); Pimenteiras (19 Out); Engenho da Prainha (24 Dez); Jacuípe (24 Dez); em 1833: Pacavira (Jan); Altinho (02 Abr); Serra do Cafundó (02 Abr); Barra Grande (26

Na Cabanagem do Pará teve ênfase o objetivo de integridade nacional; na revolta dos cabanos em Pernambuco e Alagoas o problema maior era o da integração social.

A revolta dos escravos malês, haussás e nagôs - Salvador (1835)³⁶

Estourou na madrugada de 25 Jan 1835 com reivindicações como abolição do direito de propriedade e erradicação dos maus tratos. Não foi contra o cristianismo e sim contra a opressão do branco sobre o negro. Foi a maior revolta de negros no Brasil. Propiciou alguns confrontos sangrentos e severa repressão que incluiu cinco fuzilamentos e muitas condenações com açoites. Episódio que, como o de Zumbi dos Palmares, deverá ser estudado do ponto de vista dos revoltosos.

Enquanto a Cabanagem introduzia a radicalização social nos movimentos contrários à Regência, em Salvador a propriedade escravista foi posta em questão pela Revolta dos Malês, a mais ampla e bem organizada rebelião de escravos no Brasil. O nome malês vem de Mali, África Ocidental, de onde vinham os escravos mais cultos, ou seja, islâmicos alfabetizados. A palavra vem de “imale”, que significa “muçulmano” no dialeto iorubá. Eles conheciam o Corão e o Ramadã.

Salvador, no século XIX, tinha metade de sua população formada por escravos e libertos provenientes das diferentes etnias africanas como os malês, nagôs, haussás, minas e jêjes. Sofriam a intransigência religiosa e por isso a revolta foi uma tentativa de tomada do poder e criação de um governo negro na Bahia. A data escolhida, 25 de janeiro, é o dia da festa de Nossa Senhora da Guia, uma das mais tradicionais de Salvador.

A iniciativa do levante partiu dos negros malês, que exigiam o retorno à África. Eram muçulmanos alfabetizados e possuíam, além disso, uma solidariedade étnica e linguística. Sua atuação foi reforçada pelos nagôs da baía de Benim, que pertenciam às civilizações sudanesas, vistas como as mais brilhantes do continente africano e que possuíam, igualmente, certa cultura muçulmana combinada com suas crenças primitivas.

Ago); Porto Calvo (11 Set); Vila Nova (22 Out); Guaiabal (25 Out); em 1834: Capoeiras/Bonito (17 Fev); e em 1835: Japaranduba (31 Mai).

³⁶ Consultar BENTO, Claudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil - Lutas Internas (1500-1916). Resende/Barra Mansa: FAHIMTB/IHTRGS, 2016, p. 134.

Muitos negros traficados da África para a Bahia eram soldados capturados durante as jihads no território africano. Em conjunto, malês, haussás e nagôs procuraram estabelecer a unidade com os escravos nascidos no cativeiro, mais facilmente controláveis pelos proprietários.

Em 1814, apesar das intenções manipuladoras do governador Dom Marcos de Noronha e Brito³⁷ e outras autoridades, a solidariedade "profissional" começou a se impor sobre as rivalidades entre etnias. Nesse ano eclodiu a revolta dos negros das armações (organizadas para a caça da baileia), com forte participação muçulmana. Sufocada a rebelião, seis líderes foram condenados à força e outros ao degredo, enquanto numerosos participantes sofreram penas de trezentos a quatrocentos açoites.

Dizimada por uma grande seca em 1825, a população escrava da Bahia, procurando escapar da fome, viu-se diante de um dilema inexorável: fugir para o interior, onde formariam quilombos, ou conspirar nas cidades contra a ordem escravista.

Iniciou-se, assim, em 1826, outro ciclo de revoltas, desta vez lideradas pelos nagôs, apesar das penas rigorosíssimas para levantes escravos previstas na Constituição de 1824. Desse modo, nove anos depois, em 1835, a população negra de Salvador pôde contar com lideranças provadas na luta e com experiência de organização clandestina para o levante que, mais seriamente, ameaçou pôr em xeque a estrutura escravista: foi a Revolta dos Malês. Esta era a denominação do tipo de escravos que eram muçulmanos e costumavam dominar a leitura e a escrita. Eles eram empregados na prestação de pequenos serviços ou a na administração de casas comerciais, mas repassavam a maioria dos ganhos para seus proprietários.

Salvador constituía, nessa época, o ambiente ideal para um movimento contra a estrutura escravista, pois os negros - libertos ou escravos - representavam aproximadamente a metade de sua população. A grande maioria, cerca de 80% deles, eram negros de ganho, que exerciam atividades profissionais e pagavam, regularmente, determinada quantia a seus proprietários, já referida. Os senhores recorriam a todos os meios para conseguir essas rendas. Luís dos Santos Vilhena³⁸ conta que:

³⁷ 8º Conde dos Arcos.

³⁸ Historiador local (Salvador), português de nascimento em “Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas e Cartas de Vilhena”, manuscritos existentes na Biblioteca Nacional, Rio.

das casas mais opulentas, que chegavam a possuir mais de setenta escravos para serviços domésticos - saíam “oito, dez ou mais negros a vender pelas ruas, a pregão, as coisas mais insignificantes e vis, como sejam iguarias de diversas qualidades”.

Nem mesmo os defeitos físicos dos escravos eram obstáculo para que seus amos ganhassem um bom dinheiro. Colocados à porta das igrejas, os negros cegos e aleijados deviam entregar-lhes, semanalmente, uma boa parte das esmolas recebidas. Respeitáveis senhoras cristãs costumavam encaminhar à prostituição suas escravas mais bonitas - prática, aliás, legitimada pela Câmara, mediante o pagamento de uma taxa.

A maioria dos negros de ganho, no entanto, escapava a essas atividades marginais: eram alfaiates, ferreiros, carpinteiros, encanadores, barbeiros, acendedores de lampião, vendedores ambulantes - enfim, exerciam todo tipo de atividades urbanas ligadas à produção, à circulação de mercadorias e à prestação de serviços. Vestiam-se e alimentavam-se com seus próprios ganhos (descontada a parcela dos senhores) e geralmente viviam em casebres e cortiços espalhados pelos bairros pobres. Tinham, desse modo, suas horas livres, longe da pressão da senzala. Além disso, a atividade produtiva reafirmava seu valor na vida social e, como estavam integrados a uma economia monetária, podiam levantar recursos para comprar a liberdade. Esta, porém, não lhes dava qualquer possibilidade de ascensão social: o negro, mesmo liberto, era sempre tratado com desprezo e violência, daí sua participação ativa na liderança de movimentos como a Revolta dos Alfaiates, ocorrida na Bahia em 1798.

Ao contrário do movimento de 1798, a revolta de 1835 não contou com a participação intelectual do branco. Sua organização foi obra exclusiva dos escravos e libertos urbanos e, apesar da denominação de Revolta dos Malês, termo genérico para os negros muçulmanos que sabiam ler e escrever em árabe, dela participaram indivíduos de todas as etnias e padrões culturais. Eram, aproximadamente, 1.500 negros reunidos em uma sociedade secreta com reuniões também secretas, com núcleos em Salvador e no Recôncavo. Os libertos forneceram a maioria dos líderes - Manuel Calafate, Aprígio, Pai Inácio e outros. Os carregadores de cadeirinhas, que podiam circular sem ser vigiados, encarregaram-se da transmissão de mensagens.

Os conspiradores tinham um plano estratégico, redigido em árabe, que objetivava libertar os negros e massacrar brancos e mulatos, que eram vistos como traidores, por se haverem integrado à ordem vigente. Tinham um projeto político e grande capacidade de articulação para arregimentar a população africana.

Os rebeldes arrecadaram dinheiro para a compra de armas e planejavam entrar em luta usando uniforme que se compunha de barrete azul e branco, longa camisa usada por cima das calças e amarrada com cinto branco de algodão. Consta que os malês chegaram a envergá-la em um dos combates mais importantes, na Ladeira da Praga. Adotaram uma postura radical sem a participação das elites econômicas e intelectuais.

A insurreição, marcada para a madrugada de 25 Jan 1835, dia de preparativos das festividades de Nossa Senhora da Guia, ocorridas na região do Bonfim, foi denunciada ao entardecer do dia 24 pela delação de duas escravas libertas, o que permitiu a rápida mobilização das tropas e a prisão de alguns líderes. Com isso, o principal trunfo dos rebeldes - a surpresa - ficou sem efeito e muitos deles entraram em pânico. Entre diversos locais de Salvador, foi na região de Água de Meninos onde aconteceu o mais violento dos confrontos. Cerca de quinhentos militares e um esquadrão de cavalaria pressionaram os malês, que foram empurrados em direção à praia, mas uma fragata com marinheiros foi movimentada para abafar rapidamente qualquer tipo de resistência maior. Nem assim o movimento recrudesceu. Sob nova liderança, decidiu-se libertar os ativistas presos e ocupar o quartel que controlava a cidade.

Inferiores em número e armamentos, os rebeldes foram dizimados pelas tropas do governo e dispersaram-se pelo Recôncavo, provocando incêndios e atacando propriedades.

Conforme Décio Freitas "No dia seguinte, Salvador despertou com os gemidos dos moribundos. As ruas estavam juncadas de cadáveres"³⁹. Antes do fim do dia 25 Jan 73 rebeldes eram mortos e mais de 500 feitos prisioneiros. Os que conseguiram escapar ao massacre foram presos e lançados às masmorras da Bahia, onde muitos foram torturados até a morte. Outros, submetidos às condições insalubres do cárcere, terminaram morrendo de fome e de doenças. Mais tarde, alguns negros foram condenados pelo simples fato de terem papéis escritos em árabe.

³⁹ A Revolução dos Malês. Porto Alegre: Movimento, 1985.

Desse modo, as condenações à morte e castigos físicos recaíram, principalmente, sobre os libertos, sem dinheiro ou influência. Nos arquivos de Salvador existem processos de aproximadamente trezentos indivíduos mas, à parte, um grande número morreu ou sofreu condenações.

A Revolta dos Malês foi a mais ampla de uma série de rebeliões de escravos que vinham ocorrendo na Bahia desde 1807 e que constituem, talvez, as únicas insurreições urbanas de escravos na América. Teve caráter racista, não alcançou seus objetivos, mas provocou alvoroço na sociedade imperial. A elite temia que rebeliões escravas, como no Haiti, pudessem ameaçar o equilíbrio da ordem instituída. Para conter outros movimentos, as autoridades executaram quatro líderes e a deportação de outros setecentos envolvidos.



Capítulo III

A Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul

A Revolução Farroupilha⁴⁰ no Rio Grande do Sul - Início⁴¹

O período da Regência foi marcado por lutas apaixonadas, perturbações sociais e impasses político-partidários. As agitações propagaram-se ao RS, onde o espírito independente, ativo e patriótico do povo gaúcho não admitia novas submissões, mesmo indiretas, e terminaram por explodir na chamada Revolução Farroupilha.

Esta revolução teve cinco fases, a saber: a da vitória revolucionária, a da República Rio-Grandense, a do retorno da Revolução, que antes estava exilada no Uruguai, a do declínio da mesma república e, finalmente, a da pacificação do RS pela ação do então Barão de Caxias⁴².

Entre as causas mediatas do movimento destacou-se o descontentamento com a centralização política e a exploração fiscal sobre os produtos pecuários, principalmente o charque (carne seca).

As mudanças de gabinetes ministeriais quase sempre provocavam a substituição de servidores destacados na Província, acarretando desordem administrativa. A própria escolha do Presidente da Província raramente levava em consideração os interesses locais. Por outro lado, interessados na manutenção de preços baixos para os produtos sulinos, particularmente o charque, consumido na alimentação dos escravos, os proprietários agrários do SE, que exerciam influência sobre o poder central, procuravam favorecer através de tarifas alfandegárias os mesmos produtos provindos da região platina, cobrando pesados impostos sobre a produção do extremo sul do Brasil, prejudicando estancieiros, charqueadores e exportadores riograndenses, integrantes de oligarquias locais.

As causas imediatas foram decisões tomadas em 1834 pelo Presidente da Província Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga (nomeado a 14 Fev 1834), como a de aprovar leis que sobretaxavam os campos e de criar um corpo militar ligado ao governo provincial. Além disso, o irmão do

⁴⁰ Tendência política originada no Partido Farroupilha (ala exaltada) que recebeu o apelido de “farrapos”, oriundo dos “gueux” da Revolução Francesa de 1789. Outra versão sustenta que se tratava da indumentária despojada e rude dos farroupilhas, segundo o jornalista Cipriano Barata.

⁴¹ Para consultas mais completas sobre esta Revolução acessar TASSO FRAGOSO, Augusto, General. A Revolução Farroupilha - 1835/1845. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938.

⁴² Consultar BENTO; GIORGIS, 2016, p. 138/157.

Presidente, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves⁴³, irritou os gaúchos com suas atitudes prepotentes em defesa da política oficial.

Na política local, não faltaram as influências das Repúblicas vizinhas. O líder político e militar Bento Gonçalves da Silva era amigo e compadre de Juan Antônio Lavalleja. Atuou também, decisivamente, o imigrado italiano Tito Lívio Zambeccari⁴⁴ que se homiziara no RS.

Em 19 Set 1835, os chefes políticos José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto se concentraram à frente de 200 homens na região de Viamão, dirigiram-se a Porto Alegre e estacionaram no bairro da Azenha.

Ciente do fato, o Presidente da Província mandou que se armassem a Guarda Municipal Permanente, o Piquete de Cavalaria de primeira linha (cerca de 70 homens) e a Companhia de Guardas Nacionais a cavalo. Como dispunha de pouca força na capital, apelou a todos os cidadãos para que se reunissem, armados, conseguindo juntar um contingente de cerca de 270 homens. Para coordenar as forças legais nomeou o Brigadeiro Gaspar Menna Barreto, pois o Comandante das Armas, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, estava ausente. Foram logo guarnecidos três pontos considerados importantes: o Palácio do Governo, o quartel da Guarda Municipal e o Trem de Guerra (arsenal).

Os revolucionários se apossam de Porto Alegre

Ainda na noite de 19 Set as forças legais pretenderam realizar um reconhecimento do dispositivo revolucionário com 20 homens da Companhia de Guarda Nacional, a cavalo, sob o comando do Major José Egídio Gordilho Barbuda, 2º Visconde de Camamu, que foi voluntário para a missão. Os revolucionários haviam colocado elementos de vigilância junto à ponte da Azenha. Camamu não tinha vivência de combate, particularmente em operações noturnas, e contava com gente pouco adestrada. Ele e mais dois homens marchavam adiantados e os demais bastante afastados. Ao primeiro sinal de alerta dos farroupilhas, o grupo avançado

⁴³ Barão de Quaraí. Foi Juiz de Direito em Rio Grande e em Porto Alegre, Chefe de Polícia e Deputado. Seu gênio violento acirrou a política do RS, o que resultou na Revolução Farroupilha.

⁴⁴ Zambeccari era membro da “Carbonária” (de carvoeiro), sociedade secreta revolucionária burguesa, liberal e patriótica influenciada pelo “Risorgimento” e originada no norte da Itália em 1810. Outros carbonários que vieram para a América foram Giuseppe Garibaldi e Luigi Rossetti.

disparou suas armas e retraiu rapidamente, supondo tratar-se de uma forte reação dos revoltosos. O piquete farroupilha, com sete homens, perseguiu-os, matando um e ferindo quatro, entre eles Camamu. Isso provocou uma debandada geral que levou pânico aos governistas de Porto Alegre.

No dia seguinte, os revolucionários penetraram na cidade sem encontrar oposição. O Corpo de Permanentes aderiu logo ao movimento, com exceção do Cmt, do sub-Cmt, de um cabo, de um soldado e de um corneteiro. O Presidente da Província, sentindo-se desprotegido, refugiou-se no Arsenal de Guerra e depois na escuna Rio-grandense, viajando na mesma noite para a cidade de Rio Grande.

Quase sem luta, a não ser ligeiras escaramuças, os revolucionários dominaram a capital e obtiveram muitas adesões no interior. Acéfalo o governo, a Câmara Municipal, convocada por Bento Gonçalves a 21 Set, deu posse ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro, que era o quarto na ordem geral de precedência dos Vice-Presidentes da Província.

Os primeiros choques

Em 25 Set, Bento Gonçalves divulgou um manifesto destacando que a revolução desejava apenas afastar o Presidente. Mas outros focos do movimento surgiram no interior do RS. Em Rio Pardo legalistas e revolucionários defrontaram-se, o que causou a intervenção de Bento Gonçalves, assegurando o reconhecimento do novo Presidente.

O Ten Cel João da Silva Tavares - Visconde de Serro Alegre, Cmt da Fronteira de Jaguarão, soube do levante, foi convidado, mas não aderiu. Rafael Verdun, Cel da Banda Oriental e amigo de Bento Gonçalves, resolveu combater Tavares com um pequeno grupo em que predominavam orientais. Em 22 Set, junto à Capela do Herval, houve um violento choque. Verdun, vencido, escapou rumo à fronteira, deixando para trás muitos mortos e feridos. Tavares comandava uma tropa de GN.

Antônio Fernandes Braga chegou à cidade de Rio Grande a 28 Set e buscou apoio entre os que não eram simpáticos ao movimento. O Mar Sebastião Barreto Pereira Pinto, ex-Cmt das Armas, lançou uma proclamação em Taquarembó concitando os rio-grandenses a combater, e marchou para São Gabriel, forte de 200 homens. Ao se aproximar da cidade em 04 Out, soube que os revolucionários já a dominavam e que o 3º Regimento

aderira ao movimento; retirou-se, em consequência, para o Uruguai, mas retornaria ao RS posteriormente, pelo lado legalista.

Alguns legalistas liderados pelo Major Manuel Marques de Souza III, mais tarde Conde de Porto Alegre, e alguns revolucionários sob a chefia do Capitão Manuel Antunes de Porciúncula, cunhado de Bento Gonçalves, mobilizaram meios para se enfrentar na região de Pelotas. Avisado sobre a situação, Silva Tavares, que vinha de Jaguarão, acelerou a marcha e conseguiu juntar-se a Marques de Souza. Na tarde de 14 Out ambos se lançaram contra Porciúncula e o derrotaram. Após a vitória, Marques de Souza dirigiu-se para Rio Grande.

Nesta altura, Tavares foi informado que o farrapo Ten Cel Antônio Neto vinha contra ele à frente de 400 homens. Soube também que Domingos Crescêncio, chefiando um outro grupo, partira de Jaguarão com o mesmo objetivo. Julgando difícil alcançar a cidade de Rio Grande, dividiu a força para melhor se esquivar e afinal transpôs a fronteira do Estado Oriental, onde se internou. Tanto legalistas como revolucionários, quando a sorte das armas não os favorecia, ultrapassavam a fronteira uruguaia, a fim de ganhar tempo e reunir novos meios.

A expulsão do Presidente deposto

Dante da necessidade de expulsar da Província o Presidente deposto, Bento Gonçalves mobilizou combatentes em Encruzilhada do Sul e municípios vizinhos e atingiu Rio Grande a 20 Out.

Cooperando com a manobra, seu primo Onofre Pires da Silveira Canto deslocou-se pelo lado leste da Lagoa dos Patos até São José do Norte, no sangradouro da lagoa, defronte a Rio Grande. Este chefe revolucionário mandou um emissário a Rio Grande intimar a Câmara Municipal a reconhecer o Presidente interino. O Presidente deposto tentou repelir a ameaça que vinha de São José do Norte, valendo-se de algumas embarcações, mas não obteve bons resultados. A seguir, viu-se ameaçado desde outra direção: recebeu a notícia de que 600 revolucionários se aproximavam de Pelotas. Só lhe restava repetir o que fizera em Porto Alegre: embarcou no brigue Parobé e rumou para a capital do Império.

O recomeço da luta

Bento Gonçalves considerou terminada a missão, dispensou a tropa e passou a aguardar o substituto de Fernandes Braga. O governo central, em mãos do Regente Feijó, aceitou o fato consumado. Procurou, entretanto, restabelecer a normalidade, designando para a presidência do RS o gaúcho Dr. José de Araújo Ribeiro - Visconde do Rio Grande, que contava com a simpatia dos conterrâneos e era parente de Bento Manuel Ribeiro, antes um dos líderes farroupilhas. Bento Manuel se passou para o lado legal.

Araújo Ribeiro apresentou-se em Porto Alegre a 08 Dez, mas a Assembleia Provincial, que não confiava nele, não lhe deu posse. Dirigiu-se então a Rio Grande e assumiu o governo perante a Câmara Municipal, a 15 Jan. A Assembleia resolveu romper em definitivo com Araújo Ribeiro e eleger Antero Ferreira de Brito e depois Américo Cabral de Melo. Muitos legalistas solidarizaram-se com Araújo Ribeiro, entre eles o Comandante das Armas interino.

Bento Gonçalves liderava os revolucionários. Bento Manuel, que estava do lado das forças legalistas, depois de mobilizar na campanha uma força de cerca de 600 homens, deslocou-se pelo sul do rio Jacuí na direção de Porto Alegre. Os rebeldes marcharam ao seu encontro, estabelecendo-se o contato em 22 Fev. O Cel da GN Afonso José de Almeida Corte Real, que comandava o grupo rebelde, achou prudente se retirar para uma posição mais favorável. Bento Manuel procurou manter o contato. Trocaram-se alguns tiros e ambas as partes consideraram a possibilidade de uma trégua, em vista do equilíbrio de forças. Cada qual, temendo o resultado do confronto, planejava retirar-se para seu lado. Vieram, no entanto, logo em seguida, reforços para os rebeldes, que resolveram manter-se no Iruí, afluente da margem direta do Jacuí. Bento Manuel, percebendo a inferioridade, retraiu durante a noite.

A 27 Fev chegou o Major João Manuel de Lima e Silva⁴⁵, Comandante das Armas da revolução, assumindo a chefia das forças e destroçando o grupo legalista na região de Iruí.

Bento Manuel recuara para ganhar tempo e reunir reforços. Foi a Cachoeira e depois a Irapuá. Dera ordem a seus companheiros da região da

⁴⁵ Tio do futuro Duque de Caxias. Dois anos mais jovem.

campanha (sudoeste da Província) para que convergissem para Alegrete enquanto ele procurava atrair o adversário. Nas imediações de Jaguari reuniu-se com o Cel Medeiros, que atuava na região de Bagé, e com Silva Tavares. Bento Gonçalves tentou impedir a junção, partindo de Piratini, mas não conseguiu.

Dispondo de maior efetivo, Bento Manuel progrediu na direção do Passo do Rosário, no rio Santa Maria, pela margem esquerda, onde Corte Real já se encontrava. Fustigou o adversário, pressionando-o contra o curso d'água. Pelo flanco, por dentro do mato, atacou com uma tropa de infantaria de 80 índios guaranis, e pela frente com uma excelente força de cavalaria. Infligiu ao inimigo completa derrota. Os rebeldes tiveram 150 mortos e outros tantos feridos. Nesse combate do Passo do Rosário (17 Mar 1836), Bento Gonçalves não pôde intervir. Bento Manuel disse que o procurou, mas que ele fugira. Na realidade, o chefe rebelde licenciara a maior parte das forças, como era costume, na época.

A restauração de Porto Alegre

Um grupo de militares que se encontravam presos em Porto Alegre, entre os quais o Major Manuel Marques de Souza⁴⁶, concebeu e executou um plano contrarrevolucionário na capital, visando ao restabelecimento do governo legal. Graças à colaboração de um oficial⁴⁷ que fugiu da prisão do 8º BC - onde estavam recolhidos os presos - o grupo conseguiu sublevar a unidade, na noite de 14 para 15 de junho de 1836. Renderam a guarda, soltaram os prisioneiros legalistas, prenderam vários revolucionários, a começar pelo Dr. Marciano Pereira Ribeiro, Vice-Presidente em exercício. O Mar João de Deus Menna Barreto, Visconde de São Gabriel, assumiu o comando da guarnição.

⁴⁶ Este oficial foi preso em Pelotas em 07 Abr 1836 após um cerco de 500 rebeldes ao qual não tinha condições de resistir. Foi conduzido ao navio-prisão Presiganga em Porto Alegre.

⁴⁷ O alemão Ten Henrique Guilherme Mosye foi preso em Pelotas em 07 Abr de 1836 e remetido para Porto Alegre com Marques de Souza. Mosye foi para a prisão do 8º BC. Fugiu da prisão na noite de 14 Jun e, após ter tomado o quartel do BC, Mosye se dirigiu à Presiganga com 30 homens e soltou os presos, entre os quais o Maj Manuel Marques de Souza que, a partir daí, assumiu o comando das ações (consultar file:///C:/Users/LUIZ/Downloads/Dialnet-AMaisEstritaNeutralidadeEmAssuntoQueNadaVosDizResp-6093460.pdf.)

Bento Gonçalves trasladou-se rápido para a capital e intimou o Mar Menna Barreto a entregar a praça. Não foi atendido, e resolveu atacar as posições guarnecidadas pelos legalistas. Reconhecendo a impossibilidade de reconquistar Porto Alegre, recorreu ao sítio, cujo principal objetivo foi o de fixar efetivos imperiais na capital, e instalou seu QG em Viamão. A capital ficou em poder dos legalistas até o fim da revolução.

A Batalha do Seival e a República Rio-Grandense - 10 Set 1836

Em 10 Set 1836, na Batalha do Seival, o farroupilha Cel Antonio de Souza Netto, à frente de sua Brigada Liberal, venceu as forças leais comandadas pelo Cel João da Silva Tavares. No dia seguinte, na região de Campo dos Menezes, Netto proclamou a República Rio-Grandense, que foi reconhecida pelas Câmaras de Jaguarão e Piratini. A primeira capital da novel república, a pioneira no Brasil, foi Piratini. A partir desta data, os revolucionários consideraram que já não era mais uma revolução e sim uma guerra - a Guerra dos Farrapos, porque travada entre duas nações independentes. O primeiro presidente e Cmt do Exército foi Bento Gonçalves.

A prisão de Bento Gonçalves

Ainda em Set 1836, visando atingir Bento Gonçalves em Viamão, Bento Manuel lançou-se contra ele. Mas foi obrigado a se retirar, porque o líder farroupilha estava bem posicionado. Entretanto, a situação foi se tornando cada vez pior para Bento. Vendo-se ameaçado de isolamento e sentindo a necessidade de juntar-se aos companheiros, resolveu voltar para a campanha e, na noite de 18 para 19 Set, iniciou o deslocamento. No dia 02 Out ocupou o morro do Fanfa na margem direita do rio Jacuí e a ilha do Fanfa, no mesmo rio.

Bento Manuel, que tinha indiscutível tino guerreiro, pressentiu a manobra e movimentou suas tropas utilizando o transporte fluvial pelo rio Jacuí. Desembarcou em Triunfo e logrou isolar Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, em 03 Out 1836. Gonçalves, tendo por um lado as forças terrestres de Bento Manuel e por outro o vapor Liberal, a escuna Legalidade e quatro canhoneiras comandados pelo Chefe-de-Divisão John Pascoe

Grenfell, tentou romper o cerco abrindo fogo contra os navios. Ao clarear do dia 4, Bento Manuel atacou empregando dois grupamentos sob o comando dos Coronéis Gabriel Gomes Lisboa e Francisco Xavier da Cunha, com apoio da artilharia naval, que tomaram logo o morro e a ilha do Fanfa. Bento Gonçalves reconheceu que a derrota era inevitável, julgou que seriam inúteis mais sacrifícios e, juntamente com outros líderes, acabou se rendendo, sendo levado para Porto Alegre, transferido depois para a Fortaleza de Santa Cruz, no RJ, e encarcerado no Forte do Mar em Salvador. Escapou em 10 Set 1837 e retornou ao RS.

A fuga dos revoltosos

Com a derrota no Fanfa, esfacelaram-se as forças de Bento Gonçalves. Por isso, Bento Manuel tratou de ir ao encontro de outro agrupamento de revolucionários, mais ao sul. Licenciou a Guarda Nacional e dirigiu-se com 600 homens para Caçapava, de lá prosseguindo novamente para o sul. Os rebeldes também se movimentaram, tornando a situação ambígua: os adversários ora se buscavam, ora se esquivavam, fazendo inclusive tentativas de chegar a um acordo.

A 17 Dez, o general farrapo David Canabarro surpreendeu Silva Tavares em Arroio Grande, que se rendeu. Ele havia sido enviado a Jaguarão para conseguir mais combatentes. Mas a situação não melhorou muito para os farroupilhas. Bento Manuel, mais forte, pressionava os rebeldes, obrigando-os a contínuos deslocamentos. Antônio Netto, que, no impedimento de João Manuel de Lima e Silva por doença, havia assumido o comando das forças revolucionárias, foi recalcado pelas tropas legais e retraiu até o rio Jaguarão, transpondo-o no Passo do Salso e refugiando-se no Estado Oriental.

A mudança de situação

Ao final de 1836, a situação militar se tornara vantajosa para o Império. Os dois principais grupamentos farroupilhas tinham sido neutralizados, Bento Gonçalves estava preso e Antonio Netto se internara no Uruguai.

O governo central exonerou José de Araújo Ribeiro do cargo de Presidente, nomeando para substituí-lo o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito - Barão de Tramandaí, que logo entrou em atrito com Bento Manuel. Em consequência, este abandonou as fileiras governistas e alinhou-se nas revolucionárias vindo, inclusive, a prender Ferreira de Brito no Passo do Itapevi, região de Rosário do Sul em 24 Mar 1837.

A revolução, que estava praticamente vencida, recebeu novo impulso com Bento Manuel, o qual obteve vários sucessos na campanha e estabeleci o segundo sítio a Porto Alegre.

A Barra do Rio Grande

A barra do Rio Grande era difícil de transpor face a pouca profundidade das águas, pela inconstância de posição do talvegue e pelos ventos fortes. Apresentava importância estratégica, pois permitia o acesso às lagoas dos Patos e Mirim e aos rios que nelas desaguam. Os imperiais dominavam a entrada da barra e o complexo lacustre do litoral rio-grandense. O auxílio militar da Corte viria por mar, tendo os navios de entrar pelo canal de acesso em Rio Grande. Os revolucionários, no início da campanha, não puderam apossar-se de ambas as margens do canal. Resolveram, por isso, dificultar a navegação na Lagoa dos Patos, aposando-se dos Fortes do Junco e de Itapoã.

Para facilitar a manutenção de Porto Alegre e possibilitar o acesso ao rio Guaíba e a livre navegação entre a capital e Rio Grande, as forças imperiais, em operação combinada, tentaram e conseguiram retomar os dois fortões.

Derrota em Rio Pardo

A pesar dos bombardeios de inquietação que se realizavam com frequência, a guarnição de Porto Alegre resistiu bem ao sítio. Em princípios de 1838 era a seguinte a situação dos rebelados: Bento Gonçalves, em Viamão, comandava cerca de mil homens no assédio a Porto Alegre; Antônio Neto, em Bagé, tinha 400 soldados; Domingos Crescêncio, em Piratini, 600; Bento Manuel e David Canabarro, na

campanha, 500; com outros contingentes espalhados pelo interior o efetivo totalizava pouco mais de três mil homens.

As forças legais garneciam Porto Alegre. Rio Grande e São José do Norte. Algumas forças da Guarda Nacional encontravam-se na serra. As forças navais legalistas também operavam na área, de forma que o efetivo total das forças do Império era o dobro do que contavam os rebeldes.

O Marechal-de-Campo Antônio Elzeálio de Miranda e Brito, Comandante das Armas e Presidente da Província, vendo a dispersão das forças farroupilhas, concebeu o plano de atacar os sitiantes da capital pela retaguarda, antes que os chefes rebeldes conseguissem concentrar-se, interpmando-se entre eles. Para isso executou morosamente um amplo movimento desbordante pelo norte do rio Gravataí, mas os revolucionários, percebendo o perigo, retraíram-se, frustrando os planos do Marechal Elzeálio. O sítio da capital foi suspenso por algum tempo.

Elzeálio prosseguiu até Rio Pardo e voltou a Porto Alegre, deixando naquela localidade o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Ao amanhecer de 30 Abr 1838, Antonio Netto investiu contra a tropa de Barreto, destroçando-a completamente (Batalha do Barro Vermelho)⁴⁸.

O governo imperial determinou que o Mar Barreto, o Cmt da Infantaria Imperial Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha e o Maj José Joaquim de Andrade Neves (da GN) fossem submetidos a conselho de guerra pela derrota sofrida. Todos foram absolvidos.

Apesar do desastre de Rio Pardo, Elzeálio não desanimou. Provido de reforços decidiu, em 1839, iniciar nova ofensiva contra os sitiantes de Porto Alegre. O plano, basicamente, era o mesmo do ano anterior.

A incursão a Santa Catarina em 1839

A guerra civil no RS durava já cerca de três anos e meio, sem esperança de conclusão. Nem os rebeldes venciam, nem os legalistas logravam dominá-los. O governo imperial mantinha a posse da capital da Província, da cidade de Rio Grande e das regiões circunvizinhas. Assegurava também a livre navegação entre elas pela Lagoa dos Patos e

⁴⁸ Na região de Rio Pardo houve três outras batalhas: 21 Set 1835, 10 Jan 1837 e 25 Nov 1838 (consultar Hernani Donato - Dicionário das Batalhas Brasileiras, p. 473).

preservava a ligação com o exterior, via marítima, pelo canal de acesso ao oceano (vertedouro da Lagoa dos Patos), em Rio Grande.

Após a perda da capital, os revoltosos procuraram reconquistá-la a qualquer preço, não o conseguindo. Tentaram também interceptar a navegação na Lagoa dos Patos. Para isso aceitaram os serviços do emigrado italiano Giuseppe Garibaldi, que tinha então 26 anos e foi comissionado como Capitão-Tenente.

Os revolucionários dispunham de um estaleiro na barra do rio Camanã, que foi duas vezes atacado pelas forças legais. Mesmo assim, Garibaldi conseguiu fazer incursões pela Lagoa e apresá uma sumaca, aumentando a esquadilha dos rebeldes. Resolveram também ampliar a base física da revolução e ganhar ligação com o Exterior, mediante a conquista de Santa Catarina.

David Canabarro foi o chefe da expedição terrestre, sendo que o primeiro objetivo foi a vila de Laguna para o estabelecimento de um porto de mar. Duas embarcações artilhadas - os lanchões Rio Pardo e Seival - construídas sob a direção do norte-americano John Griggs, foram levadas por Garibaldi do rio Capivari, tributário da Lagoa dos Patos, para a Lagoa Tramandaí, por via terrestre em cima de enormes carretas puxadas por 50 parelhas de bois, e daí para o Atlântico. No oceano, fustigados por forte ventania, o Rio Pardo naufragou. Garibaldi atingiu Laguna com o Seival participando do ataque a esta vila em 21 Jul 1839. Por terra, Canabarro apoderou-se de Laguna, proclamou a República Juliana em 29 Jul, escolheu Laguna como capital e os revolucionários prosseguiram para o norte, ocupando Vila Nova, Imbituba, Imaruí e Garopaba.

A invasão de SC era também consequência da mudança no cenário político no Rio da Prata. Manuel Oribe renunciara ao poder e fora para Buenos Aires; Frutuoso Rivera, vitorioso na revolução, instalara-se no governo e procurava estabelecer aliança com o Império do Brasil. O caudilho argentino Juan Manuel de Rosas faria o mesmo, embora de forma passageira, fechando a fronteira aos revolucionários rio-grandenses.

A Tomada de Laguna

David Canabarro organizou com Teixeira Nunes uma coluna terrestre contra Laguna, enquanto Garibaldi, com os melhores barcos, seguiu por mar e forçou a barra, mas foi repelido. Insistiu e

penetrou pelo rio Tubarão, travando combate que resultou no incêndio de um lanchão e no apresamento de outro. Enquanto se aproximavam por duas direções as forças de terra, os legalistas abandonaram Laguna. A maioria do povo, simpatizante do movimento, aderiu a ele, sendo proclamada a República Juliana no dia 29 Jul e entregue a sua presidência ao Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro. Os rebeldes passaram a dispor de um porto marítimo e de alguns meios navais.

O fato teve grande repercussão na Corte. Os sediciosos agora podiam lançar-se ao corso. A intenção de Canabarro era prosseguir as operações navais e conquistar São José (no continente) e a capital catarinense.

Os governistas, porém, instalaram-se defensivamente no Morro dos Cavalos⁴⁹. O Marechal-de-Campo Francisco José Soares de Andréa, pacificador do PA, foi nomeado Presidente e Cmt das Armas de SC. Foi aumentado o número de navios das forças navais legalistas na região.

A retomada de Santa Catarina

Após uma incursão bem sucedida a Santos nos primeiros dias de Nov 1839, onde conseguiu apresar algumas embarcações, Garibaldi retornou a Laguna. A partir de Imbituba, já teve de enfrentar as forças navais do Império. Garibaldi recolheu-se ao porto de Laguna e os rebeldes passaram a aguardar o ataque das forças legalistas.

Para reconquistar Laguna, o Império organizou uma ação combinada das forças navais, comandadas pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Maritah, com as de terra, ao comando do Ten Cel José Fernandes dos Santos Pereira. Os insurgentes prepararam a defesa fundeando convenientemente os navios e guarneçendo a fortificação local. As ações começaram a 15 Nov. O entrechoque foi violentíssimo. Os vasos de guerra entravam na barra e iam formando um semicírculo defronte ao porto para melhor concentrar o fogo contra as embarcações adversárias, as fortificações e a tropa de infantaria. Ao fim do dia, Mariath conseguiu dominar o porto e a esquadrilha. A força terrestre legal chegou atrasada à região de Laguna, mas procurou atingir os seus objetivos. A fortificação resistiu mas acabou se rendendo. A vila de Laguna caíra em mãos das forças do Império. Garibaldi, sem navios, acompanhado por Anita Garibaldi, integrou-se às forças

⁴⁹ 24 Km ao sul de São José, na entrada da Baía sul (google maps).

de cavalaria de Canabarro, que tiveram de se retirar. Os legalistas não conseguiram realizar o aproveitamento do êxito, possibilitando a Davi Canabarro deslocar-se para Torres. Foi a Retirada Desastrosa⁵⁰, que caracterizou o fim da República Juliana.

Período calmo

A 30 Nov 1840, assumiu o cargo de Cmt do Ex em operações no sul do país, o Gen João Paulo dos Santos Barreto. Este entendeu logo que Porto Alegre já não era objetivo dos rebeldes e marchou com as tropas para o interior, lançando a ofensiva na campanha.

Os republicanos, agora mais fracos, limitaram-se a inquietar as colunas de marcha. O Gen Barreto não conseguiu engajamento com o adversário em batalha campal decisiva, como desejava.

O resultado da marcha foi que a tropa de cavalaria imperial ficou desmontada e a infantaria extenuada; e ambas desfalcadas pela peste que grassava, em grande parte por causa da alimentação inadequada. Os soldados de outras Províncias, não acostumados, tiveram de marchar no rigor do inverno, alimentando-se apenas de carne fresca sem farinha. Foram atacados de disenteria.

Bento Manuel Ribeiro deixara a revolução, retirando-se para a sua fazenda e dedicando-se a seus interesses particulares. Garibaldi, em 1841, abandonou a militância revolucionária e foi para o Uruguai, onde procurou o embaixador brasileiro para pedir anistia. Já na Itália, mais tarde ele escreveria:

"(...)Vi corpos de tropa mais numerosos, batalhas mais disputadas, mas nunca vi em parte alguma homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações... "

Em Jun 1841, o Gen Barreto recebeu a notícia de que desde abril tinha sido substituído no comando pelo Marechal Tomás Joaquim Pereira

⁵⁰ Para informações mais completas, buscar na Internet os Annaes do Primeiro Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro: IHGB, 1922).

Valente - Conde de Rio Pardo (24 Mar 1841/Mai 1842). E até Jun 1842 não ocorreu nenhuma ação importante. De 26 Jun a 09 Nov 1842 comandou o Brig José Maria da Silva Bittencourt, período no qual não se alterou a localização das tropas. Foi um período de inatividade⁵¹.

A nomeação de Caxias

Em Mai/Jun 1842 eclodiram revoluções liberais em SP e MG. Entre os rebeldes do RS houve euforia, pois eles julgavam que esses movimentos armados viriam facilitar os seus objetivos.

Restabelecida a paz em SP e MG, convenceu-se o governo imperial de que a rebelião no RS não seria dominada enquanto não houvesse à frente das tropas um militar de prestígio e capacidade profissional.

Na época, destacava-se o nome de Luiz Alves de Lima e Silva - Barão de Caxias, cuja atuação político-militar no MA, em SP e MG lhe havia granjeado muito respeito, tanto na área militar como na civil.

Concentrando em Caxias as funções militares e administrativas, o governo nomeou-o Presidente e Comandante das Armas do RS a 28 Set 1842. Na época, as forças rebeldes ocupavam e dominavam a chamada campanha do Rio Grande.

Caxias chegou a Porto Alegre em 09 Nov, assumiu suas funções e fez um apelo ao povo gaúcho através da seguinte proclamação:

"Rio-grandenses! Sua Majestade o Imperador, confiando-me a presidência e comando em chefe do bravo Exército brasileiro, recomendou-me que restabelecesse a paz nesta Província do Império, como restabelei no Maranhão, em São Paulo e em Minas Gerais; a Divina Providência, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará com que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca e do Brasil todo".

Caxias era um chefe militar que até então jamais fora vencido. E ele tratou de preparar a vitória. Restabeleceu as atividades comerciais na Província. Criou estabelecimentos nas faixas de fronteira que privassem os rebeldes de conseguir aprovisionamentos nos países vizinhos. Sabedor que

⁵¹ Informações colhidas em BENTO, Claudio Moreira. História da 3^a RM - 1807/1889 e antecedentes. Porto Alegre: 3^a RM, 1994, vol I, p. 223.

só teria êxito se contasse com maior número de cavalos, efetuou a compra de animais e adquiriu a forragem necessária. E atraiu Bento Manuel Ribeiro para o seu lado dando-lhe expressivo comando.

O plano de Caxias resumia-se em partir para o interior com as tropas articuladas em uma só coluna, precedida de uma vanguarda. Esperava poder atrair os revolucionários, travar batalha campal e batê-los. Os remanescentes haveriam de se exilar nos países vizinhos.

A execução do planejamento exigia uma concentração inicial dos meios disponíveis. As forças imperiais estavam dispersas; parte achava-se na região de Pelotas, parte em Porto Alegre e Rio Pardo, e o grosso ocupava a margem esquerda do Jacuí, no Passo de São Lourenço.

Após fixar Netto em Piratini e Canabarro na região do Passo de São Lourenço, evitando ser batido por partes e, conduzindo 5.000 cavalos, costeou a Lagoa dos Patos por 80 Km, atravessou o canal de São Gonçalo no Passo da Barra⁵² e atingiu o Passo de São Lourenço. Foi um risco calculado. Conseguiu alcançar seu objetivo, levando a maioria dos meios de Porto Alegre e Rio Grande para juntar-se ao grosso do exército, deixando nesses locais um mínimo de forças.

Reorganizou os seus elementos de manobra e antes de marchar lançou um destacamento sob o comando do Cel Jacinto Correia com a missão de subir a serra e bater as forças farroupilhas de José Gomes Portinho⁵³, de forma que não viessem a perturbar a sua ligação com a capital.

O Cel Jacinto cumpriu a missão. Portinho retraiu, progrediu pelo N, NO e SO do RS e se reuniu com seus partidários em Alegrete.

Caxias inicia o movimento

Em 27 Fev 1843, Caxias colocou seu exército em marcha na direção de Alegrete, já que recebera informações de que o inimigo estava na margem esquerda do rio Santa Maria, na altura do Passo do Rosário⁵⁴. Para ganhar rapidez, aliviou a tropa, deixando a tralha pesada sob a guarda de três batalhões de caçadores em São Gabriel.

⁵² O inimigo, iludido, calculou que Caxias passaria o São Gonçalo nos Canudos.

⁵³ Barão de Cruz Alta. Foi General na Guerra do Paraguai.

⁵⁴ Nesta época, o efetivo rebelde estava por volta de 3.500 homens e o das forças legais chegava a 11.500 (Tasso Fragoso, 1938, p. 209/210).

O adversário não o esperou. Nas proximidades de Santana do Livramento a vanguarda trocou tiros com o inimigo, que se esquivava da batalha, rumando para Bagé através do Uruguai. Em face da fadiga da cavaliada, Caxias não perseguiu o inimigo e retornou a Santana, onde recebeu a notícia do vitorioso ataque dos rebeldes à força deixada em São Gabriel, voltando então para esta localidade⁵⁵.

A seguir, resolveu dividir a tropa em dois destacamentos, pois percebera a dificuldade de operar com uma só coluna contra um inimigo que se dispersava a cada momento e novamente se concentrava quando lhe convinha. Ordenou, pois, a Bento Manuel, a quem confiara um dos destacamentos, que transpusesse o rio Santa Maria e avançasse pela margem esquerda, na direção de Bagé, enquanto ele próprio seguiria pela direita. Sabendo Bento Manuel que Canabarro se dirigia para Alegrete, resolveu correr no seu encalço, deixando o equipamento pesado no cerro de Vacaiquá, sob o encargo do Cel Francisco de Arruda Câmara, Cmt 9º BC. Canabarro esquivou-se com habilidade e, realizando um movimento circular, atacou o Coronel Câmara, mas sem obter grande resultado.

Caxias, por sua vez, organizou uma incursão contra o arsenal dos rebeldes, nas imediações do Pai Passo, obtendo um excelente resultado. Os insurretos, logo a seguir, reuniram-se com a finalidade de atacar uma das colunas do exército legalista, buscando batê-lo por partes. Escolheram a coluna de Bento Manuel, por estar momentaneamente com menor efetivo e porque ele era alvo do seu ressentimento. O confronto deu-se em Ponche Verde (26 Mai 1843) e o resultado não apresentou uma definição clara. Os rebeldes tinham superioridade em cavalaria e os legalistas em infantaria que, formada em dois quadrados, soube resistir por mais de duas horas a todas as cargas. O inimigo se retirou do local.

O Combate de Santa Maria Chico

Depois de Ponche Verde, Canabarro resolveu explorar o isolamento do Cel Francisco de Arruda Câmara em Alegrete. A 05 Jun 1843 intimou-o a se render, mas ele se recusou. Canabarro então cercou a sua posição.

⁵⁵ Caxias demitiu o Cmt em São Gabriel Cel Jacinto Pinto de A. Correia (Fragoso, 1938, p. 218).

Caxias, em marcha para Bagé, recebeu a notícia do combate de Ponche Verde. Mudou de rumo e juntou-se a Bento Manuel nas cabeceiras do arroio Santa Maria Chico, determinando-lhe que fosse a Alegrete a fim de bater Canabarro. Bento Manuel se deslocou a 08 Jun em rápida marcha e com muito esforço da tropa; com a aproximação das forças imperiais, os revoltosos abandonaram o cerco a 01 Jul.

Em 08 Jul, Caxias ouviu tiros. Receando que Bento Manuel houvesse encontrado Canabarro em sua marcha para Alegrete, enviou o Ten Cel Francisco Pedro de Abreu (conhecido por Chico Pedro ou Moringue) com 150 guardas nacionais para atacar o adversário pela retaguarda. Pouco depois soube que ocorrera apenas um tiroteio entre a flanco-guarda da coluna e um destacamento rebelde.

Através de informações, Caxias tomou conhecimento de que os insurretos haviam deixado cerca de 600 homens sob a responsabilidade de João Antônio da Silveira junto às cabeceiras do Santa Maria Chico. Mandou então Chico Pedro atacar (08 Jul). Depois de ficar emboscado a meia légua de distância, este investiu contra o oponente, que resistiu, mas foi obrigado a passar o Santa Maria às pressas, abandonando bagagem e animais. João Antônio, ao saber do fato, veio com um reforço de 400 homens e contratacou. Francisco Pedro abrigou-se, por não ser possível, com os animais fatigados, vencer as quatro léguas que o separavam de Caxias. Com a chegada, à noite, de reforços legalistas do 2º BC, que Caxias enviara por precaução, os rebeldes resolveram se retirar.

Seguiram-se outros combates em Piratini (27 Jul 1843); em Encruzilhada (04 Dez)⁵⁶, onde foi morto o Cel Agostinho de Melo; em Santa Rosa, próximo ao Butuí (26 Dez) e em Picada Xavier, no final do ano, onde morreu o Major Agostinho Gomes Jardim.

Surpresa em Porongos

Davi Canabarro acampou com suas forças nas região de Porongos, numa das paradas de suas marchas, evitando contatos com os legalistas, pois as forças republicanas haviam renunciado a empreendimentos de maior envergadura. As negociações para uma trégua já se tinham iniciado, embora continuassem as operações.

⁵⁶ Neste período, diversos outros recontros menores aconteceram.

Chico Pedro, inimigo pessoal de Canabarro, aproximou-se durante a noite, notando que Canabarro não tomara nenhuma medida de segurança. Atacou de surpresa (14 Nov 1844), causando terrível confusão. Canabarro ordenou a retirada e seus homens, ao executá-la, esbarraram de frente com o grosso das forças de Chico Pedro, que estavam emboscadas ao longo do provável itinerário de retirada. Foi um desastre muito grande para os farroupilhas, com muitas baixas. Destacaram-se na luta os Lanceiros Negros Farroupilhas do Cel Teixeira Nunes.

Pacificação e anistia⁵⁷

Manobrando com habilidade desde o litoral, Caxias progressivamente reduziu o território dominado pelos rebeldes, comprimindo-os em direção às fronteiras. Fechadas estas, em acordo com a Argentina e o Uruguai, e batidos os principais grupos rebeldes, a pacificação haveria de ser mais fácil. Entre os chefes farroupilhas de maior expressão já havia discórdia. Todos estavam cansados. Caxias, experiente, conhecedor da mentalidade do povo rio-grandense, trabalhava no sentido de desarmar os ânimos. Não era o grande cabo-de-guerra que impunha condições. Era agora o diplomata hábil que na hora da paz reconhecia o valor do adversário e lutava por seus direitos.

Em 25 de fevereiro de 1845, os chefes revolucionários reuniram-se em Ponche Verde para deliberar em definitivo sobre as condições de paz. O Imperador assinara a anistia. Caxias e Canabarro dirigem proclamações às tropas e ao povo. Não houve tratado formal documental de paz.

Era enfim a pacificação, depois de nove anos e cinco meses de lutas com enormes perdas de vidas humanas e avultados gastos militares para o Império e para a Província, que sofrera estagnação econômica.

O ambiente nacional na década de 1830

Era angustiante o panorama brasileiro em 1837. Não havia harmonia entre poderes e o equilíbrio constitucional do país estava em perigo com a luta entre o Parlamento e a Regência. O enfraquecimento

⁵⁷ Para o cotidiano de Caxias na Guerra dos Farrapos e em toda a vida dele consultar “O Duque de Caxias Dia a Dia” em www.acadhistoria.com.br – Informativos – Outros textos.

das reservas em ouro preocupava o comércio e a diminuição de nossa capacidade produtiva inquietava a todos.

As revoluções do RS e do PA ameaçavam a integridade do Império. A nacionalidade mergulhava em dúvidas e incertezas. As contrarrevoltas que se faziam para restaurar a normalidade por vezes acabavam por agravar os males, em círculo vicioso.

A sociedade debatia-se entre doutrinas mal assimiladas, sem encontrar interpretações certas, e radicalizava-se em partidos, facções e grupos. Sob o influxo das ideias da revolução que derrubara o Rei Carlos X da França, em 1830, e do federalismo americano, formavam-se grupos e aprofundavam-se diferenças entre os homens. A fidelidade à Coroa, como nos dias da Independência, teria de voltar a ser um penhor da manutenção da integridade nacional.



Capítulo IV

- A Sabinada
- A Balaiada

A Sabinada - Reflexos no panorama baiano

Muitas ideias germinavam neste ambiente convulsionado. Mesmo absurdas, tinham seus defensores e jornais para divulgá-las. As ideias revolucionárias eram comuns em todas as conversas e os baianos acreditavam nelas. O próprio governo conspirava. Apesar dos debates parlamentares, havia sociedades secretas por trás de determinadas correntes de opinião. A imprensa era a grande arena dos entrechoques. Os periódicos surgiam e desapareciam com a mesma rapidez. Somente na Bahia, entre 1831 e 1837, editaram-se 60 jornais. Neste período, a Província não conhecera um instante sequer de sossego - o ideal revolucionário a tudo presidia. Em contraste com a multiplicidade de doutrinas havia convergência para um ponto comum: a revolução.

Os exaltados da reação conservadora, os federalistas batidos em 1832 e 1833, os desiludidos do Ato Adicional, os republicanos desenganados com Dom Pedro I até 1830 e com Dom Pedro II após 1840, os separatistas animados pelo exemplo gaúcho - todos tinham a mesma convicção: era inevitável a eclosão de um movimento armado liberal.

Os conspiradores

Afuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar em Salvador, auxiliado pela Sabinada e pela Maçonaria, acelerou o processo revolucionário baiano, fundindo as diferentes correntes ideológicas, inclusive republicanas e separatistas. Entre os militares estavam Daniel Gomes de Freitas, Sérgio Veloso, Alexandre Sucupira, José Joaquim Leite, José Nunes Bahiense, Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo e Inácio Pitombo, muitos deles veteranos das lutas da Independência e das guerras no Sul. Entre os civis encontravam-se João Carneiro da Silva Rego, Silva Freire, Luís Antônio Barbosa de Almeida e João Carneiro Filho, todos homens de destaque. O médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira revelava grande liderança. Por detrás dos conspiradores agitava-se um grande número de intelectuais simpatizantes.

A influência de Bento Gonçalves da Silva

A revolução baiana (Sabinada), como se viu, tinha vinculações com a Revolução Farroupilha, particularmente através de Bento Gonçalves, quando este esteve preso em Salvador. O próprio Chefe de Polícia, Dr. Francisco Gonçalves Martins, comunicou ao Presidente Francisco Paraíso ter suspeitas do envolvimento de Bento Gonçalves no processo revolucionário baiano. É provável que sua influência se tenha exercido através da Maçonaria. A república que se proclamara no sul dava inspiração aos revolucionários baianos. O Dr. Sabino estivera no RS antes de 1835 e é certo que absorvera muitas ideias farroupilhas. O próprio governo legal nunca deixou de salientar esta influência. Ou seja, a Sabinada tinha raízes no Rio Grande.

O Movimento de 7 de novembro de 1837

Não havia ainda no país um forte sentimento de unidade nacional. Embora existisse já com a Independência e com a criação do Exército Brasileiro, ele só se consolidaria na Guerra da Tríplice Aliança. Não foi difícil a evolução para a ideia separatista, favorecida por causas econômicas, e no entardecer de 06 Nov eclodiu a Sabinada.

Sabino, Daniel Freitas, Bahiense, João Carneiro e Manuel Gomes conseguiram revoltar o Forte de São Pedro. O êxito inicial foi uma surpresa, mesmo entre os revoltosos. Recrutaram-se logo civis para engrossar as fileiras rebeldes e distribuíram-se armas e munições. Foi iniciado o estabelecimento de uma nova ordem.

Desavenças pessoais impediram o governo local de tomar medidas repressivas. Nem o perigo conseguira aproximar o Presidente, o Chefe de Polícia e o Comandante das Armas Ten Cel Luís da França Garcez.

A revolução se expandiu. A 07 Nov, a população reuniu-se na Praça do Palácio, com os batalhões sublevados. Os populares tocaram o sino da Câmara, abriram as portas e chamaram os vereadores. Celebrhou-se uma sessão extraordinária na qual os revoltosos deram a pretensa forma legal ao movimento separatista, fazendo prever no primeiro artigo do documento que "a Província da Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro e considerada estado livre

e independente"¹. Os demais artigos tratavam da organização do governo, de finanças, de promoções, de soldo da tropa, etc.

O Presidente Francisco Paraíso, considerado homem sem determinação, não enfrentou como devia a nascente insurreição, refugiando-se no brigue Três de Maio e renunciando pouco depois, por motivo de saúde, segundo alegou.

O Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira

Omédico Francisco Sabino era um tipo especial de revolucionário. Era mestiço e pobre, numa época em que tinham predominância política e social os ricos agricultores e criadores brancos. Dispunha de formação intelectual muito superior à média, o que lhe permitia enxergar com clareza as causas e a injustiça de sua situação inferior. Possuía as qualidades e os defeitos inerentes aos grandes agitadores populares. Era inconstante, violento, descontrolado e ambicioso - características que o tornavam querido dos pobres, dos oprimidos e dos desesperados. Era caridoso, atendia aos que não podiam pagar, ajudando a todos com solicitude, mesmo em tempo de graves epidemias. Exerceu o cargo de Secretário-Geral e Ministro das Relações Exteriores no Estado Livre então proclamado. Na realidade, era o grande impulsionador do movimento, muito embora não tivesse um cargo de mais destaque.

A reação legal

Areação legalista instalou-se no Recôncavo, com a tropa de linha. Francisco Gonçalves Martins, Chefe de Polícia, tornou-se o sus-tentáculo da contrarrevolução. Graças à sua ação tenaz e corajosa o movimento rebelde não logrou alastrar-se pela Província, ficando limitado à capital. As forças legais concentraram-se no engenho de Cajaíba, propriedade do Cel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão.

A Regência nomeou Antônio Pereira Barreto Pedroso Presidente da Província e atribuiu-lhe a missão de debelar o movimento. Ele tomou posse no dia 17 Nov. O Chefe-de-Divisão Teodoro de Beaurepaire-Rohan

¹ Denominada de República Bahiense, tinha caráter transitório, até a maioridade de Dom Pedro.

recebeu o comando das forças navais e logo declarou bloqueado o porto de Salvador.

Os rebeldes proclamaram, então, a independência sob o nome de Estado Livre Baiense, escolhendo para a presidência o Dr. Inocêncio da Rocha Galvão. Encontrando-se este nos Estados Unidos, organizou-se um governo interino. Esta situação deixaria de existir quando Dom Pedro II alcançasse a maioridade.

Estabelecido o sítio pelas forças de terra e mar, a área de influência do movimento ficava circunscrita. Apesar de o bloqueio marítimo ser bastante rígido, alguns navios estrangeiros rompiam o isolamento, em atividade comercial.

Os revoltosos, apesar de tudo resistiram, e a Regência sentiu necessidade de um homem capaz de pôr fim àquela situação e pacificar a área. O governo então convocou o Marechal-de-Campo João Chrisóstomo Calado, veterano da Cisplatina, que se achava em seu retiro na Praia Grande, e entregou-lhe o comando das armas na BA, em 28 Jan 1838.

O Marechal João Chrisóstomo Calado

João Chrisóstomo Calado, nascido em Elvas, Portugal, em 24 Mar 1780, chegou ao Brasil em 30 Mar 1816 e ajudara a organizar o Exército Brasileiro. Servira ele nos exércitos de Portugal, da Espanha e da Inglaterra, quando os portugueses estiveram sob domínio napoleônico e lutara pela libertação de sua pátria. No EB também prestou significativos serviços, desde que chegara, ainda como Ten Cel. Participou da campanha contra Artigas como comandante de unidade. Proclamada a Independência, foi promovido a brigadeiro, permanecendo no Uruguai. Na Batalha de Passo do Rosário demonstrou capacidade de comando, bravura, visão e determinação. Na BA, em 1838, revelou grande capacidade militar. Reorganizou as forças legais, atacou e destruiu o foco da rebelião, evitando que fosse afetada a unidade do Império.

Os preparativos e o início da ofensiva

Atendendo à convocação, Calado embarcou na escuna Andorinha e chegou à BA em 21 Fev. Apresentou-se ao Presidente em Itaparica e dois dias depois assumiu o comando das forças legais em Pirajá. Logo depois, cumprindo uma determinação da Regência, endereçou aos sublevados uma proclamação concitando-os a depor as armas e a voltar à legalidade, assegurando-lhes proteção.

Os rebeldes, indignados com a presença do antigo adversário de 1831, não demoraram em responder com grosseiras injúrias, através do Major Sérgio José Veloso, comandante militar.

Ao inspecionar o acampamento de Pirajá, Calado encontrou a tropa em desordem e em lastimável estado físico e sanitário, com grande número de doentes sem cuidados médicos. Como não havia remédios, por falta de dinheiro, ele próprio se responsabilizou pelas despesas com os medicamentos. O Presidente Pedroso, que não saía de Itaparica, não sabia do que se passava em Pirajá. A inspeção do Marechal mostrou.

Resolvidos os problemas iniciais, Calado começou a preparação da tropa e o planejamento de ocupação da cidade. A 13 Mar as forças legais estavam prontas para o início da ofensiva.

As forças em presença

Os efetivos eram consideráveis para a época. Os rebeldes tinham cinco mil homens, contra quatro mil dos legalistas. As forças navais rebeldes eram inexpressivas e, sem acesso ao porto, era impossível garantir o apoio logístico indispensável para a campanha. No comando das forças navais continuava o Chefe-de-Divisão Beaurepaire, responsável pelo bloqueio naval. No lado separatista esboçou-se uma tentativa de constituir uma força naval, mas faltava pessoal qualificado para operar as embarcações.

As tropas de Calado foram divididas em três brigadas, comandadas pelo Ten Cel Sepúlveda, pelo Ten Cel Argolo Ferrão e pelo Cel Corrêa Seara. Havia também uma Brigada Expedicionária de PE, comandada pelo Ten Cel José Joaquim Coelho.

Do lado insurreto havia brigadas de segunda linha comandadas por Inocêncio Eustáquio, Ribeiro Neves e José Joaquim Leite. O Major Santa Eufrásia² comandava o batalhão Leais à Pátria, composto de negros. Havia outros batalhões, denominados Artífices, Bravos da Pátria e Camarões. Foi criada uma Artilharia Miliciana.

Os combates

Tentando desfazer o cerco em 30 Nov, os rebeldes foram vencidos em Campina e em Cabrito, onde ocorreu um segundo combate em 17 Fev, distinguindo-se o Ten Cel José Joaquim Coelho. Visando dispersar os sitiantes os revoltosos (600 homens), comandados pelo Cel Higino Pires Gomes investiram, na noite de 08 Mar, em direção ao Re côncavo, nada conseguindo em consequência da pronta ação de uma força deslocada pelo Cel Morais Cid. Calado resolveu, então, apressar o ataque final e o marcou para 13 Mar, quando o combate teve início.

Os pernambucanos, no local de nome Bate-Folha, romperam fogo e iniciaram o assalto às trincheiras adversárias. Repelidos os rebeldes, as forças legais avançaram, ocupando a região de São Caetano, que fica na direção da cidade; eram elementos da 1^a Brigada, que operava ao norte.

A brigada que operava ao centro atingiu a região de Sítio do Resgate, mas com muitas baixas de ambos os lados. Enquanto isso, a brigada do sul avançou pela Bolandeira, chegando à região de João Lourenço. Na manhã de 14, a luta prosseguia com grande violência. A 1^a Brigada desalojou os insurretos das sólidas posições da Cruz do Cosme. No fim da tarde já estava em Lapinha. Em desespero, os revoltosos começaram a atear fogo à cidade. Calado determinou à 3^a Brigada que avançasse rapidamente pelo litoral para salvar a zona comercial. Na noite de 14 para 15 foram feitos reajustamentos e distribuídos suprimentos à tropa. Na manhã de 15 prosseguiram os combates sobre o Forte de São Pedro, último reduto importante da Sabinada. Ao cair da tarde, Sérgio José Veloso, que comandava o Forte, mandou um parlamentário com proposta de rendição, desde que fosse concedida liberdade para todos. Calado respondeu que a rendição

² O Maj Santa Eufrásia fez carreira nas milícias negras da BA e foi um dos mais importantes comandantes da Sabinada. Conforme o historiador Braz do Amaral, foi um “homem de muito valor” (AMARAL, Braz. A Sabinada. Salvador: Typografia Bahiana, 1909).

teria de ser incondicional. Pouco depois entregaram-se cerca de 700 homens. Ato contínuo, caiu o Forte do Mar. Era o fim da rebelião. A Bahia estava restaurada e pacificada (15 Mar 1838).

Processo e exílio após a Sabinada

Salvador foi muito sacrificada. Foram aprisionados 2.989 rebeldes, sequestrados 1.258 mortos e incendiadas em torno de 60 casas. Os legais perderam 172 homens.

Ocupada a cidade e restabelecida a ordem, começaram as buscas aos chefes revolucionários. Através de denúncia, Sabino foi preso; estava escondido na casa do cônsul francês Dugrivel. Por fim, o governo capturou os responsáveis pelo movimento e iniciou o processo das punições para que não ressurgisse a rebelião. O castigo haveria de ser exemplo para todo o Império e os julgamentos condenaram os rebeldes à morte.

Depois de uma série de recursos aos tribunais, sem nada conseguirem, os insurretos dirigiram-se ao Supremo Tribunal de Justiça, mas antes que a mais alta corte se pronunciasse, ascendeu ao trono Dom Pedro II. O jovem Imperador, num gesto de clemência, concedeu anistia (22 Ago 1840) aos condenados por crimes de natureza política. Os réus salvos da morte e da prisão foram confinados em locais que, pelas distâncias dos grandes centros, haveriam de torná-los inofensivos à segurança nacional. Depois de passar por Goiás, o Dr. Sabino foi destinado à cadeia de Cuiabá, mas conseguiu fugir no caminho, refugiando-se no Sítio da Jacobina. Dedicou-se à medicina e foi muito útil à região. Criou um pequeno jornal, chamado “O Bororó”. Faleceu em 1846³.

Terminava assim a sedição na BA. Graças ao auxílio do povo o governo, com as Forças Armadas, conseguiu manter a integridade nacional, proporcionando a paz necessária ao desenvolvimento da Província.

O governo imperial promoveu o Marechal-de-Campo Calado a Tenente-General efetivo e José Joaquim Coelho a Brigadeiro, distinguindo-o, mais tarde, com o título de Barão da Vitória. Soube Calado que o povo baiano recolhia dinheiro para ofertar-lhe presente; solicitou, então, que a

³ Não corresponde à verdade a versão de que Sabino teria vindo para o RS e ocupado função no Exército Farroupilha.

soma arrecadada fosse distribuída entre as viúvas dos que pereceram em combate. Um nobre exemplo.

A Balaiada no Maranhão

A Balaiada foi um movimento popular, subversivo e separatista irrompido em uma pequena vila maranhense que se alastrou por toda a Província e ameaçou as regiões vizinhas. Recebeu o nome de Balaiada pelo apelido (Balaio) de um de seus líderes, o fabricante de balaios Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Ele era um típico representante do NE, homem resistente, de tez morena e cabeça achatada.

Se a separação maranhense tivesse se consumado, causaria grande transtorno em nossa configuração territorial, afetando a integridade nacional.

A situação do Maranhão em 1838

O Brasil atravessava o difícil período da Regência, em que forças desagregadoras ameaçavam a unidade nacional. Sobre a época, Viriato Corrêa (A Balaiada, Cia. Editora Nacional, s/d) escreveu:

"Das fases históricas do Brasil, foi a Regência a mais curiosa e a mais brasileira, por ter sido aquela em que se firmou definitivamente o cunho da nossa nacionalidade".

As divergências políticas no MA estavam exacerbadas. O grupo situacionista ou conservador era apelidado "Cabano" pelos adversários, que queriam confundi-lo com o que agira em PE e no PA. Na oposição o Partido Liberal, que ganhou o apelido de Bemtevi, nome do jornal editado por seus correligionários, propriedade de Estêvão Rafael de Carvalho.

Uma série de acontecimentos graves vinha perturbando a vida maranhense. O Presidente da Província Vicente Camargo, mostrou-se incapaz de conter o confronto político. Os crimes aumentavam os ódios facciosos. No interior, encerrada a luta pela independência, centenas de antigos combatentes não conseguiram ocupação permanente.

A Vila da Manga, o estopim

Na vila da Manga do Iguaçá, margem esquerda do rio Iguaçá, distante 12 léguas da capital, em Dez 1838 ocorreu uma desordem sem importância em si, mas que foi explorada pelo partido dos Bemtevis, transformando-se no verdadeiro estopim da Balaiada.

Raimundo Gomes Vieira Jutaí, vaqueiro nascido no PI, a serviço do Padre Inácio Mendes de Moraes e Silva, ao passar por Manga teve alguns de seus companheiros presos pelo subprefeito local. Entre eles estava seu irmão, acusado de homicídio. O subprefeito era cabano; o fazendeiro, bem-tevi. Não conseguindo a libertação dos prisioneiros, Raimundo Gomes retirou-se, ameaçando voltar no dia seguinte para libertar o irmão e os outros. A 13 Dez entrou na vila com mais nove companheiros, arrombou a prisão e soltou os prisioneiros. As vinte e poucas praças encarregadas da defesa incorporaram-se ao bando. Em 02 Jan, Raimundo Gomes e seu bando entraram na vila do Brejo, onde receberam a adesão de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, que imediatamente se intitulou general em chefe das forças bemtevis.

Os rebeldes animaram-se e conseguiram a adesão de outros fugidos da lei, aumentando o grupo dia a dia.

"A Balaiada logo tomou o caráter de vingança de pretos e mulatos, aliados a índios e cafuzos, desprovidos de terras e direitos, contra os portugueses e seus descendentes não mesclados, que integravam a classe dos poderosos" (Bandecchi, 1970, p. 70).

A força insurreta contava com um efetivo razoável, dada a adesão de outros grupos liderados também por chefes sem escrúpulos, como Lívio Lopes Castelo Branco, Pedro Moura, Milhomens, Mulungueta, Tempestade, Gavião, Pedregulho e Macambira. O movimento ampliava-se.

Raimundo Gomes tornou-se um perigo para a ordem pública, já que era chefe de uma revolta sem ideal, sem bandeira e sem outros objetivos senão o saque e a obtenção de vantagens pessoais. "O colorido político era aí mero pretexto para demonstrações do mais desenfreado banditismo ser-tanejo", escreveu Hélio Vianna (Vianna, 1962, vol II, p. 118).

Pouco se podia fazer para contê-los. A reação começou com a iniciativa do prefeito de Itapicuru-Mirim que contava com 40 guardas nacionais mal

armados. Mas não chegou a haver um encontro. O Exército tinha efetivos muito reduzidos na área e não fora solicitado a intervir. E Manuel Felizardo de Sousa e Mello, empossado Presidente da Província em 03 Mar 1839, não conseguiu perceber a gravidade da desordem.

A marcha da morte

As providências eram urgentes, principalmente pelas notícias chegadas sobre atos dos sediciosos nas vilas e fazendas. Eles saqueavam e destruíam tudo em ações isoladas e sem coordenação. Ficou famosa a investida do Balaio e seu grupo sobre a fazenda Angicos, em Mar 1839, pela crueldade com que os balaios trataram os vencidos.

Os revoltosos resolveram marchar sobre a cidade de Caxias das Aldeias Altas, leste do MA. Sem contar com a ajuda da capital, também ameaçada, João Paulo Dias Carneiro, valendo-se de sua autoridade na comarca de Caxias, convocou o povo para uma reunião pública a fim de tomarem deliberações exigidas pela situação. Teve um papel preponderante no plano de defesa da cidade o Capitão Ricardo Leão Sabino⁴, que obtivera experiência militar quando participara como voluntário de campanha em Portugal, nas fileiras de Dom João VI. Conseguiu-se organizar um corpo com mais de mil homens, constituído de oito companhias comandadas por um capitão e tendo 16 tenentes e 32 alferes, todos comissionados por Dias Carneiro. Organizou-se também um Esqd Cav e um Gpt Art sob o comando do Cap Sabino. Foi reformulado o plano de defesa com entrinchamentos, tendo as mulheres recebido a atribuição do remuniciamento. Graças à organização militar, embora improvisada, pode o povo de Caxias resistir a um cerco de 46 dias.

O último cartucho

Mas a situação se tornou insustentável. Os defensores estavam exaustos. Então, o Cap Sabino preparou o canhão e acenou para os rebeldes, fazendo-lhes uma alocução, como se fossem

⁴ Sabino nasceu em Caxias (1814), lutou sob o comando de Caxias na Guerra do Paraguai, onde recebeu o posto de capitão do exército e o título de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Acompanhou Caxias em MG e no RS. Foi professor do poeta Gonçalves Dias.

partidários dele. Pediu-lhes que se aproximassesem e quando estavam na distância desejada ergueu um viva ao Imperador e pôs-se a tocar o hino nacional com uma pequena flauta. Diante do estarrecimento dos balaios, ouviu-se a descarga de um tiro de canhão, desferido por Sabino. Houve um pânico geral; tinha sido deflagrado o último cartucho das forças defensoras. A desordem dos balaios propiciou tempo para que os legalistas retraíssem, deixando a cidade entregue aos revoltosos.

A arrancada sobre a capital. Morte do Balaio

Conquistada a cidade de Caxias (01 Jul 1839), os balaios, empolgados com a liderança alcançada no âmbito do Partido Bemtevi, decidiram se dirigir a outros objetivos.

Raimundo Gomes resolveu enviar uma comissão a São Luís com o objetivo de solicitar a deposição das armas ao Presidente do MA Vicente Camargo, que encaminhou a petição ao Rio de Janeiro.

Os chefes rebeldes não se entendiam bem. As ambições pessoais sobrepunham-se ao interesse comum. Depois de dominarem determinada região e gastarem seus recursos, os balaios deixavam-na em busca de outra mais promissora.

Caxias foi retomada a 10 Set pelas forças legais sob o comando do Ten Cel José Dias Carneiro, mas Balaio (Manuel Ferreira) investiu novamente sobre a cidade em 09 Out, com dois mil homens, ocupando-a por algumas horas, quando recebeu um tiro do francês Isidoro, ali residente, vindo a morrer em consequência de gangrena no ferimento, não sem antes mandar matar o francês e sua família (mulher e oito crianças).

Com a desocupação de Caxias, os rebeldes se espalharam, levando a desordem a outros lugares do MA. Aderiu ao movimento o “preto Cosme”, evadido da cadeia de São Luís, que passou a se chamar Dom Cosme Bento das Chagas, seguido de uma multidão de escravos que arregimentara. Intitulava-se "tutor e imperador das liberdades bemtevis", em nome das quais cometeu incríveis crueldades.

A nomeação do Coronel Luiz Alves de Lima e Silva

Mas a situação continuava grave. Estavam ameaçadas a capital maranhense e as localidades próximas. A pequena força naval sob o comando do Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Lisboa procurou agir contra os rebeldes. Em 02 Nov 1839, 160 homens comandados pelo Ten Cel Luís Antônio Favilla, com a cooperação da força naval do Primeiro-Tenente Jesuíno Lamego Costa, tomaram de assalto a vila de Icatu, às margens do rio Munim.

Face à evolução da situação, sentiu o governo imperial a conveniência de confiar a uma só pessoa a Presidência da Província e o comando das Armas, tendo a escolha recaído no Cel Luiz Alves de Lima e Silva, que havia nove anos comandava o Corpo de Guardas Municipais Permanentes na Corte. A Carta Imperial de nomeação foi datada de 12 Dez 1839. No dia 27, Luiz Alves embarcou no navio São Sebastião, no RJ.

A primeira proclamação aos maranhenses

A missão de Luiz Alves de Lima e Silva era a de pacificar o MA, mas foi-lhe concedida autorização para penetrar no PI e no CE, se necessário, ficando sob suas ordens todas as forças operantes nessas Províncias.

O Cel Lima e Silva chegou ao MA em 04 Fev 1839 e tomou posse três dias depois, em meio a contentamento geral. Dirigiu então de São Luís uma proclamação a toda a Província:

"Maranhenses! Nomeado Presidente e Comandante das Armas desta Província, por Carta Imperial de 12 de dezembro de 1839, eu venho partilhar das vossas fadigas e concorrer quanto em mim couber para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império. Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, pôde encher de consternação, de luto e sangue vossas cidades e vilas! O terror que necessariamente deviam infundir-vos esses bandidos concorreu para que engrossassem suas hordas; contudo, graças à Providência, as vitórias até hoje alcançadas pelos nossos bravos, seu número começa a diminuir diante das nossas armas. Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil. Qualquer que seja o estado

em que se achem hoje os rebeldes, eu espero com os socorros que o governo geral vos envia e com a força que me acompanha, fortificar nossas fileiras e não vos abandonar enquanto os não houver debelado (...) Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam (...) e, confiando na Divina Providência que por tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que for mister para triunfo da nossa santa causa".

A pacificação

Luiz Alves obteve logo a confiança da facção legal em luta. Reorganizou os meios disponíveis, dispensando os excessos; colocou o pagamento em dia; instruiu e preparou a tropa, criando a Divisão Pacificadora do Norte, estruturada em três colunas. As tropas que estavam nas comarcas de Caxias e Pastos Bons ficaram na 1^a coluna, sob o comando do Ten Cel Francisco Sérgio de Oliveira; a brigada do Ten Cel João Tomás Henriques compôs a 2^a coluna, atuando em Vargem Grande e Brejo; finalmente, a 3^a coluna, sob o comando do Ten Cel Luís Antônio Favilla, ficou com a incumbência de varrer a zona de Icatu. A guarnição da capital ficou entregue ao Cel Manuel de Magalhães.

Caxias organizou hospitais e nomeou médicos, cirurgiões e capelães para todos os acampamentos. Restaurou a disciplina e o moral das forças legalistas. Como Presidente da Província, favoreceu a lavoura e procurou incrementar as trocas comerciais da capital com o interior. Encontrou dificuldades para o planejamento militar e administrativo, mas soube, no entanto, encontrar soluções satisfatórias para todos os problemas.

Dos rebeldes, cerca de dois mil estavam espalhados por toda a região NE do MA, entre Brejo e Tutóia; em Pastos Bons havia também o mesmo número; nas proximidades de Caxias existiam também alguns bandos. Eles não tinham acampamento fixo e atacavam os locais fracamente defendidos. Ao todo eram mais de seis mil. Convinha ter sempre as vilas bem guarnecididas, em particular nas regiões de Tutóia, Icatu, Rosário, Itapicuru-Mirim, Caxias, Anajatuba e São Luís, bem como no vale do rio Paranaíba, desde Brejo até Pastos Bons.

Com as tropas bem dispostas, o Cel Lima e Silva procurou operar em toda a Província, iniciando a campanha pela comarca de Brejo, utilizando

com frequência a técnica do envolvimento atualmente conhecido como “martelo e bigorna”.

O governo funcionava normalmente. Confiante nos auxiliares diretos, começou o Presidente a sair da capital e a dirigir pessoalmente as operações contra os rebeldes. Contudo, não se descuidava de suas obrigações em São Luís e retornava para tomar as decisões governamentais que exigissem sua presença.

Lima e Silva soube enfrentar com paciência todas as dificuldades materiais da tropa. Aos poucos foram se rarefazendo os efetivos de Raimundo Gomes.

A notícia da maioria de Dom Pedro II chegava à Província a 23 Ago 1840 e Lima e Silva soube explorá-la em favor da integração nacional, divulgando nova proclamação:

"Maranhenses! Uma nova época abriu-se aos destinos da grande família brasileira. Sua Majestade o Imperador (...) assumiu os direitos que pela Constituição do Estado lhe competem. Declarado maior, ei-lo enfim como símbolo de paz, de união e de justiça, colocado à frente da Nação que o reclamava. (...) Maranhenses! Um sublime pensamento deve agora inflamar o coração brasileiro, (é) o respeito às leis e o esquecimento de vergonhosas intrigas que só tem servido para enfraquecer-vos; um só partido, enfim, o do Imperador".

Prosseguindo na missão, tratou de agir diplomaticamente. Entrou na fase das concessões, para dar oportunidade aos que quisessem se recuperar. Usou o nome do monarca, empenhou a Igreja e ofereceu garantias aos arrependidos. Esse tipo de conduta, no entanto, não foi suficiente para dominar as forças rebeldes. Em certos casos era impossível apelar para a compreensão. Era preciso empregar a força contra os que não cedessem a métodos suasórios.

Raimundo Gomes, o chefe revoltoso, acabou se rendendo a 15 Jan 1841 e faleceu em viagem para São Paulo. Dom Pedro II decretara a anistia (22 Ago 1840) a 2.500 rebeldes que depuseram as armas.

Cosme, chefe dos escravos sem feitores, assumiu a direção do movimento, mas foi surpreendido em Tocanguira, sendo preso, julgado e enforcado em Set 1842.

Luiz Alves de Lima e Silva, como Presidente da Província e Comandante das Armas, anunciou a pacificação em 19 Jan1841, o que vinha a representar mais uma participação das forças terrestres na manutenção da unidade nacional.

O governo do Coronel Luiz Alves, futuro Barão de Caxias

Durante a pacificação o Presidente conduziu os destinos do MA com prudência e habilidade. Conquistou o respeito e a estima de todos devido à austeridade de seus hábitos e à dignidade de suas ações, aliados à sua mentalidade religiosa. Era franco, liberal, conciliador e previdente; procurava sempre a medida mais adequada para a situação, ou seja, energia quando necessário e complacência e compreensão para os recuperáveis.

Após a ação pacificadora passou o governo ao Dr. João Antônio de Miranda, já que sua missão estava finda. Foi promovido a brigadeiro em 18 Jul 1841 e, a 31 do mesmo mês agraciado com o título de Barão de Caxias, em função da localidade de Caxias das Aldeias Altas.



Capítulo V

**As Revoluções
Liberais em São
Paulo e Minas
Gerais.**

A Revolução de 1842 em São Paulo - Causas do movimento

Em 1842, era grande o dispêndio de recursos do governo imperial para sufocar movimentos armados que eclodiam em diversas regiões. O Exército estivera empenhado em campanhas no PA, no MA, contra a Confederação do Equador e continuava lutando para debelar a Revolução Farroupilha que já durava sete anos. No plano político houvera uma alteração constitucional para possibilitar a declaração de maioridade de Dom Pedro II, que subira ao trono amparado por um gabinete liberal, logo substituído por um conservador.

Os dois partidos se digladiavam. As campanhas pela imprensa eram mais violentas em MG, particularmente em Ouro Preto, a capital, em Barbacena e em São João d'El Rei. Os mineiros estavam contra o gabinete conservador e havia suspeitas de que se tramava um golpe de Estado.

A revolução irrompeu primeiro em SP e depois em MG, com mais intensidade, sob a alegação de que as leis criadoras do Conselho de Estado e reformadoras do Código do Processo Penal e o ato de dissolução da Assembleia Geral correspondiam a indícios de governo autoritário. Essas leis provocaram proclamações oposicionistas em todo o país, concitando o povo a pegar em armas. As representações de MG e SP, nesse particular, foram enérgicas. Os liberais espalharam a notícia de que o Imperador fora coagido e estava preso em palácio. No Rio, em SP e em MG organizou-se a sociedade secreta chamada Clube dos Patriarcas Invisíveis, cuja trama revolucionária teve num código de comunicação o veículo de seu rápido alastramento.

Em SP procurou-se atrair para a causa o apoio da Guarda Nacional, já que sem força militar o movimento seria apenas um protesto político e as adesões seriam acanhadas. As forças revolucionárias estavam entregues a civis, despreparados para conduzir operações militares.

O primeiro pretexto para o levante dos paulistas foi a substituição do Cel Rafael Tobias de Aguiar, Presidente da Província, por José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre. O Comt militar foi mantido no cargo. A esse descontentamento acrescentou-se o decreto imperial de 1º de maio que dissolvia a Câmara, então com maioria liberal.

Os liberais de 1842 viram aí uma boa ocasião para a derrubada do ministério conservador e a retomada do poder. No ambiente de radicalismo, qualquer movimento que se iniciasse não ficaria limitado a uma simples

reação de protesto contra um ministério: haveria de tomar o caráter de um golpe de Estado contra o regime monárquico, ocasionando fatalmente violenta repressão.

Revolta em Sorocaba

Rafael Tobias de Aguiar, que fora demitido, proclamou-se (17 Mai) Presidente interino da Província, em Sorocaba. Considerou o gabinete conservador uma oligarquia absolutista e assegurou lealdade somente ao Imperador, suspendendo a execução das leis reformistas em SP. Por sua vez, o ex-regente Feijó, Senador do Império, dirigiu-se àquela cidade e, apesar de enfermo, uniu-se aos revoltosos, sendo aclamado Vice-Presidente interino. Veio logo o apoio das comarcas vizinhas a Sorocaba: Itapetininga, Itu, Porto Feliz e Capivari. A de Curitiba também era liberal e os chefes esperavam o seu concurso.

A 20 Mai, formando a Coluna Libertadora, os revoltosos rumaram à capital paulista. O Maj Francisco Galvão de Barros França, Cmt da coluna, decidiu desviá-la do itinerário para passar por Itu, onde esperava receber reforços, e isso retardou muito o deslocamento. Essa perda de tempo seria fatal ao movimento. Falta do princípio do Objetivo.

Com efeito, o governo central tomou medidas urgentes. José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, mandou chamar o Barão de Caxias e o incumbiu de debelar o movimento. Em poucas horas o General encontrava-se pronto para embarcar, partindo do Rio de Janeiro em 19 Mai 1842 a bordo do navio Todos os Santos. Ele desembarcou em Santos no dia 21, por volta das 0900 h, à frente de 400 homens. Tratou logo de tomar as primeiras medidas para colocar a capital fora do alcance das forças revolucionárias. Preparou de imediato a defesa, organizando unidades, ocupando e vigiando os pontos importantes. As dificuldades eram a insuficiência de meios e a exiguidade dos efetivos. A tropa ressentia-se da difícil marcha e da inclemência do rigoroso inverno. Caxias não se abalou com a inferioridade numérica das tropas, confiando no aprestamento e na disciplina. Dividiu a tropa em três grupos, colocando-os em pontos estratégicos, a fim de isolar os revoltosos de possíveis contatos com o RJ, MG ou mesmo com o Sul. Procurou demonstrar por todas as maneiras que possuía grande efetivo, mandando requisitar rações para dois mil homens (Logística!). Man teve a vigilância em Lorena e Itararé.

Neste ínterim, o Maj Galvão e seus comandados mantiveram-se inexplicavelmente inativos, acampados nas proximidades da ponte dos Pinheiros. Curitiba, cuja adesão era esperada pelos sediciosos, permaneceu neutra em face das promessas do governo central de atender às suas pretensões de desligar-se de SP para constituir uma nova Província do Império, o que realmente aconteceu.

Era grande a tensão na capital paulista ante a ameaça de ataque. Caxias tomou a iniciativa, buscando encontro com as forças do Maj Galvão. Dois ataques sucessivos, nos primeiros dias de junho, forçaram os revoltosos a retrair. Era vital evitar a tomada de Campinas e para lá seguiu, em marcha forçada, o Cel José Vicente do Amorim Bezerra.

As forças do Maj Francisco Galvão passaram vitoriosas por Itu e se dirigiram para a capital; outras forças rebeldes se prepararam para ocupar Campinas. Ambas se surpreenderam ao saber que já estavam em poder das forças legais. O Barão de Caxias encontrava-se acampado na Ponte dos Pinheiros, dominando o entroncamento de Itu e Sorocaba.

Caxias determinou ao Cel Amorim Bezerra que saísse da cidade e oferecesse combate aos 400 insurretos que se achavam próximos. O encontro ocorreu em Venda Grande, a 07 Jun. Enquanto os rebeldes, surpreendidos, manobravam as duas peças de ferro e tomavam posição para resistir, o Cel Bezerra determinou o ataque da cavalaria, sob comando de Pedro Alves de Siqueira, apoiada por 120 infantes, artilheiros e guardas nacionais (Iniciativa). Os revoltosos, comandados pelo Capitão Boaventura do Amaral, resistiram às primeiras arremetidas. Percebendo que os revoltosos fraquejavam, o Cel Bezerra, auxiliado pelo Capitão Siqueira e pelo Tenente Godfrey, avançou e atacou resolutamente, pondo em debandada o inimigo, que deixou 17 mortos (algumas na noite após o combate)⁵ e 15 prisioneiros, além da bagagem e artilharia. O Cap Boaventura recebeu ferimento mortal.

⁵ Conforme Hernani Donato (p. 563), houve desavenças entre os presos, que descambaram em mortes causadas por eles próprios.

O fim do movimento

O primeiro choque definiu bem as diferenças entre os dois oponentes. Mostrou que a superioridade numérica em combate não era preponderante. Os rebeldes, apesar de mais numerosos, não fizeram boa figura. O aprestamento das tropas e a experiência de comando de Caxias, como ocorreu em movimentos anteriores, davam aos legalistas o prognóstico de vitória.

Diogo Feijó tentou, inutilmente, influir sobre o moral da tropa em Sorocaba. A essa altura, Rafael Tobias, em Itapetininga, fazia um reconhecimento e de lá mesmo escapava para local desconhecido, influenciado, talvez, pela notícia de que os imperiais entravam em Sorocaba, sem resistência e sob aplauso popular.

Com a fuga de Tobias, Feijó assumiu a presidência interina da Província, na área rebelada. Encheu-se de brios nesse cargo, a ponto de ter sido o único de todos os chefes que não fugiu, e ainda vociferar publicamente contra os que o fizeram. Caxias teve de prendê-lo mas o fez com o respeito devido a quem já fora Regente do Império e lhe atribuíra missões para debelar movimentos revoltosos. Através de carta, datada de 14 Jun, Feijó tentou influenciar Caxias, que respondeu, no dia 26:

"(...) Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó? (...) As ordens que recebi de SM o Imperador são em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça em nome da Regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e da mesma maneira que então as cumprí, as cumprirei agora (...)".

Selou-se a sorte dos insurretos em Sorocaba, depois de pouco tempo de campanha. Os grupos rebeldes dissolveram-se com a mesma rapidez com que se formaram. Caxias passou poucos dias em Sorocaba, retornou à capital paulista e, em 08 Jul partiu para o RJ, chegando à Corte em 23 do mesmo mês, já sabedor que devia seguir para a Província de MG. Nessa noite, o Barão jantou em São Cristóvão, recebendo de Sua Majestade o decreto de nomeação para seu ajudante-de-campo.

Os cabeças da insurreição - Diogo Feijó, Campos Vergueiro, Francisco de Castro Canto e Melo, Francisco Galvão e Bento de Moraes - foram levados para o RJ e processados. Rafael Tobias de Aguiar foi preso em 08 Nov 1842 no RS num local chamado Guarita e recolhido ao Forte da Lage, no RJ, onde permaneceu até a anistia de 14 Mar 1844.

Diogo Feijó, por orgulho pessoal, assumiu a responsabilidade pelo movimento. Recebeu a pena de desterro, no ES, por seis meses.

Conclusões

O movimento liberal de 1842 deveria ter terminado em SP, já que fora isolado e pacificado. O povo se dera por contente pelo protesto perante a Nação, já enlutada por interminável revolução no Sul. Esperava-se que MG, que estava destinada a prestar missão de apoio a SP, desistisse ante o insucesso da Província líder do movimento. Os fatos comprovariam o engano desta expectativa. Os revolucionários mineiros, mal informados sobre a derrota em SP, mas fiéis à palavra empenhada, armaram em MG uma tragédia maior que a de São Paulo.

A Revolução em Minas Gerais - Os antecedentes

A revolta em MG teve os mesmos motivos dos paulistas. Tratava-se de um movimento partidário, sem ideologia, com o pretexto de ajudar os paulistas. Mas a revolta em SP já estava perdida quando os mineiros começaram. Em 10 Jun 1842, a GN e a Câmara de Barbacena se insurgiram, aclamando Presidente da Província José Feliciano Pinto Coelho da Cunha⁶. Os revoltosos enviaram à capital - Ouro Preto, um manifesto esclarecendo suas posições, mas que não chegou ao destino. Havia dificuldade de comunicação. As informações sobre a revolução em SP só muito tempo depois chegaram a MG, causando má impressão, especialmente a de que a capital não participara do movimento. Em MG, a julgar pela narrativa do Cônego José Antônio Marinho, um dos chefes da revolução, houve a mesma tendência: por prudência ou por temor, os ouropretanos não revelavam simpatia pelo movimento.

⁶ Barão de Cocais em 1871. Cel do Exército e deputado, tinha sido governador de MG nomeado por Feijó em 1835. Votou pela maioridade de Dom Pedro II em 1840.

Iniciada a preparação para a reação contra o poder legal, os revoltosos mineiros continuaram agitados pelas notícias de SP, que chegavam incompletas e confusas. A ideia era acelerar e apoiar os paulistas, mas a agitação mais afligia os mineiros do que os impelia a uma efetiva ação bélica. Aquele era um povo pacífico e despreparado para atividades militares. Não havia chefes nem munição. Através da organização e do planejamento, no entanto, essas deficiências acabariam por serem vencidas.

O Presidente de MG, Bernardo Jacinto da Veiga, lançou uma proclamação ao povo de Ouro Preto, alertando que os revolucionários, sem ideais autênticos, desejavam a queda do Império. Não era verdade. Os revolucionários sempre demonstraram respeito para com o Imperador o qual, segundo eles, era coagido pelo Gabinete conservador. Acusavam os parlamentares no poder de serem absolutistas num império constitucional, regendo o país por um Conselho de Estado, reduzindo os poderes de Dom Pedro II, introduzindo reformas legislativas, limitando as garantias dos cidadãos e governando com a Câmara dissolvida. Era um governo sem forma, diziam eles. O Imperador tinha 16 anos de idade nessa época.

O início do movimento

Os primeiros impulsos dos revolucionários partiram de Barbacena. Cortaram eles as comunicações com o RJ. A ponte sobre o rio Paraibuna foi incendiada. Queluz, de grande valor estratégico para um ataque à capital mineira, foi tomada a 13 Jun 1842. Diversos municípios como Pomba, Lavras, Turvo e Santa Bárbara, reconheceram logo José Feliciano Pinto Coelho da Cunha como Presidente interino da Província. E assim, o governo legalista de MG passou a dar atenção ao movimento, que ultrapassava a política e adquiria importância militar, agravada quando alguns militares aderiram aos rebeldes.

De Queluz⁷, José Feliciano passou a São João d'el Rei (17 Jun), mas cometeu o erro de não avançar sobre a capital mineira. Ao que parece, foi uma falha idêntica à que aconteceu em SP logo no início das operações.

Desprezaram-se os princípios de guerra da Ofensiva e da Surpresa, já conhecidos na época. No dia 18, a vila de São José adere aos revoltosos, o mesmo ocorrendo com Baependi, no dia 26. Santa Bárbara e Caeté são

⁷ Hoje Conselheiro Lafaiete.

tomadas pela força. Politicamente, tiveram uma vitória: receberam a adesão do ex-deputado liberal Teófilo Benedito Ottoni, que partindo do RJ, chegou a MG sob disfarce e com documentos falsos. Corria o boato de que os farrapos de David Canabarro, apareceriam a qualquer momento para engrossar as fileiras dos revolucionários. Não aconteceu.

Ribeirão, em poder dos rebeldes de Baependi, passou a ser visada pelos contendores por seu valor estratégico.

Feliciano afastara-se de Queluz e trouxera para São João d'el Rei parte das forças. Os legalistas aproveitaram-se disto para desencadear, a 04 Jul, uma ofensiva sobre Queluz, sob o comando de José Manuel Coelho de Gusmão. Travou-se acirrado combate, mas a ofensiva não teve sucesso. Os revolucionários, comandados pelo Cel Antônio Nunes Galvão, obrigaram os legalistas a recuar para o alto da Varginha.

Os sediciosos demonstraram bravura nesses primeiros contatos, no campo de batalha. Alcançaram êxito em Rocinha da Negra, atacados por tropas legais vindas de Rio Preto e Pomba. Seu primeiro revés foi em Parabuina, onde foram traídos pelo próprio comandante, Cel Andrade. Passaram então a adotar a tática de guerrilha para compensar a inferioridade numérica e, desta forma, defender São João d'el Rei e Barbacena.

A coluna rebelde reorganizou-se em Santa Quitéria e Sabará, conquistou Pitangui, sem encontrar resistência, e cercou Caeté durante quase uma semana. O comandante legalista, Cel João da Mota Teixeira, retirou-se para Roças Novas. A 15 Jul, decorridos pouco mais de 20 dias do início da luta, grande parte de Minas foi dominada pelos rebeldes. Bastava-lhes, agora, concentrar tropas contra Ouro Preto.

Os rebeldes estavam distribuídos em Santa Bárbara (1.200 homens), Airuoca (mil), Pomba, cortando a ligação com Mar de Espanha (600), Baependi (500), Sabará (350), Pé do Morro (600) e São João d'el Rei (500), além de outras posições que bloqueavam o acesso ao RJ.

Do ponto de vista operacional, a situação parecia favorável a um ataque sobre a capital mineira.

Os primeiros insucessos

Mas o Cmt rebelde José Feliciano demorou-se em Queluz. Só depois de perder tempo com discursos e comemorações começaram as deliberações para o ataque à capital. O plano foi o

seguinte: José Antônio Marinho seguiria para o sul de Minas e Ottoni para Barbacena; depois se juntariam às forças de Queluz e Cataguases e marchariam unidos, formando uma só coluna, contra Ouro Preto.

O plano não se concretizou. Os revolucionários foram derrotados em Serra Negra e em Rio do Peixe, perdendo os arraiais de Santa Bárbara e Bom Jardim. O Governo agiu com rapidez deslocando tropas para a fronteira RJ/MG. Nesse momento, a decisiva ação do Presidente da Província do RJ, Honório Hermeto Carneiro Leão, começou a mudar a sorte dos rebeldes. Tropas legais concentraram-se em seis pontos diferentes aguardando a ordem de entrar em MG. As tropas fluminenses de Valença e Vassouras ocuparam Rio Preto e Santa Rita de Jacutinga, e uma segunda coluna apossou-se de Pomba. Eram consequências da demora de Feliciano.

A dispersão da coluna de Rio do Peixe, segundo o próprio José Marinho, foi seguida por todas as forças que, nessa linha, estavam postadas. No dia 15 Jul, estavam livres todas as estradas que comunicavam MG com o RJ. Nesse mesmo dia, Queluz caía em poder dos legalistas.

A nomeação do Barão de Caxias para dirigir a campanha (10 Jul) e a chegada de notícias da Corte quanto aos festejos pela vitória do governo em SP produziram muito desânimo nas fileiras liberais. Não houve mais proclamações. Entretanto, em um ataque a Araxá, apoiados pelos distritos de São Francisco, Campo Grande, Conceição e São Pedro de Alcântara, os revolucionários eliminaram a resistência encontrada, embora os legalistas requisitassem forças em Uberaba e Patrocínio para recebê-los. Os governistas usaram o fator psicológico, alardeando promessas de clemência para os adversários. Os insurretos dominavam Caeté e Santa Bárbara, onde pretendiam manter sua maior força. Teófilo Ottoni, em Barbacena, estava bloqueado nas direções de Mercês, Paraibuna e Rio Preto. Sem possibilidades de receber reforços solicitados a Feliciano, os revolucionários retiraram-se.

A retomada de Queluz

Teófilo Ottoni planejava marchar sobre Queluz e abrir caminho para a capital. Em São João d'el Rei, Feliciano anunciara a mesma decisão. A força rebelde tinha consciência da manobra que lhe restava. A ofensiva sobre Ouro Preto, tardivamente decidida, não seria

surpresa. Fulminar um inimigo prevenido seria inviável. Partiu-se então para o sacrifício, ainda que Ottoni lograsse levantar o ânimo da tropa.

Enquanto isso, em Queluz, o brigadeiro reformado legalista Manuel Alves de Toledo Ribas em pouco tempo transformou a cidade em verdadeira praça de guerra, organizando forças para atingir Barbacena.

Outras forças, do RJ e de SP, convergiram para Ouro Preto. O Barão de Caxias tomou conhecimento de sua nomeação para o comando das operações contra os rebeldes de Barbacena ainda em SP (10 Jul). Chegou ao RJ em 23 Jul 1842. Dois dias depois, partiu para MG. Suas tropas, a essa altura, deslocavam-se em marchas forçadas para Ouro Preto.

O grosso do exército rebelde concentrou-se em Santo Amaro, onde houve uma reunião dos principais líderes - Teófilo Ottoni, Manuel Mello Franco, Antônio Nunes Galvão e Francisco José de Alvarenga. O plano previa bloquear, na madrugada de 26 Jul, as estradas que ligavam Queluz ao RJ, a Itaverava, Ouro Preto, Congonhas e Suaçuí (hoje São Brás do Suaçuí). Galvão encarregou-se da execução. Os revoltosos postaram-se em Lavapés e Boa Vista e emboscaram-se ainda nas estradas de Congonhas, Ouro Preto e Suaçuí, buscando o flanco do inimigo para lhe cortar a retírada. Nesta contingência, os legalistas aceitaram o combate, mas não o suportariam muito. Pela madrugada, tentaram se evadir pelas estradas de Congonhas e Suaçuí, mas foram emboscados. Os governistas foram desbaratados e houve prisões em massa.

O Presidente Bernardo da Veiga tentava minimizar a importância do revés:

"No combate, a nossa perda foi pequena e apenas consta de três ou quatro mortos e poucos mais feridos; na referida retirada feita à noite e principiada em boa ordem, uma emboscada dos rebeldes produziu uma forte debandada, especialmente porque com a nossa coluna se retiraram cidadãos e famílias, fugindo dos facciosos, (motivo) pelo que a marcha não podia ser mui regular".

Os legalistas tiveram 50 mortos e mais baixas, por ferimento. Foi a maior vitória dos rebeldes, segundo o historiador Martins de Andrade⁸.

Queluz ficou de posse dos revolucionários, que podiam investir sobre Ouro Preto. Mas então surgiram desentendimentos entre os chefes. Feliciano, impressionado pelos insucessos em SP, estava disposto a depor as

⁸ In: A Revolução de 1842. Rio de Janeiro: (sem indicação de editora), 1942, p. 254.

armas, ao passo que Ottoni, entusiasmado pela luta, continuou até Capão do Lana, acampando às vistas de Ouro Preto.

Os revoltosos, de modo geral, ansiam pelo ataque. Tendo obtido permissão de Feliciano, tomaram o rumo de Bocaina, onde novos desentendimentos retardaram a ação. Os governistas aproveitaram a oportunidade para reunir novas tropas na capital.

Julgando insegura a posição de Bocaina, os revoltosos foram para Lagoa Santa. Emboscaram-se em Santa Luzia, travando violento tiroteio com os legalistas que, no entanto, mantiveram o cerco da posição.

Feliciano, que tinha uma visão geral dos acontecimentos, desejava render-se: a Província de SP estava pacificada, São João d'el Rei e todo o sul de Minas em mãos de governistas. Mesmo tomando Ouro Preto, como queria Ottoni, acabariam cercados e obrigados a capitular.

A ação de Caxias

Caxias deslocou suas forças para o porto de Estrela e para Paraíba do Sul. Restaurada a ponte sobre o rio Paraibuna, prosseguiu em direção à capital de MG. No dia 18 Ago chega a Barbacena, atingindo Ouro Preto no dia 6. Vencer o percurso Rio de Janeiro-Ouro Preto em 11 dias representou por si só uma vitória. Em MG, o chefe legalista afixou em toda a parte o edital de 30 de julho⁹, concitando a todos os que pegaram em armas a entregá-las no prazo de 10 dias. Findo este prazo, mandaria recrutá-los para as fileiras do Exército Imperial.

José Feliciano resolveu enviar o Cel Francisco Vieira Souto Maior e o Dr. Manuel Mello Franco à Corte para solicitar do Imperador anistia geral em troca da suspensão das hostilidades; mas eles foram presos no meio do caminho.

À frente de sua força, Caxias deslocou-se para Caeté demonstrando, com isso, que iria oferecer combate. No dia 12 Ago ocupa Sabará.

Ciente de que Caxias preparava o ataque à posição revolucionária em Santa Luzia, Feliciano retirou-se por um roteiro desconhecido. Teófilo Ottoni procurou, de todo modo, evitar que a tropa soubesse do episódio. Santa Luzia não passava de um pequeno arraial erguido na margem direita do rio das Velhas, podendo-se passar para a margem esquerda através da

⁹ Nesta data, Caxias foi promovido a Marechal de Campo Graduado (Giorgis, 2011, p. 36).

Ponte Grande. Encontrando-se em uma elevação, prestava-se a contento para uma ação defensiva¹⁰.

Caxias, enquanto isso, continuava a sua preparação. Dividira o Exército em três colunas: uma comandada pelo seu irmão, Cel José Joaquim de Lima e Silva, que seguiria pela estrada do Arraial da Lapa; outra pelo Cel Francisco de Assis Ataíde, em direção ao rio das Velhas, pela estrada do morro da Vicência, enquanto ele próprio, com o Cel José Leite Pacheco, investiria sobre a posição rebelde, pela estrada de Sabará.

A batalha final - Santa Luzia

A concepção estratégica de Caxias reunia simplicidade e perfeição: envolveria os rebeldes atacando, com a sua coluna, de frente, enquanto a coluna do Cel Lima e Silva avançava pelo flanco direito; ambos, portanto, pela margem direita do rio, incumbindo ao Cel Ataíde ocupar a Ponte Grande para impedir a fuga de rebeldes.

O ataque ficou marcado para o dia 21 de agosto. Caxias iniciou o avanço no dia 20. Em região próxima à Sta. Luzia preferiu estacionar, a fim de aguardar o envolvimento previsto para o dia seguinte. Os rebeldes tomaram essa atitude como demonstração de fraqueza e concentraram-se em ataque maciço, obrigando Caxias a um retraimento. Contudo, seu irmão, o Cel Lima e Silva escutou os tiros e, pressentindo que a luta se engajara antes do previsto, acelerou o seu contingente, alcançando a parte superior de Santa Luzia por volta das 15:00 horas. Nesta oportunidade, Caxias retornou com seus homens, dirigindo pessoalmente um contra-ataque com carga de baioneta.

Os revolucionários, entre dois fogos, perderam uma batalha que parecia praticamente ganha. Ao debandar, deixaram no campo uma peça de artilharia, munições e suprimentos. Foram feitos 300 prisioneiros.

Antônio Nunes Galvão, repelindo a investida do Cel Ataíde, ocupou a Ponte Grande, garantindo a retirada das tropas, dirigindo-se depois para o arraial de Matosinhos, onde dispersou os homens e recolheu-se à sua residência. Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, Manuel Dias, Camilo

¹⁰ As trincheiras e defesas de Sta Luzia foram erguidas conforme as instruções do engenheiro húngaro Franz Wisner von Morgenstern que, nas décadas de 1850 e 1860, prestou serviços a Francisco Solano Lopez no Paraguai.

Brito e os irmãos Teixeira foram presos. Alvarenga acompanhara Galvão e Marinho e mais tarde apresentou-se à prisão, levando um manuscrito da história do movimento revolucionário.

Caxias determinou que fossem vasculhadas Santa Bárbara e São João del Rei, eliminando os últimos redutos inimigos. Entrou triunfalmente em Ouro Preto em 01 Set. Pelo correio recebe a notícia de que fora promovido a Marechal-de-Campo. Ato contínuo passa a se ocupar então de dar especial proteção aos vencidos, às suas famílias e aos seus bens.

As frequentes intervenções do EB nos movimentos revolucionários, para a pacificação e a manutenção da ordem política interna, contribuíram para manter a tradição que o concebe como o povo em armas.



Capítulo VI

- A Revolução Praieira
- As Colônias Militares

A Revolução Praieira em Recife - Caracterização do movimento

Revolução, insurreição, rebelião, levante, revolta - são classificações dos historiadores, que também discordam quanto aos objetivos dessa convulsão (1848/51). Mas são todos unâimes em que uma das características que a definiram foi sua feição de guerrilha.

O título “praieiro” advém da rua da Praia, em Recife, onde Luís Roma e João Batista de Sá imprimiam o Diário Novo, órgão do grupo político que comandava o movimento. A partir de Set 1844, este periódico recebeu o apoio do Gen José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, que se deslocou do RJ para Recife. O movimento foi, para alguns, exclusivamente político, sem fundo ideológico, e limitado a PE, sem consequências de âmbito nacional. Para outros, foi um movimento nativista, com acentuada xenofobia. Seus adeptos queriam a nacionalização do comércio varejista e a exclusão dos portugueses não ligados a brasileiros por laços familiares. No fundo, uma luta entre liberais e conservadores. O Exército foi mais uma vez convocado para pacificar uma Província conflagrada.

Mudanças políticas

Em 1844 caiu o Gabinete Conservador. Os liberais pernambucanos procuraram se fortalecer, prevenindo-se para a hipótese de queda eventual do Gabinete de seu partido, o que era uma rotina parlamentar. Iniciaram a distribuição de empregos a amigos e correligionários - uma prática política da época - preparando-os para futura defesa de suas posições liberais.

Em 31 Mai 1848, nova mudança política ocorreu. A dissolução da Assembleia Geral e consequente subida dos conservadores ao poder em 29 Set produziu, no Partido Liberal pernambucano, reação semelhante à dos mineiros e paulistas em 1841. Os liberais de PE decidiram preparar-se para o embate. Ademais, havia um certo mal-estar na Província, em consequência das más condições de vida e da propaganda livre de ideologias revolucionárias, que criava um clima de tensão.

O Presidente Herculano Ferreira Pena tentou acalmar e controlar a situação. Procurou fazê-lo mediante a demissão de autoridades policiais do

interior, praticantes de abusos e desmandos, mas com isto acendeu-se o estopim da revolta¹¹.

O começo da revolta

Ao 7 Nov 1848, os primeiros grupos armados de praieiros juntaram-se na localidade de Igaraçu e seguiram para Nazaré, bloqueando, desde logo, as comunicações de Recife com o interior da Província. Cerca de 300 a 400 guardas nacionais foram então preparados para a luta. Ao mesmo tempo, os rebeldes difundiam violenta propaganda contra o Presidente da Província, objetivando conseguir a um só tempo o apoio da população e a desmoralização das autoridades. Firmino Antônio de Sousa, Chefe de Polícia, e o Cap Isidoro da Rocha Brasil, com uma centena de praças, saíram ao encontro dos insurretos, mas, em face do efetivo e da técnica de guerrilha empregada pelos adversários, compreenderam a necessidade de apoio efetivo para enfrentar a situação. No dia 10 de novembro, o Coronel José Vicente Amorim Bezerra¹², com o 4º Batalhão de Artilharia a Pé, reforçado por policiais e 80 guardas nacionais, foi designado para empreender a ação contra os praieiros.

Embora os grupos inimigos, utilizando o fator surpresa, em operações limitadas, terem conseguido retardar as forças do Exército, estes lograram recalcar o adversário até a região do engenho Mussupinho, onde se travou violento combate, cabendo a vitória às forças legais.

O Combate de Mussupinho

Comandados pelo Cel José Joaquim de Almeida Guedes os revoltosos haviam-se ocultado às margens da estrada para Mussupinho, em terreno elevado. O Cel Amorim Bezerra narra o combate no relatório ao Presidente da Província:

"Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que a força de meu comando obteve hoje o mais completo triunfo do lugar Mussupinho

¹¹ Neste mesmo ano, ocorreu a revolução que derrubou a monarquia na França (Jul) e a divulgação do manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels.

¹² O mesmo da revolução de 1842 em SP.

(engenho deste nome) aonde constando-me, esta manhã que se achavam reunidos os revoltosos, me apressei a atacá-los. O inimigo achava-se colocado em posições vantajosas, algumas das quais eram sobranceiras ao meu campo e além disto estava protegido por guerilhas entrincheiradas. Não obstante, engajei-o no combate que foi renhido e sanguinolento. Três horas, porém, depois de haver ele durado, apossei-me do campo inimigo, desalojando os revoltosos de suas posições defensivas e levando-os em completa debandada até uma vasta distância do acampamento. Apossando do campo fiz desarmar os prisioneiros e não continuei mandar a perseguir os fugitivos, porque, estando já fora de combate o clarim de cavalaria, não podia por este motivo fazer os toques precisos, para que a cavalaria carregasse. Porém mandei logo em seguimento a infantaria, e os revoltosos correram em completa derrota, apresentando-se alguns. A perda do inimigo foi considerável: 15 mortos, (...) uma grande parte de feridos, ficando em nosso poder 56 prisioneiros e como despojos grande poção de armamento e cartuchame, três barris de pólvora, uma corneta e muitas pedras de ferir. Nossa perda foi menor pois que só temos a deplorar a morte de 10 bravos e o ferimento de poucos”.¹³

Era 14 Nov 1848: a primeira vitória dos legalistas sobre a revolta.

Rearticulação dos rebeldes

O movimento não morreria no nascedouro, como muitos supunham. Chegara a Recife o Deputado Joaquim Nunes Machado, que gozava de grande popularidade entre os praieiros e era considerado o chefe mais importante dos liberais, na área. Sua entrada em cena assegurava aos insurretos o estímulo que necessitavam. Aglutinados em torno do líder, novos contingentes concentraram-se, desta vez nas matas de Catucá, onde se destacava a figura de Antônio Borges da Fonseca, jornalista e revolucionário; para alguns era um herói; para outros, um impostor. Combateu os praieiros, mas filiou-se a eles no final de 1848. Panfletário, dirigiu diversos periódicos revolucionários, especialmente *O Repúblíco*. Redigiu o manifesto, lançado em 10 Jan 1849, anunciando os propósitos dos chefes praieiros quanto ao movimento.

¹³ Verificar nas Efemérides do Barão do Rio Branco.

Em Catucá, o Exército enfrentou com enormes dificuldades as operações de guerrilha dos praieiros mas, enfim, conseguiu expulsá-los da região (11 Dez 1848). Pressionados, os revoltosos resolveram retirar-se para Goiana e em seguida para novo acampamento, em Igaraçu.

O governo imperial começava a se preocupar com a revolta e resolveu nomear o Dr. Manuel Vieira Tosta (depois Marquês de Muritiba), Presidente da Província. Para obter a pacificação e evitar o derramamento de sangue, Tosta fez uma proclamação aos pernambucanos, assegurando-lhes tratamento justo e oferecendo-lhes perdão. Para o Comando das Armas e das forças em operação a escolha havia recaído no Brigadeiro José Joaquim Coelho (depois Barão da Vitória).

A resposta liberal foi pronta: os chefes praieiros divulgaram pela imprensa artigos em que contestavam os propósitos do novo Presidente. Tosta procurou agir com serenidade e firmeza. Os praieiros, exaltados, começaram a se reunir em Água Preta, planejando atacar Recife com cerca de dois mil homens. O Brigadeiro Coelho dirigiu suas forças contra os praieiros derrotando-os em Cruangi em 20 Dez 1848.

O Combate de Recife

Em 02 de fevereiro de 1849, os rebeldes investiram Recife com todas as suas forças. A defesa, organizada pelo Cel Amorim Bezerra, resistiu desesperadamente nas ruas e praças. Os entrechoques eram violentos; as forças legais não tinham confiança no êxito da luta. Então o Brigadeiro Coelho, no encalço dos rebeldes, conseguiu colhê-los pela retaguarda, na praia. Morto o líder Nunes Machado, participante do ataque ao quartel de Soledade e figura de grande prestígio entre os praieiros, os revoltosos perderam o ímpeto e resolveram retirar-se. Era uma nova vitória das forças do Exército. Encontravam-se na área 10 navios da Esquadra (capitânia: a fragata Constituição) sob o comando do Capitão-de-Fragata Joaquim José Ignácio, que tiveram oportunidade de participar da luta. Estava presente também por casualidade, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Marques Lisboa, que não titubeou em entrar no combate. Contingentes de marinheiros e fuzileiros desembarcaram para participar da defesa de Recife. Nesse combate distinguiram-se os jovens Tenentes José da Costa Azevedo (depois Barão do Ladário) e Elisiário Antônio dos Santos (depois Barão de Angra).

Mais importante que o relato de minúcias do combate são as reflexões sobre o plano de ataque e defesa, narrados pelo cronista Figueira de Melo na sua citada Crônica:

"Se agora quisermos avaliar o modo pelo qual fora atacada ou defendida a cidade de Recife não podemos deixar de reconhecer que se deram erros graves e importantes tanto da parte do governo como da parte dos revoltosos. Da parte do governo notaremos como primeiro erro o haverem-se estendido tanto as linhas de defesa da cidade que era impossível que os pontos se não enfraquecessem e que as respectivas forças legais se pudessem mutuamente socorrer em caso de urgência e combinar os seus meios de resistência, de sorte que daí resultou que os rebeldes, achando estes pontos mal defendidos e guarnecidos facilmente os tomaram ou puderam passar por eles sem grande perigo (...) "Da parte dos rebeldes supõe-se geralmente que se houvessem reunido com todas as suas forças em uma só coluna e entrado assim na cidade em vez de se dispersarem nela em grupos, não teriam encontrado nas forças legais, disseminadas por diversos pontos, resistência suficiente para detê-los; e que no caso de marcharem direto ao Palácio do Governo conseguiram facilmente tomá-lo e se apossariam depois de toda a cidade pelo desâimo que tal acontecimento incutiria necessariamente nos seus defensores. Um segundo fator que também cumpre não esquecer é a covardia da coluna da Soledade que em vez de combater se pôs a roubar as casas do bairro que tivera a desgraça de sofrer sua presença".

O começo do fim

Com o fracasso de Recife, imaginou-se que a revolta recebera o golpe de misericórdia. Era engano. Inflamados pela causa, os rebeldes buscaram se reorganizar. De Recife, seguiram para Igaraçu e Passmado, onde entraram a 05 Fev procurando, pela violência, reabastecimento de munições e alimentos - já era o desespero da derrota.

Perseguida pelo Exército, a coluna do norte penetrou na PB, fazendo depredações e espalhando o medo. As sucessivas derrotas fizeram com que a maioria dos líderes desertasse e fugisse para o sul do país, apesar do esforço obstinado de Borges da Fonseca para incentivá-los a prosseguir na luta. Acuado, o líder revolucionário resolveu se refugiar com um pequeno

bando em Cabo, onde foi surpreendido, preso e conduzido para Recife em 31 Mai, tendo-se desbaratado a coluna do norte.

A coluna do sul teve o mesmo fim. O Cmt revolucionário Cap Art Pedro Ivo Veloso da Silveira dirigiu-se para Água Preta. Sem recursos e abandonado pelos colaboradores, embrenhou-se pelo sertão numa luta de guerrilhas (Guerra das Matas) que o tornou famoso, cantado pelos poetas da época. Vagou sem rumo por mais de um ano. Afinal, aconselhado pelo pai, entregou-se ao governo da BA. Foi preso no Forte da Lage do Rio, mas conseguiu se evadir e embarcar para o exterior num navio estrangeiro em 19 Abr 1851. Morreu na viagem.

Vários chefes praieiros enfrentaram prisão e processo, sendo que Borges da Fonseca, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Bernardo José da Câmara e o General José Inácio de Abreu e Lima receberam a prisão perpétua em Fernando de Noronha, sendo anistiados em 1852 por decisão de Dom Pedro II.

Cessara a última revolta política em protesto contra as mutações ministeriais do segundo reinado, graças à efetiva participação das forças terrestres. Em 1852, foram anistiados os praieiros condenados. A revolta havia ceifado milhares de vidas e provocado perdas materiais enormes.

Inventário das rebeliões regenciais

O Período Regencial teve inúmeras revoltas, motins, rebeliões, mandraças, etc. no Brasil. Segue-se uma relação com as principais. Outras, bem menores, muito rápidas e efêmeras ocorreram na vastidão do território nacional e que escaparam aos registros históricos.

- Setembrada no MA (1831);
- Setembrada em PE (1831);
- Novembrada em PE (1831);
- Novembrada no MA (1831);
- Revolta do 26º Btl Inf no RJ (1831);
- Revolta do Corpo de Guardas Municipais da PM da Corte (1831);
- Revolta do Corpo de Art da Marinha na Ilha das Cobras (RJ/1831);
- Federação do Guanais na BA (1832);
- Abrilada em PE (1832);
- Insurreição do Major Miguel de Frias e Vasconcelos no RJ (1832);
- Movimento Restaurador do Barão de von Bülow no RJ (1832);

- Insurreição Restauradora do Crato no CE (1832);
- Motim do 10 Btl de Caçadores de Salvador, BA (1832);
- Revolução Restauradora de Vitória de Santo Antão em PE (1832);
- Cabanada em PE e AL (1832/35), que se confundiu com a seguinte;
- Guerra dos Cabanos em PE e AL (1834);
- Levante Restaurador de Ouro Preto (1833);
- Revolta dos Escravos em Carrancas, MG (1833);
- Levante do Forte do Mar em Salvador, BA (1833);
- Carneiradas em PE (1834/35);
- Rusgas de Cuiabá, Mato Grosso (1834);
- Cabanagem no PA (1835);
- Revolta dos escravos Malês, Haussás e Nagôs em Salvador, BA (1835);
- Revolução Farroupilha no RS (1835/45);
- Sabinada na BA (1837);
- Balaiada no MA (1838/41);
- Anselmada em Franca, SP (1838);
- Revolução de Manuel Congo em Paty do Alferes, RJ (1838);
- Insurreição de Parnaguá no PI (1840) ou Balaiada do PI; e
- Levante de Sobral, CE (1840);

As Colônias Militares - Antecedentes

A capacidade dos nossos antepassados portugueses para conquistar novas terras e assegurar a sua posse permitiram que o Brasil tomasse a configuração territorial que hoje tem. Sendo Portugal uma nação tão pequena, não contava na metrópole ou nas colônias com os recursos humanos suficientes para a colonização, mas nem por isto intimidou-se ante os desafios que se apresentavam. Obstinados na preservação das conquistas, os portugueses selecionaram em regiões longínquas os pontos mais favoráveis, os locais de passagem obrigatória, e os ocuparam com destacamentos militares. Surgiram assim, em diferentes épocas, a Colônia do Sacramento, a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, o Forte de Coimbra, a posição de Fecho-dos-Morros, o destacamento de Casalvasco e o de Corixa Grande, o Forte Príncipe da Beira, as instalações em Tabatinga, São José de Moarabitanas, Cucuí, São Joaquim e São José de Macapá, além de outras. Estes pontos já esboçavam o contorno físico de uma grande parte do país. A guarnição destes fortés e o povoamento

que à sombra e proteção deles se foi estabelecendo, nestas regiões distantes, balizando fronteiras reconhecidas ou pretendidas e efetivando a posse - podem ser consideradas como a origem da colonização militar no país. Não há dúvida de que satisfizeram plenamente à principal finalidade: proporcionar base para o “uti possidetis iuris”, princípio mais tarde reconhecido nos tratados de limites.

Depois da emancipação política, no início do segundo reinado, fez-se nova tentativa de colonização militar. Vivia a nação dias tumultuosos durante o regime regencial, que ameaçavam a estabilidade das instituições e a integridade nacional. As fronteiras terrestres, praticamente desguarnecidas, estendendo-se por milhares de quilômetros, em zonas ermas e despovoadas, constituíam motivo de preocupação. Não tínhamos ainda tratados de limites com as novas repúblicas emancipadas do domínio espanhol. As linhas estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso não estavam demarcadas. Ao norte, havia a presença incômoda da França, que disputava na Amazônia uma vasta extensão de terras - a Guiana brasileira. Ao sul, com Rosas e Oribe, esboçavam-se novas ameaças, já que estavam ambos inconformados com os limites vigentes.

Origens e destinos

Anossa primeira colônia militar surgiu em 1840. Dez anos depois surgiu o primeiro ato legislativo a respeito. Encontra-se na Lei Orçamentária do Império, exercício de 1850-51, com o número 555, de 15 Jun 1850, cujo artigo 13, item 3, autorizava o governo imperial a "estabelecer, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais adequada organização". Instituía-se formalmente a colonização militar no país.

A regulamentação definia as suas finalidades: proteção e assistência aos colonos; controle de regiões que pudessem tornar-se refúgio de criminosos; promoção da cultura do solo e da exportação de produtos naturais; e proteção e assistência à catequese dos silvícolas. Outras finalidades existiam nas Instruções para o funcionamento das diversas colônias agrícolas: respeito à integridade indígena; proteção das populações contra assaltos e agressões; proteção à navegação fluvial, proporcionando-lhe pontos de apoio nas margens despovoadas dos rios; distribuição de terras, de acordo

com a legislação então vigente, a voluntários, logo que obtivessem baixa do serviço ativo do Exército.

Ao examinar as finalidades, verifica-se que eram na maioria de natureza estritamente civil, com alguma complementação de ordem policial. As atribuições de proteger as populações e a navegação fluvial tinham caráter nitidamente militar.

E por que colônias militares? Parece que existiam dois motivos principais: primeiro, era difícil conseguir voluntários civis para povoar o interior, já que algumas áreas eram inóspitas e não apresentavam as facilidades e os atrativos dos centros urbanos. Apelava-se então para o pessoal militar, obrigado a cumprir ordens superiores, mesmo a contragosto. Diz o Relatório de 1868 do Secretário de Estado da Guerra:

"O de que se trata é de estabelecer núcleos de povoamento em lugares remotos, centrais, despovoados, onde a princípio só podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos de disciplina militar".

Em síntese, as colônias eram estabelecimentos compostos por dois grupos: os civis e um contingente militar - o grupo maior - destinado a protegê-los. O diretor da colônia era o próprio comandante do contingente, normalmente um oficial subalterno. O segundo motivo para a criação de colônias militares era sem dúvida o mais importante: atender às necessidades de vigilância e vivificação das fronteiras, onde se caracterizam objetivos especificamente militares. Na Memória sobre colônias militares, no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, datado de 1867, pode-se ler o seguinte:

"Estabelecer os postos militares em nossas fronteiras, como núcleos de colônias agrícolas e pontos de apoio à emigração espontânea, com o fim de povoar essas fronteiras, para que, por esse modo, se pudesse evitar a invasão dos povos limítrofes, que insensivelmente se queiram ir apossando de território brasileiro".

A primeira Colônia - uma sentinel

Aprimeira colônia militar no país foi inaugurada em 06 Mai 1840, estabelecida pelo Presidente da Província do PA, por determinação do Regente Pedro de Araújo Lima, e denominou-se Dom Pedro II, em homenagem ao Imperador. Localizava-se à margem direita do rio Araguari - confrontando com o território disputado pela França - em terreno próprio para a lavoura, a 550 braças da foz. Para o local, que fora escolhido pelo comandante militar da ilha Bailique, transportou-se o primeiro diretor, um alferes comissionado, acompanhado de sua mulher, um filho e de 27 praças casados, com as respectivas famílias. A razão oficial do Presidente do PA para a fundação da colônia foi povoar uma região da Província que dispunha de bons recursos, mas o motivo básico foi vivificar a fronteira e criar novos meios de defendê-la, garantindo a integridade territorial. Nas palavras do Presidente entrevê-se a verdadeira intenção, quando se refere à colônia, no ofício nº 14, de 22 Nov 1859:

"A importância daquela missão em relação à sua situação confinante com territórios que são disputados ao Império pela França, e aos indivíduos selvagens e civilizados, que os franceses têm sempre se empenhado em atrair a seus interesses contra os nossos, parece-me não poderá (...)".

Essa colônia era um marco brasileiro às margens do Araguari e servia para assegurar a posse e a inviolabilidade do delta amazônico: as suas pretensões incluíam o território chamado de Cabo Norte até o Oiapoque.

As Colônias do Pará e Mato Grosso

Com a lei nº 555, de 15 Jun 1850, foram criadas colônias militares em todo o país. A maioria delas era vinculava ao Ministério do Império (atual Ministério do Interior), passando em 1880, depois de uma reestruturação administrativa, à dependência do Ministério da Agricultura, criado em 1861. Isto enfatizava o caráter mais civil do que militar daquelas instituições. Ao ministério militar cabia proporcionar os efetivos militares e o respectivo equipamento, sem ingerência quanto a outros aspectos, inclusive à escolha do local. Com a agravamento da questão de

limites com o Paraguai, a partir de 1855, passaram as colônias militares situadas na fronteira à alcada do Ministério da Guerra.

As principais colônias militares eram as seguintes:

Santa Tereza do Tocantins (PA) - foi inaugurada em 15 Out 1849, à margem esquerda do rio Tocantins, no local denominado Remansão. O ato coroava meses de trabalhos e privações sofridas pela expedição mandada organizar pelo Presidente da Província para a exploração do rio Tocantins e a consequente fundação da colônia. Suas finalidades, segundo o relatório do Ten Cel Ayres Carneiro, encarregado de estabelecê-la, eram evitar os desmandos e as tropelias de malfeiteiros e de contrabandistas e proporcionar recursos à navegação fluvial. Em outras palavras, assegurar a ordem e a lei e criar condições de desenvolvimento. Todavia, estes objetivos não seriam atingidos em Santa Tereza. Vários motivos levaram à transferência da colônia para outro ponto, não muito distante, onde já existia um presídio militar - São João do Araguaia. Esta passou então a ser a nova designação da colônia.

Colônia Militar de Óbidos (PA) - por iniciativa do Tenente-General Pedro de Alcântara Bellegarde, Ministro da Guerra, surgiu em 1854 a terceira colônia na Província do PA. Ficava em Óbidos, à margem esquerda do Amazonas, em área com terras férteis e com clima benigno. O primeiro diretor foi um capitão-de-mar-e-guerra, o que atesta a importância atribuída ao estabelecimento. Para povoá-la, Irineu Evangelista de Sousa - o Barão de Mauá, seguindo instruções do governo imperial, contratou 500 colonos portugueses, com a clara intenção de promover a ocupação da área e incentivar a agricultura.

Nioaque e Rio Brilhante (MT) - criadas em 1850 e regulamentadas em 1855. A cada uma o governo imperial destinou em 1854, cerca de mil colonos portugueses. A principal finalidade era proteger e auxiliar a navegação fluvial entre as Províncias do Pará e do Mato Grosso.

São Lourenço ou De Lamare (MT) - ficava na margem direita do rio São Lourenço. Sua missão mais importante, no dizer do Presidente da Província, era conter os índios bravos e coroados¹⁴ que há mais de um século flagelavam a Província.

¹⁴ Denominação genérica atribuída pelos portugueses aos indígenas que usavam coroas de plumas na cabeça. Eram caingangues, caiapós, bororós, coropós, puris e xerentes.

Dourados (MT) – criada por decreto de 1856, mas só inaugurada, nas cabeceiras do rio que lhe emprestou o nome, cinco anos mais tarde. Das instruções para o seu funcionamento constava:

"Auxiliar a navegação interior da Província do Paraná para Mato Grosso, defender e proteger os moradores desta parte do território do Império, até as fronteiras do Iguatemi e do Apa contra as agressões de selvagens e a chamar a estes por meio da catequese e à civilização".

Miranda (MT) - a mesma destinação da anterior. Fundada em 1859 nas nascentes do rio de igual denominação, afluente do Paraguai. Não confundir com a vila de Miranda, ao norte. Os encargos, que eram amplos, incluíam a proteção das populações junto à fronteira Apa-Iguatemi. Com o agravamento do problema fronteiriço com o Paraguai, as colônias militares de Miranda e Dourados passaram a ter como missão principal a vigilância da fronteira. Essas duas colônias militares foram criadas visando, basicamente, a segurança e a defesa da fronteira. Os locais escolhidos para os dois estabelecimentos foram os mais indicados, em vista da missão principal. Um fato que se veio posteriormente a lamentar foi não terem sido as colônias dotadas de meios adequados à sua missão. A mobilização de tropas para elas não acompanhou a intuição estratégica de defesa. Os pequenos efetivos de 15 ou 20 soldados, "pela maioria inválidos", no dizer do Presidente de Mato Grosso, em ofício ao Ministro de Estrangeiros (29 Set 1862) mal atendiam às imposições dos encargos estritamente civis. Não havia condições de exercer vigilância sobre a fronteira. Na invasão paraguaia, nos últimos dias de 1864, esses pequenos postos foram levados de roldão. Restou o exemplo épico de Antônio João, imolado com dois ou mais estrangeiros na defesa da pátria.

As Colônias do sul

- Colônia Militar de Jataí (PR) - inaugurada em 1855; situava-se na confluência do arroio de igual nome com o rio Tibagi. Visava a auxiliar as ligações com Mato Grosso, feitas por esse rio.

- Colônias Militares de Erê e Xagu (PR) - criadas em 1859 nas áreas de mesmo nome para a defesa da fronteira e proteção dos habitantes de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava contra as incursões dos índios.
- Colônia Militar de Santa Tereza (SC) - criação em 1853 foi inaugurada no ano seguinte, à margem norte do rio Itajaí, junto à estrada entre São José e Lajes. Sua finalidade era a distribuição de terra às praças licenciadas do serviço ativo, na forma da legislação vigente.
- Colônia Militar de Caseros (RS) – criada em 1859, em Mato Português, Santo Antônio da Patrulha, RS, com a mesma destinação da anterior.
- Colônia Militar de Avanhandava (SP) - criada em 1858, à margem direita do rio Tietê, junto ao salto cujo nome adotou. Sua principal finalidade era apoiar as ligações internas com o Mato Grosso, uma alternativa para a penetração ao longo do Paraná-Paraguai, que dependia de acordo com outros Estados. Era uma reedição da rota dos bandeirantes, usando o Tietê.
- Colônia Militar de Itapura (SP) - fundada na margem direita do rio Tietê, cerca de 23 quilômetros da foz e a jusante do salto de igual nome. Foi criada em 1858 como estabelecimento naval. Inaugurada em 1859, foi transferida em 1870 para o Ministério da Guerra. À semelhança do que se dava com a Colônia de Avanhandava, tinha-se acesso a ela por via rodoviária. Sua destinação era dar apoio às ligações internas, com base no Tietê, entre as Províncias de São Paulo e Mato Grosso.

Colônias em outras províncias

- Colônia Militar de Urucu (MG) - criada em 1854, à margem do ribeirão de igual nome, confluente do Mucuri, e visava a dar proteção aos habitantes contra incursões de índios. No mesmo ano, entretanto, em virtude da seca do Urucu, que ficou reduzido a poços, transferiu-se para as margens do ribeirão das Lajes.
- Colônia Militar Leopoldina (AL) - criada em 1850 e instalada em 1852, à margem direita do rio Taquara. Objetivava expurgar as matas do Jacuípe de criminosos e vadios.
- Colônia Militar de Pimenteiras (PE) - criada pelo mesmo decreto e com a mesma finalidade da Colônia de Leopoldina, com a qual devia manter ligação. Estava localizada entre os rios Pirangi e Fervedos.
- Colônia Militar de São Pedro de Alcântara (MA) - criada em 1853, tendo como sede Boa Vista, à margem direita do rio Gurupi, quatro léguas acima

da povoação de nome idêntico. Foi inaugurada em 1854. Suas finalidades eram apoiar a navegação no Gurupi e desenvolver o povoamento da região.

- Colônias de Goiás - em Goiás foram fundados presídios¹⁵ militares com finalidades análogas. Obedeceram ao seguinte dispositivo:

- Primeira Linha: compreendia os presídios de Santa Bárbara, Santa Cruz e Santo Antônio, criados em 1854, à margem esquerda do rio Tocantins; apoiava-se nas contravertentes do Araguaia, fechando o sertão aos índios, dando proteção aos colonos e aos poucos habitantes estabelecidos na região;

- Segunda Linha: incluía os de Santa Leopoldina e Santa Isabel, criados em 1854, à margem do rio Araguaia; o objetivo era dar proteção e apoio à navegação, estimular o povoamento e promover a catequese indígena.

Outras colônias

Sem conseguir os resultados esperados no povoamento ao sul do Mato Grosso, voltariam as colônias a serem cogitadas pouco depois, a fim de atender a problemas similares, junto à fronteira.

Finda a Guerra da Tríplice Aliança, ressurgiu o litígio entre o Brasil e a Argentina sobre a posse da região de Palmas, um vasto território no oeste dos atuais Estados do PR e SC, com terras promissoras, mas à época praticamente deserto. Limitando a região contestada, o governo brasileiro criou as colônias militares de Foz do Iguaçu e Chopim (PR), Chapecó (SC), e Alto Uruguai (RS). Elas representavam medidas objetivas para a manutenção da integridade do país. Mais bem assistidas do que outras e superadas algumas deficiências, essas colônias conseguiram atingir sua finalidade, que era o progresso daquelas regiões.

¹⁵ No sentido antigo: praça militar, quartel, guarnição militar.

Capítulo VII

- Conflitos

externos.

- Da Questão

Christie à

Guerra do

Uruguai.

A Questão Christie - Causas

Em meados do século XIX não andavam bem nossas relações com a Inglaterra. A razão principal era a persistência da escravidão no Brasil. Com a entrada de sucessivas levas de escravos africanos, a produção brasileira crescia e se diversificava dia a dia, com progressiva elevação de qualidade. Embora não justificável, na época a mão de obra escrava era boa, superior mesmo à oriunda de certas regiões da Europa. A ela devemos notáveis progressos desde o período colonial até o fim do segundo reinado. Não só pela sua rusticidade, resistência, capacidade de adaptação, bem como por certas habilidades inatas, os escravos africanos contribuíram para a prosperidade da agroindústria açucareira e para o desenvolvimento da agricultura em geral e até para a ampliação das atividades artesanais e para a inauguração da indústria siderúrgica.

Por isso, as relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra vinham sofrendo deterioração. Sentindo agravar-se o problema da perda do mercado brasileiro, o governo britânico manifestou interesse pela supressão do tráfico e decidiu impor a repressão, o que originou numerosos incidentes, por ingerência britânica em problemas internos brasileiros.

Um dos momentos mais delicados dessa conduta foi sem dúvida o bloqueio dos portos brasileiros em 1831, sob o pretexto inglês de impedir a entrada de navios negreiros, motivando veementes protestos de deputados na tribuna da Assembleia Legislativa.

A Bill Aberdeen

O clímax destes eventos humilhantes ocorreu com a vigência da famosa lei inglesa Bill Aberdeen¹⁶ (08 Ago 1845), que eliminou a jurisdição brasileira sobre os navios negreiros, os quais ficavam submetidos exclusivamente a tribunais ingleses. Em consequência, os capitães dos barcos e as respectivas tripulações ficavam equiparados a piratas perante as leis britânicas. A Bill autorizava os navios de guerra britânicos a penetrarem em águas brasileiras e a desembarcarem tropas no nosso território, a fim de caçar pessoas envolvidas no contrabando. Os navios negreiros eram considerados contrabandistas; para apresá-los, os vasos de

¹⁶ De autoria do Conde de Aberdeen - Sir George Gordon Aberdeen, Ministro inglês.

guerra britânicos invadiam as águas territoriais brasileiras, o que ocasionava incidentes.

A postura inglesa de então é atualmente considerada como um artifício para forçar o Brasil a assinar um tratado comercial ultrajante. Houve reações violentas e ameaças a estabelecimentos comerciais ingleses, com boicote a mercadorias de procedência britânica.

Um episódio de grande repercussão ocorreu com o cruzador inglês Cormorant, em 1850. Depois de perseguir uma galera e dois brigues negreiros, o navio britânico entrou no porto de Paranaguá, capturando-os. Para não se deixar prender, o comandante do brigue Astro adotou a drástica solução de afundar a embarcação (que foi recuperada depois). Em consequência, acontecimentos graves ocorreram em 29 e 30 Jul. A comunidade parnanguara resolveu reagir à ingerência inglesa. Dirigiu-se para a ilha do Mel e com a guarnição da Fortaleza da Barra (Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá) procurou impedir a saída do cruzador e das embarcações apresadas. Travou-se um duelo entre a fortaleza e a nave britânica que, no entanto, conseguiu passar, colocando-se fora do alcance dos canhões da fortificação.

Os libertos de Serinhaém

O utro incidente ocorreu defronte a Serinhaém, em outubro de 1855, envolvendo 26 africanos libertos, que haviam sido distribuídos a pessoas idôneas, como serviçais e não como escravos, dadas as condições em que haviam sido apreendidos. O fato originou nota insolente do Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil, ameaçando nosso governo por negligência na repressão ao tráfico:

"Enquanto os cruzeiros exercerem nas costas, rios e portos do Império a vigilância e atividade que negligenciaram os agentes e oficiais do governo brasileiro, os tribunais ingleses pronunciarão as sentenças de condenação que deixaram de proferir nos tribunais do Brasil".

A vinda de William Dougal Christie

O ano de 1860 não previa tranquilidade. Fora nomeado Ministro da Inglaterra no Brasil William Dougal Christie, homem pouco indicado para a função diplomática, pelo seu temperamento e pelo despreparo cultural, mas parece que fora uma escolha deliberada.

Três incidentes vieram a constituir a questão que redundou em grave atrito e a ruptura das relações diplomáticas.

Os tripulantes da fragata Emerald envolveram-se num incidente e mataram um guarda alfandegário no Rio de Janeiro; acobertado por Christie, o crime ficou sem julgamento.

Em junho de 1861, favorecendo accidentalmente as intenções de Christie, naufragou em trecho deserto do litoral gaúcho o barco inglês Prince of Wales. Interessados, os ingleses fizeram celeuma em torno do fato, alegando pilhagem da carga da embarcação e assassinato de um tripulante. Christie não perdeu o ensejo. Dirigiu nota à chancelaria brasileira, exigindo instauração de inquérito. O processo comprovou o roubo de alguns caixões que tinham ido dar à praia, como destroços, praticado por pessoas que se refugiaram depois no Uruguai. Ficou revelado que não tinha fundamento a denúncia relativa à morte de um tripulante. No curso das investigações, Christie exigiu a presença de representante britânico e a indenização no valor de 6.525 libras esterlinas.

Antes da solução do incidente, surgiu um terceiro, no RJ, que tomou enormes proporções. Três oficiais da Marinha inglesa desceram à terra, de bordo da fragata Fort no dia 17 Jul 1862. Embriagados e à paisana, desafiaram a guarda de um posto policial da Tijuca e foram metidos no xadrez, onde passaram a noite. Comprovada a identidade dos súditos britânicos, foram os mesmos entregues ao Vice-Almirante Warren, comandante da esquadra britânica da qual a fragata Fort era um dos componentes. Christie exultou e interveio imediatamente para não deixar que se encerrasse o caso. Era uma oportunidade para arrancar do governo brasileiro um tratado comercial, como se o país fosse uma colônia. A seguir, lançou um ultimato, exigindo solução para os dois incidentes, especificando as exigências: indenização, por ele arbitrada, pelo roubo dos caixões nos destroços do Prince of Wales; punição rigorosa para a sentinela do posto policial; demissão do oficial que prendera os marinheiros ingleses; repreensão para o Chefe de Polícia da Corte e para seu substituto; e plena satisfação

diplomática pelo ultraje. O prazo por ele estipulado para o atendimento das exigências expirava em 20 Dez.

Não tendo o governo brasileiro se manifestado, a 31 Dez a flotilha do Vice-Almirante Warren bloqueou as embarcações brasileiras no porto do RJ e apresou cinco barcos mercantes, levando-os para a ilha das Palmas. Houve ameaça de bombardeio da cidade e de desembarque da tropa. A reação foi imediata. A população do Rio de Janeiro veio para a rua, ameaçando destruir casas comerciais e residências de ingleses e o próprio consulado britânico. A polícia teve de apelar para o Exército a fim de evitar o agravamento dos distúrbios. O Imperador, ouvindo o Conselho de Estado, dirigiu-se ao Paço da Cidade, sendo aclamado pela multidão no momento em que externava publicamente sua indignação.

Diante do inesperado, Christie solicitou audiência ao Primeiro Ministro, Marquês de Abrantes. O governo resolveu indenizar, sob protesto, por 3.200 libras esterlinas, o roubo dos caixões dos destroços do Prince of Wales. Incompatibilizado, Christie nada mais podia fazer a não ser retirar-se do Brasil. O representante brasileiro em Londres, Francisco Inácio Carvalho Moreira, procurou obter de Lord Russell, que se encontrava à frente do Foreign Office, as satisfações geradas pelas ofensas do representante inglês na Corte. Mas as duas notas enviadas a Lord Russell não satisfizeram, motivo pelo qual Carvalho Moreira retirou-se para Paris materializando o rompimento das relações diplomáticas. Pouco depois, o governo brasileiro admitiu que o incidente com os oficiais da fragata Fort pudessem ser levado a arbitramento de outra nação.

O Rei Leopoldo I, da Bélgica, escolhido como árbitro, deu ganho de causa ao Brasil, concluindo o laudo em 18 Jun 1863, no qual ficava estabelecido que o governo inglês devia dar plenas satisfações ao governo brasileiro. As relações diplomáticas entre os dois países foram reatadas a 23 de setembro de 1865, graças aos bons ofícios do Ministro português, Francisco de Almeida Portugal - o Conde do Lavradio.

Estando o Imperador em Uruguaiana, apresentou-se em seu acampamento o enviado extraordinário britânico, Edward Thornton, que declarou, em nome da Rainha Vitória:

"Estou encarregado de exprimir a V.M. Imperial o pesar com que S.M, a Rainha, viu as circunstâncias que acompanharam a sucessão das relações de amizade entre as Cortes do Brasil e da

Inglaterra, e de declarar que o governo de S.M nega toda a intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil, que S.M aceita plenamente a decisão de S.M o Rei dos Belgas e que será feliz em nomear um Ministro para o Brasil logo que V.M estiver pronto para renovar as relações diplomáticas".¹⁷

A questão Christie, apesar de seus inconvenientes, trouxe alguns benefícios indiretos, como a conscientização do governo para o problema da defesa nacional e da necessidade premente de reorganizar e reequipar as Forças Armadas. Abriram-se subscrições para superar as deficiências. Todos delas quiseram participar. O Imperador contribuiu com uma quinta parte da sua lista civil anual, a Imperatriz e as Princesas o imitaram; funcionários públicos civis, oficiais do Exército e da Marinha, todos concorreram com 5% dos vencimentos; os proprietários, os comerciantes, os nobres e o povo contribuíram com apreciáveis quantias. Com a arrecadação fizeram-se as primeiras encomendas a fábricas da Europa e a arsenais nacionais. Encomendou-se em Toulon o primeiro navio encouraçado. Iniciou-se a construção do forte São José (RJ) e da Fortaleza de Santa Cruz (Niterói). O incremento do poder militar foi providencial, pois poucos anos depois o Brasil ingressaria numa das mais difíceis fases de sua história, a Guerra da Tríplice Aliança.

O incidente surgira quando o Marquês de Caxias era chefe de gabinete, acumulando a pasta da Guerra, em 1861. A primeira nota de Christie (naufrágio do Prince of Wales) datava de 25 Dez 1861 e o ultimato de 17 Mar 1862. No momento mais crítico, Caxias estivera fora do governo. Não lhe cabia tomar, de público, nenhuma providência ou atitude porque, como afirmara em carta a José Maria da Silva Paranhos - o Visconde do Rio Branco - "o Imperador me pediu que não fizesse centro de coisa alguma, pois que me queria ter disponível para qualquer emergência" (Giorgis, 2011, p. 111).

Fizeram-se várias reuniões para estudar os problemas mais graves do Exército. Ainda na mesma carta Caxias diz:

"Ontem fui convidado pelo Ministro da Guerra e ali compa-reci, com o João Paulo, Manuel Felizardo, Bellegarde e o Barão de Suruí e o Ministro nos pediu nossas opiniões sobre a maneira de se

¹⁷ AMORIM, Deolindo, Diplomacia Imperial. In: Jornal do Commercio, Rio, junho de 1957.

fazer soldados para o Exército (...). Disse o Ministro que cada um de nós dissesse nossa opinião sobre a defesa do Império".¹⁸

É possível que, nessa oportunidade, tivesse sido examinado um plano de reformulação do EB, esboçado por Caxias em 1855, quando Ministro da Guerra no Gabinete do Marquês do Paraná. Ele lançara a ideia pioneira do serviço militar obrigatório, na parte em que sugere a aprovação de lei que impusesse "a todos os cidadãos, em qualquer condição, em circunstâncias bem discriminadas, a prestar serviço militar na força armada regular".¹⁹ Pedia a organização do Comando Supremo e a criação do cargo de Ajudante-General do Exército, cujas atribuições correspondiam à do atual Chefe do Estado-Maior. O plano previa a construção de quartéis nas fronteiras do Sul, admitindo-se, caso não houvesse verbas, o levantamento de barracões de madeira, o que logo teve início.

Mais tarde, como chefe de gabinete, em 1856 e em 1861, prosseguiu no seu intuito de reorganizar e rearmar o Exército, de incentivar o voluntariado, de melhorar os arsenais, aparelhar as enfermarias, revendo a regulamentação existente, inclusive disciplinando, já que era necessário reformar certas normas e praxes cuja prática feria a dignidade humana.

Se é verdade que pouco depois, ao irromper o conflito com o Uruguai, prólogo da guerra paraguaia, o Brasil ainda se encontrava em precárias condições no que diz respeito ao preparo e ao aparelhamento militares, a causa era que o governo não dera continuidade à obra cujos fundamentos Caxias lançara. A conscientização quanto ao estado de coisas deve-se em parte aos ensinamentos colhidos na Questão Christie.

A Guerra da Cisplatina - Origens

A Banda Oriental do Uruguai, que fora incorporada ao Império como Província Cisplatina em 1821, era palco de constantes lutas em que se entremeavam com frequência os ideais de emancipação dos orientais e as intenções de domínio do governo argentino, que pretendia englobar a margem norte do Prata nas Províncias Unidas. A crise enfrentada pelo Império em seu nascimento não lhe permitia empenhar-se

¹⁸ Citado por Vilhena de Moraes em Novos aspectos da figura de Caxias, Rio, 1937, p. 55.

¹⁹ Idem, pág. 58.

profundamente nas campanhas sulinas. As dificuldades de apoio transformavam-se em incentivo para que no extremo sul os descendentes de espanhóis hostilizassem os filhos de portugueses.

O agravamento da situação culminou com o desembarque na praia da Agraciada, ao norte da Colônia do Sacramento, em 19 Abr 1825, do grupo de “Los 33 Orientales”, chefiado por Juan Antonio Lavalleja, que partira de Buenos Aires e vinha com a determinação de lutar pela independência de sua pátria. A marcha de Lavalleja em direção a Montevidéu foi triunfal, pois a pequena força ia crescendo pouco a pouco com a adesão dos compatriotas entusiasmados. No dia seguinte já eram 50. Destacou-se a colaboração do Cel Julián Laguna e do Brigadeiro Frutuoso Rivera, os quais aderiram aos revoltosos com efetivos consideráveis.

Irritado com os acontecimentos, o Tenente-General Carlos Frederico de Lecór, Visconde de Laguna, comandante das forças brasileiras no Uruguai, tomou uma iniciativa que se revelou errada: pôs a prêmio a cabeça de Lavalleja e a de Rivera, o que veio a aumentar o prestígio destes e o número de partidários. O QG rebelde foi instalado em Florida.

Na dependência completa do auxílio argentino, o Congresso de Florida, convocado por Lavalleja, votou em 25 Ago 1825 a independência da Banda Oriental e, no mesmo dia, a incorporação desta às Províncias Unidas do Rio da Prata, declarando nulos os tratados anteriores com Portugal e Brasil. Em Buenos Aires, a população exaltada apedrejou o consulado brasileiro e destruiu o escudo nacional.

Em resposta, o governo brasileiro realizou uma demonstração naval no rio da Prata, sem resultados positivos. O Gen José dos Santos Abreu, o intrépido Barão do Cerro Largo, recebeu ordem de se deslocar para o Uruguai. À frente de 1.200 milicianos atingiu Mercedes, de onde enviou o Cel Bento Manuel para as pontas do arroio Áquila (04 Set 1825). Bento venceu os orientais comandados por Rivera na chamada Batalha do Arbolito ou Combate del Áquila nesta mesma data.

Em 24 Set, o caudilho Rivera conseguiu, em audaciosa operação, atacar de surpresa o Rincão das Galinhas, onde pequeno contingente de 50 homens guardava a cavalhada do General Abreu. Uma pequena força composta de índios guaranis das Missões, que por coincidência chegava ao Rincão para deixar os cavalos, foi surpreendida também por Rivera. Apesar de lutarem bravamente, os brasileiros não resistiram ao ataque,

morrendo o Coronel José Luis Mena Barreto²⁰, que recusou se render. Os índios missioneiros fugiram. Foi a Batalha do Rincão das Galinhas.

Bento Manuel, em marcha forçada, atingiu Montevidéu e propôs a Lecór atacar as forças de Lavalleja, já que contava com o reforço de Bento Gonçalves da Silva, ao todo cerca de 1.500 homens.

Na manhã de 12 Out 1825, os brasileiros foram encontrar o adversário nas cabeceiras do arroio Sarandi, no lugar denominado Orqueta de Sarandi. O Gen Rivera já tinha se reunido a Lavalleja apresentando agora um efetivo de 2.600 homens de cavalaria, alguns atiradores a pé e uma peça de artilharia. Bento Manuel lançou uma carga de cavalaria e, apesar de romper o centro da linha inimiga, foi repelido na ala direita por Rivera e derrotado no flanco esquerdo, retirando-se com pesadas baixas para Santana do Livramento. Foi a Batalha de Sarandi. Esse evento fez recrudescer a animosidade contra o Brasil, incentivando o entusiasmo de nossos adversários. A Cisplatina ficou quase toda nas mãos dos uruguaios. Lecór conseguiu manter as praças de Montevidéu e Colônia, assediadas pelas tropas de Lavalleja. A Cisplatina passou ao controle oriental.

A Sala dos Representantes de Buenos Aires havia declarado, em 25 Out 1825, "a Banda Oriental reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata (PURP), a que por direito pertenceu e deseja pertencer". A esta resolução, em 10 Dez 1825, declarando guerra às PURP, respondeu o Império que:

"Havendo o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata praticado atos de hostilidade contra este Império, sem provocação e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre as nações civilizadas, convém à dignidade da Nação brasileira e à ordem que deve ocupar entre as potências, que Eu, tendo ouvido meu Conselho de Estado, declaro, como declaro, a guerra contra as ditas Províncias e seu governo. Portanto, ordeno que por mar e por terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o corso e armamento a que meus súditos queiram propor-se contra aquela Nação, declarando que todas as tomadas e presas, qualquer que seja sua qualidade, serão completamente dos apresadores, sem dedução alguma em benefício do tesouro público. O

²⁰ Para mais detalhes, consultar LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Saga no Prata. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 504/507 ou <http://www.acadhistoria.com.br/outextos/A%20Saga%20no%20Prata%20-%20Juv%C3%A3o%20Saldanha%20Lemos.pdf>.

Supremo Conselho Militar o tenha entendido e o faça publicar, remetendo este por cópia às estações competentes e afixando-o por editais".

Continuação da guerra - Preparativos para a campanha

A declaração oficial de guerra ao Brasil foi em 03 Jan 1826. As tropas argentinas que constituíam o denominado Exército de Observação transpuseram o rio Uruguai na altura de Salto e iniciaram a concentração em Durazno, vagarosamente. Com a retirada do Gen Martin Rodrigues, assumiu o comando o argentino Gen Carlos Maria Alvear, antigo Ministro da Guerra. Em março de 1826, os orientais atacaram a Colônia do Sacramento sem resultados positivos. Em Dez 1826, com 8.500 homens, Alvear julgou-se em condições de iniciar a campanha propriamente dita.

Os brasileiros mantinham-se em defensiva estratégica. O governo imperial resolvera afastar o Gen Abreu do comando das tropas no RS em Dez 1825, substituindo-o pelo Gen Francisco de Paula Massena Rosado. Esta solução foi considerada uma injustiça para com o experiente chefe gaúcho, e o seu sucessor foi uma péssima escolha, pois revelou incompetência para a missão: apressou-se, inexplicavelmente, em reunir todas as forças disponíveis em Santana, deixando a descoberto a fronteira. Somente em Jaguá-rão manteve tropa brasileira, pois Bento Gonçalves deixou de cumprir a ordem de concentração. Rosado também foi infeliz na escolha do local de acampamento: a região era insalubre e com péssimos pastos. Enquanto se desentendia com o Presidente da Província, seu exército estagnava²¹. A opinião pública cada vez mais se impacientava com a inexplicável inatividade de nossas forças. Dom Pedro I resolveu visitar pessoalmente o teatro de operações. Desembarcou em Santa Catarina e atingiu Porto Alegre. Nesta cidade, recebeu a notícia do falecimento da esposa, Dona Leopoldina (11 Dez 1826), sendo obrigado a regressar de imediato. Resolveu nomear um novo comandante - o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, que tinha muito prestígio como militar culto e

²¹ Em Mar 1826, prisioneiros brasileiros, ao serem transportados via fluvial para Santa Fé, se amotinaram sob o comando do Ten Cel Joaquim Antônio Alencastre e conseguiram tomar a embarcação aos platinos. E assim, pelo rio Paraná, rumaram os 119 brasileiros para a Colônia do Sacramento, onde foram muito bem recebidos pela proeza (Lemos, 2009, p. 549).

político talentoso, por decreto de 12 Set 1826, mas que só se tornou público em 1º de outubro.

Em memorandum escrito ao Imperador em 02 Out, portanto no dia seguinte, Felisberto Caldeira afirmava:

"Um exército nu, descalço, sem munição de guerra e de boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido depois de um ano à mais humilhante defensiva, deveria fazer soçobrar o meu espírito...".

Carta imperial de 04 Nov o agraciava com o título de Marquês de Barbacena. A 01 Jan 1827, Barbacena chegou ao acampamento brasileiro em Sant'Ana e colheu impressões deprimentes sobre a situação da tropa. Imediatamente tomou providências. Reorganizou as forças formando duas divisões, cada uma com três brigadas, além de duas brigadas ligeiras de cavalaria que também existiam. Uma delas era a de Bento Gonçalves, em Jaguarão, e a outra a de Bento Manuel, em Santana.

Verificando os inconvenientes apresentados pela área de concentração escolhida pelo antecessor, deslocou-se para Bagé. Enquanto isso o Marechal-de-Campo Gustavo Henrique Brown, Chefe do Estado-Maior, reunia em Pelotas, por ordem de Barbacena, as unidades estacionadas na fronteira de Jaguarão e mais alguns elementos vindos por mar do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 1.600 homens.

Os planos de Barbacena e de Alvear

No mesmo memorandum de 02 Out, o Marquês de Barbacena enviara ao governo imperial a exposição de seu plano de guerra:

- 1) expulsar o inimigo para além do Uruguai;
- 2) ocupar posteriormente a Província de Entre Ríos; e
- 3) obrigar a República Argentina a solicitar a paz sem possibilidade de renovar as hostilidades.

Para a sua realização previa Barbacena uma força de 15 mil homens, além de uma reserva de quatro mil. Além disso, queria ter autonomia em relação ao Presidente da Província e contar com a cooperação da Marinha. Ao chegar à área de operações, a precariedade dos meios forçou-o a adotar, inicialmente, uma atitude defensiva. Decidiu concentrar as forças de que dispunha na região de Bagé e justificou-se:

"Enquanto eu não tiver força igual à sua ou não cometer o inimigo algum grande erro estratégico, permanecerei em pura defensiva, atraindo-o quanto puder para o interior, porque nesta direção eu ficarei cada dia mais forte em gente, cavalos e munição, e ele mais fraco em todos estes elementos".

Os brasileiros levantaram acampamento a 13 Jan 1827 e, a 04 Fev, atingiram as nascentes do Lexiguana, juntando-se às forças do Marechal Brown. Recomeçaram o deslocamento em direção ao inimigo no dia 10 do mesmo mês.

O plano de Alvear não fora redigido nem divulgado antes das operações. O que dele se conhece consta de uma exposição de motivos apresentada à Sala dos Representantes de seu país, na qual se defende de acusações. Disse nessa ocasião:

"Pretendia vencer o Exército imperial antes que tivesse condições de tomar a ofensiva, a fim de obrigar o Imperador a negociar a paz; lançar um corpo de cavalaria sobre Santana, enquanto o grosso das tropas subiria o rio Negro, manobrando, alternadamente, nas duas margens, segundo o permitissem as circunstâncias e o movimento do inimigo; levar essa manobra até Bagé e aí entrar na Coxilha Grande, para ficar em condições de tomar de flanco todos os rios do Continente de São Pedro e outros lugares".

Alvear tomou uma atitude francamente ofensiva, procurando impedir a união das forças brasileiras para, em seguida, dominá-las separadamente.

Bento Manuel Ribeiro perde contato com o inimigo

Uma das razões dos deslocamentos a esmo antes da batalha foi a falta de informações. Ambos os contendores ignoravam o que se passava com o oponente, emprestando-lhe intenções nem sempre confirmadas. Em 05 Fev, Barbacena escrevia para o Min. da Guerra:

"Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver no exército quem pense que Alvear procura os campos de Santana, vantajosos à sua cavalhada, pela mesma razão eu procuro as

montanhas pedregosas do Camaquã (...). A incerteza não pode durar 48 horas porque destaquei sobre seus flancos as duas brigadas inteiras de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves e vou em seu seguimento."

A vanguarda de Bento Manuel atacou a 13 Fev uma patrulha inimiga às margens do Vacacaí; o Cel Lavalleja, à frente de dois regimentos, socorreu a patrulha, mas nossos elementos, apoiados pela 1^a Bda Cav Ligeira, manobraram em retirada, não ousando o inimigo perseguí-los.

A 15 Fev encontraram-se a brigada de Bento Manuel e a tropa de cavalaria do argentino Gen Lúcio Mansilla, nas imediações do Passo de Umbu. O primeiro atravessou rapidamente o passo e, colocando-se na outra margem do Ibicuí-Mirim, defendeu a passagem. Mansilla retornou a Cacequi, enquanto Bento Manuel rumava para o Jaguari, perdendo o contato com o adversário e a ligação com o grosso do seu exército, e enviando, ainda nesse dia, um informe ao Marquês de Barbacena que até hoje constitui uma interrogação:

"O carretame do inimigo deixou hoje pelo Campo da Cruz, entre o banhado do Jacaré e Cacequi; é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no Passo do Umbú, pôr as minhas cavalhadas em segurança e fazer-lhes guerrilhas, até passar em Santa Marra, logo que passem no fundo do Loreto, e vou sair adiante. Eles, segundo as suas marchas, só depois de amanhã poderão chegar ao passo".

A Batalha do Passo do Rosário, ou Batalha de Ituzaingó²²

As informações sobre o dispositivo inimigo na região do Passo do Rosário, no rio Santa Maria eram escassas. Caso Barbacena tivesse acesso a elas a batalha de 20 Fev 1827 teria sido desastre para as forças inimigas. Alvear colocou suas forças em situação desvantajosa tendo à retaguarda um rio cheio, que permitia apenas a passagem a nado; no flanco direito uma várzea baixa e alagadiça, e no esquerdo, uma região de

²² As principais referências sobre esta batalha são: TASSO FRAGOSO, Augusto. A Batalha do Passo do Rosário. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1922, 2^a edição; e BENTO, Claudio Moreira. 2002 - Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário. Porto Alegre: Gênesis, 2003.

alturas, sem nenhuma via de transporte aproveitável. Na frente, nas estradas Cacequi-Rosário e São Gabriel-Rosário, marchavam as forças brasileiras, imprensando-o de encontro ao rio Santa Maria.

Em depoimento, declarou o General argentino que pretendia atrair as forças brasileiras para a passagem do Santa Maria, simulando uma retirada. A justificação era pouco aceitável, pois o terreno era desfavorável àquele tipo de manobra.

O campo de batalha, de maneira geral, resumia-se praticamente a duas linhas de coxilhas, no sentido norte-sul, separadas por vale estreito, conhecido como sanga do Barro Negro, um obstáculo natural que, parece, na época só permitia a passagem em alguns lugares. Ao sul dessa região existia uma várzea alagadiça, por onde descia o arroio Ituzaingó ou Imbaé, procurando o rio Santa Maria. A sanga do Barro Negro corria mais próxima das coxilhas do leste, deixando maiores espaços para o lado oeste. Favorecia o emprego ofensivo da cavalaria argentina, e a defesa, pela infantaria, da posição brasileira. O exército brasileiro em campanha, em que predominava a infantaria, dispunha de posição favorável ao emprego dessa arma, proporcionando condições mais favoráveis a uma retirada do que a posição argentina.

O exército argentino, ao alvorecer do dia 20 Fev, tomou posição com o 5º Batalhão da Divisão Olazábal em 1º escalão, sobre a região chamada do Cirillo, ao norte da estrada de Cacequi. Enquadraram-se as divisões de cavalaria orientais, a de Laguna, ao norte, e as restantes, sob o comando de Lavalleja, ao sul. O grosso das forças de Alvear estava a oeste, a cavaleiro da estrada.

O EB chegou ao campo de batalha pela estrada velha de São Gabriel e desdobrou-se para a direita. A 1ª Divisão, comandada pelo Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, marchou para o norte até tomar posição na estrada de Cacequi. A 2ª, do General João Crisóstomo Calado, colocou-se no flanco sul, frente à cavalaria de Lavalleja. As brigadas ligeiras do Marechal José dos Santos Abreu e do Cel Bento Gonçalves cobriam os flancos esquerdos e direito do dispositivo imperial.

Desconhecido exatamente o efetivo e o valor do inimigo à sua frente, e na crença de que ali se achava apenas uma parte, decidiu o Marquês de Barbacena lançar o ataque com as duas divisões de primeiro escalão. Os brasileiros atravessaram a sanga, progredindo em direção ao inimigo. Para barrar o avanço da Divisão Barreto, Alvear lançou sucessivamente a

Divisão Laguna, os regimentos de cavalaria do Gen Frederico Brandsen e do Cel José Maria Paz e três batalhões de caçadores. A Divisão Barreto repeliu todos esses contra-ataques, retraindo depois para sua posição inicial, em virtude de ter o flanco direito, protegido por Bento Gonçalves, estar sob ameaça de envolvimento, já que sua brigada cedera ante violenta carga da Divisão Lavalleja, desmembrando-se em parte.

Pelo lado esquerdo, a mesma Divisão carregou sobre os milicianos de José de Abreu que, em confusão e entremeados com o inimigo, vieram de encontro à 2ª Divisão. O General Calado foi obrigado a receber a fogo a avalanche mesclada de uruguaios e brasileiros. Foi quando morreu o Mar Abreu, com certeza atingido pelos defensores. Grande perda. Abreu apresentara-se como voluntário para esta campanha. Homem simples, de poucas letras, lutara a vida toda e de soldado chegara a Marechal.

Calado repeliu sucessivas cargas inimigas. Sua Divisão achava-se muito afastada da Divisão Barreto e o intervalo entre as duas unidades constituía grave ameaça. Barbacena ordenou então que a 1ª Divisão cerrasse sobre a 2ª, mas isto já não era possível. A Divisão Calado estava desfalcada da 3ª Brigada de Cavalaria, deslocada para cobrir o flanco da 1ª Divisão, após a retirada de Bento Gonçalves.

Iniciou-se assim o recuo da 1ª Divisão. Já eram 14 horas, a batalha durava mais de seis horas, sem resultado decisivo. Os argentinos e orientais arremetiam em cargas furiosas, mas eram contidos pelas formações em quadrado de Barreto e de Calado. O fogo que se propagara à macega ressequida do terreno em que estavam os brasileiros, impulsionado por um vento forte, tornava o ambiente insuportável, pela fumaça e pelo calor. Escasseava a munição.

Barbacena então resolveu interromper o combate, apesar da insistência do seu assessor, o alemão Marechal Heinrich Brown, que persistia na ideia de renovar as ações ofensivas. O movimento de retirada fez-se lento e ordenado pela estrada de Cacequi, marchando na frente a 1ª Divisão. A Divisão Calado conteve os últimos ataques inimigos. Os argentinos e uruguaios, cansados e abalados pelos insucessos das cargas, não efetuaram a perseguição. Apenas o Cel Lavalleja, com uma tropa de cavalaria, acompanhou o deslocamento à distância, sem disparar um tiro.

Alvear pensava em reunir as forças e retornar para o Passo do Rosário. Temia a chegada de reforços imperiais.

A luta durara cerca de oito horas consecutivas e pouco mais de cinco mil brasileiros enfrentaram um efetivo de mais de oito mil platinos. As perdas foram muito grandes, em ambos os lados. Segundo o Barão do Rio Branco, tivemos uns 200 mortos e 150 feridos ou prisioneiros, além de 800 extraviados. Nossos adversários tiveram cerca de 150 mortos e 250 feridos. A brigada de cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo. O historiador Tasso Fragoso diz o seguinte:

"É difícil, senão impossível, liquidar hoje esse ponto controverso. Os contemporâneos guardaram da ausência do comandante da 1^a Brigada Ligeira impressão muito desagradável. (...) Quaisquer, porém, que tenham sido as causas determinantes de seu procedimento, minha impressão pessoal é que em nenhuma delas se poderia descobrir seja temor, seja falta de patriotismo".

Barbacena retirou-se na direção do passo do Cacequi, transpôs o Ibicuí e acampou na margem direita. Em seguida, por São Sepé, atravessou o Jacuí na Passo de São Lourenço e estacionou na margem norte daquele rio. Deixara em São Sepé toda a cavalaria ao comando do Gen Barreto. A intenção de Barbacena, ao que parece, era estabelecer uma defensiva protegido por um obstáculo apreciável, mas deixava a descoberto o caminho para Porto Alegre.

O General Alvear, do Passo do Rosário, voltou a São Gabriel e logo depois ao arroio Los Currales, onde chegou a 19 Mar. A 13 Abr deixou Los Currales e, com tropas a pé, reocupou Bagé. Segundo ele, era uma segunda invasão do Rio Grande. Após algumas ações de pequena importância, em contatos com destacamentos avançados de Barreto, em Santa Tecla e no Camaquã, pretendia Alvear investir novamente sobre o Rio Grande. A 09 Mai 1827 o Cel Bonifácio Isás Calderón surpreendeu o QG de Oribe em Cerro Largo, aprisionando o chefe uruguaio e capturando muito material inimigo.

O exército argentino rumou depois em direção a Melo, onde chegou a 10 Jun e de onde Alvear oficiou ao Ministro da Guerra, informando sobre o deplorável estado de suas forças e concluindo pela conveniência de abandonar a luta por algum tempo.

Atividades finais da campanha

OMarechal Henrique Brown assumiu o comando do exército em operações no sul em São Lourenço, em julho de 1827. Sabia da presença de Alvear em Melo e discordava dos pontos de vista estratégicos de Barbacena e do local de concentração escolhido. Reuniu inicialmente as forças em Cerrito e depois optou por São Francisco de Paula (Pelotas), para onde se deslocou em Set 1827.

Mesmo com a notícia que o Gen Lecór substituiria Barbacena no comando do exército em campanha, Brown prosseguiu com as providências para a execução de seu plano que era penetrar na Cisplatina pela Coxilha Grande, subir a serra de Aceguá e ganhar o flanco direito do inimigo, em coordenação com um destacamento em Santa Tecla e um corpo enviado para este fim a Montevidéu. Contava com o efetivo de nove mil homens.

Tomando conhecimento da nomeação de Lecór em Nov 1827, o Mar Brown foi ao seu encontro em Rio Grande, onde recebeu instruções. A idéia de manobra de Lecór era defensiva e o planejamento elaborado teve de ser posto de lado. Por meio de ofício, Brown recebeu instruções para deslocar o exército para Candiota. Esse movimento para o norte animou Lavalleja que mandou ocupar a povoação deixada pelos brasileiros.

Sabendo que Lavalleja havia repassado o Jaguarão, Brown planejou um reconhecimento da força do inimigo. Os comandantes de nossas forças de cavalaria, que tinham prevenções antigas contra o chefe do estado-maior, discordaram da operação. A 09 Jan 1828 Lecór chegou ao acampamento, resolvendo o incidente. Brown continuou no posto, mas João Crisóstomo Calado, Francisco Soares de Andréa e o Coronel Elzeário de Miranda e Brito deixaram o exército.

A operação iniciou-se a 28 Jan. A 23 Mar chegou ao local um Ajudante do Imperador e em 24 o Sr. Fraser, secretário da legação inglesa, para negociar um armistício entre as forças brasileiras e orientais.

Apesar das recomendações de Brown, Lecór relaxou as medidas de segurança e Lavalleja aproveitou para atacar. O Cmt do EB então encarregou o Ch EM, com três batalhões de infantaria e uma brigada de cavalaria, de investir contra o adversário. Brown logrou surpreender o inimigo no arroio Las Canas, obrigando Lavalleja a retrair-se para Cerro Largo.

Da batalha diplomática surge o Uruguai

Ao final da década de 1820, a nação argentina (ainda não tinha este nome), esgotada em face de sérios problemas internos, julgava-se sem forças para continuar a guerra. O Brasil, aos poucos, se refazia do insucesso no Passo do Rosário, reorganizando suas forças. O interesse dos argentinos pela paz devia-se à impossibilidade de suportar uma guerra prolongada. O embaixador argentino Manuel José Garcia foi enviado ao RJ para negociar a paz, resultando um acordo com o Império.

Pela Convenção Preliminar de 24 Mai 1827 a Argentina reconhecia:

"a independência e a integridade do Império do Brasil e renunciava a todos os direitos que poderia pretender no território da Província de Montevidéu, chamada Cisplatina".

Após uma onda de protestos em Buenos Aires o Presidente Bernardino Rivadávia rejeitou o projeto em decreto assinado a 25 Jun. A Inglaterra havia oferecido mediação em 1826 e Lord Ponsonby, enviado britânico para Buenos Aires, conseguiu que Manuel Dorrego, Presidente das PURP, enviasse ao Brasil os generais Tomás Guido e Juan Ramón Balcarce, em missão extraordinária. Assim, a 27 Ago 1828 firmou-se a Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e as PURP reconhecendo a independência da Província de Montevidéu, então chamada Província Cisplatina. Pelo Brasil, assinaram os Ministros João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg - Marquês de Aracati, José Clemente Pereira e o Tenente-General Joaquim de Oliveira Álvares.

Da sangrenta luta travada na sanga do Barro Negro, junto ao Passo do Rosário, resultava uma nova nacionalidade. Antes de morrer, Artigas pode em seu melancólico retiro em Assunção agradecer a Deus a concretização do almejado sonho de independência uruguaia.

A Campanha de 1851/52 contra Manuel Oribe e Juan de Rosas

Antecedentes políticos

As mais importantes lutas travadas pelo Brasil-Colônia e pelo Brasil-Império ocorreram na área platina, pela importância política e econômica que esta região apresentava. Muitos interesses entrariam em conflito na colonização da bacia platina, desde a chegada dos primeiros europeus. Foi uma área de choque das correntes colonizadoras hispano-lusitanas, de cobiça de franceses e ingleses, de bases de piratas, de correntes de hostilidade contra índios charruas, de acolhimento da civilização jesuítico-guarani, meta de audaciosos bandeirantes e, finalmente, espelho da política das metrópoles ibéricas e de suas relações no Velho Continente.

Um dos estágios críticos dessas lutas foi o desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata - integrado pelos territórios hoje pertencentes à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e à Bolívia - após a revolução de 25 Mai 1810. O Paraguai emancipou-se em 1811, com as vitórias obtidas em Paraguari e Tacuari. O Uruguai, anexado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, surgiu como Estado independente em 1828, em decorrência da solução política entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, depois da batalha do Passo do Rosário.

Em Set 1829, o caudilho Juan Manuel de Rosas venceu as eleições para Governador da Província de Buenos Aires. Manteve-se nesta posição por 23 anos, subjugando os governantes das demais Províncias. Chegou ao poder pelo apoio dos federalistas, desejosos de exterminarem os unitários. No Uruguai, o Presidente Jose Fructuoso Rivera, do Partido Colorado, eleito em 1830, foi substituído quatro anos mais tarde pelo seu Ministro da Guerra, Manuel Ceferino Oribe y Viana, do Partido Blanco.

No Brasil, a Regência enfrentava a Revolução Farroupilha, que ameaçava a integridade nacional e comprometia a posição brasileira no instável cenário político platino.

Rivera apeou Oribe do poder em 1838 após a batalha do Palmar, em 15 de junho. No ano seguinte, a 01 Mar, elegeu-se Presidente. Rosas, mantendo o sonho da reconstrução do Vice-Reinado do Prata, tornou-se uma ameaça à independência uruguaia. Rivera aliou-se aos unitários antirrosistas da Província de Corrientes. O caudilho argentino enviou Pascual

Echague para combater esta aliança; acompanhavam-no Manuel Oribe, Justo José Urquiza, Juan Antonio Lavalleja, Servando Gómez, Eugenio Garzón e o Cel Manuel Lavalleja. Rivera venceu-os em Cagancha a 29 Dez 1839. Animado pelo êxito inicial organizou uma flotilha, cujo comando entregou a José Garibaldi, objetivando enfrentar os navios argentinos e reuniu uma coalizão contra Rosas. Com sete mil homens, Rivera invadiu Entre Ríos, mas em Arroyo Grande foi derrotado por Oribe. No dia 06 Dez 1842 Rivera recuou, com seus partidários, para a capital, sitiada pelas forças de Oribe.

As possibilidades econômicas da área, por outro lado, interessavam à França e à Inglaterra. Esta queria a livre navegação da bacia do Prata e as independências do Paraguai e do Uruguai, benéficas para o seu comércio. A França não perdera a esperança de se estabelecer na América do Sul, em área vantajosa. A diplomacia dos fortes, no entanto, costumava ser feita com a espada na mão. Às primeiras reações de Rosas, Buenos Aires foi bloqueada por esquadra francesa composta por nove navios sob o comando do Almirante Leblanc (1838). A atitude firme de Rosas provocou o recuo da França, que suspendeu o bloqueio em 29 Out 1840.

Enquanto isso, no Uruguai, Oribe sitiava Montevidéu, onde os colorados uruguaios e os unitários argentinos continuavam resistindo, sem capitular. Em 1843, Rivera dominava a campanha uruguaia.

A ameaça franco-inglesa provocou a aproximação das Províncias Unidas com o Brasil. Os dois países assinaram um tratado de aliança defensiva. O Império ratificou-o, mas Rosas, pensando ter resolvido as pretensões dos mediadores, rejeitou-o, sem justificação. Foi um sério desacerto político, agravado quando o caudilho deixou de receber o ministro brasileiro em Buenos Aires, Duarte da Ponte Ribeiro. Não foi só. Obteve da Inglaterra autorização para efetuar o bloqueio naval da capital uruguaia com sua esquadra sob o comando do irlandês Almirante William (Guillermo) Brown. O governo imperial enviou ao Uruguai, para se fazer representar, o Ministro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1843) que não reconheceu o bloqueio efetivado pela esquadra argentina à capital uruguaia. Não tendo recebido respaldo do governo brasileiro à sua atitude, demitiu-se em seguida.

Estes processos diplomáticos constituíram uma afronta aos desejos de aliança e de boa-vizinhança do Brasil, que, consequentemente, mudou a política e enviou à Inglaterra a Missão do Visconde de Abrantes, Miguel

Calmon du Pin e Almeida, a fim de obter das potências europeias apoio e beneplácito para uma intervenção militar contra Rosas, pondo fim à sua política dominadora e expansionista. No entanto, a iniciativa não surtiu efeito.

Prosseguindo na firme ideia de se opor às pretensões de Rosas, em 1844 o Império reconheceu a independência do Paraguai, que já tinha autonomia desde 1811, e cuja emancipação oficial fora decretada pelo Congresso Paraguaio em 1842, pouco depois da morte de José Gaspar Rodríguez de Francia.

Em 1845, Caxias conseguiu a pacificação dos farrapos no RS, trazendo tranquilidade para o Império.

Em 28 Mar 1845, o Gen Justo José Urquiza, a mando de Rosas, invadiu o Uruguai e em India Muerta derrotou Rivera, que se refugiou no RS, asilando-se, em seguida, no RJ. Oribe, preposto de Rosas, dominava agora todo o Uruguai, exceto Montevidéu, que continuava sitiada.

Novo clamor de revolta contra o ditador se fez sentir na Argentina em 1846. O caudilho Juan Madariaga, irmão do Governador da Província de Corrientes, Joaquim Madariaga, aliou-se a Carlos López, do Paraguai, e ao Gen José Maria Paz, antirrosista de projeção, sob assistência moral do Brasil. Paz, que era um idealista, organizou o exército Pacificador, contando com a participação de Solano López à frente de cinco mil paraguaios. A expedição fracassou e os 1.500 homens comandados por Pablo López, depois de invadirem Santa Fé e tomarem a capital da Província, foram totalmente desbaratados.

De novo, Urquiza tentou pacificar a revolta a favor de Rosas. Antes da batalha decisiva, os irmãos Madariaga acordaram com Urquiza o Tratado de Alcaraz, com a obrigação de expulsarem Paz. Rosas não ratificou a iniciativa de seu preposto. Indignado, anulou o Tratado e mandou outro a Urquiza para fazê-lo valer. Os Madariaga revoltaram-se. O combate de Potrero Vences deu a Urquiza a vitória final, em 1847.

Verificou-se então um desinteresse das potências europeias sobre a área. A Inglaterra constatou não haver meios militares para sustentar suas pretensões - faltava-lhe uma base operacional local e eram necessárias forças terrestres. Passou, pois, a manobrar diplomaticamente e, em 1849, abandonou o bloqueio. A França, exausta de subvencionar os colorados de Montevidéu - foram cerca de 10 anos de esperanças frustradas - abandonou no ano seguinte suas interferências no Prata.

O ano de 1850 tornou-se crítico. Na Argentina, Rosas ensaiou manobras políticas, inclusive a farsa da renúncia, para obter a saída de Urquiza, cuja sombra temia que o encobrisse. No Uruguai, Oribe desmandou-se, não respeitando propriedades de brasileiros. Agitava a fronteira e instigava a luta contra os vizinhos.

No Brasil, havia certa timidez diplomática ou uma cautela exagerada. A reação surgiu de alguns rio-grandenses exaltados. Ao grito do Barão de Jacuí, Francisco Pedro Buarque de Abreu, eles se armaram e invadiram o Uruguai, em ações locais, chamadas californias. O governo brasileiro não concordou com o procedimento do barão e mandou prendê-lo, ordem que não chegou a ser cumprida.

Rosas exigiu satisfações do Império, de maneira descortês, através de seu embaixador no Rio de Janeiro, Tomás Guido. O Brasil não se impressionou, mas tentou dar explicações aos uruguaios, cujo governo de fato não reconhecia. Guido solicitou os passaportes e partiu; e romperam-se as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.

A Sala dos Representantes das Províncias Unidas autorizou Rosas a tomar providências para a incorporação do Paraguai. A ostensiva ação rossista quebrou o marasmo de nossa política. Agora esperava-se no Brasil um confronto armado, a qualquer momento. Na elaboração do plano de guerra destacaram-se as medidas políticas através de alianças, as medidas econômicas pela substituição do apoio financeiro francês para a continuação da defesa de Montevidéu e pelo respaldo econômico proporcionado pelo Barão de Mauá, e as medidas militares pelo fortalecimento do Exército e das forças navais.

Iniciando uma intensa ação diplomática, o Império enviou a Assunção José Antônio Pimenta Bueno, que assinou o tratado de reconhecimento da República do Paraguai contendo uma aliança defensiva e ofensiva. Por ele, o Brasil enviou ao Paraguai armas e munições, bem como uma missão militar (1851) composta de oficiais do Exército incumbidos de servirem de instrutores, destacando-se o Capitão Hermenegildo Portocarrero e o Tenente João Carlos de Vilagran-Cabrita.

Rosas, então no auge da glória e do poder, quis fazer desaparecer o concorrente que o observava de Entre Ríos e usou de um estratagema – renunciou novamente. Urquiza, que na primeira tentativa havia se solidarizado com as demais Províncias no apelo dramático à continuidade do

ditador, rebelou-se, passando a inimigo fígadal de Rosas e propenso a colaborar com o Brasil.

As preliminares e as causas da guerra

O Império brasileiro, pressionado pelos acontecimentos e diante da ostensiva agressividade do ditador argentino, procurou novas alianças.

O historiador Pandiá Calógeras escreveu o seguinte:

"A fim de preparar aliados e para evitar a acusação de que o Império se preparava contra a Argentina, o Brasil tratou de se unir aos argentinos que lutavam contra Rosas e lhes conferir a chefia da luta contra o ditador. A única coisa lógica, efetivamente, após o espalhafatoso rompimento de Rosas com o Império e a retirada no Rio de Janeiro do General Tomás Guido, Ministro da Argentina, era a aliança franca do Brasil com o governo de Montevidéu; a 29 de maio de 1851 foi assinado o tratado ofensivo e defensivo do Império com esse governo, subscrito pelo Ministro brasileiro Silva Pontes, e pelo Uruguai e Entre Ríos, por Manuel Herrera y Obes e Antonio Cujás y Sampere, e explanado e posto em condições de se aplicar, pelo tratado do Rio de Janeiro de 12 de outubro de 1854".

O objetivo era apear Oribe do poder, atendendo aos interesses das partes contratantes.

Para representar o Brasil junto aos novos aliados foi designado Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná. Sem indecisões, o Brasil preparou-se para a guerra, aproveitando as lições do passado nas lutas platinas. O Conde de Caxias foi nomeado comandante em chefe das forças imperiais. Enquanto em Buenos Aires a Sala dos Representantes, a imprensa e algumas manifestações populares, mais ou menos açuladas pelo governo rosista, despejavam sobre o Império torrentes de injúrias, o Brasil preparava-se para a ação. O estuário platino representava papel saliente na contenda, de sorte que na Corte se teve o cuidado de convidar para o comando naval um oficial cheio de méritos e de serviços, conhecedor do teatro das futuras operações. A escolha recaiu sobre o Almirante John Pascoe Grenfell, inglês a serviço do Brasil desde 1823 e destacado combatente nas lutas de nossa Independência e da Revolução Farroupilha.

Embora com improvisação de meios, o Império dispunha, no Prata, em 1851, sob o comando de Caxias, de quatro divisões (14 brigadas) que eram comandadas por Bento Manuel Ribeiro (1^a Div), Brig João Frederico Caldwell (2^a Div), Brig José Fernandes dos Santos Pereira (3^a Div) e por David Canabarro (4^a Div), além de um agrupamento de artilharia sob o comando do Brig Francisco Antônio da Silva Bitencourt. Total de 16 mil homens. A Armada dispunha de uma fragata, sete corvetas, três brigues e seis vapores²³.

Em síntese, os objetivos da luta contra Oribe e Rosas eram os seguintes: a) manutenção dos limites com o Uruguai, firmados no Pacto de Montevidéu; b) manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai; c) defesa da livre navegação no Prata, fechada por Juan Manuel de Rosas em 1842; d) proteção da vida e da propriedade de brasileiros na região fronteiriça com o Uruguai; e e) fazer face à predisposição política rosista contra o Império.

O Teatro de Guerra

O historiador militar Genserico Vasconcelos assinalou que:

"A guerra de 1851-52 abarcou vastíssimo território - Província do Rio Grande, República Argentina e Estado Oriental. Se o Paraguai tivesse cumprido os compromissos do tratado de 25 de dezembro de 1850, obrigando-o a tomar parte na cruzada contra Rosas, aumentaria a extensão do teatro de guerra".

Destaca-se nessa região a presença de dois grandes rios, o Uruguai e o Paraná, dividindo-a, pelos critérios da época, em dois TO: o do Estado Oriental do Uruguai e o das Províncias de Santa Fé e Buenos Aires. Neste quadro, destacava-se a importância das vias fluviais, onde se manifestava a superioridade de nossas forças navais. A escassez de pontes dificultava as operações militares das forças terrestres brasileiras.

No teatro de guerra, as populações eram rarefeitas e exíguos os recursos. A República Oriental do Uruguai tinha uma população de 131 mil habitantes, dos quais 40 mil estavam em Montevidéu. A indústria e a

²³ MAUL, Carlos. Diante de Rosas. In: Conde de Porto Alegre, BIBLIEx, 1952.

agricultura eram praticamente inexistentes, o comércio era fraco e estava prejudicado pela falta de garantias. Os exércitos não podiam contar com outros suprimentos, senão os da pecuária.

Na Província de Santa Fé a população era estimada em cerca de 30 mil habitantes e as dificuldades de abastecimento eram as mesmas. A Província de Buenos Aires, a mais rica da região, tinha 300 mil habitantes, possuindo quatro milhões de bovinos, um milhão e meio de equinos e de 12 a 15 milhões de ovinos; havia alguma agricultura próxima aos centros povoados.

Os beligerantes

Os colorados uruguaios ainda permaneciam cercados em Montevidéu. Em meados de julho de 1851, havia cerca de quatro mil homens preparados para a campanha. Urquiza, rebelado contra Rosas, possuía um grupamento principal de forças diante da cidade de Paisesandu, outro em frente a Salto e um terceiro, sob o comando de Benjamim Virasoro, diante de Passo del Higo.

Caxias, nomeado comandante das forças brasileiras, deslocou-se para Porto Alegre e acelerou a concentração de nossas forças de terras; em Livramento e Jaguarão, em fins de agosto, concluiu-se a operação, ficando o grosso das tropas em Livramento e uma divisão, ao comando do Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, em Jaguarão.

Nossos adversários dividiram as forças em dois grupamentos. Um sob o comando direto do próprio Oribe, em Passo Cuello; o outro, sob as ordens de seu irmão, Inácio Oribe, tinha a missão de observar as forças oponentes na linha do rio Uruguai e na fronteira do Brasil. Rosas dispunha de um grupamento de forças na região de Buenos Aires e de um outro de milícias na região de Diamante.

As operações contra Manuel Oribe

O Conde de Caxias lançou um destacamento sob o comando do Ten Cel Manuel Luis Osorio para estabelecer ligação com Urquiza. Ficou ajustado o estabelecimento de um plano de operações segundo o qual Urquiza passaria o rio Uruguai em Passo del Higo e, marchando

paralelamente à nossa fronteira, se juntaria às forças brasileiras próximo à confluência dos rios Negro e Taquarembó. A esquadra apoiaria a transposição do rio e evitaria a ligação de Oribe com Rosas. A 18 Jul 1851, Urquiza transpôs o rio Uruguai em Passo del Higo, Salto e Paissandu, não obedecendo ao plano preestabelecido com Caxias. Obteve êxito na manobra, tendo inclusive incorporado às suas forças a vanguarda, e avançou para leste. Servando Gómez chocou-se com o grosso das tropas de Inácio Oribe, mas deixou-o se retirar a 02 Ago.

A 11, realizou-se outro encontro de Osorio, como representante do comando das forças do Império, com Urquiza, na localidade de Passo de Oribe. Estabeleceu-se que o caudilho aguardaria as tropas imperiais na região daquele passo, a fim de prosseguir na ofensiva. Como de costume, ele não honrou os compromissos assumidos. Marchou para o sul, regulando o avanço pelo deslocamento de Caxias, sempre pronto a beneficiar-se das forças brasileiras em caso de insucesso.

Oribe enfrentou Urquiza nas imediações de Montevidéu. Após as primeiras escaramuças reuniu-se um conselho de chefes, que deliberou estabelecer negociações. Urquiza aceitou a capitulação de Oribe, pela Convenção de Passo Molino, dia 11, sem consulta prévia a seus aliados. O procedimento ressaltava, mais uma vez, a deslealdade de seus propósitos. A capitulação não se restringia a um ato militar, mas motivava profunda repercussão no cenário político.

As operações conduzidas por Caxias revelavam tino político e habilidade militar. Na Ordem do Dia nº 18, de 04 Set 1851, disse ele:

"Soldados! Ides combater a par de bravos adestrados nos combates, esses bravos são nossos amigos, são nossos irmãos de armas. A mais perfeita e fraternal união deveis, pois, com eles manter. Que nenhum outro sentimento em vós se manifesta além do desejo de excedê-los nas virtudes do verdadeiro soldado. Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do General Dom Manuel Oribe; estes mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria. Desarmados ou vencidos são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar".

Na marcha para o sul, não se defrontou com o inimigo. Percorreram-se cerca de 500 quilômetros em terreno difícil, agravado pelo mau tempo. Os trens de campanha compunham-se de mais de 100 carretas. A coluna

contava com 16 mil homens, havia falta de áreas de acantonamento e a necessidade de segurança tornara difícil o longo deslocamento, com etapas diárias de 17 quilômetros, comprovando o elevado grau de abnegação, resistência e espírito de sacrifício do soldado brasileiro.

Caxias avistou-se com Urquiza em 15 Out, assentando as bases iniciais das futuras operações contra Rosas. Terminara a campanha contra Oribe. O caudilho não traria mais desgraça ao país. Estavam garantidas a vida e a propriedade dos brasileiros residentes na fronteira com o Uruguai, mas restava ainda erradicar o cerne da tirania na região platina.

A vitória inicial de nossa diplomacia

Para estabelecer as bases da campanha contra Rosas firmou-se em 21 de novembro de 1851 um tratado entre os aliados. Mas o acordo, que tivera a participação de diplomatas e militares, apresentava muitas imperfeições.

Não ficou, por exemplo, estabelecido um comando unificado para a coordenação das operações com as forças aliadas. Em termos militares ficou estipulado que Urquiza comandaria as forças invasoras e Caxias permaneceria no Estado Oriental, no comando de suas tropas, atendendo às solicitações de Urquiza e só tomindo a iniciativa de intervir diretamente, na margem oposta, se a situação o exigisse.

A participação direta do Brasil era representada por uma divisão constituída de quatro mil homens, ao comando do Brig Manuel Marques de Sousa III (1^a Div). A Esquadra, comandada pelo Almirante John Pascoe Grenfell, colocar-se-ia em trechos convenientes a uma melhor cooperação com as forças de invasão.

O tratado, redigido com habilidade, regulava a guerra contra o caudilho Rosas e não contra a Argentina. O Império não reivindicou o comando geral para o seu representante e contribuiu para a derrota do ditador sem criar antipatias no âmbito da Confederação Argentina e nas próprias relações internacionais. Na verdade, tratava-se de uma guerra externa com feição de guerra civil; era aceitável que a invasão fosse comandada por um chefe político natural do próprio país invadido, no caso Justo José Urquiza.

Outra expectativa

Segundo o historiador militar Marechal José Bernardino Bormann, o plano de operações dos aliados consistia no deslocamento do exército brasileiro para Colônia do Sacramento, onde permaneceria enquanto Urquiza transporia o rio Paraná, em Diamante, de onde prosseguiria, acompanhando o rio, até Santos Logares, região onde se encontrava o exército de Rosas, sendo coadjuvado nessa operação por uma divisão brasileira. Depois do engajamento entre os dois exércitos, Caxias deveria passar o Prata e operar um desembarque em Quilmes, ao sul de Buenos Aires, apoderando-se dessa cidade ou atacando os rosistas pela retaguarda, se a batalha não estivesse decidida.

Rosas dispunha de vários planos diferentes, apresentados pelos seus mais destacados chefes, entre eles Martiniano Chilavert, Lúcio Mansilla, Hilário Lagos e Angel Pacheco. Decidiu-se, por fim, pelo último, que previa a permanência do grosso das tropas próximo a Buenos Aires, onde deveria ser travada a batalha decisiva; além disso, um corpo de cavalaria retardaria o avanço aliado e seria absorvido pelo grosso, ao final.

Rumo a Diamante

A região de Diamante foi escolhida para a transposição do rio Paraná; e para lá se dirigiram as forças atacantes. Os argentinos movimentaram a cavalaria com seus próprios meios para Gualeguai-chu. A Inf e a Art valeram-se do transporte da esquadra brasileira até essa localidade, à margem do rio Uruguai. Reunidas todas as forças, atravessaram o Uruguai e, por terra, marcharam para a zona de concentração aliada. Ainda em dezembro, os argentinos concluíram o movimento.

O contingente uruguai, sob o comando de César Díaz, com 1.670 homens, também foi conduzido pela esquadra a Potrero Pérez; os uruguaios prosseguiram por terra e, vencendo muitas dificuldades impostas pelas chuvas, alcançaram Diamante no dia 30 de dezembro.

Os brasileiros compuseram as forças de invasão aliadas com a 1^a Div, sob o comando do Brig Manuel Marques de Souza III. Composta de três brigadas, embarcou em meados de dezembro, no porto de Colônia, com destino ao local de concentração.

No dia 30, todos os elementos estavam perfeitamente integrados, apesar das dificuldades. No Passo de Tonelero, no rio Paraná, perto da barra da foz do Rio Acevedo, os rosistas, ao comando do Gen Lúcio Mansilla, assentaram 16 peças e, com dois mil homens, aguardaram a chegada da nossa esquadra, composta de sete navios sob o comando do Chefe-de-Esquadra Grenfell, com a missão de impedir o prosseguimento e, assim, desmontar o plano concebido pelos invasores. Em 17 Dez 1851, os navios e guarnições suportaram, durante 80 minutos, o fogo dos argentinos, respondendo com ardor e entusiasmo que se refletia pela presença de Grenfell. Este, em grande uniforme, acompanhava as operações do passadiço de sua nau capitânea, juntamente com o Brig Marques de Souza e os generais argentinos Bartolomeu Mitre, Venceslau Paunero e Domingos Faustino Sarmiento, que se haviam postado política e militarmente contrários a Rosas. O êxito desta ação arrojada conduziu ao seu objetivo a tropa brasileira e abriu a via fluvial ao apoio das operações. No dia 20 atingiram Diamante.

Um rio a vencer

A transposição do rio Paraná começou antes da concentração de todas as forças em Diamante. A passagem para a margem direita iniciou-se a 23 Dez 1851, com a travessia das divisões de cavalaria entrerrianas em primeiro lugar, garantidoras da transposição do grosso das tropas.

Os vapores brasileiros rebocaram as embarcações carregadas até a margem oposta, desembarcando as tropas e retornando à outra margem, num movimento de vaivém. Uma divisão de cavalaria obteve permissão para transpor o rio a nado, mas, como o Paraná é caudaloso, muitos homens e animais se afogaram ou se extraviaram, reduzindo o efetivo da grande-unidade. A transposição do curso d'água exigiu vários dias, sem qualquer reação do inimigo, que permanecia estático em Corona, na Província de Santa Fé, acabando por retrair sem esboçar qualquer resistência. Urquiza resolveu transferir o local de concentração, na margem direita, de Corona para Espinillo, mais ao sul, ultimando-a em 08 Jan de 1852, quando passou a contar com todo o exército aliado.

De Espinillo a Caseros

Reunido em Espinillo, o "Exército Grande da América do Sul", nome dado por Urquiza às tropas aliadas, tomou o rumo de Buenos Aires, com uma vanguarda de cavalaria precedendo de dois dias de marcha o grosso das tropas. Os rosistas, à medida que os aliados progrediam, em observância ao plano do General Angel Pacheco, retiravam-se.

O Cel Hilario Lagos tentou uma resistência séria no Arroyo del Medio (entre as províncias de Santa Fé e Buenos Aires), mas, como sempre, a ordem de retrair veio de pronto, primeiro para Salto, e daí para Santos Logares, facilitando o avanço das forças aliadas. Nas proximidades do arroio Dulce havia tropas de cavalaria rosistas que não opuseram dificuldade. Atacados de surpresa, refluíram logo para Luján.

Dada a inexpressiva e apática resistência dos soldados do caudilho, prosseguiram os aliados seu movimento para Luján, que também fora abandonada. Por fim, inesperadamente, Rosas decidiu resistir e barrar o avanço, aproveitando-se do corte do rio das Conchas. Determinou ao Gen Ángel Pacheco que defendesse obstinadamente a Ponte do Marquês, sobre aquele curso d'água. Travou-se o entrechoque de forças de cavalaria, com expressiva vitória alcançada pela vanguarda aliada. Uma outra versão dos acontecimentos diz que Rosas mandou Pacheco levantar as posições no Rio das Conchas. De qualquer forma, a tropa aliada deteve-se, esperando pelo grosso das forças, que chegou no dia seguinte. Urquiza novamente dispunha de todos os seus elementos em marcha para o combate final.

Caseros, cartada decisiva

Ultrapassado o Rio das Conchas, cuja ponte inexplicavelmente não fora destruída pelo inimigo, novo obstáculo se apresentou ao prosseguimento dos aliados em direção a Buenos Aires - o arroio Morón. O Gen Urquiza tomou a disposição clássica para o combate, em linha paralela ao curso d'água, com o grosso das forças de cavalaria nos flancos, enquanto o inimigo ocupava a outra margem. Parecia decidido a combater. O próprio Rosas assumiu pessoalmente o comando das tropas e as conduziu na batalha decisiva, que, em última instância, impediria a entrada dos aliados em Buenos Aires.

A noite de 02/03 Fev transcorreu tranquila. O inimigo permaneceu estático em suas posições. Ao amanhecer, Urquiza resolveu transpor o arroio que, segundo os reconhecimentos, se revelara, de modo geral, difícil pela natureza de suas margens. Fê-lo pela única ponte existente e por um pequeno vau, descoberto durante a operação de travessia. Entretanto, teve o cuidado de simular uma passagem no arroio que ficava no flanco direito do inimigo, buscando iludi-lo quanto ao local exato da operação. Essa manobra não poderia enganar o adversário. Facilmente Rosas descobriria o ponto exato da transposição e lançaria todas as forças contra Urquiza, no momento crítico da transposição do obstáculo. O chefe portenho, no entanto, conservou-se inerte. Não mandou nem destruir a única ponte, como seria lógico e previsível.

E o exército de Caxias, na Colônia do Sacramento, o que fazia? Lima e Silva não tinha notícias da longa marcha do exército aliado e estava aprensivo quanto à sorte de sua divisão. Resolveu concentrar toda a força naval e os meios de transporte fluvial disponíveis em Colônia. Ele estava acampado com 16 mil homens prontos a intervir, se fosse necessário.

Preparou-se, enfim, para intervir. Face à eventualidade de ter de desembarcar na costa de Buenos Aires, embarcou a 17 Jan na fragata Dom Afonso, capitânia de Grenfell, em direção à capital portenha. Percebido o vaso de guerra brasileiro, uma multidão encheu as praias. Navios estrangeiros - ingleses, franceses e sardos - saudaram o nosso pavilhão, indo os comandantes visitar os altos chefes militares. Não houve reação de terra, apesar de estar no porto uma flotilha rosista e haver numerosa guarnição na cidade, inclusive com meios de artilharia. Caxias realizou o reconhecimento, selecionou os pontos de desembarque e retornou à Colônia.

Nos arredores de Buenos Aires, perto do arroio Morón, pouco antes do choque das forças oponentes, era a seguinte a ordem de batalha:

- Rosistas: a infantaria, em linha, ocupava uma coxilha dominante. À direita, uma ala de cavalaria e os baluartes de El Palomar e a Casa de Sotea, ambas bem guarnecididas. No centro, a artilharia e no flanco esquerdo, enquadrando o dispositivo, outro grupamento de cavalaria.

- Aliados: no flanco esquerdo, uma divisão de cavalaria oriental. Ao centro, a divisão brasileira do Brigadeiro Marques de Sousa, a divisão da infantaria argentina e entre elas a artilharia, o 1º RACav - o Boi de Botas. Na ala esquerda estava o grosso da cavalaria aliada, sob o comando direto do Gen Urquiza.

Rosas contava com 24 mil homens e os Aliados com 26 mil, sendo 20 mil argentinos, 4.200 brasileiros e 1.800 uruguaios.

Pela manhã começou o duelo entre as artilharias. As baterias brasileiras, de menor calibre, depois de avançar e abrir fogo, retraíram-se por ordem do Brigadeiro Marques de Sousa, que assim se justificou, segundo o historiador militar Genserico de Vasconcelos:

"Tendo às 8 horas da manhã feito o inimigo jogar sua artilharia sobre nossa linha, mandei imediatamente responder-lhe pelas nossas baterias, reconhecendo porém que os tiros eram ineficazes nesta distância; atento à diferença de calibres, fiz cessar fogo e retirar a bateria, para não ficar exposta inutilmente".

Urquiza passou em revista as tropas e ao cruzar pela divisão brasileira ordenou ao comandante atacar o centro do dispositivo inimigo, logo que sentisse os movimentos da infantaria à sua direita, que estava ao comando de José Miguel Galán. Próximo das 0900 h Urquiza, ao atingir a ala direita, que comandava pessoalmente, partiu para a carga, esquecendo-se de suas elevadas funções nas forças aliadas: sem determinar o avanço de José Miguel Galán manteve imóvel, consequentemente, a tropa brasileira. O Brig Marques de Souza, preocupado com a demora do avanço da infantaria portenha, provocou uma definição de Benjamin Virasoro, Ch EM, que se limitou a informar que Urquiza atacava a retaguarda do flanco inimigo. Nesse momento os orientais avançaram. Marques de Sousa, sentindo a dificuldade que encontrariam para abordar o ponto fortificado da posição inimiga, não se deteve e lançou-se sobre as forças inimigas. O ímpeto levou de vencida El Palomar e Caseros: caiu o último baluarte rosista.

César Díaz e Martiniano Chilavert tentaram uma retirada em ordem, chegando à povoação de Corón. Na localidade, enfrentaram a última carga da divisão Lamadrid, onde, mais uma vez, se destacou a participação do 2º RC, comandado por Osorio em uma carga de Cavalaria.

Rosas fugiu para a Inglaterra. O povo argentino estava livre da ditadura rosista. Acabara a campanha. Rosas e a longa história do caudilhismo platino passaram à História como recordação de dias difíceis para os nossos vizinhos.

A 1º de março, digna de respeito e reconhecimento dos aliados, regressou a Montevidéu a 1ª DI Imperial, sendo saudada na ocasião, pelo comandante do exército aliado com a seguinte proclamação:

"Brasileiros! A Justiça, a Liberdade e a Glória vos chamaram ao rio da Prata e cooperastes para a salvação de duas repúblicas e o aniquilamento de seus tiranos. Graças e imortal honra a vós e a vossos filhos, veteranos da Império! O amor, admiração e gratidão destes países se associam hoje a vossa terna despedida. Preenchesteis o sagrado compromisso de Aliados da Liberdade, granjeastes as simpatias do mundo e tendes assegurado o porvir e a dignidade de vossa pátria. Firmes colunas da Majestade Imperial, sobre vossos ombros seja ela perdurable e se honrará sempre de proclamá-lo o vosso leal amigo e companheiro d'armas - Justo José Urquiza".

O Império do Brasil e as consequências da campanha

A campanha de 1851/52 que se encerrou com a vitória em Caseros, numa operação combinada de forças militares de três nacionalidades distintas, teve as seguintes consequências diretas:

- o Brasil obteve os limites que pleiteava com o Uruguai;
- ficou confirmada a independência do Paraguai e do Uruguai;
- ficou reconhecido nosso direito à livre navegação do Prata;
- houve uma justa reparação aos habitantes brasileiros no Uruguai, que tinham sido espoliados em suas propriedades, ameaçados em suas vidas e ofendidos em sua honra.²⁴

Generoso desprendimento

Os brasileiros foram ao Prata e em árdua campanha ajudaram a eliminar os desmandos de um visionário (Rosas) cujas ambições descabidas alimentavam a tirania internacional e a opressão de outros povos.

A participação do Brasil, política e militar, foi excelente; os próprios argentinos, pela fala de Representantes da Confederação - a mesma que

²⁴ Mais informações em www.acadhistoria.com.br/outextos/MonteCaseros.pdf

tantas ofensas e acusações, sob a inspiração malévola de Rosas, fizera ao Brasil - diriam em manifesto:

"Os orientais e brasileiros se retirariam deixando seus mortos no Campo e levando sobre seus ombros as armas que trouxeram, laureadas pela vitória e sobre suas cabeças as bênçãos de um povo agradecido".

A Divisão Brasileira de Observação em Montevidéu

Terminada a campanha contra Oribe, apesar da anistia geral concedida, a República Oriental do Uruguai não desfrutou da tranquilidade interna, almejada não só pelos uruguaios como pelos brasileiros que habitavam áreas fronteiriças no Rio Grande do Sul.

Tendo aquele país permanecido longo tempo sob o controle das forças de Oribe, era de se esperar que seus simpatizantes e correligionários continuassem numerosos e as eleições procedidas levassem ao governo do Uruguai pessoas comprometidas com a situação anterior. Alguns políticos banidos pela intervenção brasileira voltaram ao poder cheios de ressentimentos contra os argentinos e principalmente contra os brasileiros. A pacificação interna do Uruguai tornou-se difícil: o ódio político e a discriminação mútua de blancos e colorados acentuou-se com a eleição do blanco Juan Francisco Giró.

O novo mandatário pretendeu anular o Tratado de Limites de 1851, pouco antes firmado com o Brasil. Só recuou quando o Império ameaçou ocupar militarmente o território entre o Arapeí e o Quaraí, o que não se concretizou graças à mediação do Gen Urquiza.

Em 18 Jul 1853, eclodiu no Uruguai um movimento revolucionário colorado liderado pelo argentino Gen Melchor Pacheco y Obes. Em 24 Set, Giró renunciou. Organizou-se então um triunvirato composto por Lavalleja, Rivera e Venâncio Flores. Com a morte dos dois primeiros (22 Out 1853 e 13 Jan 1854, respectivamente), Flores foi eleito Presidente em 12 Mar 1854, para completar o mandato de Giró. Conduziu-se com moderação, ensejando a criação de um terceiro partido, o Conservador, abrigando elementos das duas correntes. Entretanto, isso não foi o suficiente para desarmar os espíritos e diminuir o calor das lutas políticas.

O Brasil acompanhava atentamente o desenrolar dos acontecimentos. As violências que ocorriam no Uruguai refletiam-se no RS: a raia demarcatória, em grande parte em linha seca, facilitava a convivência estreita de famílias brasileiras e uruguaias, criando laços afetivos, econômicos e políticos entre gaúchos e orientais.

Muito tempo antes, o Cmt da 2^a Brigada do Exército, com jurisdição na fronteira do Jaguarão, fizera recomendações para que na área não se fizessem manifestações relativas às disputas internas do Uruguai.

Vendo agravar-se a situação, o Presidente Flores solicitou ao governo imperial um empréstimo financeiro e o deslocamento de uma divisão do EB para o território uruguai, sendo tudo aprovado pelo Legislativo uruguai em 20 Mar 1854.

O Brasil, interessado na ordem interna no Uruguai e compelido a auxiliá-lo moral e materialmente, de acordo com o Tratado de Aliança de 12 Out 1851, determinou que uma Divisão de Observação (Exército Auxiliar, ou Divisão Auxiliadora) penetrasse no país. Em Mar 1854 a força, com quatro mil homens sob o comando do Brig Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, partiu de Piraí Grande, perto de Bagé, e transpôs a fronteira, dirigindo-se para Montevidéu, onde chegou a 03 Jun. Logo após foi saudada por navios de guerra brasileiros no porto e recebida com entusiasmo pelo Gen Venâncio Flores, Presidente da República.

Por que se envolveu o Brasil nas lutas políticas do Uruguai? Por que não aproveitou as lições da campanha de 1851-52? Por causa da fronteira. Porque a instabilidade política do Uruguai repercutia no RS, criando dificuldades inesperadas e afrontando a autoridade imperial.

Retornávamos ao Uruguai em missão de paz. Empenhávamo-nos em prol do renascimento político daquele país que sonhava passar do caudilhismo para a mais liberal das formas de governo.

A Divisão de Observação, no cumprimento de sua missão, talvez tenha na oportunidade sido incompreendida, parecendo intrusa e antipática aos olhos de muitos orientais, mas ela honrou as tradições militares do Império, portando-se com serenidade e imparcialidade, e buscou desenvolver no Uruguai os hábitos constitucionais, sem ferir sua nacionalidade.

A presença da força brasileira diminuiu a agitação das disputas partidárias, proporcionando ao Presidente Venâncio Flores ânimo para convocar o povo, por meio de comícios, para participar da renovação política. Criou também ambiente de segurança capaz de promover o regresso de

alguns emigrados uruguaios e infundir confiança nos adversários políticos do governo para que concorressem à eleição.

Reconhecendo ser impossível vencer a oposição que o afligia, Flores renunciou em 10 Set, sendo substituído interinamente por Manuel Bustamante, Presidente do Senado. A 14 Nov 1855, a Divisão Brasileira iniciara o seu regresso ao Brasil, transpondo a fronteira no dia 19 Dez.

O correto e eficiente desempenho da força brasileira angariou o reconhecimento do povo uruguai e o governo uruguai, em nota dirigida a Antônio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de Abaeté, Ministro das Relações Exteriores, afirmou:

"(...) esse dever não ficaria preenchido de uma maneira correspondente à honra da República e aos que exigem a justiça mais notória e os sentimentos nobres e generosos que fazem a fisionomia do caráter nacional se, ao convir na execução da referida cláusula, não reconhecesse a disciplina, moderação e moralidade que a Divisão Imperial nunca desmentiu durante sua longa permanência no território Oriental, do que cada um dos seus habitantes dará sempre testemunho, sem que nisso faça mais do que pagar um tributo de invejável justiça e de merecida admiração por tão relevantes virtudes.(...)".

A Divisão de Observação em Montevidéu, de 1853 a 1855, incorporou à nossa História páginas de altivez e humildade, energia e tolerância, patriotismo e consciência da unidade latino-americana.

A Revolução Industrial e seus reflexos na Organização Militar Brasileira - Ideias dos anos 1840

Em meados do século XIX ocorreram em nosso país profundas modificações na estrutura do Exército, refletindo a nova mentalidade dominante no mundo. A manutenção de FFAA em boas condições era uma necessidade, para manter a integridade do território contra os vizinhos e, no plano interno, contra tendências separatistas.

Muitos regulamentos, instruções, quadros de organização e efetivos, equipamentos e armamentos foram modificados no correr desta década, sempre em busca de um objetivo maior - atender com eficiência os grandes compromissos do EB.

Coube a Caxias um papel relevante na implantação das novas ideias. Ele procurou adaptar as inovações em curso na Europa à nova formulação doutrinária brasileira, que tinha características próprias. Quando Ministro da Guerra, lançou pela primeira vez, em 1855, as bases da nova escola, visando a renovar a tática vigente e enquadrá-la nas exigências modernas. Propôs a adaptação da tática elementar das três armas, contida nas ordenanças em vigor no Exército português:

"enquanto não se organiza uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares ao nosso exército e com a natureza de nossas guerras".

Caxias buscou realizar as reformas sem introduzir alterações bruscas na estrutura do Ministério da Guerra. Experimentou-as e testou-as primeiro nas campanhas do Prata.

Os processos de combate modificaram-se em todas as armas e as anti-gas prescrições de Frederico Guilherme de Schaumburg-Lippe - o Conde de Lippe - foram substituídas. As principais alterações introduzidas foram as seguintes:

Infantaria - adotou-se o sistema de instrução do Cel Bernardo Antônio Zagalo, do Exército português. O sistema duraria até 1892, quando foi substituído pelo Regulamento Moreira César. Segundo Zagalo, a ordem unida dominava no campo de batalha, regulando as evoluções dos pelotões e batalhões - não havia escola e companhia - para realizar o tiro nas melhores condições, seja avançando ou recuando. O fogo a pé firme podia ser em conjunto ou por atiradores. O pelotão era a unidade de tiro e o batalhão a de emprego. A baioneta seria utilizada como arma ofensiva, no assalto ou na defesa, nos quadrados ou em outras formações de combate, especialmente contra a cavalaria.

Cavalaria - adotou-se o Regulamento do Marechal Beresford, do Exército inglês, que durante a invasão napoleônica a Portugal comandara o Exército lusitano contra as forças do Gen Jean Andoche Junot. A regra geral era o combate a cavalo. Procurava-se tirar partido da potência de choque da arma e empregá-la ofensivamente. O ataque era a principal finalidade da cavalaria e na sua execução buscava-se obter velocidade e regularidade. As unidades deviam dispor sempre de uma reserva.

Artilharia - adotou-se o regulamento da guarda francesa. A tática, entretanto, era muito rudimentar; os alvos compensadores eram formações de infantaria e cavalaria.

Engenharia - não existia ainda propriamente engenharia militar. No entanto, já apresentavam importância a organização do terreno e a transposição de cursos d'água.

Emprego de armas combinadas - nas instruções do sistema Zagalo encontrava-se explícito o emprego de armas combinadas, na parte relativa ao serviço de segurança em campanha. Na segurança em marcha havia prescrições sobre o dispositivo e o emprego de vanguardas e nos estacionamentos lançavam-se os postos avançados.

Operações combinadas - não havia doutrina sobre o emprego combinado de forças terrestres e navais que, no entanto, foi levado à prática algumas vezes: por exemplo, na guerra contra Rosas, quando a Marinha transportou forças do Exército ao longo do rio da Prata e do Paraná, vencendo o Passo de Tonelero, e na expedição do Chefe-de-Esquadra Pedro de Oliveira, em 1855, para exigir explicações de Carlos Antonio López, Presidente do Paraguai. Em operações de guerra ao longo do rio Uruguai, em 1864, realizadas pelo Almirante Tamandaré, em cooperação com forças terrestres, evidenciou-se que em um conflito com o Paraguai teríamos necessidade do concurso simultâneo de forças terrestres e navais, em operações combinadas.

No mesmo período em que se introduziam modificações na organização e nos esquemas de combate, os comandantes de nosso Exército procuravam acompanhar o progresso das técnicas e dos processos de combate, como por exemplo aqueles introduzidos por ocasião da Guerra de Secesão norte-americana, considerada uma guerra total. Nessa luta, aplicaram-se as grandes inovações do século XIX, decorrentes da Revolução Industrial - o transporte de tropas por via férrea, o emprego de balões de observação e, sobretudo, as operações combinadas.

O conhecimento adquirido com o estudo e a aplicação dos novos regulamentos, o intercâmbio e o contato com instrutores estrangeiros, a experiência recolhida em operações e campanhas anteriores, dentro e fora do Brasil - tudo isso, somado aos ensinamentos militares de outros países, representou um conjunto de ideias sugestivas para os chefes militares do Império, na iminência do conflito com o Paraguai.

Reflexos da revolução industrial no campo militar

A melhor utilização do ferro em virtude da invenção do coque (tipo de combustível derivado da hulha) por Abraham Derby, no século XVIII, e o emprego do alto forno para produzir aço, associados à descoberta da máquina a vapor por James Watt, no século XIX, modificaram o mundo, iniciando a era industrial. A par do aumento da produção, ocorria um incremento na capacidade de transporte em navios a vapor e por estradas de ferro. Essas realizações, complementadas com a invenção do telégrafo e outras mais, teriam reflexos em todos os campos da atividade humana, particularmente no campo militar, alterando fundamentalmente as milenares concepções da arte da guerra que haviam atingido sua fase áurea na era napoleônica. Com a produção industrial puderam os exércitos contar com os canhões raiados de carregamento pela culatra, com projéteis alongados, com novos fuzis de retrocarregamento, com canos raiados e tiro de repetição e também com as primeiras metralhadoras. Os novos meios acarretaram diversas modificações no campo da estratégia e da tática, como por exemplo:

- a) a utilização das estradas de ferro, permitindo transportar grandes efetivos a grandes distâncias e em prazo relativamente curto;
- b) o emprego do telégrafo, embora ainda com pequeno rendimento, mas já possibilitando a rápida transmissão de mensagens, o que trazia mobilidade aos exércitos;
- c) o aumento do alcance e da potência dos fogos das armas, que fez com que se ampliassem a frente e a profundidade das forças desdobradas no campo de batalha e melhorasse a ligação com a artilharia; e
- d) a produção em massa de artigos bélicos, que possibilitava o suprimento e o apoio administrativo a efetivos ainda maiores.

Em síntese, destacam-se três aspectos como os mais importantes na evolução da guerra no século XIX, em face da revolução industrial:

- 1) pela primeira vez, em 1846, a Prússia transportou um corpo do Exército por estrada de ferro, com efetivo de 12 mil homens e mais o equipamento, o armamento e a cavalhada;
- 2) o primeiro emprego do canhão com tubo raiado, na Guerra da Criméia (1854 -1856); e

3) a invenção da cápsula de percussão e do projétil cilindro-ogival, que concorreu para a inovação do fuzil carregado pela culatra, usado em 1841 pela infantaria prussiana.

O Brasil, apesar de não estar ainda industrializado e carecer de recursos, foi afetado pela revolução industrial no campo militar, o que levou nossos chefes mais ilustres a realizar uma série de modificações na antiga estrutura, a fim de atender principalmente as novas doutrinas e novos equipamentos.

Em 1842 reestruturou-se a organização geral do Exército:

- o quadro de Estado-Maior General passou a contar com um marechal-de-exército, quatro tenentes-generais, oito marechais-de-campo e 16 brigadeiros;
- o quadro do Estado-Maior de 1^a classe com 12 coronéis, 12 tenentes-coronéis, 24 maiores, 24 capitães, 24 tenentes e 24 alferes;
- o quadro do Estado-Maior de 2^a classe com seis coronéis, seis tenentes-coronéis, 24 maiores, 24 capitães, 24 tenentes e 24 alferes;
- o corpo de engenheiros com seis coronéis, 12 tenentes-coronéis, 18 maiores, 24 capitães, 30 primeiros-tenentes e 50 segundos-tenentes.

Para o biênio 1843-44, as armas poderiam contar com as seguintes unidades e efetivos:

Infantaria: Unidades - oito batalhões de fuzileiros, a seis companhias: 841 homens; oito batalhões de caçadores a seis companhias: 634 homens. Efetivos: 18 coronéis ou tenentes-coronéis, 18 maiores, 122 capitães, 122 tenentes e 216 alferes.

Cavalaria: Unidades - três regimentos de cavalaria: 574 homens. Efetivos: três coronéis, três tenentes-coronéis, 30 maiores, 29 capitães, 33 tenentes e 51 alferes.

Artilharia: Unidades - quatro batalhões a pé: 841 homens; corpos a cavalo: 371 homens; quatro companhias de artífices: 83 homens. Efetivos: cinco coronéis ou tenentes-coronéis, cinco maiores, 40 capitães, 40 primeiros-tenentes e 40 segundos-tenentes.

A suplementação de organização estipulava o seguinte:

- um corpo fixo no Piauí (293 homens);
- um corpo fixo em Goiás (244 homens);
- dois corpos fixos em Mato Grosso (1.143 homens);
- cinco corpos de cavalaria (75 homens); e

- um corpo de separadores (209 homens).

A organização de 1843-44 baseava-se em corpos fixos e móveis, com um total de 19.833 homens. Em 1858 houve uma nova modificação na estrutura:

- Estado-Maior General: 29 oficiais-generais, sendo um marechal-de-exército, quatro tenentes-generais, oito marechais-de-campo e 16 brigadeiros.
- Estado-Maior: 244 oficiais, 98 de 1^a classe e 126 de 2^a classe.
- corpo de engenharia: 177 oficiais;
- repartição eclesiástica: 40 capelães; e
- corpo de saúde: 177 oficiais.

As modificações básicas foram a criação da repartição eclesiástica e do corpo de saúde. Quanto aos corpos, permanecia a classificação dos fixos e móveis.

O Ministério da Guerra em 1860 adotou também nova estrutura geral, basicamente constituída de:

- Diretoria Geral e Gabinete do Ministro;
- Diretoria Geral de Pessoal ou Repartição do Ajudante-General, com a manutenção de deputados junto aos comandos subordinados;
- Diretoria Geral do Material ou Repartição do Quartel-Mestre General, mantinha deputados junto aos comandos subordinados;
- Diretoria Geral ou Repartição de Contabilidade de Guerra;
- Inspeções Militares (exercidas nos Distritos Militares por Comissão Especial designada pelo Ministro);
- Distritos Militares (organizados desde 1851, por decreto de 06 Mai):
 - > 1º Distrito Militar: Rio Grande do Sul;
 - > 2º Distrito Militar: SC, São Paulo, inclusive o PR, MG e ES;
 - > 3º Distrito Militar: Corte e Província do Rio de Janeiro;
 - > 4º Distrito Militar: da Bahia ao Rio Grande do Norte;
 - > 5º Distrito Militar: do Ceará ao Amazonas; e
 - > 6º Distrito Militar: Goiás e Mato Grosso.

Outro problema para o Exército era o recrutamento. Era difícil resolvê-lo tais as injunções contrárias a uma melhor conscientização das necessidades da guerra moderna a que nosso Exército procurava se adaptar, exigindo a mobilização de grandes efetivos. Alguma coisa se conseguiu, como, por exemplo, a criação do Depósito Geral de Recrutas, na Corte. Ao

lado do recrutamento, reexaminou-se a lei de promoção dos oficiais do Exército, procedendo-se a uma revisão que reorganizou a Guarda Nacional, procurando melhorar o quadro de oficiais.

Ao iniciar-se a Guerra da Tríplice Aliança, houve mais uma modificação que consistiu basicamente na extinção dos corpos fixos e no acréscimo de novas unidades móveis: nove batalhões de infantaria, um de artilharia a pé, cinco de caçadores e a criação de um corpo de oficiais de estado-maior, na artilharia. Determinou-se paralelamente a formação de batalhões de voluntários, os quais, com a Guarda Nacional e as tropas de guerrilheiros do Rio Grande - como a brigada de cavalaria do General Antônio de Sousa Neto, ex-revolucionário farroupilha e proclamador da República do Piratini, em 1837, agora a serviço do Império, formaram o núcleo do 1º Corpo do Exército. Seu armamento, adaptado aos novos padrões pela revolução industrial, estava assim classificado:

- Armamentos coletivos: canhões de tubo raiado e de antecarga, calibres 4, 6 e 12, utilizando como munição granadas, "schrapnells" e lanternetas.

- Armamento portátil: espingarda e carabina Minié e Enfield, para a infantaria; clavina, pistola e lança, para a cavalaria; mosquetão Minié com sabre-baioneta tipo iatagã, para a artilharia e a engenharia.

O 1º corpo de Exército organizou-se em divisões de infantaria e cavalaria, com elementos de engenharia. As unidades de artilharia não se aglutinavam em uma grande-unidade, mas integravam-se à composição de meios das diferentes divisões. Organizaram-se unidades de transporte para movimentar o material das grandes organizações. O serviço de saúde era composto por cirurgiões das unidades, por ambulâncias e por hospitais. O pessoal civil contratado fornecia os suprimentos.

As forças que se organizavam para a Guerra da Tríplice Aliança foram sofrendo alterações constantes para atender às necessidades impostas pelo conflito. Quando Luís Alves de Lima e Silva - Marquês de Caxias, assumiu o comando era a seguinte a constituição geral das forças:

Quartel-General do Comandante em Chefe, compreendendo:

- Estado-Maior: chefe, três secretários, dois assistentes, seis ajudantes-de-campo, sete oficiais de ordens e dois amanuenses;
- Guarda do Comandante em Chefe: um oficial, um sargento e 30 praças;
- Repartição do Quartel-Mestre General;

- Repartição de Saúde;
- Repartição de Fazenda-Intendência, Repartição Fiscal e Pagadoria Militar;
- Junta Militar de Justiça;
- Repartição dos Telégrafos;
- Correio do Exército;
- Tipografia Militar;
- Tropa do Quartel-General: Batalhão de Engenheiros, Corpo de Transporte (um regimento de cavalaria da Guarda Nacional), Polícia dos Acampamentos, Órgãos de Serviços, Parque Geral das Reservas, Depósito de Forragens, Forças de reserva do quartel-general (uma brigada constituída de um corpo provisório de cavalaria, um batalhão de infantaria, um batalhão de voluntários e um contingente de artilharia).

1º Corpo de Exército: Quartel-General, Comando, Deputado do Ajudante-General, Deputado do Quartel-Mestre General, Secção de Comissão de Engenheiros, Repartição de Saúde, Tropa do Quartel-General com contingente de Comissão de Engenheiros e Contingente de Artilharia (três baterias), 1ª Divisão de cavalaria (com duas brigadas) e duas brigadas de infantaria (pertencentes ao 3º Corpo de Exército e à disposição do 1º). Uma delas possuía dois batalhões de infantaria e três de voluntários e a outra dois de infantaria e dois de voluntários.

2º Corpo de Exército: Comando, Deputado do Ajudante-General, Comissão de Engenheiros (cujo chefe era o Deputado do Quartel-Mestre General), Repartição de Saúde, Repartição Eclesiástica, Auditores de Guerra (dois), Encarregados da Polícia de Campo (dois), Encarregados da Estação Telegráfica (três), Depósito, Secção de Repartição Fiscal, Secção de Repartição Militar, uma Bda de artilharia e duas Div Cav.

3º Corpo de Exército: QG, Comando, Deputado do Ajudante-General, Deputado do Quartel-Mestre General, Secção de Engenheiros, Auditor de Guerra, Esquadrão de Transporte, Corpo Provisório de Atiradores, uma brigada de artilharia, três divisões de cavalaria a duas brigadas e quatro divisões de infantaria, das quais três a duas brigadas e uma a três brigadas; sendo duas à disposição do 1º Corpo de Exército.

O Exército brasileiro sofreu inúmeras modificações durante os anos que precederam a Guerra da Tríplice Aliança. As maiores inovações na estrutura, no equipamento e no armamento militar coincidiram com o

comando de Caxias. Graças à clarividência dos chefes militares, as forças terrestres evoluíam de conformidade com as transformações proporcionadas pela revolução industrial. A experiência adquirida nas campanhas do Prata e a assimilação dos ensinamentos da Guerra de Secessão (EUA), embasaram os generais em suas ações. Dessa forma, foi possível ao EB contribuir decisivamente para a defesa da soberania e da integridade pátrias, resguardando a honra nacional contra qualquer invasor.

A Guerra do Uruguai em 1864/65 - Antecedentes

Após o triunvirato militar e a presidência de Venâncio Flores, sómente em Mar 1856 foi organizado um governo regular no Uruguai, com a eleição de Gabriel Antônio José Pereira Villagran apoiado por Venâncio Flores. O novo dirigente procurou pacificar o país e afastar a tutela dos militares, além de tomar outras providências drásticas, mas o ambiente político continuou agitado. Flores rompeu com o governo e resolveu retirar-se do país indo para a Argentina.

A situação agravou-se com a pregação insólita e inoportuna do político oposicionista Dr. Juan Carlos Gomez contra o governo Gabriel Villagran propondo, inclusive, a anexação do Uruguai à Buenos Aires através de uma revolução. Gomes foi exilado à força em Buenos Aires e os conservadores formaram uma coluna revolucionária. O Presidente Pereira procurou enfrentar a situação, venceu a coluna revolucionária em Quinteros (28 Jan 1858), mandou executar os líderes²⁵ e dirigiu apelo à Confederação Argentina e ao Brasil, para que o amparassem materialmente, conforme estipulava o tratado assinado em 1828.

Pereira pôde chegar ao fim do mandato, passando o governo ao blanco Bernardo Berro em 1860, o qual fez boa administração, mas não logrou reverter o quadro de recrudescimento político, gerando um acontecimento grave que precipitou uma nova intervenção do Brasil.

²⁵ Episódio conhecido como Hecatombe de Quinteros (01 Fev 1858). O Gen Anacleto Medina foi quem cumpriu a ordem presidencial de executar 152 pessoas, inclusive dois generais.

Nova intervenção do Brasil - Causas imediatas

Flores, então refugiado na Argentina, invadiu o Uruguai em 19 Abr 1863 apoiado por Bartolomeu Mitre, intitulando sua investida de Cruzada Libertadora. Penetrou o Uruguai com quatro companheiros, chegou à região de Rincão das Galinhas e passou a reunir partidários. Seu objetivo era percorrer o território e fomentar o espírito de revolta. A luta recomeçou, sobressaltando os brasileiros que viviam na fronteira. Não é demais lembrar que a fronteira meridional brasileira sempre permitiu a interpenetração das populações. Muitas estâncias, algumas com campos nos dois lados da fronteira, foram invadidas, acrescentando-se violações e vexames provocando, dos brasileiros, inúmeras solicitações ao governo imperial para que acabasse com os abusos.

Flores passa por Salto e Paissandu e obtém algumas vitórias. Em 16 Set 1863, trava o combate de Las Piedras que, por não ter sido decisivo a seu favor, não lhe permitiu prosseguir para Montevidéu. Por isso, refluíu para o norte, continuando sua marcha pelos campos de seu país.

E assim, as relações entre o governo do Presidente Berro e o Gen Bartolomeu Mitre, Presidente da Argentina, deterioravam-se, partindo, principalmente, da amizade pública que Mitre dispensava a Flores.

Inúmeros incidentes ocorreram entre a Argentina e o Uruguai, culminando no rompimento das relações diplomáticas, em 1864.

Iriam também se refletir negativamente sobre o Brasil os acontecimentos políticos no Uruguai. Devido à falta de providências imediatas da parte do Império, os brasileiros ameaçados e atingidos pelas desordens dos orientais começaram a organizar verdadeiros grupos militares com tropas irregulares, no intuito de repelir os assaltos. Em 01 Mar 1864, por término de seu mandato, Bernardo Berro passou o governo ao Presidente do Senado, Athanasio de la Cruz Aguirre Aguado, inexistindo eleições em consequência da revolução chefiada por Venâncio Flores.

O governo imperial estava submetido a pressões do governo uruguai e de brasileiros residentes na fronteira. Afim de conseguir uma solução do governo oriental para as perseguições e choques ocorridos com brasileiros, enviou a Montevidéu, em Abr 1864, o Conselheiro e Deputado José Antônio Saraiva, um dos mais destacados homens públicos da época. A chamada “Missão Saraiva”, que lhe foi atribuída, era conseguir que a nação vizinha

garantissem os direitos e os interesses legítimos dos brasileiros, cerca de 40 mil, domiciliados no Uruguai.

Saraiva chegou em Montevidéu a 06 Mai, entregou suas credenciais a 12 e no dia 18 uma nota cortês, esperando com ela alcançar as satisfações que o nosso governo desejava. As negociações começaram amistosas, chegando-se à redação final de um protocolo pronto para receber assinaturas. Houve um acordo entre as partes, o restabelecimento da paz no Uruguai se impunha como condição preliminar para a solução das questões pendentes entre o Uruguai, o Brasil e a Argentina. Mas a tentativa de pacificação fracassou: houve intransigência de Aguirre, originada, ao que parece, pela esperança de intervenção paraguaia em favor de seu governo, promessa secreta àquela conjuntura. Em 03 Jul, de última hora, Aguirre procedeu alterações no documento o que inviabilizou a continuidade dos entendimentos.

Não obtendo solução amigável e cumprindo determinação imperial, Saraiva apresentou em 04 Ago 1864 um ultimato ao governo uruguai para que no prazo de seis dias desse uma resposta satisfatória. Montevidéu repeliu a exigência. Saraiva retirou-se para Buenos Aires em 11 Ago.

O Conselheiro transmitiu instruções ao Almirante Joaquim Marques Lisboa, Barão de Tamandaré, Comandante da força naval no rio da Prata, desde 16 Mai estacionada diante do porto de Montevidéu²⁶ e ao responsável pelas forças terrestres na fronteira para que procedessem a represálias e empregassem as medidas mais convenientes para a proteção dos brasileiros.

A 30 Ago, o governo uruguai rompeu relações com o Brasil, depois de haver devolvido o ultimato como documento que não poderia ficar nos arquivos da Nação. Saraiva regressou ao Rio em setembro.

As forças terrestres precisavam se concentrar e se aprestar para a intervenção. Até então, só se poderia lançar mão da esquadra de Tamandaré e das unidades mais próximas à fronteira. Os ministros militares despatcharam ordens a seus subordinados sobre a conduta nas operações. As instruções à Marinha e ao Exército determinavam um completo domínio nas águas uruguaias, entre Maldonado e Chuí, e que se protegesse o território do RS, ficando ECD de executar represálias em território uruguai e proteger os brasileiros domiciliados na República Oriental.

²⁶ Uma fragata, cinco corvetas, cinco canhoneiras e o vapor Recife (BIBLIEx, 1998, p. 141).

O Exército do Sul

Em Mar 1864 estavam no RS as seguintes unidades: 3º, 6º e 13º Batalhões de Infantaria; 2º, 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria e o 1º Regimento de Artilharia, totalizando 2.503 homens. Esse núcleo constituiria o Exército do Sul ou a Divisão de Observação, na fronteira com o Uruguai. Posteriormente, organizou-se um outro com forças capazes de operar em qualquer direção no interior do Uruguai. Em Jul 1864, o Brasil dispunha na fronteira dos seguintes meios:

- em Bagé: 4º, 6º e 12º Batalhões de Infantaria, 3º e 5º Regimentos de Cavalaria e 1º Regimento de Artilharia;
- Em Jaguarão: 13º Batalhão de Infantaria, 4º Regimento de Cavalaria e um destacamento do 3º Regimento;
- Em Sant'ana do Livramento: dois regimentos de cavalaria.

Estas unidades somavam um efetivo de 3.498 homens que acrescidos aos 2.149 da Guarda Nacional totalizavam 5.647. A 01 Dez 1864, quando as forças do Marechal-de-Campo João Propício Menna Barreto (JPMB) passaram a fronteira oriental, a composição era²⁷:

- a 1ª Divisão (Brigadeiro Manuel Luis Osorio), compreendendo a 1ª Bda de Cavalaria e as 2ª e 3ª de Infantaria;
- a 2ª Divisão (Brigadeiro José Luiz Menna Barreto, JLMB), compreendendo a 4ª, 5ª e 6ª Bda de Infantaria;
- o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo (Tenente-Coronel Emílio Luiz Mallet); e
- a Companhia de Transportes. E assim, o efetivo total atingia seis mil homens.

A Operação de Flores - Aliança de Tamandaré - Ação Conjunta

O Almirante Tamandaré, que estava no comando supremo das operações, procurou executar com presteza o plano de represálias aprovado pelo governo brasileiro. Não dispondo de forças terrestres pois houvera atraso nas preparações do Exército do Sul, tomou a

²⁷ Conforme LUPCHINSKI, Evandro Itamar; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha; FIGUEIREDO, Osorio Santana. 9º RCB - Regimento João Propício. Porto Alegre: Evangraf, 2016, p. 57.

iniciativa de coordenar suas ações com as de Venâncio Flores, isto é, destruir ou impedir que o exército blanco se deslocasse do norte para o sul do rio Negro. A bordo do vapor Jequitinhonha conferenciou com Flores, em 20 Out 1864, resultando o acordo reservado de Santa Lúcia.

Executando o previsto, Flores e Tamandaré começaram pelo ataque a Salto que capitulou a 28 Nov, depois de sitiada. Seguiram então, a 30, para Paissandu, por terra e por via fluvial respectivamente.

O exército de Aguirre retirara-se para o sul do rio Negro, sob o comando de General Juan Saa, de nacionalidade argentina. A 03 Dez Tamandaré e Flores iniciaram as operações contra Paissandu. Esta praça-forte era defendida por uma guarnição de 1.274 homens comandados pelo Coronel Leandro Gómez; contava com 15 peças de artilharia.

No dia 03 Dez, Tamandaré ordenou o ataque de artilharia naval. No dia seguinte, desembarcaram 400 homens e três peças de artilharia, continuando o combate. Juntaram-se a esse efetivo 160 homens a cavalo conduzidos pelo estancieiro brasileiro José Bonifácio Machado. O bombardeio à praça e ao sítio prosseguiram nos dias seguintes, sendo dominada uma elevação ao norte chamada Boa Vista, graças à audácia de um grupo de homens conduzidos pelo 1º Ten da Armada Antônio Carlos de Mariz e Barros. Como não havia meios de reposição e todos encontravam-se extenuados, Tamandaré suspendeu as operações no dia 8 e aguardou que as tropas de JPMB se aproximassesem.

A partir de 24 Dez começou a chegar parte da tropa brasileira. A 29, João Propício acampou com a tropa nas imediações de Paissandu.

As marchas de João Propício Menna Barreto

Em 25 Nov 1864, parte do Exército do Sul iniciou a marcha a partir de Piraí Grande, sob o comando de Osorio. Este primeiro escalão constava da 1ª Bda de Cavalaria e da 2ª de Inf, num total de 1.153 homens. Depois de acampar por dois dias seguiu para o Passo do Viola, aí aguardando JPMB. Na madrugada de 01 Dez o Exército prosseguiu, transpondo a fronteira pela manhã, ocasião em que JLMB assumiu o comando da 2ª Divisão. No dia 03, chegaram à região do arroio Hospital o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves e o Cel José Alves Valença, com as respectivas brigadas. De lá dirigiu-se a tropa para Cerros Brancos, acompanhada de cerca de 200 carretas com bagagens, víveres e artigos de

comércio. Na vanguarda, iam os Voluntários Sul Rio-Grandenses, de cavalaria, sob comando do Brigadeiro Antônio de Sousa Neto. A brigada do Cel Valença cobria a retaguarda.

Sabendo que Tamandaré o aguardava, JPMB acelerou a marcha, atingindo San Francisco a 29 Dez, léguas e meia (09 Km) distante de Paissandu. Naquele local, deixou a cavalaria com Osorio e seguiu com as duas brigadas de infantaria e a artilharia para a frente. Às 7 horas da manhã do mesmo dia acampava nas imediações da vila.

O segundo ataque a Paissandu

Em Paissandu, João Propício Menna Barreto conferenciou com Tamandaré e Flores. Combinaram o plano de ataque e o primeiro desdobrou sua tropa durante a noite de 30 para 31. Às 0200 h de 31, o inimigo empreendeu um golpe de mão contra as nossas baterias, mas foi repelido energeticamente. Às 4 horas os sitiados romperam o bombardeiro e, às 9 horas, desencadeava João Propício o ataque, avançando justapostas as brigadas de infantaria dos coronéis Carlos Resin e Antônio de Sampaio. Os soldados do Gen Flores investiram pelo flanco esquerdo, enquanto as tropas brasileiras atuariam pela direita e pela frente da povoação.

A luta foi intensa; o combate travou-se nas ruas da vila durante o dia 1º de janeiro, sendo justo destacar o denodo e a pertinácia com que se empenharam as tropas sitiadas. Ao meio-dia, algumas posições inimigas caíam em poder dos brasileiros; a luta prosseguiu por todo o dia e mesmo durante a noite. Na manhã seguinte, 02 Jan 1865, renderam-se as tropas uruguaias que estavam sob o comando do Coronel Leandro Gómez. Com a queda de Paissandu foram feitos 700 prisioneiros, dos quais 97 oficiais, e apreendidos mais de dois mil fuzis, grande quantidade de munição, várias bandeiras e sete peças de artilharia. Perderam os uruguaios 400 homens, entre mortos e feridos. As forças brasileiras tiveram mortos quatro oficiais e 75 soldados, e feridos 13 oficiais e 163 soldados; a Marinha teve um oficial e 10 marinheiros (e soldados) mortos, e feridos um oficial e 30 marinheiros e soldados.

Enquanto as forças vitoriosas em Paissandu deslocavam-se para Montevidéu, 1.500 orientais conduzidos pelo General Basílio Muñoz e pelo Coronel Timóteo Aparício, investiram contra a cidade gaúcha de Jaguarão em 27 Jan 1865, mas o ataque foi repelido por 400 guardas nacionais ao

comando do Cel Manuel Pereira Vargas, aos quais se vieram juntar voluntariamente alguns civis.

A Marcha contra Montevidéu

Com a tomada de Salto e Paissandu, as tropas brasileiras passavam a dominar grande região ao norte do rio Uruguai e de pontos importantes na margem esquerda, de onde seria fácil prosseguir para Montevidéu e desferir o golpe decisivo contra o adversário.

O governo brasileiro resolvia mandar ao rio da Prata um enviado especial, José Maria da Silva Paranhos, que chegou em Buenos Aires, escolhida como base operativa, a 02 Dez 1864. Nesta cidade, dirigiu nota ao corpo diplomático comunicando a beligerância do governo brasileiro contra o governo de Aguirre ao mesmo tempo que reconhecia a ação do General Venâncio Flores.

O avanço contra a capital foi ajustado entre Tamandaré, Flores e José Maria da Silva Paranhos.

A 17 Jan, seguiu JPMB por via fluvial para Santa Lúcia, depois de determinar a Osorio que viesse encontrá-lo nessa região. A 22, já estava em frente à Colônia do Sacramento, com 3.200 soldados de infantaria. Desta zona de reunião lançaram-se as tropas sobre Montevidéu, começando o sítio em fins de janeiro e cerrando o cerco no início de fevereiro.

Desfecho e consequências

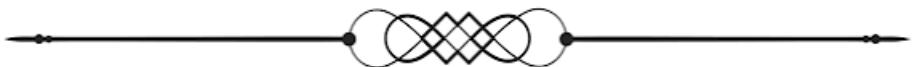
A 14 Fev, Aguirre entregou o poder, por término do seu mandato interino, a Tomás Villalba, Presidente do Senado, que assumiu a presidência da República Oriental e procurou a paz.

Cinco dias depois, em Vila da União, encontraram-se Flores e Paranhos, sendo assinado o tratado de paz que encerrava a guerra entre o Império do Brasil e a República da Banda Oriental.

Na mesma oportunidade, Tomás Villalba encarregou Manuel Herrera y Obes de negociar a paz com o Gen Flores, assinada em 20 Fev 1865. Nela se estabeleceu um governo provisório presidido por Flores. Marcam-se eleições imediatas, foram restituídas as propriedades confiscadas e

reconhecidas as reclamações brasileiras. O Exército Brasileiro não entrou em Montevidéu. A 01 Mar, JPMB recolheu-se ao RS²⁸.

Esta campanha serviu também como pretexto para que o Marechal Francisco Solano López, Presidente do Paraguai, invadisse o Brasil.



²⁸ Estava muito doente, tendo falecido dois anos depois, já com o título de Barão de São Gabriel.

Caderno de imagens

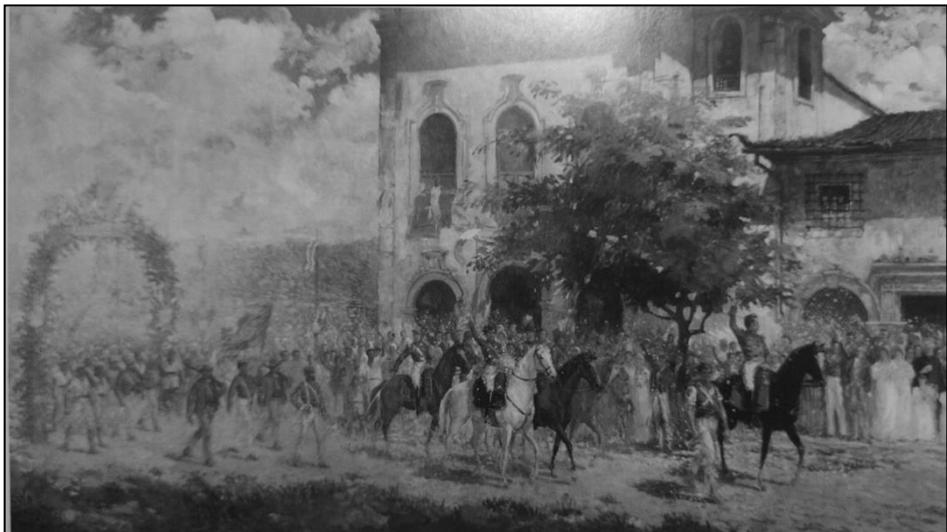
Fonte: O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro:

BIBLIE_x, 1998, volume 2.

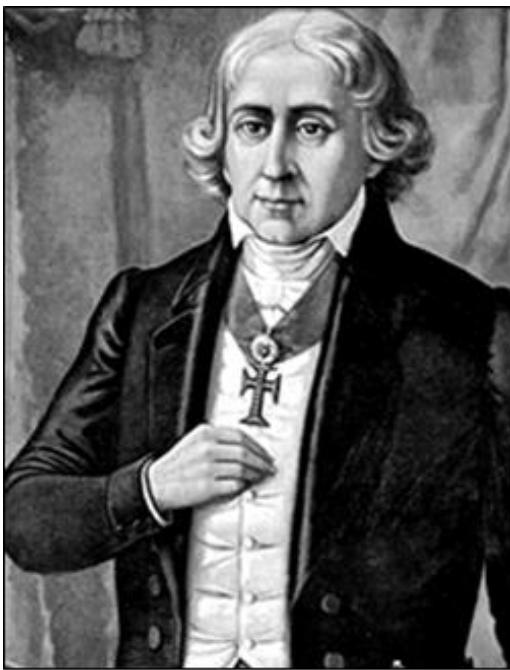
Nota: todas as imagens estão em preto e branco (escala de cinza) para não acarretar aumento do custo da obra.



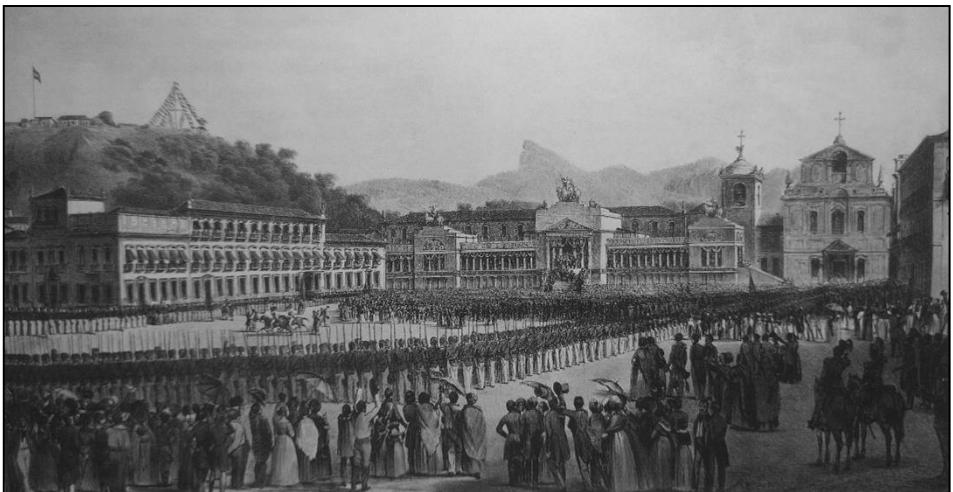
Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), combatente baiana na luta pela Independência do Brasil na Bahia; desde 1996, patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro; e, desde 2018, integra o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria no Panteão da Pátria e da Liberdade - Memorial Tancredo Neves em Brasília.



Salvador, BA, 02 Jul 1823. As tropas comandadas pelo Cel José Joaquim de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias, entram na capital saudadas pelo povo.



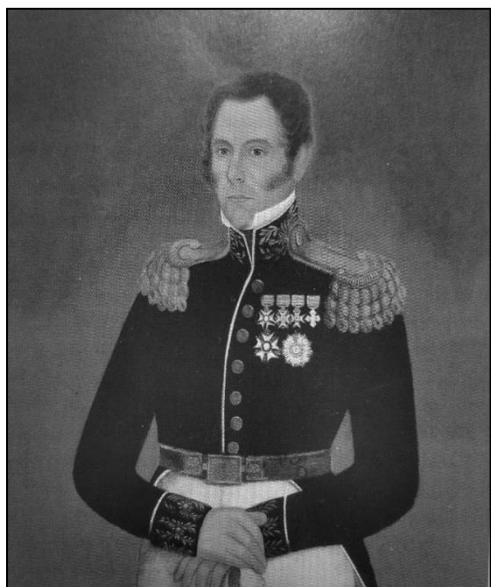
José Bonifácio de Andrade e Silva (1763 -1838) - o Patriarca da Independência, teve papel decisivo na Independência do Brasil. Naturalista (mineralogista) e poeta. Foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros (1822/1823). Proclamada a Independência, comandou uma política centralizadora e contribuiu na organização das ações militares contra os focos de resistência à separação de Portugal.



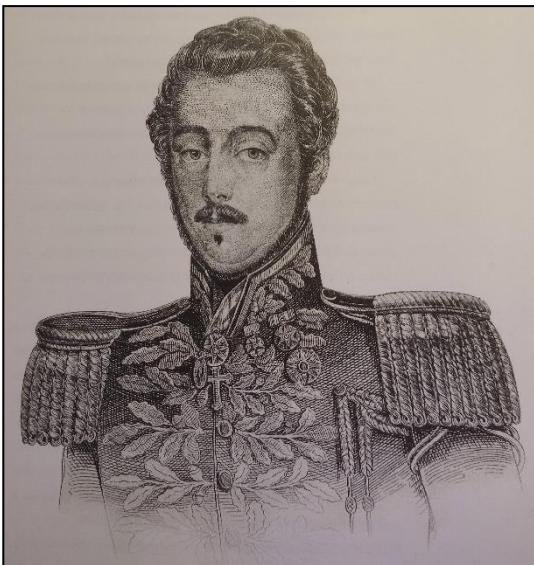
Rio, 23 Jul 1840. Após ser declarado maior de idade com 14 anos, Dom Pedro de Alcântara é saudado no Largo do Paço (hoje Praça XV de Novembro). Início do segundo reinado. A coroação como Dom Pedro II foi em 18 Jul 1841.



Rio de Janeiro, 07 Abr 1831 às 0200 h. Dom Pedro I entrega o documento de abdicação do trono brasileiro em favor de seu filho Dom Pedro de Alcântara ao Major Miguel Frias de Vasconcelos. Na mesma manhã, Dom Pedro embarca para Portugal com a esposa Dona Amélia e com a filha Dona Maria, deixando Dom Pedro de Alcântara no Brasil sob a tutoria de José Bonifácio de Andrada e Silva.



Bento Gonçalves da Silva (Triunfo, 1788- Pedras Brancas, 1847), General farroupilha. Lutou nas duas Campanhas contra Artigas e na Guerra da Cisplatina. Em 1829, foi nomeado Coronel de Estado-Maior por Dom Pedro I. Foi deputado provincial pelo RS.



Luiz Alves de Lima e Silva [Porto da Estrela (atual Caxias, RJ) - Valença, 1880]. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, Marechal do Exército, insigne Patrono do Exército Brasileiro. Nunca derrotado, foi vitorioso em cinco campanhas internas e em duas externas. Incluído no Exército com cinco anos de idade, era oriundo da Arma de Infantaria.

Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho (1806-1860) em trajes civis. Além de militar, foi político e jornalista. Em 1844 foi, ao mesmo tempo, ministro da Marinha e da Guerra do Brasil. É Patrono do 3º Batalhão de Polícia do Exército, Porto Alegre, RS.



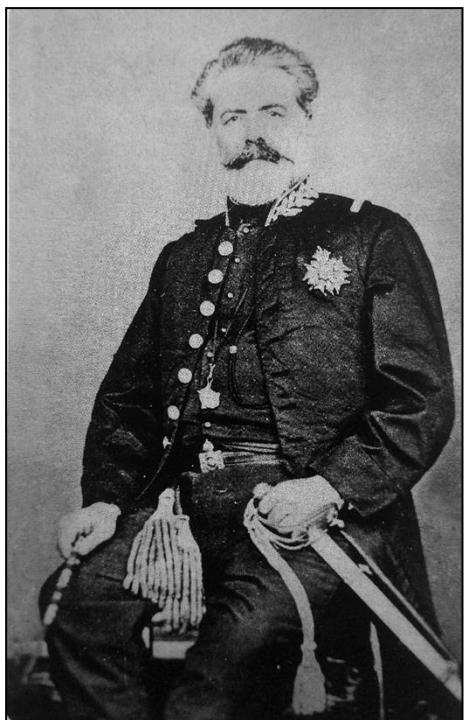


Dom Pedro II é aclamado no Rio pela sua indignação contra a Inglaterra em função da Questão Christie.

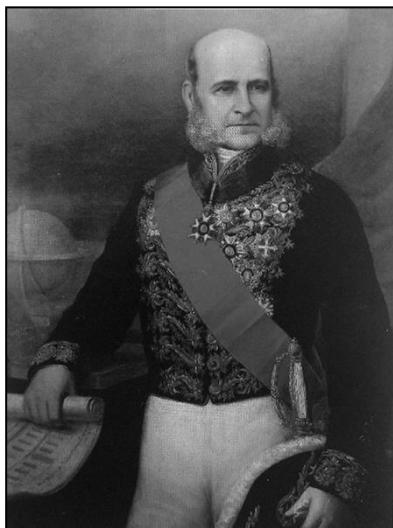


Tenente João Carlos de Vilagran Cabrita (1820-1866). Patrono da Arma de Engenharia do EB. Criador da primeira unidade de Engenharia do Exército, o 1º Batalhão de Engenharia, com o qual partiu para a Guerra do Paraguai. Morreu em Itapiru em 10 de abril de 1865. Foi promovido a Tenente-Coronel post-mortem.

Marechal Manuel Luis Osorio (1808-1879), Barão, Visconde e Marquês do Herval, Patrono da Arma de Cavalaria do EB. Galgou todos os postos e graduações desde que assentou praça. Consagrado como “O Legendário”, destacou-se em diversas campanhas, principalmente na Guerra contra Oribe e Rosas e na Guerra da Tríplice Aliança. Foi Ministro da Guerra. Faleceu no Rio de Janeiro em 04 de outubro de 1879. Está sepultado no Parque Osorio, na cidade de mesmo nome, RS.



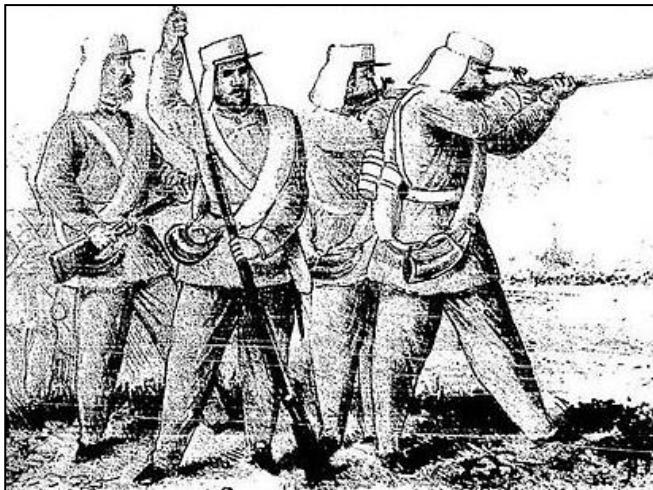
Carga do 2º RCLigeira sob o comando de Osorio na Batalha de Monte Caseros a 02 Fev 1852 (Fonte: História da 3ª RM, 1994, vol I, p. 239).



José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), Visconde do Rio Branco. Foi militar, estadista, diplomata e abolicionista. Foi Presidente do Conselho de Ministros do Império em 1871. Um dos maiores estadistas da época, destacou-se principalmente na área diplomática. Seu filho, o futuro Ministro das Relações Exteriores José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que seguiu os passos do pai, é o Patrono da Diplomacia Brasileira.



Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 01 Mai 1865 em Buenos Aires. Os signatários foram, da esquerda para a direita, na imagem: Venâncio Flores, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Bartolomeu Mitre.



**Uniforme das tropas brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança.
A aba à retaguarda da cobertura protegia do sol¹.**



**Combate naval do Riachuelo. A Marinha Brasileira foi comandada pelo
Almirante Barroso. A vitória anulou a armada paraguaia e retirou
de Lopez a entrada de suprimentos bélicos pelo Rio Paraguai.**

¹ Para o estudo acurado dos uniformes do EB consultar a obra de RODRIGUES, Wasth. Ministério da Guerra. Uniformes do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: MG, 1922.



Imagen da ZAç do conflito.

A Guerra do Paraguai foi travada ao longo da calha do Rio Paraguai.

PLANO DE CAMPANHA DE CAXIAS
APRESENTADO POR SOLICITAÇÃO DO MINISTRO DA GUERRA

SEGUNDO O MAJOR OSWALDO PEREIRA GOMES

FONTE: TASSO FRAGOSO, A HISTÓRIA

SÍNTSE DO PLANO:

- ① - ESFORÇO PRINCIPAL SOBRE HUMAITÁ PELO PASSO DA PÁTRIA
FINALIDADE: CONQUISTAR ASSUNÇÃO
- ② - AÇÃO SOBRE CONCEPCIÓN
FINALIDADE: DIVIDIR AS FORÇAS INIMIGAS
- ③ - AÇÃO SOBRE O RIO APA
FINALIDADE: EXPULSAR O INIMIGO DE MATO GROSSO
- ④ - AÇÃO SOBRE ITAPUA-HUMAITÁ
FINALIDADE: DIVIDIR AS FORÇAS INIMIGAS DE HUMAITÁ E PASSO DA PÁTRIA, DAR SÉGURO À ESFORÇO PRINCIPAL

EFETIVOS PREVISTOS

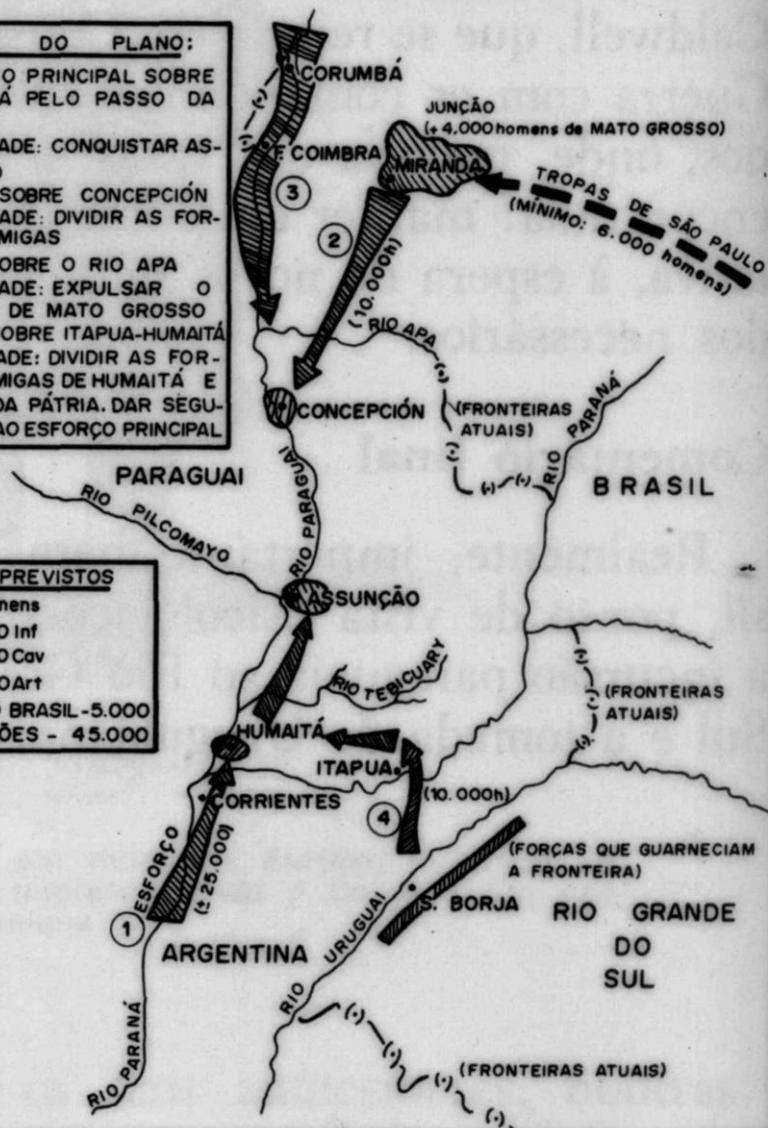
50.000 homens

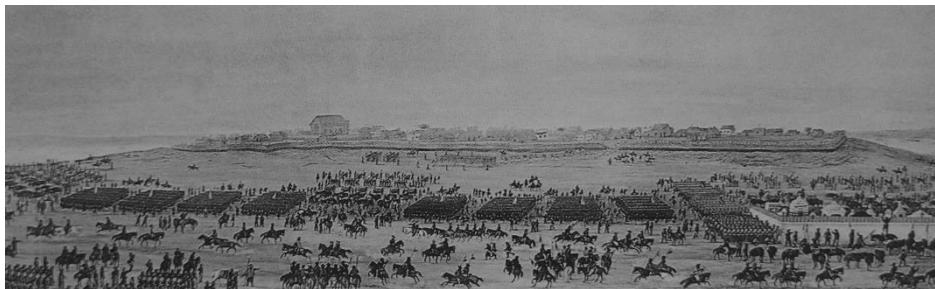
— 35.000 Inf

— 10.000 Cav

— 5.000 Art

RESERVA NO BRASIL - 5.000
EM OPERAÇÕES - 45.000





Uruguaiana, RS, 18 Set 1865. Rendição das tropas paraguaias comandadas por Antonio de La Cruz Estigarribia. O Imperador Dom Pedro II estava presente.



Hospital de sangue brasileiro instalado no Passo da Pátria, Paraguai.



Emílio Luís Mallet - Barão de Itapevi - Patrono da Artilharia Brasileira, cercado por seus filhos João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Pedro Félix de Medeiros Mallet e Antônio Julio de Medeiros Mallet no acampamento de Tuiu-Cuê na Guerra do Paraguai.



Brigadeiro Antônio de Sampaio (1810-1866) - Patrono da Infantaria Brasileira, herói da Guerra do Paraguai. Ferido em ação na Batalha de Tuiuti (24 Mai 1866) no dia de seu 56º aniversário, faleceu quando evacuado em 06 Jul. Foi sepultado em Buenos Aires em 08 Jul. Repatriado em 1869, seus restos mortais estão no Panteão em frente ao QG do Comando da 10ª RM em Fortaleza, CE, desde 24 Mai 1996.



Batalha do Avaí, 11 Dez 1868, em pintura de Pedro Américo de Figueiredo e Melo. À esquerda, montado em cavalo branco (tordilho): Caxias; à direita, de poncho: Osorio, que foi ferido no maxilar.



Quartel-General do Exército no Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro, atual Praça da República ao final do século XIX.

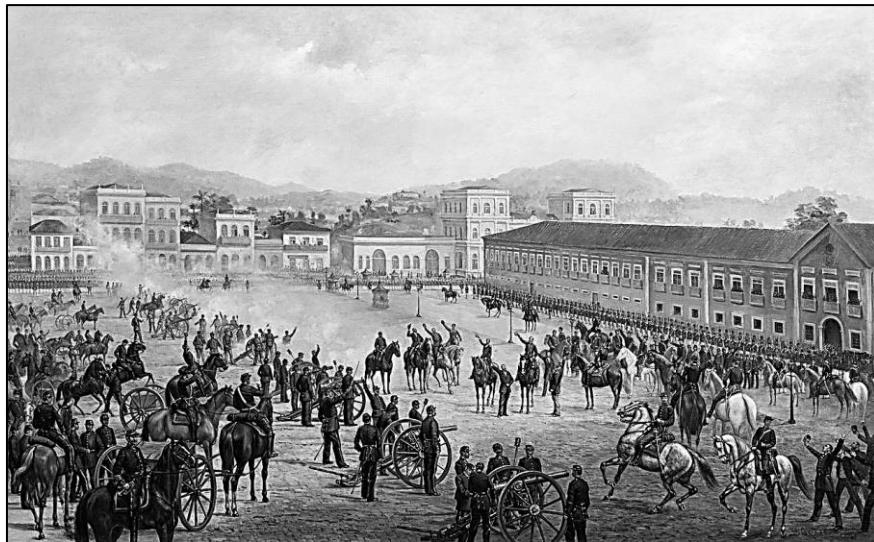


Imagen (em preto e branco) da Proclamação da República pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca em 15 Nov 1889 no Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro. Fonte: óleo sobre tela de Benedito Calixto (1853-1927). Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.



O Marechal Manuel Deodoro da Fonseca na época da Proclamação da República.



Dom Pedro II (1825-1891), o Magnânimo, segundo e último monarca do Império do Brasil. Reinou durante 58 anos sempre demonstrando forte senso do dever e devoção ao seu país e a seu povo. Projeteu o Brasil na área internacional e conferiu dignidade ao país. Faleceu em Paris a 05 Dez 1891.

Capítulo VIII

A Guerra da
Tríplice Aliança

(Guerra do Paraguai)

A Guerra da Tríplice Aliança (GTA I) - Fatores e Causas

Ao iniciar o estudo da maior guerra da América do Sul, a segunda em importância no continente americano, que opôs brasileiros, argentinos e uruguaios aos paraguaios, é preciso descrever preliminarmente os mais importantes fatores e causas que a determinaram.

Fatores fisiográficos

- Posição - Como Província do Vice-Reinado do Prata, no período colonial, e como Estado independente depois de 1811, o Paraguai permaneceu como país mediterrâneo, cujo acesso ao mar se limitava, basicamente, à via fluvial do Prata: as vias terrestres dependiam de travessias pelos territórios de vizinhos.
- Hidrografia - A bacia do Prata, constituída pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, oferecia, sob o ponto de vista da naveabilidade, as seguintes características:
 - a) O estuário do rio, apesar da grandiosidade aparente, tinha a navegação circunscrita a poucos canais.
 - b) A ilha de Martin Garcia, perto da qual passava o principal canal navegável que dava acesso ao interior do continente e a Buenos Aires, assumia importância capital para a vida dos povos dependentes dos rios da Prata e Paraná.
 - c) Os rios Paraná e Paraguai, permitindo franca navegação até o centro do continente, constituíam a melhor via de acesso do sul para o norte do Paraguai, para a região setentrional da Argentina e para Mato Grosso.
- Solo, clima e vegetação - Nas Províncias argentinas de Buenos Aires, Entre Ríos e Corrientes, no Uruguai, na campanha gaúcha e no sul de Mato Grosso, o solo, o clima e a vegetação favoreceram o desenvolvimento da criação de gado. No Paraguai havia uma certa diversificação na produção agropecuária, o que ensejava uma relativa auto-suficiência.

Fatores psicossociais

- Paraguai - O país julgava-se espoliado em seu patrimônio territorial, por ter sido centro irradiador da colonização espanhola, nas bacias dos rios Paraguai e Paraná, nos primórdios da ocupação do continente. Naquela

época tinha sob sua jurisdição territórios que posteriormente pertenceriam ao Brasil, à Bolívia e à Argentina. O ressentimento era mais profundo com relação ao Brasil, em virtude da ação dos bandeirantes no ataque e destruição das missões jesuíticas paraguaiaias, no sul de Mato Grosso e no Paraná.

Como consequências principais desses antecedentes na formação paraguaia e na psicologia do povo, podem ser citadas:

- a) Desconfiança quanto aos propósitos de seus maiores vizinhos - Brasil e Argentina;
- b) Permanente aspiração de recuperar os territórios; e
- c) Exagerada sensibilidade ante o que pudesse afetar a sua soberania.

Os hábitos de submissão do povo paraguaio ao governo espanhol e aos jesuítas, a falta de educação política, o atraso educacional decorrente do isolacionismo e a ausência de líderes dirigentes, propiciaram o aparecimento do tipo do caudilho, senhor absoluto, personificado sucessivamente em três ditaduras: José Gaspar Rodríguez de Francia (1814/40), Carlos Antonio López (1844/62) e Francisco Solano López (1862/70).

- Argentina - Constituía a parte mais importante do Vice-Reinado do Prata, no período colonial, e fora pioneira e líder do movimento de independência nesta parte do continente, gozando das vantagens da posição para os contatos com os meios mais civilizados do exterior.

Uma das profundas aspirações de grande parte do povo argentino, bem caracterizada pela política de Rosas, era a reconstrução do antigo Vice-Reinado ou, pelo menos, a reconquista de uma posição hegemônica dentro dos antigos limites. Outra aspiração era incorporar ao domínio argentino, por ocasião da solução diplomática das questões de limites com os países vizinhos, o máximo possível de territórios anteriormente seus, entre eles o Chaco e as Missões, aos quais o Paraguai se julgava também com direito. Em antagonismo às pretensões expansionistas, persistia a tendência liberalista, presente desde os primeiros anos de sua vida de país independente.

- Uruguai - Tendo conseguido a independência pela Convenção Preliminar da Paz em 1828, em que eram intervenientes Brasil e Argentina, viu-se logo palco de lutas internas entre caudilhos. A instabilidade política caracterizou o período compreendido entre 1828 e a eclosão da guerra contra o Paraguai.

Duas tendências eram nítidas no panorama político do Uruguai: uma era representada pelo partido colorado e a outra pelo partido blanco, este identificado com as correntes antiliberais e antibrasileiras no Prata.

- Brasil - Ao ficar independente, viu-se de posse da maior extensão territorial do continente obtida a oeste da linha do Tratado de Tordesilhas (1494), graças às bandeiras, à colonização e aos feitos militares. Estas conquistas foram reconhecidas pelos tratados de 1750 (Madri) e 1777 (Santo Ildefonso), consagrando o princípio da ocupação efetiva do “uti possidetis”. Cerca de um século após o último desses tratados, nenhum ressentimento das lutas passadas deveria dificultar as relações com os vizinhos, particularmente com o Paraguai. Infelizmente, a grandeza territorial do Brasil, embora resultasse de um esforço bem anterior às independências nacionais dos países de fala hispânica, era neles encarada como resultado de espoliações sucessivas sobre territórios vizinhos. Para muitos platinos, o Brasil, como Portugal, era imperialista, e as intervenções brasileiras no Prata, notamment em 1851/52, embora sem nenhum intuito de anexar territórios, representavam manifestações desse imperialismo.

A evolução política após a Independência conduziu o país, depois de 1847¹, à estabilidade e à paz, contrastando com a permanente desordem dos países platinos. Esta situação proporcionou ao Brasil uma certa coesão interna, possibilitando-lhe atuar no Prata como força de equilíbrio de antagonismos manifestos desde o ano da independência - 1810.

A forma de governo monárquico, desde 1822, um dos fatores da coesão interna, era, segundo alguns líderes platinos, uma diferenciação perigosa para as boas relações entre os países sul-americanos. As características liberais da nossa formação política, depois da independência, constituíam motivos de antipatia da parte de alguns caudilhos, em particular dos dois López.

Fatores políticos

- Questões de fronteiras e navegação - A independência dos países sul-americanos ampliou as áreas de atrito nas questões de fronteiras. Antes da Independência, a rigor, essas divergências só existiam entre o Brasil e o Vice-Reinado do Prata, ou melhor, entre Portugal e Espanha. Depois essas áreas se ampliaram, diversificando-se. O Brasil passou a se confrontar, na bacia do Prata, com o Paraguai, o Uruguai e a Argentina.

O Paraguai e a Argentina tinham problemas de fronteiras no Chaco e nas Missões. Na questão de fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, este se

¹ Ano em que o Império criou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, tornando o país uma monarquia parlamentarista (20 de julho) (Giorgis, 2007, p. 54).

apegava ao argumento do expansionismo ou imperialismo brasileiro; para o Brasil, era preocupação dominante encontrar uma solução para o conflito numa região de difícil acesso, como o sul de Mato Grosso.

Diplomaticamente, o desentendimento prendia-se à interpretação da letra do tratado de Santo Ildefonso (1777), arrastando-se desde 1844 e ainda sem solução em 1864. O Brasil firmava sua pretensão na linha rio Apa/rio Iguatemi, enquanto o Paraguai desejava a linha rio Branco/rio Ivinheima.

Prevalecendo-se do fato de que necessitávamos da livre navegação no rio Paraguai, que era o acesso mais fácil ao Mato Grosso, o governo de Assunção adiava a solução do problema de fronteiras, esperando resolvê-lo mais de acordo com seus interesses.

- Instabilidade política do Uruguai - A instabilidade política interna e as divergências e confrontos entre blancos e colorados levaram intranquilidade às nossas fronteiras, em decorrência de roubos, assassinatos e toda a sorte de desmandos praticados pelos blancos contra brasileiros na faixa de fronteira. A fim de buscar uma solução para o problema enviou-se uma missão diplomática ao Uruguai, chefiada pelo Conselheiro José Antônio Saraiva.

Não tendo sido possível resolver por meios diplomáticos a questão, entregou o representante do Brasil ao Presidente Atanásio Aguirre, em 08 Ago 1864, um ultimato contendo o anúncio de represálias que seriam adotadas caso não fossem atendidas as reclamações do Império.

Utilizando como pretexto as condições apresentadas por Saraiva, Solano López enviou, a 30 de agosto, ameaçadora nota de protesto ao Brasil, por meio do Ministro residente em Assunção, César Sauvan Viana de Lima, na qual declarava considerar atentatória ao equilíbrio dos Estados do Prata qualquer ocupação do território uruguai por forças imperiais, pelos motivos consignados nas exigências.

Fatores econômicos

- Paraguai - Para isolar o país da influência do caudilhismo das Províncias platinas vizinhas, José Francia fechou praticamente as fronteiras do Paraguai ao comércio internacional, adotando uma política de auto-suficiência econômica. Nos governos de Carlos Antonio Lopez e do filho Solano Lopez, o país evoluiu para uma participação mais ativa no comércio internacional, procurando mesmo constituir uma frota comercial. A estrutura

econômica doméstica passou a apresentar alterações. Não obstante, a situação financeira era razoavelmente boa; o país dispunha de meios para melhor se armar e subvencionar agentes de informações no Prata. O comércio do Paraguai fazia-se pelo porto de Buenos Aires.

- Brasil - A economia agropecuária à base do braço escravo atravessava fase de estabilidade. O aproveitamento das terras do sul de Mato Grosso pelos criadores de gado estimulava as ambições territoriais paraguaias.

Fatores militares

Considerando imperioso afirmar a independência perante a Argentina e defender seu território contra os caudilhos platinos, tratou o Paraguai de organizar o seu exército, a partir de 1811, no governo de Francia. A desconfiança ante os vizinhos e a crença na inevitabilidade da guerra como meio de resolver as questões fronteiras pendentes, fizeram-no aumentar e melhorar as forças terrestres. O Brasil, mediante contrato, contribuiu com material de artilharia e com instrutores.

No limiar da guerra (1864) dispunha o país de 60 mil homens em armas. Além da oficialidade instruída durante alguns anos por oficiais brasileiros, contava o Exército paraguaio com técnicos estrangeiros. Produzia em seu próprio território canhões em ferro fundido e de bronze, pólvora e projéteis de diferentes calibres. Não contava com indústria naval e no início das hostilidades dispunha de pequena esquadra: 18 vapores, entre os quais o brasileiro Marquês de Olinda, aprisionado em 12 Nov 1864, duas escunas a vela, três patachos a vela e três lanchões.

- Brasil - Em Mar 1864 o Exército brasileiro contava com 18.320 homens. O recrutamento para a prestação do serviço militar era rudimentar. Na seleção de pessoal os padrões eram baixos. A oficialidade, nas diversas armas e nos corpos especiais, no entanto, apresentava padrões de eficiência muito bons, particularmente a que se formara nas escolas militares e a que participara das campanhas contra Oribe e Rosas.

Grande parte do Exército achava-se distribuída ao longo da fronteira com o Uruguai, principalmente na região de Bagé, com o nome de Exército do Sul, Divisão de Observação ou Exército do Rio Grande do Sul. As demais unidades guarneciam diferentes pontos do vasto território do Império, particularmente a Corte e as capitais das Províncias. Além do Exército ativo ou de linha havia a Guarda Nacional.

Ao avaliar a força militar do Brasil, o Paraguai subestimou a possibilidade de o país colocar em pé de guerra, enquadrar e equipar efetivos ponderáveis. Além disso, López não acreditava no valor combativo do Exército brasileiro.

Em fins de 1864, a força naval do Império compreendia 42 navios armados, dos quais 29 a vapor e 13 a vela. Mas nem todos podiam ser empregados em ação militar fluvial. Já estava em construção em Toulon, França, um navio encouraçado, e cuidava-se da aquisição de embarcações de transporte. Havia uma incipiente indústria naval que poderia ser dinamizada.

- Argentina - Ao deflagrar a guerra, possuía um Exército de linha e algumas unidades da Guarda Nacional em serviço ativo, totalizando 575 oficiais e 7.391 praças. A Marinha era constituída basicamente de quatro vapores armados, duas goletas, um vapor desarmado e algumas embarcações arrendadas.
- Uruguai - Eram pequenas suas forças militares e atravessavam um período de crise resultante do movimento revolucionário de Venâncio Flores. A Guarda Nacional fornecia os contingentes, em emergências. A Marinha possuía um único navio suscetível de ser considerado de guerra, o Villa del Salto, que foi incendiado pela sua guarnição no início das hostilidades contra o governo de Atanásio Aguirre.

Conclusões

O Brasil era o país potencialmente mais forte. As possibilidades militares brasileiras eram ignoradas ou subestimadas pelos seus vizinhos, chegando os militares paraguaios ao extremo de negar o nosso valor combativo.

Mas o Paraguai contava com Exército mobilizado e aguerrido, bem superior às forças brasileiras na bacia do Prata, mesmo acrescidas das argentinas e das uruguaias.

A presença de uma grande-unidade, o Exército do Sul, na fronteira do Rio Grande, e de uma apreciável força naval no Prata corrigiam, em parte, as deficiências da situação geográfica do Brasil, em relação à possibilidade de conflito armado nos Estados platinos.

A Esquadra do Império, sob o comando do Almirante Joaquim Marques Lisboa - Barão de Tamandaré, assegurava equilíbrio de forças navais entre o Brasil e o Paraguai até a confluência dos rios Paraná e Paraguai, e

no rio Uruguai até a altura da localidade de Salto, que eram considerados os pontos limites de operação dos navios brasileiros.

As causas da Guerra

As causas remotas da guerra tinham fundamento nos primórdios da colonização da América espanhola e portuguesa e mesmo na rivalidade entre as potências ibéricas. Podem ser mencionadas:

- a) Antagonismo econômico e político entre Assunção e Buenos Aires, resultante da rivalidade antiga entre os dois núcleos coloniais e das lutas pela autonomia.
- b) Antagonismo social consequente à educação jesuítica, disciplinadora dos indígenas guaranis, permitindo o regime de poder absoluto no Paraguai, em contraposição às tendências liberais que se desenvolviam no Brasil, na Argentina e no Uruguai.
- c) Fatalismo da posição geográfica do Paraguai, que criou extensa fronteira terrestre sem ligação com o mar, agravada pela tradição missionária que criou direito histórico paraguaio a grandes porções de terra em poder da Argentina e do Brasil.
- d) Antagonismo hispano-português trasladado para a América do Sul, reativado no choque entre bandeirantes e jesuítas e exacerbado na desconfiança dos desígnios imperialistas da monarquia brasileira.

Entre as causas imediatas destacaram-se:

- a) Problemas de fronteiras do Brasil e da Argentina com o Paraguai.
- b) Divergências quanto à livre navegação dos rios, usada como meio de influência nas negociações diplomáticas pelo Paraguai e de crescente valor em atividades econômicas, sociais e políticas dos formadores da bacia do Prata.
- c) Crescente poderio militar do Paraguai e sua estabilidade política.
- d) Ideias de Solano López de constituir na América do Sul um grande Estado paraguaio, reconstituindo a antiga infra-estrutura jesuítica na área².
- e) A política exterior do Império, que pretendia evitar que se estabelecesse no seu flanco um poderoso Estado capaz de pôr em risco a sua segurança.

O pretexto direto da guerra foi a invasão do Uruguai pelo Brasil em 1864. O aprisionamento pelos paraguaios do navio Marquês de Olinda,

² É possível que o pensamento imperialista de Lopez tenha se desenvolvido como parte de sua educação. Não há dúvida, porém, que tomou corpo durante a sua estada na França entre 1853/54, quando pode apreciar o desenvolvimento industrial e bélico francês sob o governo de Napoleão III. Neste período, amasiou-se com a irlandesa Elisa Alycia Linch, que o acompanhou.

causou o rompimento das relações diplomáticas e deu início à guerra. Se seguiram-se as invasões do Mato Grosso (Dez 1864) e RS (Jun 1865).

GTA II - O plano de López

As tendências hegemônicas de Solano López para a constituição de um Grão-Paraguai com a incorporação do Uruguai, Entre Ríos, Corrientes, RS e parte meridional de Mato Grosso, levaram o governante paraguaio a romper as hostilidades, desprezando a cooperação dos blancos uruguaios. As bases de seu plano eram as seguintes:

- a) Emprestar à guerra contra o Brasil o caráter de uma cruzada contra a única instituição monárquica na América do Sul, a fim de atrair a simpatia das nações hispano-sul-americanas, todas republicanas.
- b) Levantar as populações de Entre Ríos e Corrientes, explorando os antigos ressentimentos contra o governo de Buenos Aires e destruir as forças inimigas entre os rios Paraná e Uruguai, estabelecendo governos aliados em Entre Ríos, Corrientes e no Uruguai.
- c) Assegurar a posse de uma base avançada na Argentina ou no mínimo de uma cobertura no lado sul para poder voltar-se contra o Brasil, operando na direção geral de Porto Alegre para decidir a guerra.
- d) Realizar uma ação preliminar em Mato Grosso para destruir os efetivos brasileiros lá existentes, ocupar o território contestado e recolher os recursos disponíveis, obtendo segurança face ao norte.

O primeiro passo rumo à guerra

Em 30 Out 1864, o navio Marquês de Olinda saiu de Buenos Aires conduzindo o Presidente da Província de Mato Grosso, Cel. Fredeérico Carneiro de Campos. Ao anoitecer de 10 Nov, chegou a Humaitá, onde autoridades paraguaias contestaram seu direito de seguir rio acima; autorizado a prosseguir, fundeu nas proximidades do porto de Assunção. Os passageiros e o pessoal de bordo estavam preocupados. O quadro era de tensão. O vapor prosseguiu e os ocupantes já estavam mais tranquilos quando apareceu, no fim do longo Estirón del Potrero, a silhueta de uma grande embarcação sulcando o rio a toda força. Uma bandeira paraguaia flutuava à ré e apesar do escuro da noite reconheceu-se o Tacuari, da esquadra paraguaia. Ouviu-se um tiro - era uma intimação para parar e o primeiro disparo de guerra. Era 12 1900 Nov 1864.

O Marquês de Olinda foi escoltado de volta a Assunção e considerado, com todo seu carregamento, seus passageiros e tripulantes, como presa de guerra. O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Berges, emitiu uma nota pela qual o Ministro brasileiro em Assunção tomou conhecimento do rompimento das relações diplomáticas.

Cabe aqui um pequeno retrospecto. A 16 Out 1864 deu-se a invasão do Uruguai, com atuação de tropas brasileiras sobre Melo. Sabe-se pela nota de 30 Ago 1864 do governo brasileiro, que López considerava esta invasão “casus belli”, motivo para guerra. O conteúdo da nota era reafirmado em outras expedidas a 3 e a 14 de setembro do mesmo ano. Até hoje não se explicou direito por que, numa situação de tensão internacional, o governo imperial deixou um navio mercante subir o rio Uruguai conduzindo como passageiro o Presidente nomeado da Província de Mato Grosso. Não era um risco excessivo? Parece que o Império, imprudentemente, não acreditava que López concretizasse suas ameaças, mesmo porque o seu representante não cumprira, após a ação brasileira contra Melo, o dever de solicitar ao nosso Ministro das Relações Exteriores o seu passaporte, interrompendo as relações diplomáticas e comerciais com o Brasil. E por que decidira López aprisionar o nosso vapor depois de liberá-lo para prosseguir viagem?

O General Juan Crisóstomo Centurión, do Paraguai, em Reminiscências Históricas, diz ter sido o Dr. José Vasques Sagastume, Ministro uruguai, quem sugeriu ao ditador a tomada do Marquês de Olinda, e que López, em Cerro Léon, hesitou muito em tomar esta medida. Consta também que o Capitão-de-Fragata Pedro Ignácio Meza, comandante da frota paraguaia, dizia que o Marquês de Olinda, um bom navio, aumentaria a esquadra nacional, além de supor que levava como carga para Mato Grosso determinada quantidade de armamento, fato noticiado nos jornais do Rio de Janeiro. O vapor pertencia a uma firma particular.

César Sauvan Viana de Lima protestou contra a violência do governo paraguaio, em nota datada de 14 de novembro, solicitando os seus passaportes. Somente a 29 conseguiu deixar Assunção, graças à interferência do Ministro dos Estados Unidos, Charles Washburn.

As origens do tratado

A pesar dos desentendimentos entre Solano López e o Gen Bartolomeu Mitre, Presidente da Argentina, com referência às questões de fronteiras e à situação no Uruguai, decorrente da revolução de

Flores, a Argentina vinha procurando manter estrita neutralidade na disputa entre Brasil e Paraguai. A atitude da Argentina privava o Brasil do uso do melhor e mais curto caminho para revidar um ataque paraguaio, ou seja, a utilização do eixo que do RS levava ao médio Paraná, passando pelas Províncias de Corrientes e/ou Missões. Embora Mitre não estivesse disposto a ceder, lembrou-se nosso Ministro em Buenos Aires, Dr. José Felipe Pereira Leal, de apresentar-lhe a hipótese de violação do território argentino pelas tropas paraguaiaias, em caso de tentativa de invadir o Brasil. Este argumento revelava o espírito de previsão de nossa diplomacia e a segurança com que eram tratados os negócios do Brasil. As conversações do nosso representante com o Ministro do Exterior argentino, Rufino Elizalde, ficaram registradas num projeto de protocolo "para o caso de o Paraguai violar o território argentino".

Caso isto viesse a ocorrer, o governo argentino "se prestaria com a melhor boa-vontade a combinar a sua ação defensiva ou ofensiva" com o Brasil. Segundo o Gen Tasso Fragoso (vol. 2, p. 15), esse documento "é o verdadeiro germe do tratado da Tríplice Aliança".

Em nota dirigida ao Paraguai, em resposta ao pedido de López, datado de 14 Jan 1865, para transitar pelo território correntino forças destinadas a operar contra o Brasil, a Argentina esclareceu que não permitiria o trânsito nem ao Paraguai nem ao Brasil. Irritado com a resposta, López reuniu o Congresso e obteve uma declaração de guerra contra a Argentina (18 Mar 1865). Protelou, todavia, a publicação do documento até o dia 29, a fim de completar os preparativos da invasão.

A 13 Abr uma esquadilha paraguaia composta de cinco vapores de guerra acercou-se da cidade de Corrientes e capturou dois vapores de guerra argentinos. Em 14 Abr, desembarcou o primeiro escalão do Exército Expedicionário do Sul, comandado pelo Gen Venceslau Robles. Manuel Lagraña, Governador da Província, sem recursos para enfrentar a invasão, retirou-se para o Sul. Robles apossou-se da cidade sem resistência. O governo argentino declarou estado-de-sítio, mobilizou a Guarda Nacional e providenciou para "responder a guerra com a guerra".

A 10 Mai 1865, após rápidas e eficientes gestões diplomáticas do enviado brasileiro a Buenos Aires, Dr. Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que se apresentou no mesmo dia em que Corrientes caía em mãos paraguaiaias, concluiu-se um tratado entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, que já tinham interesses comuns contra o governo paraguaio.

O Tratado da Tríplice Aliança

Em síntese, o tratado atinha-se a problemas militares e políticos, à questão do comando supremo e também a problemas econômicos.

1. Quanto aos objetivos militares, decidiu-se:

- a) afastar Solano López do governo paraguaio, aliando-se os três países, ofensiva e defensivamente, inclusive para obrigar o adversário ao cumprimento do que fosse entre eles ajustado em decorrência da guerra; e
- b) demolir as fortificações de Humaitá e proibir a construção de outra que pudesse impedir a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná.

2. Quanto aos objetivos políticos:

- a) eliminar a ameaça que Solano López representava para a paz, segurança e prosperidade dos três aliados;
- b) permitir ao povo paraguaio escolher o governo que lhe aprouvesse, desde que não fosse lopista;
- c) proporcionar igualdade de tratamento entre o Paraguai e as nações aliadas; e
- d) definir os limites do Paraguai com o Brasil e com a Argentina.

3. Quanto ao comando supremo:

- a) seria exercido pelo Presidente da Argentina (à época o Gen Bartolomeu Mitre) no TO, incluindo a Argentina e o território do Paraguai limítrofe a ela, instituindo-se o princípio de reciprocidade para o comando-em-chefe, caso as operações se desenrolassem em território brasileiro ou oriental.
- b) as forças navais dos aliados ficariam sob o comando do comandante-em-chefe da Esquadra Imperial.

4. Quanto aos aspectos econômicos:

- a) haveria concurso dos meios disponíveis terrestres e fluviais dos três países;
- b) as despesas com o pagamento de pessoal, os meios de subsistência e o material de cada Exército correriam à conta do respectivo país;
- c) exigir-se-ia o pagamento de reparações e indenizações de guerra por parte do Paraguai aos três países signatários do tratado;
- d) haveria divisão das presas de guerra entre os aliados responsáveis pela captura; e
- e) seriam eliminadas as taxas de qualquer espécie para a navegação pelos rios Paraguai e Paraná, em território paraguaio.

É importante registrar que o Tratado deveria ser conservado secreto (artigo 18) até que se alcançassem os objetivos da Aliança.

GTA III - A Campanha do Mato Grosso - Situação da Província

Presidia a Província de Mato Grosso o Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho e era Comandante das Armas o Cel Carlos Augusto de Oliveira.

No relatório de 1864 do Ministério da Guerra estavam relacionadas as unidades do Exército localizadas na região: um batalhão de caçadores, um corpo de cavalaria, um batalhão de artilharia e uma companhia de artífices; eram 851 homens, incluindo 81 oficiais, distribuídos pelos cinco distritos militares existentes:

- Distrito Militar do Baixo Paraguai:

- Corumbá: seis homens, sendo dois do 2º Corpo de Artilharia, um do Corpo de Cavalaria e um do Batalhão de Caçadores;
- Coimbra: 46 homens, sendo 43 do Corpo de Art de Mato Grosso;
- Albuquerque: 41 homens do Corpo de Artilharia; e
- Taquari: 15 homens do Corpo de Artilharia.

- Distrito de Vila Miranda:

- Nioaque: quatro homens, sendo dois do Corpo de Artilharia;
- Colônia de Dourados: 18 homens, sendo 12 do Corpo de Cavalaria, cinco do 20º Corpo de Artilharia e um do Batalhão de Saúde; e
- Colônia de Miranda: 11 homens, sendo sete do Corpo de Cavalaria, oito do Batalhão de Caçadores e um artífice.

- Distrito Militar da Cidade de Cuiabá:

Contava com o grosso das tropas da Província: 143 homens distribuídos por vários destacamentos.

- Distrito de Vila Maria:

Possuía também destacamentos; o efetivo era menos que metade do efetivo do Batalhão de Caçadores - 58 homens, acrescidos de um do serviço de saúde, um religioso e um artífice.

- Distrito Militar da cidade de Mato Grosso:

Reunia a maioria dos meios do Batalhão de Caçadores: 71 homens.

Quanto à força naval, sob o comando do Capitão-de-Fragata Augusto César de Castro Meneses, compunha-se dos navios Anhambá, Cuiabá, Corumbá, Alfa, Jauru e Paraná. Seu poder de combate era praticamente nulo, sendo mais um grupamento de unidade de transporte do que uma flotilha de combate. Somente o navio Anhambá estava artilhado com duas peças.

As obras de defesa

Em matéria de obras de defesa, só havia o Forte de Coimbra, à margem direita do rio Paraguai. O Barão do Rio Branco (Efemérides) descreveu a fortificação nos seguintes termos:

"Coimbra é dominada por duas eminências a cavaleiro, uma à margem direita, pela retaguarda das fortificações, e outra à margem esquerda, pela sua frente. Esta última é conhecida pela denominação de Morro Grande ou da Marinha e havia sido fortificada ligeiramente pelo Chefe-de-Esquadra Leverger quando em 1855 estivemos a ponto de romper com o Paraguai. O Forte que era de figura irregular, estava assentado na base da íngreme montanha da direita, de sorte que apenas as baterias que davam sobre o rio tinham a conveniente altura, e esta ia diminuindo à proporção que a muralha se afastava da margem. Como o terreno se eleva consideravelmente, construía-se no fundo do forte uma simples muralha ou parapeito aberto por seteiras, com uns cinco pés de altura, o qual subia pela montanha e fechava entre a plataforma do forte e o cimo do cerro um espaço não pequeno de ladeira. Para se chegar das baterias à extremidade superior desse parapeito, que ficava em nível muito mais alto que as baterias, abriram-se em muitos lugares degraus no solo".

O Forte estava artilhado com 11 peças em mau estado, de diversos calibres, montadas em reparo, das quais só cinco podiam atirar, por falta de serventes para as outras seis. Muitas peças estavam desmontadas, imprestáveis ou armazenadas. Era uma fortificação de pouco valor defensivo, ficando o interior exposto às vistas e fogos diretos do inimigo.

Apesar do receio de uma invasão paraguaia em Mato Grosso, deu-se pouca importância ao melhoramento das condições de defesa da fortificação. De nada adiantou o incidente de Fecho dos Morros, em 1850. A iniciativa de Augusto Leverger, em 1855, procurando melhor artilhar o Morro Grande ou da Marinha, buscando inclusive o cruzamento de fogos, pouco adiantou. Era o marasmo associado à imprevidência.

A 10 Out 1864, chegaram às mãos do Presidente da Província ofícios reservados de Tamandaré e de Viana de Lima, nosso Ministro em Assunção, prevenindo sobre as ameaças feitas por López e salientando a necessidade de medidas para evitar a surpresa. O Presidente articulou os poucos meios de que dispunha e mandou informar ao Ministro da Guerra,

enviando ao Rio de Janeiro o Alferes Estêvão de Andrade Vasconcellos, que só chegou à capital a 21 de dezembro.

A situação de nossas forças na época era a seguinte:

- a) Forte de Coimbra - A guarnição de 43 homens fora reforçada com o restante do Corpo de Artilharia da Província; o efetivo aumentara para 115 homens;
- b) Corumbá - Anteriormente tinha seis homens; deslocou-se para a localidade o grosso do 2º Batalhão de Artilharia a pé;
- c) Vila Miranda - Recebeu o grosso do Batalhão de Caçadores, a fim de servir de apoio ao 7º da Guarda Nacional, que seria ativado; e
- d) Nioaque - Passou a contar com quase todo o Corpo de Cavalaria, antes em Vila Miranda.

O Presidente da Província ordenou que os vapores Jauru, Corumbá e Cuiabá se deslocassem para o Forte de Coimbra. Foram mobilizados 231 guardas nacionais. Nenhum reforço foi recebido do governo central.

A ofensiva paraguaia

López planejou invadir o Mato Grosso empregando duas colunas. Uma delas atuaria ao longo do rio Paraguai, talvez até Cuiabá, e a outra, por terra, na direção geral Concepción/Bela Vista/Nioaque/Miranda/Coxim e daí, possivelmente, até Cuiabá, que seria atacada pelas duas colunas convergentes.

Qual terá sido o objetivo de López? A conquista de Cuiabá ou apenas a conquista do território contestado? A conquista da capital é apenas suposição, pois não há provas de que fosse essa a meta do dirigente paraguaio, mormente se atentarmos para o fato de as colunas não terem atingido a cidade. Diz o Gen Tasso Fragoso que o exame cauteloso das operações realizadas não deixa a mínima dúvida de que López só ambicionava apoderar-se das áreas limítrofes, que estavam em litígio.

Para realizar a campanha, López preparava-se desde março de 1864. Estabelecera um acampamento militar em Cerro León, adestrando para a guerra um exército de 30 mil homens, além de aprestar 17 mil recrutas em Encarnación, Província de Itapuá, 10 mil em Humaitá, quatro mil em Assunção e três mil em Concepción.

As forças invasoras de Mato Grosso, como estava planejado pelo Paraguai, organizaram-se em duas colunas:

- a) Expedição fluvial - Era comandada pelo Coronel Vicente Barrios e dispunha de quatro batalhões de infantaria (6º, 7º, 10º e 13º), com o efetivo de

3.200 homens, dispondo ainda de 12 peças raiadas de foguetes à Congreve e mais mil cavalarianos, porém com uma quantidade reduzida de cavalos. Integravam a expedição os vapores Tacuari, Paraguari, Iguaréy, Rio Blanco e, Yporá; as escunas Independencia e Aquidaban, o patacho Rosario e os lanchões Humaitá e Cerro León. Mais tarde juntaram-se Salto de Guaíra, Rio Apa e Marquês de Olinda; e

b) Expedição terrestre - Era comandada pelo Coronel Isidoro Resquín. Dispunha de cerca de 2.500 cavalarianos e um batalhão de infantaria.

A expedição do Cel Vicente Barrios contra o Forte de Coimbra

Partindo de Assunção, a expedição subiu o rio e fundeou a 26 Dez ao sul do Forte de Coimbra, desembarcando imediatamente parte das forças na margem esquerda do rio para proceder reconhecimentos. Os paraguaios ocuparam as posições mais importantes para servir de base de operações à Divisão Expedicionária. Não foram felizes, entretanto, na escolha do local, porque, se estavam fora do alcance do fogo de Coimbra, por outro lado suas armas não o atingiam. Ao amanhecer de 27 Dez desfez-se a cerração e as sentinelas do Forte avistaram os vapores paraguaios uma légua a jusante. As posições foram então ocupadas por ordem do Ten Cel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero. O Forte era comandado pelo Cap Benedito de Faria; o Ten Cel Portocarrero era comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai e do Corpo de Artilharia da Província e se encontrava em inspeção em Coimbra, tendo, inclusive, às vésperas daquele dia, assistido à realização de exercícios de tiro. Achavam-se no Forte os seguintes oficiais: Major Rego Monteiro, Capitães Ferreira Souto e Antônio José Augusto Conrado, Tenentes Monteiro Mendonça, Paulo Correia, Ferreira da Silva, Oliveira Barbosa, Fernandes de Andrade e João de Oliveira Melo. Este último e o Capitão Augusto Conrado representariam importante papel na heróica defesa. Encontrava-se também em Coimbra um oficial médico, o Dr. Pedro Lago.

A intimação de Vicente Barrios a Portocarrero chegou por um mensageiro, às 8:30 horas da manhã, e dizia:

“A bordo do vapor paraguaio Iguaréy, 27 de dezembro de 1864. O Coronel comandante da Divisão de Operações do Alto Paraguai, em virtude de ordens expressas de seu governo vem para tomar posse do Forte sob seu comando e querendo dar uma prova de moderação e humanidade intima V. Sa. a entregá-lo dentro de

uma hora, pois em contrário e esgotado o prazo marcado, irá tomá-lo a viva força, ficando a guarnição sujeita às leis das ocorrências. Enquanto espera sua resposta, é de V. Sa. atento servidor - Vicente Barrios".

Portocarrero respondeu por escrito que, a não ser por ordem superior, só entregaria o Forte pela sorte das armas. Imediatamente mandou o Jauru a Corumbá informar o Comandante das Armas da Província.

A seguir, a força paraguaia desembarcou elementos de infantaria e duas baterias de artilharia na margem esquerda do rio e avançou encoberta pelo mato, tomado posição na fralda do morro da Marinha. Às 10:30 horas o Ten Balduíno de Aguiar, comandante da canhoneira Anhambá, num golpe de audácia, desceu o rio e abriu fogo contra o inimigo que se aproximava. Depois, posicionou-se de forma que pudesse dar apoio ao Forte. Por volta das 11 horas a esquadra paraguaia iniciou o bombardeio, mas o local em que se achavam as peças era desfavorável e os tiros se mostraram inócuos. A infantaria aproximou-se para o assalto. O Forte aguardou a oportunidade para abrir fogo. Rompeu a fuzilaria e a luta prolongou-se até as 19 horas. Os atacantes foram repelidos, retiraram-se e reembarcaram, deixando mortos e feridos no local da luta.

Terminada a jornada, dos 12 mil cartuchos existentes no Forte, restavam 2.500. Nessa noite, de 27 para 28, contou Portocarrero com a valiosa colaboração de 70 mulheres que se haviam recolhido à fortificação, entre as quais sua esposa, que se prontificaram a fabricar cartuchos para o dia seguinte, lançando mão de balas esféricas de adarme³ 17. Com martelos, pedaços de cano e pedras, adaptaram o material disponível ao calibre das espingardas Minié. Fizeram seis mil cartuchos.

O moral da guarnição estava elevado. Por ironia do destino (ou puro descuido), perto dali, no porto de Dourados, os paióis estavam abarrotados e em Corumbá, mais tarde, lançaram-se ao rio numerosos cunhetes de cartuchos para que não caíssem nas mãos do inimigo.

A luta reiniciou na manhã seguinte; à tarde houve tentativas de assalto pela infantaria. Oito paraguaios transpuiseram o parapeito do Forte, mas sete foram mortos e um aprisionado. O fogo das armas paraguaias continuava impreciso, em razão da distância das peças à fortificação. Os assaltos dos 6º e 7º batalhões de infantaria realizaram-se aos gritos de "riéndanse" e de imprecações que eram respondidas pelos brasileiros com vivas ao Imperador, ao Brasil e ao Corpo de Artilharia de Mato Grosso. O inimigo

³ Calibre.

que chegava ao parapeito, em cargas sucessivas, era repelido por baioneta e granada e muitos paraguaios tiveram as mãos decepadas ao tentar a escalada. Ficou patente o valor dos soldados paraguaios, a disposição com que lutavam e sua noção do cumprimento do dever, imbuídos que estavam da justiça da causa que defendiam, já que haviam sido doutrinados intensivamente. Às 19 horas os paraguaios retiraram-se para as proximidades de seus navios, onde dificilmente seriam inquietados. Nessa ocasião o Ten Cel Portocarrero enviou duas patrulhas para reconhecer o terreno nas cercanias do Forte, uma comandada pelo Cap Antônio José Augusto Conrado e outra pelo Ten João de Oliveira Melo, recolhendo as armas abandonadas e inimigos feridos (18) que foram recolhidos ao Forte e convenientemente tratados, com alto espírito humanitário. Foram encontradas cerca de 56 armas. Os mortos superavam uma centena.

Os brasileiros não tiveram um só ferido. A continuação da defesa, entretanto, estava difícil, pois era escassa a munição. Portocarrero, aconselhado pelo comandante do Anhambáí, Ten Balduíno, convocou uma reunião de oficiais para examinar o que deveria ser feito. A guarnição e os civis deixaram a fortificação às 21 horas, embarcando no Anhambáí e dirigindo-se para Corumbá. No Forte ficaram os 18 paraguaios feridos. O inimigo não viu nem pressentiu a evacuação da praça de guerra.

No dia 29 os paraguaios apossaram-se do reduto.

O prosseguimento de Barrios

Navegando para Corumbá, encontrou-se o Anhambáí com o Jauru e o Corumbá que vinham em socorro, trazendo reforços de artilharia, mas sem munição de infantaria, a mais necessária. Era uma providência do Comandante da Armas da Província, em face do comunicado de Portocarrero. Como seria inútil prosseguir, os barcos regressaram a Corumbá. Resolveu-se também que em Albuquerque desembarcaria parte dos retirantes de Coimbra, a fim de aliviar a carga. Com a chegada das notícias houve pânico em Corumbá. O Comandante das Armas, Cel Carlos Augusto de Oliveira, estava indeciso, sabia não ter condições para uma resistência e ao mesmo tempo não queria demonstrar fraqueza ordenando de imediato uma retirada. Consultou o Ten Cel Carlos de Moraes Camisão, comandante do 2º Batalhão de Artilharia, que propôs defesa a todo custo e, em caso de insucesso, a retirada para muito longe e subsequente adoção da guerra de guerrilhas. A população civil masculina ofereceu-se abnegadamente para a luta, solicitando armas e munições. Como

não as obtiveram, pediram para se retirar ordenadamente, o que não foi permitido.

A notícia de que os navios paraguaios estavam em Albuquerque fez com que a 02 Jan, o Cmt das Armas se decidisse pela retirada, que foi feita de maneira desordenada e em péssimas condições. Reinava grande confusão. Ninguém se entendia. Todos queriam embarcar ao mesmo tempo nos navios disponíveis e os mais fortes sobrepujavam os mais fracos na ânsia de fugir ao perigo. Muitas vidas foram sacrificadas. Houvesse o Cel Oliveira permitido antes o abandono da cidade, já que se sentia impotente para obstar o inimigo, teria poupado este sacrifício inútil.

O Anhambaí, o Jauru, a escuna argentina Jacobina e várias lanchas foram carregados. Os dois primeiros procuraram avançar rapidamente. A Jacobina teve de ser rebocada pela Anhambaí, pois, superlotada, falhou na manobra. Conduzia grande parte da guarnição do Forte de Coimbra - quase todo o Corpo de Artilharia, 51 praças do Batalhão de Artilharia a pé, além de outras pessoas, inclusive civis, mulheres e crianças; não havia nenhum oficial a bordo; quando a embarcação foi ultrapassada pela Anhambaí, que deveria rebocá-la, seus ocupantes pediram encarecidamente que o Ten João de Oliveira Melo se juntasse a eles, já que havia demonstrado valor e liderança na defesa do Forte e espírito destemido. O tenente solicitou autorização e foi juntar-se aos que clamavam o seu auxílio. Ofereceram-se para acompanhá-lo o 2º Ten Antônio Paulo Corrêa e o Sargento-Quartel-Mestre Antônio Batista da Cunha. O destino reservara a estes militares a missão de salvar centenas de vidas.

Assumindo a liderança dos retirantes na Jacobina, o Ten Melo providenciou alimentação e deslocou-se para Corumbá, mandando destruir vários cunhetes de munição de infantaria - úteis na defesa de Coimbra - abandonados no quartel em que se alojara o 2º Batalhão de Artilharia. Na noite de 2/3 Jan 1865, a embarcação foi puxada pela espia, prosseguindo viagem dessa maneira até que, às 1745 h do dia 03 avistaram-se vapores paraguaios fundeando em Corumbá. Percebendo a impraticabilidade de prosseguir sem ser alcançado, ordenou o Ten João de Oliveira Melo o desembarque, acampando na margem do rio o restante da noite.

Nesse ínterim, o Jauru e a Anhambaí, seguindo rio acima, chegaram ao porto de Sará, na margem direita do São Lourenço, desembarcando o Cel Oliveira, o Ten Cel Camisão, comandante do 2º Batalhão de Artilharia, e a maior parte da unidade. O Jauru seguiu para Cuiabá e o Anhambaí retornou para prestar auxílio à Jacobina, que vinha navegando de forma precária. O pessoal desembarcado em Sará continuou a pé para a capital,

chegando lá em 06 Mar 1865. O motivo de desembarque foi a falta de condições da Anhambaí para prosseguir além daquele porto.

Às 0500 h, o Ten Oliveira Melo iniciou a marcha através dos pântanos de Corumbá. Às 10 horas viu passar dois navios paraguaios que teriam sido enviados por Barrios, ao comando do Ten André Herreros. Continuando o deslocamento, chegou à fazenda do Mangabal no dia 13, permanecendo aí por quatro dias. Em seguida, deslocou-se uma légua adiante. A 24, afastou-se em busca de recursos para a subsistência; ao regressar no dia seguinte soube que os paraguaios tinham ocupado Mangabal. Reuniu o pessoal que fugira de lá e continuou a retirada a 14 Abr em direção à capital, onde chegou a 30. Trazia civis, 230 praças de todos os corpos de guarnição da Província, quatro presos à disposição da Justiça, dois guardas da alfândega e um amanuense de polícia.

Soldado de valor excepcional, o Ten Oliveira Melo não hesitou em abandonar uma retirada segura para se reunir àqueles que necessitavam dele e guiá-los a seu destino em jornada pontilhada de dificuldades e perigos, através dos pântanos de Corumbá, São Lourenço e Cuiabá.

As ações paraguaias

Em 29 Dez 1864, Barrios prosseguiu subindo o Paraguai e na manhã de 10 Jan 1865, alcançou a povoação de Albuquerque, que fora abandonada. Apossou-se do que lhe poderia ser útil e incendiou casas e ranchos.

Albuquerque, fundada em 1810, porto e fazenda de criação de gado, possuía um pequeno destacamento militar. Em 1827, fora sede do Comando de Fronteira do Baixo Paraguai; em 1862 residiam ali 500 civilizados e mil silvícolas, ocupantes de duas missões. De Albuquerque, os paraguaios levaram 30 mil cabeças de gado vacum, além de cavalos e muares, enviando-os para Assunção, para onde seguiram também os índios aprisionados, que lá prestaram serviços como escravos.

De Albuquerque, a 04 Jan, dirigiu-se Barrios para Corumbá, também evacuada, onde teve notícia de que o Comandante das Armas, os oficiais e praças do Exército e a maior parte da população fugira com destino a Cuiabá. Ordenou então uma perseguição que foi empreendida pelo Ten André Herreros, homem cruel, nos vapores Rio Apa e Yporá. Autorizou o saque geral de Corumbá, que foi feito de forma bárbara.

Terrível foi a perseguição feita por Herreros; as embarcações dos retirantes, os igarités, que enfrentavam a correnteza do rio, eram atacadas

através de “proadas” (batidas com a proa); os passageiros - homens, mulheres, crianças - eram deixados morrer afogados quando não sabiam nadar e fuzilados os que tentavam escapar a nado.

A 06 Jan, Barrios enviou o Taquari e o Marquês de Olinda para tomar posse e ocupar o posto naval de Dourados, o que foi feito sem dificuldades. Em Dourados ficava um grande depósito de munição; o local possuía um pequeno estaleiro para consertos leves da flotilha. Situava-se na margem esquerda do rio Paraguai, a cerca de 130 Km a montante de Corumbá. Fora abandonado a 02 Jan, quando por lá passara o Jauru.

A expedição do Ten Herreros prosseguiu e encontrou a Jacobina abandonada. Ela foi guarneida e enviada a Corumbá. A 06 Jan avistou a Anhambaí na foz do São Lourenço quando retornava de Sará, aonde fora em auxílio à Jacobina. Após quatro horas de perseguição, a Anhambaí foi alcançada pelo Yporá que, por meio de violenta proada a jogou contra a margem, fazendo-a encalhar. Seguiu-se luta violenta. De posse do navio brasileiro, o Ten Herreros mandou perseguir os que tentavam salvar-se a nado, os quais foram mortos barbaramente a tiros e a golpes de machadinha. O encalço estendeu-se por terra. Desse ponto a expedição dirigiu-se para o norte, chegando a Sará, já abandonada. Daí para diante a pouca profundidade não permitiria a navegação. Herreros voltou então para Dourados, encontrando o Taquari e o Marquês de Olinda. A munição achada nos paióis foi embarcada e mandada rio abaixo.

A Coluna de Resquín

A Divisão do Norte, a coluna que atacaria por terra, sob o comando do Cel Isidoro Resquín, partiu de Concepción em Dez 1864. Compunha-se, segundo Thompson⁴, de 2.500 homens de cavalaria e de um batalhão de infantaria. Presume-se que o plano era prosseguir no rumo geral norte e convergir mais tarde ao encontro da Coluna Barrios para uma investida sobre Cuiabá.

O Coronel Resquín penetrou em Mato Grosso atravessando o rio Apa e prosseguiu sobre Bela Vista. Havia destacado uma flanco-guarda de 200 homens de cavalaria, que cobria sua direita, ao comando do Cap Martin Urbreta. Esta coluna passou em Cerro Corá e encaminhou-se pelo Chiriguelo para a Colônia Militar de Dourados, onde se elevaria à condição de herói o Tenente Antônio João Ribeiro.

⁴ THOMPSON, George. A Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

Antônio João teve notícia da aproximação dos paraguaios a 28 Dez 1864. Mandou que os poucos habitantes abandonassem a Colônia e permaneceu com os 15 homens do destacamento para defender a posição. Enviou a notícia da invasão ao comandante da Colônia de Miranda e ao Ten Cel José Dias da Silva, que se encontrava em Nioaque com seu Corpo de Cavalaria, a quem dirigiu, escrito a lápis, o seguinte bilhete:

"Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria."

A 29 Dez deu-se o encontro com a coluna paraguaia e, à ordem de rendição, Antônio João respondeu que somente se renderia se lhe apresentassem instruções do governo imperial. No combate que se seguiu morreram Antônio João e três praças; os 12 restantes caíram prisioneiros, morrendo no Paraguai antes do término da guerra. Prosseguindo da Colônia de Dourados para o norte, Resquín chegou à Colônia Miranda, que fora abandonada, e continuou para Nioaque em 30 Dez. Defrontou-se com o Corpo de Cavalaria do Ten Cel Dias da Silva, que tinha o efetivo de cerca de 130 homens e que, sabendo da invasão, se lançara à frente com seu Corpo, cuja vanguarda, no momento do encontro, se encontrava sob o comando do Ten Cel Pedro Rufino, no corte do rio Feio; o grosso da tropa estava no corte do Desbarrancado, meia légua atrás. Recebendo intimação para render-se, recusou-se. Resquín, com superioridade de meios, recalcou as forças de Dias da Silva, que retraiu para Nioaque e em seguida para Vila Miranda, tomando medidas para a retirada, inclusive do grosso do Batalhão de Caçadores que ali se encontrava. Dirigiu-se para Salobra, localidade três léguas a jusante de Vila Miranda, onde pretendia esperar socorros de Corumbá. Tomando conhecimento da situação dessa cidade, compreendeu que não viria auxílio. Resolveu então encaminhar-se para Santana do Paranaíba, na divisa com MG, chegando lá a 17 Fev, em precário estado, com o que lhe restou das duas unidades.

De Nioaque, Resquín rumou para Vila Miranda para se reunir com Urbíeta, encontrando a localidade abandonada. Daí lançou um destacamento contra Coxim, que foi alcançada a 24 Abr. No dia 30, os paraguaios saíram deste posto, depois de avançarem cerca de sete léguas pelo caminho que de Piquiri leva a Cuiabá. Desta forma, a retirada de toda a tropa brasileira na direção de Cuiabá - dois corpos de artilharia - e de Santana do Paranaíba - um batalhão de caçadores e o Corpo de Cavalaria - desguarneceu toda a região sul da Província de Mato Grosso, que ficou à mercê dos paraguaios.

Os acontecimentos em Cuiabá

A chegada da notícia dos reveses no sul da Província causou pânico em Cuiabá. A fim de impedir a livre progressão do invasor rio acima, o Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, Presidente da Província, convocou os 1º, 2º e 3º Batalhões da Guarda Nacional e criou os Voluntários Cuiabanos, um batalhão de quatro companhias.

Como estava presente o Ten Cel Portocarrero, o Gen Albino o nomeou Comandante da Guarda Nacional e o encarregou da defesa da capital. À medida que os dias corriam chegavam mais notícias assustadoras. O Gen Albino decidiu então estabelecer uma posição de bloqueio nas colinas de Melgaço, às margens do rio Cuiabá, 20 léguas abaixo da capital. A força que para lá seguira, ao comando do Ten Cel Portocarrero, acabou sendo retirada face à insegurança, o medo e os rumores infundados de que os paraguaios remontavam o rio. Portocarrero se baseou em notícias falsas para a retirada mas, ainda assim, sem motivo justificado, sendo ele dispensado de seu comando.

Nesta angustiante situação, o já sexagenário Chefe-de-Esquadra reformado Augusto João Manuel Leverger⁵ ofereceu seus serviços em 20 Jan 1865 ao Presidente da Província. Foi então nomeado Comandante da Guarda Nacional das forças terrestres e fluviais incumbidas da defesa da capital. Leverger sentira vergonha ao imaginar pudesse os paraguaios atingir as portas da capital sem encontrar pelo menos uma resistência. Imediatamente, seguiu para ocupar novamente a posição de Melgaço. Graças a ele, a modesta colônia em Melgaço passou à história como baluarte invencível impedindo a ocupação da capital da Província. Leverger conseguiu reunir em Melgaço 1.105 combatentes e algumas peças de artilharia.

Informado da ocupação de Coxim, o Gen Albino de Carvalho organizou uma divisão com 2 mil homens de duas brigadas, uma com elementos de 1ª linha, disponíveis, e outra com elementos da Guarda Nacional, e cobriu-se em um ponto do rio Aricá, visto que o inimigo progredia pela estrada de Piquiri para Cuiabá.

⁵ Barão de Melgaço, francês de nascimento, naturalizado brasileiro e radicado no Mato Grosso.

Os resultados da invasão

Nenhuma das duas expedições paraguaias chegou a Cuiabá. Não lograram, inclusive, realizar a junção.

A fluvial esbarrou no Sará e a terrestre nos pântanos do Piquiri. Estavam, contudo, senhoras do Forte de Coimbra, de Albuquerque, de Cumbá, de Dourados, das Colônias de Miranda e Dourados e das vilas de Nioaque e Miranda.

López, em Abr 1865, reduziu o Exército de ocupação, por saber das dificuldades dos brasileiros para expulsá-los e porque precisava de tropas para as operações no sul. No jornal *El Semanario*, os paraguaios declararam ter levado de Mato Grosso 66 peças de artilharia, milhares de cabeças de gado além de muitas outras presas. Segundo o jornal, tiveram 44 mortos e 168 feridos, quase todos no ataque ao Forte de Coimbra.

Nos documentos que pôde consultar, calcula o Barão do Rio Branco que os nossos mortos na invasão foram três oficiais e 30 soldados/marinheiros e mais 23 soldados/marinheiros feridos.

A facilidade da invasão mostrou o erro do governo imperial em deixar em completo isolamento, sem comunicações e meios de defesa, uma Província afastada e de extensas fronteiras. Acompanhada por atrocidades, a invasão levantou em todo o Império imenso clamor. Ordenou-se a convocação de 12 mil homens da Guarda Nacional para a defesa da Província. Depois do êxito obtido por López no ataque ao Mato Grosso, estabilizaram-se as operações nessa frente durante dois anos⁶.

A invasão de Mato Grosso forneceu ao governo o respaldo emocional para aumentar o efetivo do Exército em curto espaço de tempo. O Decreto nº 3.371, de 07 Jan 1865, criou Corpos de Voluntários da Pátria, formados por todos que se apresentassem espontaneamente para servir nas fileiras do Exército objetivando a guerra que se iniciava. Desta forma, pôde o governo brasileiro constituir numerosos batalhões. No mesmo mês e ano, foram chamados ao serviço 15 mil guardas nacionais. Até 30 Abr 1866, estavam organizados 49 batalhões de Voluntários.

⁶ Importante ressaltar que Caxias já tinha planejado as ações contra a invasão no Mato Grosso. Verificar na página 162 o esboço do Plano de Caxias.

GTA IV - A Campanha de Corrientes - O Golpe de Mão aliado

Uma flotilha paraguaia com cinco vapores de guerra, chegou a 13 Abr 1865 à cidade argentina de Corrientes e aprisionou os navios de guerra Gualegay e 25 de Mayo, que se estavam no porto. No dia seguinte, sob o comando do Gen Venceslau Robles, as tropas desembarcaram e tomaram a cidade. O Governador de Corrientes, Manuel Lagrana, impotente para resistir, retirou-se para o sul, procurando reunir recursos para expulsar os invasores. Estas ocorrências levaram a Argentina à guerra. O Presidente, Gen Mitre, organizou as forças de defesa que vieram a constituir o Exército Nacional de Campanha.

Verificando que levaria muito tempo para obter os meios necessários a fim de estruturar o Exército Nacional de Campanha e colocá-lo apto a operar com eficiência, Mitre julgou conveniente constituir uma força de cobertura para se interpor ao invasor. O comando da força, a 1^a Divisão do Exército Nacional (1^a DEN) foi entregue ao Gen Venceslau Paunero, que também teria sob suas ordens as milícias de Corrientes. A 1^a DEN partiu de Buenos Aires a 24 Abr, subindo o rio Paraná até a localidade de Bela Vista. Na véspera de sua chegada aportara em Bela Vista a 3^a Divisão da Esquadra brasileira, comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Sécundino de Gomensoro, a caminho de Corrientes para bloquear o rio. Do encontro de Gomensoro com o Gen Lagrana e posteriormente com o Gen Paunero resultou um acordo de cooperação.

Sabendo que os paraguaios possuíam uma vanguarda na localidade de Empedrado, estando o grosso das tropas acampadas em Riachuelo, Paunero solicitou a Gomensoro o embarque de suas tropas em navios da 3^a Divisão, de modo que atingisse Empedrado o mais rápido possível.

A 11 Mai foram embarcadas as tropas, que depois foram lançadas na região de São Lourenço e retornaram a bordo da Esquadra brasileira. Após embarcar novamente nos navios de Gomensoro, Paunero planejou uma rápida incursão à cidade de Corrientes, aproveitando um deslocamento das forças paraguaias para o sul. Enquanto Paunero realizava os preparativos para nova ação, subia o rio Paraná o Chefe-de-Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva. Comandava a fragata Amazonas, a corveta Parnaíba e a canhoneira Ivaí, nas quais vinha a 9^a Brigada do Cel João Guilherme Bruce, destacada pelo Gen Osorio para a força naval de Tamandaré, incluindo o 1º Batalhão de Infantaria, com gente procedente do Pará e o 1º Batalhão de Artilharia, ao comando do 1º Ten Tibúrcio Ferreira de Sousa. Totalizava 1.430 homens.

A Batalha Naval do Riachuelo

O Chefe-de-Divisão Barroso assumiu o comando de todas as forças navais e iniciou, em 21 Mai 1865, o deslocamento para Corrientes. A 24, a esquadra fundeu à vista do Rincão de Soto, ao lado do Chaco. Acertou-se o ataque para o dia seguinte. Barroso levantou ferros e partiu em direção a Corrientes, vencendo pequena resistência de dois barcos paraguaios e ancorou nas proximidades da cidade em duas linhas. Paunero resolveu desembarcar imediatamente e pediu que Barroso providenciasse escunas para conduzir a tropa. Acompanharam as tropas argentinas o 9º BI e a bateria de artilharia. Houve um combate violento e rápido terminado às 17 horas. À noite, os paraguaios Major Martinez e 1.500 homens, abandonaram a cidade com 520 perdas, entre mortos e feridos; foram feitos 80 prisioneiros e apreendidos três canhões e uma bandeira. Os argentinos tiveram 150 baixas e os brasileiros 16. Sobre o confronto assim se expressou o General Paunero:

"O 9º Batalhão brasileiro tomou parte na peleja, contribuindo poderosamente para dispersar algumas guerrilhas inimigas que apareceram mais tarde pelo nosso flanco esquerdo, com a pretensão ostensiva de flanquear-nos, distinguindo-se o Primeiro-Tenente de Artilharia Tibúrcio Ferreira de Sousa que com dois canhões-obuses fez fogo ativíssimo sobre o inimigo".

Os canhões dos navios também proporcionaram apoio a Paunero, que carecia de artilharia. O efetivo das forças brasileiras na operação era inicialmente de 127 homens, mas houve um acréscimo posterior de 219 praças. O Cap Afonso Ferreira, que seria morto depois em Riachuelo, assumiu o comando da coluna. A atuação de nossas forças contribuiu decisivamente para a vitória aliada. Destacou-se a atuação dos soldados do 9º BI e o apoio de fogo às forças do Gen Paunero. Este, solicitou o reforço de outras tropas e desembarcou uma força sob o comando do Cel Bruce, com 166 praças do 1º Batalhão. Na incursão sobre Corrientes houve perfeita interação entre a Marinha, representada pela Esquadra sob o comando do Chefe-de-Divisão Francisco Manuel Barroso e a brigada do Cel João Guilherme Bruce, que fora transportada.

Poucos dias depois (11 Jun) travava-se a Batalha do Riachuelo, que teria uma repercussão decisiva no quadro geral da guerra.

Após a incursão de Paunero a Corrientes, a Esquadra brasileira fez um reconhecimento de Três Bocas e fundeou a jusante de Corrientes. A bordo continuava a brigada de Bruce. Solano López percebeu, após o ataque a Corrientes, que qualquer movimento no sentido sul seria impossível, enquanto a força naval brasileira ocupasse aquela posição, pois ficava em condições de atuar em seu flanco direito e realizar desembarques na sua retaguarda. Planejou ele então retrair as forças de Venceslau Robles a fim de evitar o corte de sua linha de suprimentos e atacar a Esquadra brasileira para destruí-la ou capturá-la e obter o controle absoluto da via fluvial. A esquadra paraguaia, comandada pelo Capitão-de-Fragata Pedro Inácio Meza, possuía nove navios e dispunha do apoio da infantaria e da artilharia colocados nas barrancas do arroio Riachuelo.

Na noite de 10/11 Jun, Meza desceu o rio com seus nove navios e seis chatas, procurando surpreender Barroso e iniciar a luta ao amanhecer de 11. A avaria na máquina do vapor Iberá impediu que os paraguaios efetuassem a surpresa desejada. A esquadra brasileira era integrada pelos seguintes navios: Amazonas (capitânia), Iguatemi, Parnaíba, Paraguari, Meirim, Jequitinhonha, Beberibe, Belmonte e Ipiranga.

Notando a aproximação do inimigo, às 0900 h de 11 Jun, Barroso fez tremer as adriças de sua capitânia as célebres mensagens: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever" e "Atacar e destruir o inimigo o mais perto que puder".

Iniciou-se a batalha às 10:50 horas, com o encontro das duas esquadras em passagem de linha. O inimigo postou-se na embocadura do Riachuelo. Barroso saiu em busca do inimigo com a Belmonte na vanguarda da formação. Nossas forças enfrentaram, além da esquadra inimiga, os fogos de infantaria e artilharia nas barrancas do Riachuelo, ao comando do Ten Cel José Maria Bruguez. Tiros por todos os lados. A fumaça da artilharia envolvia os beligerantes. A corveta Jequitinhonha recebeu avarias e encalhou num banco de areia, sendo duramente maltratada pelas forças de terra. A Belmonte também encalhou na ilha Cabral. A Parnaíba tentou rebocar a Jequitinhonha mas teve o leme partido, o que foi aproveitado por três navios paraguaios que a cercaram. Uma luta violenta ocorria no seu convés quando Francisco Manuel Barroso fez a volta com os cinco navios que lhe restavam. Sua atuação, arremetendo com a Amazonas contra os navios paraguaios, destruindo quatro e uma chata, decidiu a batalha, forçando os demais à retirada. Foi um dia glorioso para a Marinha brasileira. O domínio fluvial fora conquistado pelo Brasil e a outrora poderosa

esquadra guarani estava praticamente aniquilada. A vitória desse dia balançou a opinião pública estrangeira inicialmente a favor de López.

A integração entre Exército e Marinha, na batalha, pode ser simbolizada pelo combate no convés da corveta Parnaíba, envolvida por três navios paraguaios, Paraguari, Taquari e Salto, e na qual morreram lutando lado a lado o Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh, o Marinheiro Marcílio Dias, o Capitão Pedro Afonso e o Tenente Feliciano Maia, ambos do 9º BI. Vale adicionar que os elementos da brigada Bruce participaram ao lado dos marujos nas ações do dia 11.

Intencionando anular os efeitos da batalha do Riachuelo, a artilharia paraguaia sob o comando do Ten Cel Bruguez ainda tentou bloquear a passagem de Manuel Barroso e de seus navios na localidade de Mercedes, no dia 18, com 36 canhões. Apesar da intensa troca de tiros, os navios passaram mas foram de novo bloqueados em Cuevas, em 12 Ago, onde Bruguez assegurara uma bateria de 40 canhões. Barroso conseguira ultrapassar perdendo 21 homens, além de 38 terem recebido ferimentos.

A preparação do 1º Corpo de Exército (1º CEx)

Após o rompimento das hostilidades com a República do Paraguai, o governo imperial contava com o Vice-Almirante Tamandaré no comando das forças navais. Para o Exército foi nomeado como Cmt interino o Brigadeiro Manuel Luis Osorio, visto que o Marechal-de-Campo João Propício Menna Barreto pedira exoneração por motivo de doença. A indicação de Osorio foi recebida com entusiasmo, não só no seio da tropa brasileira como também pelos comandantes aliados, que o reconheciam como um grande chefe.

O Exército no início da campanha

Quando Osorio assumiu o comando, a 10 Mar 1865, o efetivo do exército em campanha era de 9.466 homens. As condições da força não eram muito boas e Osorio relatou essa situação em seu primeiro ofício dirigido ao Ministro da Guerra:

“O estado sanitário do Exército nem é mau, nem se pode considerar bom, porque, a estação calmosa, a violência das marchas que temos feito a três meses, a seca que tem havido na campanha e, por isso, as más águas de que o Exército se tem servido, hão produzido

disenterias em grande número de praças (...). Este Exército, para chegar a este ponto, com a bravadeira que o fez, estragou todos os meios de mobilidade, estando portando a cavalaria a pé, em parte, e em mau estado o resto da cavalhada e os bois que serviam para o transporte e artilharia (...)".

Outro problema sério decorria do aumento de efetivos, principalmente para a artilharia, com a duplicação das bocas de fogo. Havia falta de uniformes, de capotes e barracas. A oficialidade desgostosa pedia frequentes licenças ou simulava invalidez.

Estes fatos constam também de outros documentos, como a exposição de um dos seus Ajudantes-de-Campo, Alferes do 5º RC Francisco de Assis Trajano de Menezes e das comunicações dos comandantes das unidades da cavalaria, versando sobre urgentes necessidades da tropa. Tudo isso ocorria em um período difícil, com a guerra em curso, inclusive com a invasão paraguaia, em fins de 1864, ao sul de Mato Grosso.

A grande tarefa

Era difícil e complexo o encargo de Osorio: organizar um exército de campanha em plena guerra, estando a iniciativa com as forças inimigas. A concentração das tropas, completamente deslocada em relação aos centros de apoio logístico do Brasil, obrigava-o a tomar decisões rápidas e de conformidade com as peculiaridades e características do TO em que devia atuar. Demonstrando inconfundíveis qualidades de chefe prático e objetivo, capaz de decisões firmes e enérgicas, mas sempre humano, afetuoso e desassombrado, Osorio não mediria esforços no sentido de aprestar as forças para prosseguir na campanha. Não recebendo delegação expressa para tomar as medidas necessárias à reorganização das forças terrestres, fez isso por iniciativa própria, submetendo depois suas decisões à aprovação do governo. Adquiriu em Montevidéu tudo o que lhe pareceu indispensável e urgente às suas tropas. Recrutou pessoal de gabarito intelectual e profissional, condizente com as funções a preencher no QG. Para comandante das divisões, brigadas e corpos de tropa procurou oficiais com liderança, que comandassem pelo exemplo. Impediu a saída dos que já integravam o Exército, providência aliás desnecessária, de vez que a curto prazo veio a ressurgir, e elevado, o moral dos quadros e da tropa, em resultado das outras medidas adotadas.

À proporção que tomava conhecimento dos problemas, falhas e deficiências, Osorio esforçava-se por saná-los com decisões oportunas e justas. Designou o Brigadeiro Antônio de Sampaio para dirigir e fiscalizar a instrução dos corpos de infantaria, criou um hospital em Montevidéu e providenciou o pagamento do soldo, que estava com dois meses de atraso. Promoveu o preparo e o adestramento de animais para a artilharia, nomeando um oficial experiente para controlar os meios de transporte, solicitou investidura de auditores para os conselhos de guerra, organizou o hospital móvel, adquiriu veículos para o transporte de enfermos e determinou que as rações dos soldados fossem distribuídas de conformidade com as tabelas em vigor. Tudo isto foi feito no tempo em que o Exército estacionara nas proximidades de Montevidéu.

Nos primeiros dias de abril, o aspecto do Exército do Sul já estava totalmente modificado. O efetivo subira a 13 mil homens. A artilharia, de 12 peças, passou a ter 24. Enquanto continuava na tarefa de organizar o Exército, Osorio acompanhava o desenrolar das ações paraguaias, preocupando-se com a possibilidade de tropas inimigas invadirem o RS.

Foi quando a Argentina negou passagem às tropas paraguaias pelo território correntino que López ordenou o ataque e a ocupação de Corrientes. Tamandaré, em consequência, determinou a Osorio que mantivesse preparado o Exército para se movimentar e que tivesse uma Bda Inf em condições de dar apoio à Esquadra no bloqueio fluvial. Osorio alertou ao Gen David Canabarro quanto à atividade inimiga e à possibilidade de invasão do RS, e ordenou ao Gen Antônio de Sousa Neto para ficar ECD reunir sua brigada, que fora licenciada depois de Paissandu.

Do Rio de Janeiro chegaram novas tropas pelos vapores Apa, Princesa e Imperatriz, acarretando problemas de saúde, pois entre os recém-chegados havia muitos casos de sarampo e varíola.

Após conferenciar com Tamandaré, Osorio decidiu que o movimento do Exército seria para a barra do arroio São Francisco, perto de Paissandu, seguindo a infantaria e a artilharia embarcadas e a cavalaria por terra. O deslocamento iniciou-se a 27 Abr 1865; o embarque da primeira coluna deu-se sob o comando do Brig Antônio de Sampaio. Nesse mesmo dia, Osorio oficiou ao Ministro da Guerra cientificando-o de como seria executada a manobra do Exército e pedindo providências sobre o suprimento de munição; e seguiu na corveta Niterói para Buenos Aires, juntamente com Tamandaré e outros chefes aliados.

Tentando melhorar o índice sanitário, solicitou ao Ministro a remessa de mais médicos, encarecendo a conveniência dos soldados virem já vacinados da Corte ou das Províncias.

Osorio chegou a São Francisco a 27 Mai e, três dias mais tarde, ao acampamento do exército de campanha. A varíola ceifava os batalhões, sendo mais atingidos os Voluntários da Pátria.

A tropa de cavalaria vindas de Santa Luzia necessitava de cavalos. Osorio providenciou de imediato uma remessa (cerca de mil) para recompletar o efetivo. A 31 Mai iniciou-se o deslocamento para a barra de Daymán, mais ao norte. Osorio continuou absorvido pela tarefa de completar a estruturação da tropa e melhorar os padrões de instrução. A tudo assistia e fiscalizava ao mesmo tempo que escrevia ao Presidente da Província do RS solicitando munição e ao Ministro da Guerra informando não ter recebido ainda o equipamento solicitado e pedindo urgentemente mais homens e cavalos. A notícia de sua nomeação para o comando efetivo do Exército veio a 05 Jun 1865.

O estado sanitário da tropa não era bom, havia mais de 900 enfermos com varíola, tifo, sarampo e diarreia. Mais munição e novas tropas chegaram do RJ. Veio então ordem para que o Exército se deslocasse para Concórdia a fim de reunir-se aos aliados.

A 22 Jun a cavalaria e os meios de transporte atingiram Daymán, vindo por terra. Osorio continuava tentando melhorar o estado sanitário da tropa, reorganizar o serviço de correio e aumentar por todos os meios a eficiência do Exército. Preparou-se para levá-lo para Concórdia, adotando medidas que possibilitariam a transposição do rio Uruguai. Em Concórdia, sua atenção voltou-se para o incremento da eficiência operacional. Não descuidou da assistência às tropas e oficiou ao Ministro da Guerra solicitando evitar atraso na remessa do dinheiro para o pagamento do pessoal em campanha. De Concórdia, o Exército avançou e acampou em Mandisobi-Grande, onde se soube da rendição de Uruguaiana. A seguir as tropas se deslocaram, entre 25 Set e 20 Out, para Mercedes, local onde se concentravam as demais forças aliadas e onde o Gen Mitre reassumiu o comando-em-chefe dos exércitos aliados.

No acampamento brasileiro em Cuenca, próxima a Mercedes, continuou Osorio sua intensa atividade administrativa. Pagou contas e soldos atrasados; preparou a cavalhada para a invernada em Daymán; enviou ao Ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz a relação dos oficiais e praças dignos de serem promovidos; e demonstrou grande preocupação para com o armamento e o uniforme das forças que viriam do RS.

Em Mercedes, naquela ocasião, existiam 22 mil brasileiros, 4 mil uruguaios e 11 mil argentinos.

Nos primeiros dias de novembro, os exércitos aliados retomaram a marcha para Corrientes. Osorio iniciou o deslocamento a 11, levando de 24 a 27 Nov para transpor o arroio Santa Lúcia, acampando até o dia 30, ocasião em que retomou o movimento, bivacando no arroio Pelado, quando determinou a uma comissão de engenheiros que escolhesse um acampamento no rio Paraná e examinasse as condições do Passo da Pátria, local provável de travessia. Prosseguiu e acampou sucessivamente junto aos arroios Ambrósio, São Lourenço, Empedrado, Sombrero-Chico e finalmente às margens do Riachuelo, onde permaneceu a fim de preparar os meios para a transposição. Em Dez, iniciou a marcha em direção a Corrientes, em busca do Passo da Pátria. Durante a permanência em Riachuelo, Osorio manteve a mesma operosidade. Recebeu reforços do RS e solicitou ao Vice-Almirante Tamandaré meios para transpor o rio Paraná, já que o Exército não dispunha de equipamento para este tipo de operação. Providenciou também a distribuição de uniformes de verão, em face da temperatura excessiva. Na previsão de escassearem os víveres no caminho de Riachuelo para o norte, solicitou ao Ministro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em Buenos Aires, a remessa de uma grande quantidade, que seria mantida em reserva.

A fase de preparação chegava ao fim e o momento da invasão se aproximava. Duplicando o efetivo, chegaram vastos reforços de infantaria, porém sem nenhuma instrução. Vieram também armamento e munições. A falta de casas em Corrientes para organizar hospitais e depósitos de material bélico preocupava Osorio, o que o levou a determinar ao Ten Cel Azevedo Coutinho e ao Dr. José Carlos de Carvalho que construissem barrações, como solução de emergência.

Projetou novo acampamento em Lagoa Brava. No dia da transposição do arroio Riachuelo, Osorio prestou uma homenagem à vitória que a Marinha brasileira ali obtivera em 11 Jun 1864. O Exército permaneceu 50 dias em Lagoa Brava, envolvido em preparação e reorganização. Havia falta de meios para realizar a transposição e Osorio considerou indispensável o concurso da Esquadra. Para isso enviou ofício ao Vice-Almirante Tamandaré em Buenos Aires, solicitando sua presença para redefinir as medidas para a travessia.

Durante o tempo em que o EB permaneceu em Lagoa Brava o argentino ficou em São Cosme e o uruguaios em Jataí. Desejando ter mais proximidades as tropas de Osorio, em razão das incursões paraguaias na região de

Passo da Pátria, Mitre determinou o deslocamento dos brasileiros para Tala-Corá, distante duas léguas de São Cosme. A 11 Fev, Osorio completou a nova instalação. O Vice-Almirante Tamandaré garantiria todo o apoio da Esquadra para a travessia do Paraná. A 25, em reunião dos chefes aliados, decidiu-se que o ataque seria efetivado desde que concluídas as providências para a transposição do rio.

A 10 Mar o efetivo do 1º CEx era de 33.278 homens. Estava concluída sua preparação e organização, iniciada um ano antes. Para o cumprimento da tarefa Osorio dedicara toda a sua energia. Mesmo doente, como ocorreu várias vezes, não descansou enquanto não viu as unidades e grandes unidades perfeitamente reestruturadas. Tudo ele providenciou: armamento e munição, uniformes, assistência médica e instrução, transformando aqueles homens, vindos sem qualquer conhecimento militar, em verdadeiros soldados. Muitos obstáculos tiveram de ser vencidos: o clima, as diferenças de idioma, de costumes e de alimentação, a distância dos órgãos de apoio, as dificuldades de transporte e de suprimento, as epidemias que ceifavam, não raro, batalhões inteiros, as marchas extenuantes, enfim, tudo que uma missão de tal vulto acarretava. Os fornecedores do Exército muito reagiram às exigências de Osorio, que era intransigente quanto à qualidade dos artigos adquiridos para a tropa. Disto aproveitaram-se os políticos que se opunham à Tríplice Aliança. Inúmeras foram as intrigas e explorações, mas a todos respondia Osorio realçando que tudo o que lhe interessava era cumprir a missão. Embora o Ministro da Guerra, levado pelas perfídias, algumas vezes interpelasse Osorio sobre fatos que envolviam seu nome, o governo imperial nunca deixou de prestar-lhe apoio e aprovar normalmente os seus atos.

Como recompensa maior nesta fase da campanha conseguiu Osorio o privilégio de ser o primeiro comandante aliado a pisar o solo paraguaio no Passo da Pátria em 16 Abr 1866, à frente de seus homens, na contra-ofensiva contra os agressores. Com o seu carisma pessoal, conseguiu a coesão de todo nosso Exército em campanha. Simples e humano no trato com um soldado humilde, obteve o epíteto de "o legendário".

GTA V - A Campanha do RS em 1865 - Antecedentes

Invasindo simultaneamente o RS e a Província de Corrientes, Solano López visava a obter os recursos existentes nessa área, sublevar os escravos, colocar o partido blanco uruguai no poder e fazer junção de sua coluna invasora com a que vinha da banda oriental.

A coluna invasora

O paraguaio Major Pedro Duarte havia organizado em Encarnación, em Abr 1864, a coluna que invadiria o RS. Seu efetivo era de aproximadamente 10 mil homens. A 16 Jan 1865, a coluna acampou na margem esquerda do arroio Pindapoy, pequeno afluente da margem esquerda do rio Paraná, após transpor este rio por escalões. Em 17 Abr do mesmo ano, o Ten Cel Antonio de la Cruz Estigarribia assumiu o comando da força, ficando o Major Duarte como subcomandante. A coluna estava então constituída de oito batalhões de infantaria, cinco regimentos de cavalaria, um batalhão de artilharia com seis ou sete peças e um corpo de remadores, com 30 canoas sobre carretas. A força iniciou seu movimento para o sul a 05 Mar, lançando um destacamento de reconhecimento à frente sob o comando do Major Duarte, que cinco dias depois alcançou São Tomé, tendo pequenas escaramuças com patrulhas correntinas. O grosso da coluna, sob o comando do Ten Cel Estigarribia, chegou a 07 Jun a São Tomé, reunindo-se à tropa de Pedro Duarte.

A defesa da Província

A defesa da Província do RS compreendia dois setores distintos: o da fronteira das Missões, a cargo da 1^a Divisão, sob o comando do Brigadeiro (honorário) David Canabarro, veterano da Revolução Farroupilha, e o da fronteira sul, sob a responsabilidade da 2^a Divisão, comandada por Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí, englobando as brigadas dos Coronéis José Inácio Ouriques, Lucas de Lima e Tristão Pinto. A 1^a Divisão compreendia as brigadas dos Coronéis Antônio Fernandes Lima e João Antônio da Silveira.

Para enfrentar os paraguaios elaborou-se um plano que previa a íntima colaboração entre as duas divisões, atendendo às duas hipóteses formuladas:

Primeira: Se as forças paraguaias de Humaitá atacassem a Argentina e as de Encarnación o RS, a 1^a Divisão deveria transpor o rio Uruguai, atacar o inimigo e procurar atingir e ocupar Posadas.

Segunda: Se as duas forças reunidas investissem contra o RS, as duas divisões brasileiras também deveriam impedir a transposição do Uruguai até a chegada do grosso das forças.

Atribuiu-se o comando geral da defesa ao Ten Gen João Frederico Caldwell, Ajudante-General do Exército, que se encontrava em inspeção

no RS nessa época. Efetivada a 1^a hipótese, o plano foi desencadeado mas não proporcionou o resultado previsto, por uma série de razões.

No momento em que a coluna de Estigarribia se encontrava em São Tomé, pronta para a invasão, a divisão responsável pela fronteira das Missões, a 1^a, tinha a brigada do Cel Antônio Fernandes Lima, no Passo das Pedras, 12 Km ao sul do local da travessia, o restante se achava reunido nas cabeceiras do Ibirocaí. Em São Borja e no Passo do Uruguai havia aproximadamente 600 homens e ao norte estava o 28º Corpo. A 2^a Divisão, ainda na fronteira sul, estava atrasada no deslocamento.

Invasão

A coluna de Estigarribia invadiu o RS através do Passo do Formigueiro, no rio Uruguai, próximo a São Tomé/São Borja em 10 Jun 1865. Os invasores utilizaram-se de canoas trazidas em carretas pelo corpo de remadores, completando a travessia em curto prazo. Foram hostilizados por 300 GN comandados pelo Ten Cel José Ferreira Guimarães. O Passo de São Borja era defendido pelo 3º Batalhão de Guardas Nacionais, cujo comandante, Major Rodrigues Ramos, deu conhecimento da aproximação dos paraguaios ao Cel Fernandes Lima, Cmt Bda, e ao Ten Cel Tristão de Araújo Nóbrega, do 22º Corpo Provisório de Cavalaria, que, por ordem de seu Cmt Bda, se encontrava pronto para partir para o Passo das Pedras. Recebeu também a comunicação o Cel João Manuel Menna Barreto, comandante do 1º Batalhão de Voluntários, que se aproximava de São Borja para se reunir à 1^a Brigada.

Apesar da inferioridade numérica e das desvantagens apresentadas pelo terreno na margem brasileira, que lhes dificultava os movimentos, os defensores do Passo resistiram sem, no entanto, impedir que o inimigo transpusesse o rio em vários pontos.

Vencido o obstáculo, dirigiram-se os paraguaios para São Borja, enfrentando as forças do Major Rodrigues Ramos, que tentavam sustar o avanço inimigo, sem o conseguir, tal a diferença de efetivos. A presença de Menna Barreto não chegou a alterar a situação, apesar do combate com a vanguarda dos invasores. Na iminência de envolvimento pelas forças paraguaias, resolveram os nossos abandonar a cidade à noite e realizar uma retirada para leste, antes protegendo a saída das famílias. Os invasores entraram na cidade a 12 de junho e lá permaneceram durante uma semana, saqueando e realizando outros atos de violência.

O grosso das forças de Estigarribia (seis batalhões de infantaria, três regimentos de cavalaria e elementos de artilharia) avançou em direção de Itaqui, sendo que uma flanco-guarda, a coluna de Duarte (dois batalhões de infantaria e dois regimentos de cavalaria) progredia pela margem direita do rio Uruguai.

A coluna de Estigarribia atravessou o rio Butuí no Passo do Rufino entre 22/24 Jun. Dois dias mais tarde, a Bda do Cel Antonio Fernandes Lima avançou contra ela, chocando-se com a cobertura da coluna e atacando-a pelo centro e pelas alas, procurando o envolvimento. Os paraguaios recuaram, ocasião em que chegou a 4^a Bda do Ten Cel Sezefredo Alves de Coelho de Mesquita. Com a caída da noite, a força inimiga retraiu, aproveitando a escuridão. Em São Donato, os clavineiros do Major José Fernandes de Souza Docca atacaram a vanguarda paraguaia. A esse encontro convencionou-se chamar Combate do Butuí. Em 06 Jul, Estigarribia ocupou e saqueou Itaqui, onde permaneceu até 14 Jul, quando reiniciou o movimento em direção a Uruguaiana.

Para conter o avanço paraguaio, o Gen João Frederico Caldwell executou um plano longamente amadurecido: conter os paraguaios no Ibicuí, com a 1^a Divisão (menos a 1^a Brigada); atacar a retaguarda inimiga com a 1^a Brigada; com a 2^a Divisão desguarnecer a fronteira sul e fazer junção com a 1^a Divisão.

A coluna paraguaia chegou ao Ibicuí a 17 e, no dia seguinte, começou a transposição, no Passo de Santa Maria, concluindo a travessia no Pontão do Ibirocaí. Não se efetivou a ação planejada pelo Gen Caldwell, porque o Gen Canabarro julgava prematuro qualquer choque com os paraguaios. A ação das forças imperiais restringiu-se à tentativa do Cel Fernandes Lima de atacá-los pela margem norte, sem lograr êxito. Completada a transposição, o inimigo acampou em Japejú, onde foi atacado pela Bda do Cel João Antônio da Silveira mas, inferior em efetivo, foi obrigada a retrair⁷. Estigarribia prosseguiu para Uruguaiana, seguido por forças brasileiras que o hostilizavam debilmente. Na região de Toro Passo, onde chegou a 26 Jul, Estigarribia demorou-se até 02 Ago devido às cheias, mas principalmente devido a ação das embarcações brasileiras bem armadas que, ao comando

⁷ Nestes dias: em 19 Jul, Dom Pedro II chega a Porto Alegre a caminho de Uruguaiana, onde chega somente a 11 Set; e em 20 Jul, o então Barão de Porto Alegre foi nomeado Cmt do Exército nas Missões, área que compreende Uruguaiana (assumiu em 20 Ago como General em Chefe do Exército em Operações na Província do RS).

do Ten Floriano Vieira Peixoto⁸, dificultavam a utilização do rio Uruguai por elementos de ligação entre as colunas das forças invasoras. Quando o Ten Cel Estigarribia atravessou o Toro Passo e o Major Pedro Duarte atingiu Paso de los Libres (02 Ago), abriu-se o acesso para a conquista de Uruguaiana. O chefe paraguaio, após passar o Imbaá, atingiu seu objetivo a 05 Ago, encontrando pequena resistência dos soldados do Ten Cel Bento Martins de Menezes, que lutaram com denodo, muitos morrendo, alguns degolados, junto ao muro da cidade. No dia 05 Ago já tremulava em Uruguaiana a bandeira paraguaia. A população havia sido evacuada no dia anterior. Imediatamente foram iniciados os preparativos para o cerco aliado a Estigarribia em Uruguaiana.

Operações fluviais

A força invasora trazia numerosa flotilha de canoas armadas, que lhe proporcionava fácil transposição dos cursos d'água e assegurava a ligação entre as duas colunas que progrediram por ambas as margens do rio Uruguai.

Para hostilizar os invasores e também neutralizar a ação das canoas de ligação, David Canabarro armou o pequeno rebocador fluvial Uruguai com uma peça de artilharia e armou com foguetes os lanchões São João e Garibaldi, organizando com estas três pequenas unidades uma flotilha. Designado comandante, o Ten Floriano Vieira Peixoto passou a executar operações ribeirinhas com sucesso, pondo a pique várias canoas que faziam a ligação entre as duas colunas. A atuação da flotilha de Floriano Peixoto passou a comprometer as colunas paraguaias, de forma que Estigarribia destacou uma bateria de artilharia para fazer fogo desde as margens sobre a flotilha; mas não logrou êxito, pois o canhão do Uruguai atingiu uma peça paraguaia e Estigarribia julgou conveniente não prosseguir na tentativa. A flotilha de Peixoto destacou-se no combate do Jataí, travado na margem direita do rio Uruguai, quando o Gen Venâncio Flores derrotou o Major Pedro Duarte, e também contra as canoas paraguaias que traziam reforços e armamento; constituiu-se em elemento importante nas

⁸ Conforme o historiador uruguayanense Carlos Fonttes (carlosfonttes.2@gmail.com) “Muito embora Floriano Peixoto pertencesse a Arma de Artilharia do Exército, teve destaque inigualável nos combates fluvial e defesa do rio Uruguai. Encontrava-se Floriano Peixoto servindo em Uruguaiana no 6º Batalhão de Infantaria, onde comandava a 7ª Companhia, desde Dez 1864, com a missão de executar fortificações na vila”.

operações, apesar da improvisação dos meios e do despreparo técnico do Ten Peixoto, que era do Exército (Artilharia), e a quem o destino reservava outras funções importantes no curso de nossa História.

O Combate de Jataí

Em consequência da invasão do Rio Grande do Sul pelas forças paraguaias, surgiu para o comando dos exércitos da Tríplice Aliança a necessidade de prestar auxílio às forças brasileiras.

O General Osorio, à testa dos brasileiros que integravam as forças aliadas em solo uruguai, estava decidido a vir em auxílio de seus compatriotas, mas foi demovido de seu intuito pelos argumentos do Gen Mitre, que enfatizava a importância da presença de Osorio e de suas tropas junto às demais forças aliadas, considerando-se o planejamento para a invasão do solo paraguaio. Mitre, com vistas à expulsão do invasor do solo gaúcho, enviou uma força sob o comando do Gen Venâncio Flores, que foi denominada Exército de Vanguarda. A missão atribuída ao Gen Flores foi concentrar-se em Concórdia, acolhendo como reforço as tropas do Gen Pau-nero, e avançar depois na direção geral de Paso de los Libres, a fim de enfrentar a coluna que atuava na margem direita do rio Uruguai. As forças de Flores eram integradas por tropas uruguaias, argentinas e brasileiras, estas compostas pela brigada do Ten Cel Joaquim Rodrigues Coelho Kelly, que era integrada pelo 3º Batalhão de Voluntários da Pátria (3º BVP) e dos 5º e 7º Batalhões de Linha. Flores contava com 10.825 homens.

A 18 Jul 1865, Flores marchou com sua coluna em direção à margem direita do rio Uruguai. Atravessou os arroios Santana e São Joaquim quando foi informado por sua vanguarda de que o inimigo se aproximava da coluna, em direção ao Passo Capiquicé. Flores resolveu transpor imediatamente o curso d'água. A cavalaria do Gen Juan Madariaga estabeleceu contato com o inimigo e informou Flores, que decidiu atacá-lo sem perda de tempo. A coluna de Duarte adotou um dispositivo defensivo na altura do arroio Jataí, afluente do rio Uruguai. As forças de Flores eram mais numerosas e atacaram os paraguaios pela frente e por um dos flancos, tendo participado da operação a brigada do Cel Kelly. O invasor resistiu bem ao choque frontal, beneficiando-se das boas condições do terreno. A inferioridade numérica dos paraguaios não lhes permitiu uma resistência obstinada e, em pouco tempo, estavam sendo pressionados contra seu próprio acampamento. Duarte então lançou a cavalaria como último recurso. Nessa ocasião, completou-se a manobra de Flores e executou-se uma

operação no flanco do dispositivo guarani, cuja cavalhada, de rédea solta, se precipitou contra os rios Despedida e Jataí.

A força fluvial de Floriano Peixoto impediou a circulação de canoas do inimigo para a transposição do rio.

A decisão da luta foi obtida pela ação das forças aliadas contra a cavalaria de Duarte. O encontro de Jataí trouxe a destruição da coluna paraguaia. O próprio comandante caiu prisioneiro dos aliados.

Um pormenor retrata o espírito magnânimo do EB no tratamento dispensado aos prisioneiros paraguaios. Após a vitória, foram distribuídos entre os aliados para serem incorporados às tropas vitoriosas, medida comum nas guerras da região e pouco aconselhável. Diferindo do procedimento dos aliados, o comando militar absteve-se de redistribuir os prisioneiros pelas diferentes unidades. Ao contrário, foram transportados para o Brasil e, durante todo o restante da guerra, tanto os oficiais como os soldados receberam soldo, pago pelo governo imperial.

A Rendição de Uruguaiana

A ocupação de Uruguaiana causou grande trauma em todo o país. Falou-se muito (e mal) da atuação das forças defensoras da Província do RS.

Poucos dias antes de Estigarribia apoderar-se de Uruguaiana, o governo imperial, convencido da necessidade de um comando mais eficiente para as tropas meridionais, nomeou o Gen Manuel Marques de Sousa - Barão de Porto Alegre⁹, por decreto de 20 Jul. A repercussão foi boa em decorrência dos serviços prestados pelo insigne militar.

Com a notícia da invasão, Dom Pedro II decidiu partir para aquela Província a fim de, com a sua presença, ativar as medidas de defesa e mostrar sua solidariedade aos defensores da pátria. Deixou o RJ a 10 Jul no navio Santa Maria, levando consigo o genro Luís Augusto Maria Eudes de Saxe Coburgo-Gotha - o Duque de Saxe¹⁰ - os Ajudantes de Campo Tenentes-Generais Marquês de Caxias e Francisco Cabral, o Almirante Rodrigo Antônio de Lamare e o Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. A comitiva desembarcou no porto de Rio Grande em 16 Jul, prosseguiu para Porto Alegre, depois Rio Pardo, de onde prosseguiu via

⁹ Porto Alegre já estava na reserva do EB há nove anos, mas se apresentou voluntariamente para lutar contra os paraguaios agressores.

¹⁰ O outro genro Gastão d'Orleans - Conde d'Eu, reuniu-se à comitiva em Caçapava em 15 Ago.

terrestre para Cachoeira, Caçapava, São Gabriel, Alegrete e finalmente Uruguaiana, onde chegou a 11 de Set.

Após a vitória de Jataí, o Gen Flores uniu os seus esforços aos dos brasileiros que cercavam Uruguaiana e apelou a Estigarribia para que se rendesse, mostrando-lhe a inutilidade da resistência, principalmente depois da derrota de Duarte. O mesmo fizeram Caldwell e Canabarro. Estigarribia tentou romper a linha de sítio mas não conseguiu.

Uma das dificuldades dos aliados para concentrar as tropas em torno de Uruguaiana era a de como transportar o exército de Flores para a outra margem do rio, já que não existia material flutuante além dos exíguos meios da flotilha do Ten Floriano Peixoto. O acaso resolveu a dificuldade, graças à subida do nível das águas nessa ocasião. Logo vieram dois navios, o Taquari e o Tramandaí, trazendo a reboque duas chatas. Como era grande o efetivo a transpor e as condições atmosféricas eram adversas, a operação durou vários dias, terminando a 04 Set.

O Gen Porto Alegre assumiu o comando de todas as forças brasileiras a 21 Ago em frente a Uruguaiana, permanecendo o Gen Caldwell na chefia do estado-maior. Com a chegada de Tamandaré realizou-se uma conferência dos comandantes aliados, para discutir a maneira de agir contra o inimigo. Os brasileiros defenderam a ideia de esperar a chegada do Imperador e sua comitiva para então tomar uma decisão definitiva. Em nova reunião, no dia 02 Set, Flores e Paunero insistiram que se atacasse logo, mas os chefes brasileiros mantiveram o seu ponto de vista. Nessa ocasião houve um desentendimento entre Flores, de um lado, e Tamandaré e Porto Alegre de outro, envolvendo o critério de ação contra os invasores. Flores excedeu-se, tentando impor o seu ponto de vista, mas acabou por aceitar a opinião contrária, resolvendo-se mandar nova intimação a Estigarribia.

No dia 04, Tamandaré dirigiu-se ao acampamento de Osorio no Gualegui-Chico, objetivando conseguir mais efetivo para o cerco de Uruguaiana. Autorizado pelo Gen Mitre, Osorio determinou o embarque de dois batalhões brasileiros, o 11º de Caçadores e o 4º de Voluntários, e de um argentino, o Santa Fé. Mitre, que se encontrava em Concórdia, decidiu ir a Uruguaiana acompanhando Tamandaré.

A 10 Set, os dois chefes aliados chegavam a Uruguaiana trazendo os reforços. No dia 11 o Imperador chegou com sua comitiva. A presença dos dois estadistas aumentou a importância da ação contra Uruguaiana. A partir desta data, realizaram-se várias conversações entre eles e os comandantes aliados, ao mesmo tempo em que se aceleraram os preparativos para o ataque final marcado, após várias mudanças, para 18 Set. Na manhã desse

dia, o exército aliado iniciou o movimento em direção à cidade em três grandes formações: o 1º CEx (brasileiro), sob o comando de Porto Alegre; o Corpo Argentino, comandado pelo Gen Paunero, e o Exército de Flores, tendo como integrante mais forte a brigada brasileira do Cel Kelly. No total, eram cerca de 17 mil homens. A força naval brasileira, sob o comando de Tamandaré, era constituída de duas canhoneiras, três vapores e duas chatas, com um total de 12 bocas de fogo.

Ao meio-dia, com todo o dispositivo pronto, fez-se um último apelo de rendição à Estigarribia; um documento assinado por Porto Alegre em nome dos aliados. Estigarribia aceitou a rendição sob três condições: 1) entrega de toda a divisão, que receberia as regalias de guerra prescritas para os prisioneiros; 2) os chefes e oficiais sairiam com armas e bagagens e iriam residir onde quisessem, e os aliados deveriam sustentá-los durante a guerra, desde que não escolhessem como residência o Paraguai; e 3) os chefes e oficiais uruguaios, a serviço do Paraguai, ficariam prisioneiros do Império, com todos os direitos.

O Imperador Dom Pedro II reuniu os comandantes aliados, mandando redigir um documento que foi levado pessoalmente pelo Ministro da Guerra do Brasil, no qual se aceitavam as condições, exceto a saída dos oficiais com suas armas. Estigarribia concordou com a emenda, acrescentando apenas desejar que Dom Pedro II fosse "o melhor". Trazidos pelo Tenente-General Francisco Cabral, seu Ajudante, o Imperador recebeu a apresentação dos dois chefes guaranis, o Ten Cel Estigarribia, comandante da divisão, e um padre chamado Santiago Blas Ignacio Duarte, que parecia ser o verdadeiro cabeça da expedição.

Antes de entrar em Uruguaiana, Dom Pedro II assistiu ao desfile dos prisioneiros, desarmados. À exceção dos oficiais, ninguém usava calçado. Segundo a ordem do dia do Ministro da Guerra, renderam-se 59 oficiais e 5.131 soldados, sem contar os que haviam abandonado prematuramente as trincheiras. Copioso material foi apreendido na cidade, inclusive sete bandeiras. O Imperador entregou uma a Mitre e outra a Flores. Com a rendição de Estigarribia acabava a pretensão paraguaia de ocupar o sul do território brasileiro.

A atuação do Exército Brasileiro

O Conde d'Eu anotou suas impressões sobre a força brasileira por ocasião do cerco de Uruguaiana, dizendo que, dos batalhões em forma, o mais brilhante era o 5º, cujo pessoal usava farda verde,

sendo que o restante da infantaria levava blusa de flanela encarnada, "que não favorece o aspecto militar da tropa". Sobre a 2^a Divisão, do Barão de Jacuí, ressaltou como aspecto singular a quase ausência de uniforme, substituído pelo poncho. Destacou a 1^a Companhia de zuavos baianos como "a mais linda tropa do Exército brasileiro", composta exclusivamente de afro-descendentes.

Quanto à atuação das forças que se opuseram à coluna paraguaia de Estigarribia, desde a travessia do rio Uruguai, em São Borja, até a ocupação de Uruguaiana, fizeram-se muitos reparos, e as críticas atribuíam a seu desempenho a responsabilidade pelo fracasso da defesa.

Ao se examinarem os acontecimentos envolvendo as forças brasileiras, é preciso considerar o estado de espírito dominante na época. Não se pode afirmar que os soldados das forças operacionais não possuíssem a têmpera, o amor à Pátria e a bravura de seus antecessores. Seus chefes, como David Canabarro e o Barão de Jacuí, personificaram guerreiros de valor nas inúmeras lutas em território sulino e platino. As razões que explicam a progressão inimiga sem resistência efetiva desde São Borja até Uruguaiana são as seguintes:

- a) o grande desinteresse do povo brasileiro, no início da guerra, pelo conflito armado;
- b) a falta de instrução e de equipamento e a organização precária das tropas, na maioria constituídas de voluntários e de elementos da Guarda Nacional, mobilizados pouco antes;
- c) a demora na junção da 2^a Divisão com a 1^a, feita somente quando o inimigo já entrava em Uruguaiana, que pode ter sido causada pela antiga inimizade entre o Barão de Jacuí e David Canabarro, comandantes, respectivamente, da 2^a e da 1^a divisões; e
- d) a demora nas decisões do Gen Caldwell, que se reunia em conselho de guerra com os comandantes subordinados e geralmente concluía que o melhor a fazer era manter-se em expectativa, à espera de novos reforços.

Mesmo assim, é forçoso reconhecer que houve resistência brasileira no Combate do Butuí/São Donato (26 Jun) e Japejú (22 Jul).

Comentários finais

Foi importante para o Brasil, sob o ponto de vista psicológico e moral, a incursão paraguaia ao RS e a tomada de Uruguaiana. O próprio destino pareceu colaborar para a fraca atuação das divisões brasileiras, pois a humilhação sofrida naquele extremo sudoeste do Brasil

acordou a alma nacional, em meio àquele pesadelo de dificuldades e reverses. Contribuiu decisivamente para que todo o país se empenhasse na luta a ida do Imperador ao Sul, com o Ministro da Guerra e com o Marquês de Caxias.

Os episódios da invasão anterior, culminando com o domínio da parte sul de Mato Grosso pelas tropas paraguaias, embora ousado e devastador de vidas e recursos da Província, não despertaram a Nação para o perigo da Guerra da Tríplice Aliança. Até mesmo o extraordinário feito de Antônio João Ribeiro e de seus comandados permaneceu desconhecido e só mais tarde é que foi exaltado.

GTA VI¹¹ - A Campanha de 1866/70 - Caracterização da área e preliminares

Aárea de operações compreendia o atual território da República do Paraguai e se caracterizava por sua posição central no continente sul-americano, cercado de extensos territórios pertencentes ao Brasil, à Argentina e à Bolívia, na época praticamente despovoados. Não havia mapas que permitissem o conhecimento da região. O terreno apresentava-se baixo, com algumas elevações isoladas e uma região de cordilheiras a nordeste. Dois grandes rios cortavam a área: o Paraguai, que dividia o país ao meio e permitia a navegação até o interior de Mato Grosso por navios de certo calado; e o Paraná, que era navegável em grande trecho. A vegetação alternava-se entre florestas, savanas e campos de pastagem.

Do ponto de vista militar, a melhor via de acesso ao núcleo central do país era o rio Paraguai, e Assunção, a capital, era o grande objetivo estratégico a ser atingido.

O Plano de Operações de Caxias

As operações conduzidas pela Tríplice Aliança no sul do Paraguai identificavam-se com o quadro estratégico esboçado por Caxias logo ao irromper a guerra, a 25 Jan 1865, a pedido do Ministro da Guerra. O plano mostrava a objetividade do futuro patrono do Exército

¹¹ Para a cronologia completa da Guerra acessar: Giorgis, Luiz Ernani Caminha. Cronologia da Guerra do Paraguai. Porto Alegre: Renascença, 2020.

ao considerar a linha de conduta a ser mantida após a invasão empreendida por López, de surpresa, a Mato Grosso e ao RS.

O Ministro da Guerra, Henrique Beaurepaire-Rohan, percebendo as suas limitações face à situação de beligerância, solicitou apoio do Marquês de Caxias que se colocou de imediato a auxiliá-lo. Contando com isso, o Ministro remeteu a Caxias, em 20 Jan 1865, um questionário para que apresentasse sugestões para a organização de um exército de campanha e um plano de guerra, nestes termos:

"1º - A que número de praças das diferentes armas deveremos elevar nosso Exército em relação à guerra com o Estado do Paraguai? 2º - Quais os recursos de que devemos lançar mão para que esse Exército se possa organizar com presteza? 3º - Qual o melhor plano de campanha a adotar-se para assegurar o triunfo de nossas armas? 4º - Se acha conveniente que os corpos que vão chegando das Províncias do Norte sigam imediatamente a se reunirem ao Exército em operações ou se convém demorá-los na Corte para serem convenientemente exercitados?

Além desses quesitos espero que V. Excia. me comunicará qualquer ideia sua que possa interessar a nossos preparativos de guerra, quer em relação ao ataque quer em relação à defesa de alguns pontos de nossa fronteira".

Caxias respondeu a todos os quesitos. Transcreve-se, na íntegra, o que escreveu sobre a terceira indagação:

"Julgo que convém dividir o Exército em três colunas, ou Corpos de Exército, devendo o principal marchar pelo Passo da Pátria, no Paraná, pela estrada mais próxima e paralela ao rio Paraguai, com direção a Humaitá, e daí a Assunção. Esta força deverá operar de acordo com a nossa esquadra que subir o rio Paraguai. Batido Humaitá, o nosso Exército deve continuar a sua marcha a todo transe até a capital do Paraguai, combinando seus movimentos com a força de Mato Grosso, as quais deverão perseguir o inimigo que tiver invadido a Província até a linha do Apa, esperando aí as ordens do General em chefe do Exército do Sul para, de acordo com ele, descer até onde convier. E a outra coluna que não deverá ser menor de 6 mil homens, marchará por São Paulo em direção à Província de Mato Grosso, fazendo junção com as forças que já guarneçem àquela Província, as quais calculei em 4 mil homens. Esta coluna deverá operar por Miranda com o fim não só de assegurar as cavalhadas e

gados que existem por esse lado como para obrigar o inimigo a distrair forças de sua base de operações e facilitar assim a entrada do grosso de nosso Exército que deve invadir pelo lado de Humaitá. Uma outra coluna ou Corpo de Exército deve chamar a atenção do inimigo pelo lado de São Cosme, Itapuã ou São Carlos, para que não só não possa ele cortar-nos a retirada pelo Passo da Pátria, no caso de revés no Humaitá, como para que não convirja com todas as suas forças sobre esse ponto quando atacado pelo nosso Exército. Este movimento deverá competir às nossas forças que guarnecem a fronteira de São Borja e deverão constar, pelo menos, de 10 mil homens, das três armas, e ser bem comandadas".

Portanto, a estratégia consubstanciada por Mitre: "Marcha pela direita, procurando por meio dela o flanco esquerdo do inimigo e por aí atacá-lo", nada mais era do que a execução do plano de Caxias.

A concentração dos aliados

Depois da rendição de Uruguaiana, os aliados passaram a dispor de duas principais forças - uma em Uruguaiana, outra em Concórdia; muito afastadas, portanto. Era necessário integrá-las em um ponto central, em território argentino, entre os rios Paraná e Uruguai. Essa concentração não seria fácil, mas a partir dela começaria verdadeiramente a Guerra da Tríplice Aliança.

Toda sorte de embaraços opunha-se às tropas da Tríplice Aliança; o terreno era pobre em vias de comunicação, pouco povoado, muito cortado por cursos d'água; havia escassez de meios de travessia, as chuvas dificultavam os deslocamentos e facilitavam a propagação das epidemias.

Assim mostrava-se o quadro em que se desenrolaram os primeiros movimentos, a partir de 20 Set 1865, data de passagem das forças de Uruguaiana para Paso de los Libres. Em 26 Dez, o grosso do exército aliado estava concentrado a leste de Corrientes e ao sul das Três Bocas.

Os preparativos para a invasão

Os preparativos estenderam-se até março de 1866, houve recompimento e reorganização da tropa, melhoria do adestramento, reunião de material e montagem da base de operações.

Os engenheiros brasileiros, sob o comando do Ten Cel José Carlos de Carvalho, cuidaram dos preparativos técnicos para a transposição do Paraná. Em Corrientes montou-se uma oficina especial para a produção de armas portáteis, criou-se um depósito de material bélico e de engenharia e preparou-se a instalação de hospitais.

Não era tranquila a vida no acampamento no Passo da Pátria: durante todo esse tempo os paraguaios não deixaram de hostilizar a tropa, obrigando os aliados a redobrar a vigilância e a executar frequentes reajustamentos no dispositivo.

A 25 Fev, reuniram-se Mitre, Tamandaré, Osorio e Flores para acertar detalhes da invasão. Tamandaré demonstrou que as unidades navais se encontravam aprestadas para o combate das fortificações inimigas, mas que era favorável a um plano em que as forças navais e as do exército atuassem em conjunto. Mitre solicitou que a esquadra pudesse efetuar um reconhecimento da região das Três Bocas objetivando o melhor local para o desembarque. Esta proposta foi imediatamente aceita.

O início das operações

Em 17 Mar 1866, partiu a Esquadra brasileira para começar a subida dos rios Paraná e Paraguai; compunham-na três divisões, integradas por quatro couraçados, 10 canhoneiras, três corvetas, seis avisos, seis transportes e sete navios estrangeiros fretados pelo governo imperial com a função de transporte. Aproximava-se do Paraguai a força naval mais importante que já se constituíra na América do Sul. A 20, a Esquadra conseguia interceptar as comunicações do inimigo entre os dois rios, não obstante os fogos de terra dos paraguaios, e prosseguia em direção a Três Bocas. Tendo em vista os desconhecimentos hidrográficos da região e como os chefes militares não haviam chegado a um consenso onde proceder a operação anfíbia de desembarque das tropas, a Esquadra iniciou reconhecimentos e sondagens sob a direção da comissão composta pelos 1ºs Ten Antônio Luís von Hoonholtz, Artur Silveira da Mota e Cunha Couto. Os paraguaios procuraram obstaculizar ao máximo essas operações, utilizando chatas, mortífero invento, motivo pelo qual essa fase ficou conhecida como Guerra das Chatas. Vários dos nossos perderam as vidas, lamentando-se em especial a morte do 1º Ten Antônio Carlos de Mariz e Barros, comandante do Tamandaré. Objetivando iludir os paraguaios de que se projetava efetuar o desembarque na área do Forte de Itapiru, localizado na margem do rio Paraná, determinou-se a ocupação da ilha da

Redención, em frente ao Forte de Itapiru, o que se concretizou na madrugada de 06 Abr, com tropas sob o comando do Ten Cel João Carlos de Vilagran-Cabrita. Organizou-se logo a defesa da ilha mas os paraguaios, a 10 Abr, comandados pelo Cel Jose Diaz, tentaram recuperar a posição, mas apenas deixaram mortos na ilha, que continuou a pertencer aos aliados. Nesse mesmo dia, uma bala de canhão 68, partindo do Forte de Itapiru, atingiu o local onde se encontrava Vilagran-Cabrita matando-o, juntamente com outros oficiais. A pequena ilha ganhou logo o seu nome dado pelos companheiros (as caudalosas águas do rio Paraná incumbiram-se de fazê-la desaparecer). A manutenção da conquista propiciou as condições de segurança para os reconhecimentos que indicaram os locais de desembarque de 65 mil homens.

A transposição do rio Paraná

As 8:30 horas de 16 Abr, após intenso bombardeio da Esquadra e das posições estabelecidas na ilha Vilagran-Cabrita, iniciava-se a transposição; meia hora depois os primeiros contingentes aliados desembarcavam na margem esquerda do rio Paraguai; o primeiro a colocar o pé em solo paraguaio foi o Gen Osorio, seguido de seus Ajudantes e de um piquete.

A surpresa do inimigo foi completa, pois os movimentos da esquadra nos dias anteriores induziram López a julgar que a transposição seria mais a nordeste. Quando o Paraguai enviou, apressadamente, alguns contingentes para a região, foram recebidos pelo fogo cerrado de nossos navios: quando chegaram ao local que lhes fora destinado, lá encontraram os primeiros batalhões aliados já praticamente instalados.

Por volta das 14 horas, já era de quatro Km a profundidade da cabeçade-ponte e os novos escalões chegavam ininterruptamente. Na manhã de 17, os paraguaios comandados pelo Ten Cel Basílio Benitez contra-atacaram, investindo contra as baterias desguarnecidas e batendo algumas frações de tropa que se encontravam dispersas. Não fosse a rápida intervenção de Osorio e os aliados sofreriam sérios reveses. Esta vitória obtida pelas vanguardas de Osorio e por ele comandadas provocou o abandono do Forte de Itapiru ainda nesse dia. Na manhã de 18 foi ocupado o Forte de Itapiru. Após intenso bombardeio aliado, López e seus comandados abandonaram o Passo da Pátria (23 Abr), retraindo para a margem setentrional do Estero Bellaco, sendo que Osorio procurou manter o contato com o inimigo. Enquanto isso, o grosso do exército aliado se reorganizava a fim

de poder, no curto prazo, retomar o movimento para o norte. De 26 a 30 Abr a vanguarda, ao comando do Gen Flores, realizou reconhecimentos, travando combates esporádicos com o inimigo, que se mantinha vigilante. Próximo ao Estero Bellaco, seis mil paraguaios, sob o comando do Cel Jose Diaz, beneficiando-se do conhecimento da região, irromperam de um matagal e atacaram com ímpeto ao meio-dia. A ação foi iniciada com violento fogo de Art e de foguetes incendiários, numa tentativa paraguaia de isolar os primeiros elementos. A Bda Pessegueiro e um batalhão uruguai trataram de deter o avanço inimigo, criando condições para que Osorio, seguido da 6^a DI, sob o comando do Gen Vitorino Monteiro (depois Barão de São Borja), contra-atacasse e rechaçasse os guaranis, que perderam três mil homens, entre mortos, feridos e prisioneiros. Foi mais uma vitória aliada nesse 02 Mai.

A seguir, os aliados pararam por 18 dias, só retomando a progressão a 20 Mai, tempo necessário para organizar a logística, uma vez que a região invadida nada podia oferecer; não havia povoações e poucos moradores. Após recalcar o adversário e atravessar o Estero, identificaram um terreno alto situado entre o Pantanal, o Potrero Pires, o Estero Bellaco e o Estero Rojas e resolveram acampar, apesar das condições desfavoráveis. Protegido pela mata e acampado na margem norte do Estero Rojas, Solano Lopez observava os movimentos aliados, sem que estes o percebessem. A posição paraguaia permitia-lhe desfrutar de excelente vista sobre todo o acampamento das tropas da Tríplice Aliança.

A Batalha de Tuiuti

Ao amanhecer de 24 Mai, apoiados em forte posição, os paraguaios esperavam atacar e destruir a maior parte dos exércitos aliados, a fim de criar condições para a contra-ofensiva. Nossa dispositivo em Tuiuti era mais ofensivo do que defensivo. Os guaranis utilizariam cerca de 24 mil homens, enquanto o Brasil, a Argentina e o Uruguai dispunham de 32 mil, sendo 21 mil brasileiros, 10 mil argentinos e 1.200 orientais. A cavalaria achava-se quase toda a pé por falta de montarias. Pela primeira vez os contendores empregariam grandes forças e medir-se-iam com idêntica determinação.

Por volta das 12 horas os soldados de López, divididos em três agrupamentos de forças, comandados por Resquin, Barrios e Diaz arremeteram com violência; pretendiam invadir simultaneamente pela frente e pelos flancos, para cortar uma possível retirada dos aliados. Usariam 9.500

homens pelo flanco direito, o mesmo efetivo pelo flanco esquerdo e cinco mil pelo centro; a convergência das colunas flanqueantes facilitaria a destruição dos aliados. O terreno era favorável à tomada de um dispositivo ofensivo, mas constituía em parte um obstáculo, atrasando a coluna da esquerda. Manuel Luis Osorio, Antônio de Sampaio e Emílio Luís Mallet teriam participação decisiva no confronto.

Mallet esperou com as baterias silenciosas a aproximação da coluna do centro até que se enquadrasse em seu campo de tiro, para então bater o inimigo. Ao tentar escapar da artilharia-revólver e procurando flanqueá-la, o adversário esbarrou na Divisão Encouraçada onde Sampaio comandava as ações e após muito combater foi mortalmente ferido. Quando a situação pareceu tornar-se ameaçadora, acorreu o próprio Osorio, de lança em punho, comandando as reservas, empregando-as rápida e decisivamente nos pontos vulneráveis. O ataque frontal dos paraguaios perdeu impulsão sem que as suas alas, repelidas pelos brasileiros e argentinos, alcançassem os objetivos. O plano de Lopez fracassara e às 16:30 horas, com a retirada paraguaia, encerrava-se, melancolicamente, a batalha iniciada com a pompa dos espetáculos militares.

Os paraguaios tiveram 13 mil baixas (seis mil mortos e sete mil feridos); os aliados perderam 3.900 homens (975 mortos e 2.925 feridos), ficando o Brasil com as maiores perdas (três mil homens).

A derrota de Lopez em Tuiuti foi fragorosa mas não decisiva, porque ele continuava senhor das linhas do Sauce, onde entrincheirara o restante de seu Exército. Além disso, os paraguaios se retiraram para as suas posições de Passo-Pocu sem serem inquietados, dada a falta de mobilidade dos aliados para aproveitar o êxito e desencadear a perseguição.

Embora vitoriosos em Tuiuti os aliados perderam a iniciativa estratégica e sofreram grandes baixas; a cavalaria, praticamente desmontada, tinha falta de meios de transporte. Os paraguaios esgotaram sua capacidade ofensiva e passaram à defensiva, com o objetivo de prolongar a guerra a fim de obterem pelo menos uma paz negociada. A luta entrou em nova fase, caracterizada pela estabilidade da frente.

Comentários sobre Tuiuti e seus vultos maiores

Em Tuiuti, considerada a mais importante e sangrenta batalha campeal da América do Sul, pelos efetivos envolvidos, pela violência dos combates e pelo valor dos chefes militares presentes, destacaram-se as figuras de Osorio, Sampaio e Mallet, pelo lado brasileiro.

Poucos chefes militares deixaram lições tão fecundas à compreensão da psicologia do homem brasileiro quanto Osorio. Quando lhe perguntaram por que participava pessoalmente dos perigos da tropa, respondeu: "Eu preciso provar aos meus comandados que o General é capaz de ir até aonde os manda". Ao anunciar a invasão do Paraguai, disse: "É fácil a missão de comandar homens livres, basta apontar-lhes o caminho do dever". De Osorio, disse Rio Branco, que ele foi:

"uma das mais puras glórias do Exército Brasileiro. (...) Nenhum outro general brasileiro foi mais justamente popular e querido que Osorio, grande e ilustre pela bravura, pela lealdade e pelo patriotismo".

Sua atuação em Tuiuti mostrou-se verdadeiramente notável, ofuscando o Gen Mitre, cuja presença foi meramente ornamental. Osorio mobilizou-se com extrema rapidez, conduzindo uma Brigada da 1ª Divisão para combater a investida de Barrios; neste local, participou pessoalmente do combate como se fosse um jovem tenente, e não deixou de acudir a artilharia de Mallet mandando-lhe mais canhões. Uma Carta imperial de 01 Mai 1866 o tinha feito Barão do Herval.

Sampaio foi outra figura magnífica de chefe militar. Enquadra-se bem na caracterização feita por Napoleão ao Marechal Pierre François Charles Augereau, Duque de Castiglione, e ao Marechal André Masséra, Duque de Rivoli. Sua vida é um exemplo de tenacidade; inteligência viva, vontade e honestidade de propósitos são características que o distinguem, além do caráter altivo e independente. Destacou-se já como oficial e subalterno, no Maranhão, entre 1839-41, servindo sob as ordens de Caxias e participando com destaque em mais de 50 combates, com ação de comando em 48. Continuou impondo-se pelo valor e pela coragem na campanha de 1851-52 e, já como Coronel, na Guerra do Uruguai, em 1864-65. Em Tuiuti, esteve magnífico. Quando Osorio lhe pediu mais um sacrifício no fragor da luta, Sampaio, banhado em sangue, informou que estava perdendo muito sangue e que seria conveniente mandar substituí-lo. A seguir recebia outro balazo e completava: "Olhe, senhor alferes, diga ao general que este é o terceiro ferimento". Morreu dias depois, em 06 Jul 1866, a bordo do transporte Eponina, que o conduzia de Corrientes para o hospital em Buenos Aires.

O leão e as três estrelas ostentados no estandarte do Regimento Sampaio são homenagem da Arma de Infantaria a seu patrono, traduzindo a

bravura, o sofrimento e o estoicismo do grande chefe militar. As três chagas de Sampaio em Tuiuti inspiraram os motivos heráldicos (as três estrelas) da condecoração Sangue do Brasil, atribuída aos que derramaram seu próprio sangue em defesa da Pátria.

Foi decisiva a atuação de Mallet no comando da artilharia-revólver, como ficou sendo conhecida a arma de apoio de fogo, pela rapidez de intervenção e pela concentração do fogo em qualquer ponto da frente.

A Batalha das Nações, como alguns chamam a Batalha de Tuiuti, glorificou os três maiores chefes militares das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Com base na sua atuação demonstrada naquela jornada foi que o Exército brasileiro os escolheu para patronos de suas respectivas armas. Villagran Cabrita foi escolhido para Patrono da Engenharia.

O período de estabilização

Após a vitória de Tuiuti os chefes aliados decidiram paralisar as operações, firmando-se nas posições já conseguidas, aguardando a remessa de cavalos e a presença do 2º CEx, comandado pelo Barão de Porto Alegre, e designado para entrar em atividade.

Osorio, sentindo-se adoentado, solicitou ser substituído; não conseguia andar a pé ou a cavalo, pois uma das pernas inchara e o fazia padecer. Em 15 Jul, passou o comando ao Marechal-de-Campo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão e retirou-se para o RS.

Lopez aproveitou-se da inatividade dos aliados para reativar ações ofensivas esparsas, afim de mantê-los em permanente sobressalto. Utilizou com frequência golpes de mão sobre posições avançadas dos aliados.

A 10 e 11 Jul, o inimigo atacou as posições mantidas pelos argentinos em Yatayty-Corá, sofrendo muitas perdas; logo a seguir mudou de orientação e resolveu agir nas matas do Sauce, setor dos brasileiros e uruguaios, onde nada conseguiu, a não ser provocar perdas de ambos os lados. Em meados de agosto, chegara à área de operações parte do 2º CEx, ao comando do Barão de Porto Alegre, que completou a ocupação na área de Itapiru; viera do RS a fim de reforçar as tropas aliadas e aumentar a sua mobilidade, pois dispunha de boa quantidade de cavalos.

Com o aumento das forças e enquanto prosseguia a reorganização do grosso, reuniram-se, no dia 18, Mitre, Flores, Polidoro, Porto Alegre e Tamandaré. Após a verificação dos efetivos de que os aliados dispunham,

Tamandaré sustentou a tese de ataque e ocupação de Curuzu¹² e Curupaiti, no que foi apoiado por Porto Alegre. Enfim, aceitaram os generais a proposta de Tamandaré, decidindo-se as ações combinadas sobre Curuzu e Curupaiti, a cargo de Porto Alegre e de Tamandaré; simultaneamente as forças concentradas em Tuiuti empreenderam uma operação contra o flanco esquerdo da posição paraguaia do Sauce. Com a manobra pretendiam os aliados abrir o caminho para Humaitá, primeiro objetivo estratégico da guerra.

A Esquadra postou-se, então, próxima de Curuzu, aguardando a chegada de dois encouraçados: o Lima Barros e o Rio de Janeiro. Finalmente, na manhã de 01 Set, o 2º CEx embarcou nos navios da Esquadra, atingindo as proximidades da linha de Curuzu. Após o bombardeio da posição inimiga pelos navios da Esquadra nesse dia, iniciou-se o desembarque na tarde de 02 e, logo após, a progressão por uma picada, margeando o rio; a vanguarda desalojou os paraguaios do Palmar após combate no qual perdemos 70 homens. Já se podia avistar a bandeira paraguaia tremulando por cima da trincheira de Curuzu; no fim da tarde e à noite houve pequenas escaramuças¹³. Ao amanhecer do dia 03, o 2º CEx desencadeou um ataque violento. Os paraguaios não resistiram por muito tempo e os brasileiros se apossaram dos parapeitos da fortificação, perseguiram o inimigo e chegaram perto das linhas de Curupaiti. Porto Alegre renunciou à ideia de assaltar de imediato a fortificação de Curupaiti. Quando, praticamente, estava aberto o caminho para a derrubada das posições paraguaias e o consequente cerco que propiciaria a destruição do Exército de López, mandou que os elementos mais avançados se recolhessem a Curuzu. Fez isto por falta de informações sobre as fortificações e sobre o terreno que seus soldados encontrariam pela frente.

Nos dias seguintes reuniram-se os comandantes aliados para acertar o novo plano de manobra. Enquanto isso Lopez ganhava tempo para reforçar a sua posição em Curupaiti. A 11 Set, solicitou a Mitre uma conferência. Mitre reuniu-se com Flores e o General Polidoro, decidindo-se que o convite seria aceito, no dia 12, em Yatayty-Corá, às 0900 h. Mitre seguiu com uma escolta de 20 homens. As conversações ocorreram em local aberto entre Lopez e Mitre. Flores esteve presente por alguns instantes¹⁴

¹² Trincheira paraguaia 1,8 Km ao sul de Curupaiti, estendida da margem do rio Paraguai até uma lagoa. Era guarnecida por 2,5 mil homens e 13 canhões (BIBLIE, 1998, p. 181).

¹³ Às 1400 h, foi a pique o encouraçado Rio de Janeiro, em função de duas explosões (Idem).

¹⁴ Uma das versões dá conta de que Flores se retirou por ter sido ásperamente acusado por Lopez de ser o responsável pela guerra na condição de líder do Partido Colorado do Uruguai.

e Polidoro não compareceu. As conversações demoraram várias horas mas não se chegou a qualquer resultado, conforme Mitre declarou em seguida. Na verdade, López alcançara exatamente o seu propósito: retardar o assalto aliado a Curupaiti.

Nesse interregno, os aliados se preparavam para atacar Curupaiti, o que não foi realizado antes do dia 22 por causa do mau-tempo.

Em 22 Set, apoiada por intenso bombardeio naval e terrestre, a tropa aliada, aproximadamente 20 mil homens, progrediu e por volta de 12 horas caía a primeira linha fortificada paraguaia; na continuação do combate os aliados encontraram uma série de obstáculos, que foram intensamente batidos por fogos, mas às 14 horas Mitre e Porto Alegre ordenaram o retraimento geral. Foi a primeira derrota da Tríplice Aliança, com número considerável de perdas entre argentinos e brasileiros (perdas dos argentinos: 2.082 entre mortos e feridos; dos brasileiros: 2.011).

A primeira investida para explicar a derrota recaiu em culpar os chefes. No entanto, parece certo que a preparação para o ataque não se mostrou conveniente. A consequência mais importante desse desastre foi a paralisação das operações, período entre o dia 22 Set 1866 a 21 Jul 1867. As posições dos contendores não sofreram alterações; ocorreram alguns bombardeios e escaramuças que não definiram vantagens.

No dia 25 Set, o Gen Flores deixou o acampamento de Tuiuti, retirando-se para Montevidéu¹⁵. A 01 Out Polidoro, alegando idade avançada (64 anos) pediu licença para viajar para o RJ, afastamento que obteve somente em maio do ano seguinte.

O governo brasileiro estava convencido da necessidade de um comando unificado das forças terrestres e marítimas. A derrota de Curupaiti repercutiu na Corte, o que causou o convite do Presidente do Conselho de Ministros Zacarias de Góis e Vasconcelos para o Marquês de Caxias, que aceitou. Em 10 Out, Caxias foi nomeado comandante-em-chefe de todo o efetivo brasileiro em operações no Paraguai.

Os preparativos para a ofensiva

O Marquês de Caxias partiu do Rio em 29 Out 1866 a bordo do vapor Arinos. Passou por Montevidéu e Buenos Aires, conferenciando, no dia 14 Nov, em Corrientes, com Tamandaré. Às 1600 h

¹⁵ Não retornou mais para o TO. Foi assassinado em 19 Fev 1868 em Montevideo.

do dia 18 chegava ao acampamento de Tuiuti, assumindo o seu comando diante da tropa formada.

De acordo com o que deixara acertado na Corte, o governo nomeou o Vice-Almirante Joaquim José Ignácio para o comando-em-chefe da Esquadra, por decreto de 03 Dez, recebendo-o no dia 22, no vapor Isabel, presente o venerando Tamandaré que se retirava para o RJ.

Dentro desta conjuntura, o governo achou necessária a criação do 3º Corpo de Exército. Visando a esta providência, nomeou, em 18 Out, o Gen Manuel Osorio Comandante das Armas da Província do RS e Comandante, no dia 20, do futuro 3º Corpo.

A chegada de Luiz Alves de Lima e Silva ao acampamento em Tuiuti deu novo alento às forças brasileiras, pois o incansável chefe visitava a todos, providenciava a renovação do material, percorria os hospitais. Ao assumir o comando geral e avaliar a situação chegou às seguintes conclusões:

a) A vitória em Riachuelo, no início das operações, decidira o destino da guerra sob o ponto de vista estratégico, pois a posição geográfica do Paraguai fazia-o depender, de modo absoluto, dos rios Paraguai e Paraná, agora bloqueados;

- b) Os aliados deviam preparar-se para as batalhas que conduzissem à conquista de Assunção, sede do poder; no entanto, havia um objetivo intermediário importante - Humaitá - cuja posse era imprescindível;
- c) O destino do conflito seria decidido sobre a calha do rio Paraguai;
- d) Muito pouco se fizera para destruir as forças adversárias ou anular a sua capacidade de luta, embora tivessem sido obtidas diversas vitórias; e
- e) Os aliados dispunham, praticamente, no território paraguaio, de apenas uma cabeça-de-ponte.

No dia 09 Fev 1867, Mitre deixou Tuiuti retirando-se para a Argentina, tendo entregado o comando dos exércitos aliados a Caxias.

A reorganização das forças aliadas empreendida por Caxias refletia, em plenitude, sua figura de administrador. Sua atividade fazia-se sentir já durante a viagem para o TO. Reorganizaram-se hospitais, depósitos e outras instalações escalonadas ao longo da extensa linha de transportes. No acampamento da cabeça-de-ponte aliada foram inúmeras as providências de Caxias, aproveitando os longos meses de estabilidade das operações. Os animais mereceram muita atenção. Em discurso no Senado após a guerra Caxias declarou: "(...) não havia mais de 2 mil cavalos e estes não (estavam) em muito bom estado; a cavalaria do 2º Corpo estava toda apeada (...)" . Os CEx e as unidades, de modo geral, foram reestruturados, de vez que os 1º e 2º CEx, como verificou Caxias, apresentavam características de orga-

nização diversas e "pareciam pertencer a diferentes nações, tais eram as disparidades que neles se notavam". Intensificou-se a instrução dos quadros e da tropa, dando-se ênfase principalmente a combate e serviço em campanha.

As comunicações receberam particular atenção: construíram-se instalações elétricas e encomendaram-se dois balões¹⁶ para observação nos Estados Unidos da América, sendo igualmente construídos mangrulhos (torre de observação), o que muito facilitava a atividade de planejamento.

Dinamizou-se o fluxo ao longo da cadeia de suprimentos e evacuação. Instalaram-se arsenais e depósitos na área de operações, foi ampliado o apoio de saúde com a abertura de novos hospitais. Promoveu-se a aquisição de cavalos e muares, aumentando-se os estoques de milho e alfafa. Finalmente, cuidou-se em especial do moral da tropa, visando a elevá-lo e melhorar o estado disciplinar, que era desolador. Promoveram-se apresentações teatrais e outros espetáculos, construiu-se uma igreja e criou-se uma chefia de polícia.

Essas medidas, todas ligadas à Logística, davam a Caxias condições de retomar a ofensiva para decidir de vez o destino da guerra.

Em 10 Mai 1867, Polidoro passou o comando do 1º CEx ao Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão.

Entrementes Osorio, no RS, dedicava-se à tarefa de criação do 3º Corpo. As dificuldades avolumaram-se por causa da propaganda negativa daqueles que afirmavam que o RS já havia contribuído o bastante para a guerra. Mas Osorio não esmoreceu e arregimentou homens no caminho para São Borja. Em 23 Mar 1867, começa a transpor o rio Uruguai em frente a Itaqui com 2.300 homens. Com os que se juntaram a ele nessa oportunidade, somou 4.338 homens. Em 16 Jul, começou a travessia do rio Paraná e poucos dias depois alcançava Tuiuti.

O reinício do movimento

O movimento para o norte foi reiniciado em 22 Jul 1867¹⁷ e, depois de romper a linha do Estero Bellaco no dia 31, estacionavam em Tuyu-Cué o 1º Corpo (Argolo) e o 3º Corpo (Osorio). O 2º (Porto

¹⁶ O 1º balão, do francês Louis Doyen não foi utilizado. Os dois balões do NA Thadeu S. Lowe foram operados pelos irmãos NA James e Ezra Allen, que chegaram em Tuiuti em 31 Mai 1867. Foram 20 ascensões. A mais alta chegou a 140 m (BIBLIEx, 1998, p. 182).

¹⁷ Após nove meses de intensa preparação logística e operacional. Inicia com a marcha de flanco de Tuiuti para Tuyu-Cué (Giorgis, 2020, p. 67).

Alegre) guarnecia as posições de Tuiuti e Passo da Pátria. A 1º de agosto, Mitre voltou ao teatro de operações, reassumindo o comando geral das tropas aliadas. Nesta retomada das ações, destacou-se a série de brilhantes ataques da 2ª Divisão, sob o comando de Andrade Neves.

Mitre e Caxias viram que a situação do terreno não correspondia ao imaginado; o prosseguimento estava barrado por obras defensivas; era necessário, portanto, empreender ações profundas de reconhecimento. Esse encargo foi atribuído a Andrade Neves; para isto sua divisão chegou quase à retaguarda de Humaitá, cortou a linha telegráfica para Assunção e infligiu muitas baixas aos paraguaios, além de tomar-lhes gado, munição, armas e ferramentas.

Nesse espaço os dois chefes principais da Tríplice Aliança procuraram montar novo plano, depois de alguns desacordos, prevalecendo o pensamento geral de Caxias, que desejava manter um corpo de exército em Tuiuti para garantir o contato com a esquadra e com o resto do efetivo transpor o flanco esquerdo dos paraguaios contornando as fortificações de Curupaiti e Humaitá. A esta parte se convencionou chamar Marcha de Flanco. O êxito da operação seria alcançado quando a Esquadra ultrapassasse Curupaiti e Humaitá, cortando as comunicações com o restante das forças de Lopez.

Assim, o exército aliado prosseguiu rumo norte passando por Tio Domingos (25 e 26 Jul) e no dia 31 chegou a Tuyu-Cué. Mitre desejava insistente que a Esquadra forçasse Curupaiti e Humaitá de uma só vez. O Vice-Almirante Joaquim José Ignácio ponderou a Caxias ser perigoso que a Esquadra ultrapassasse Humaitá antes que as tropas pudesse chegar às margens do rio Paraguai.

Caxias, sensatamente, ordenou a subida da Esquadra para forçar Curupaiti e, só depois deste evento, seria avaliado o estado dos navios e a vantagem de forçar imediatamente Humaitá. A experiência histórica já demonstrara que praças-fortes como Humaitá podiam suportar com vantagem os barbardeios.

A 15 Ago a Esquadra se movimentou e transpôs Curupaiti com dez encouraçados, fundeando à vista da ponta de Humaitá. As fortes defesas da cidadela tornavam temerária uma investida imediata; o comandante da força naval, Vice-Almirante Joaquim José Ignácio, reconheceu a impossibilidade de, no momento, forçar a passagem.

Organizou, então, um fundeadouro, que recebeu o nome de Porto Elísíario, na margem direita do rio Paraguai (Chaco), e, nesta margem, soldados do Batalhão Naval e dos 11º, 16º e 31º de Voluntários construíram

um caminho até a embocadura do riacho Quiá, onde se encontrava a esquadra de madeira. Em seguida, o 2º Ten Luís de Paula Mascarenhas dirigiu, neste caminho, o assentamento da linha férrea com dormentes preparados no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e trilhos comprados em Montevidéu. Esta foi a artéria que supriu a Esquadra.

As tropas aproveitaram esse tempo para o melhoramento de suas posições, reorganização e para iniciar uma série de incursões, período em que a cavalaria brasileira teve um destaque particular sobrepondo-se à cavalaria paraguaia. Conseguiram os aliados, assim, impedir o fluxo de novos recursos para Humaitá e impelir os adversários, aos poucos, para dentro de suas trincheiras; nessas ações chegaram a Pilar (20 Set), deslocando o destacamento inimigo, depois de recalcarem os guaranis de Potrero-Obeilla; a 02 Nov apossaram-se de Tayi, quando passaram a dificultar as ligações paraguaias pelo seu principal rio.

A Segunda Batalha de Tuiuti - 03 Nov 1867

Lopez compreendeu a dificuldade em que os aliados o colocaram e para sair desta angustiante situação efetuou um ataque de surpresa às posições mantidas em Tuiuti pela Tríplice Aliança, mandando o Gen Vicente Barrios com nove mil homens arrasar a nova vila erguida naquela região. Iniciado o ataque, destacou-se logo no comando das forças brasileiras o Viceconde de Porto Alegre que, a pé, à frente do 2º Corpo, dirigiu a defesa, contando com 7.800 homens e mais 700 argentinos sob o comando do Cel Federico Guillermo Baez¹⁸. Depois de quatro horas de luta os paraguaios foram repelidos com 2.227 mortos. A segunda batalha de Tuiuti reafirmou o predomínio aliado na campanha.

A Manobra de Humaitá

Em face de mais essa derrota, os paraguaios preparam nova via de retraimento para escapar ao cerco, que era iminente. Caxias resolveu mandar uma expedição ao Tebicuary com a missão de arrebanhar gado e cavalos. Foi incumbido o Brigadeiro João Manuel Menna Barreto que, com 1.200 homens, partiu de Tayi em 24 Nov e regressou em 29, trazendo perto de duas mil cabeças de gado e mais 200 cavalos. Nova

¹⁸ Deste grupo fazia parte, como vanguarda, a “Legión Paraguaya” que, ao primeiro contato com os atacantes (seus patrícios), retraiu desordenadamente (Doratioto, 2002, p. 311).

expedição ao Tebicuary ocorreu em 13 Dez, comandada pelo mesmo oficial e com igual êxito. Lopez reforçou suas posições nas proximidades de Humaitá, construiu um caminho pelo Chaco, de Timbó, que ficava quase em frente a Humaitá, até Monte Lindo, com cerca de 87 Km, e ergueu um outro reduto em Cierva, acima de Humaitá, nele colocando 500 homens sob o comando do Major Olabarrieta. Também, retirou várias peças de Curupaiti para concentrá-las em Humaitá.

Tendo em vista a morte de Marcos Paz, Vice-Presidente da República Argentina, o Gen Mitre resolveu retornar para Buenos Aires. Em 14 Jan 1868, deixou o comando nas mãos do Marquês de Caxias.

Os encouraçados brasileiros não cessavam de bombardear Humaitá, mantendo os seus defensores em permanente estado de alerta. Joaquim José Ignácio - o Barão de Inhaúma - aguardava poder inutilizar as correntes de ferro destruindo os três portões de ferro e as canoas que as sustentavam, bem como a chegada de três monitores que se encontravam em construção no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. A incorporação destes (Pará, Alagoas e Rio Grande), em 13 Fev 1868, à sua força e mais a subida de nível das águas do rio Paraguai determinou que havia chegado o momento.

No dia 19, a Esquadra forçou a passagem de Humaitá e chegou a Tayi, ao mesmo tempo que as tropas de Caxias conquistaram o reduto Cierva. A notícia do forçamento de Humaitá pela Esquadra atingiu Assunção rapidamente. O Vice-Presidente Francisco Sanchez convocou o conselho dos notáveis na noite de 21 Fev, reunindo-se de novo na manhã do dia seguinte, quando foi resolvida a mudança da capital para Luque.

Por sua vez, o comandante da Esquadra aproveitou o êxito alcançado e enviou três encouraçados a Assunção, sob o comando do Chefe-de-Divisão Torres e Alvim, que bombardearam a cidade (24 Fev).

Em desespero, López atacou alguns encouraçados brasileiros localizados entre Humaitá e Porto Elisiário (02 Mar), mas foi derrotado e decidiu retirar-se com parte da tropa para San Fernando, rio acima; deixou a cargo de seus generais a responsabilidade pela defesa de Tuyu-Cué e de Humaitá.

Em 20 Mar 1868, Caxias ordenou tomar Curupaiti através de um ataque partindo de Tuyu-Cué e outro partindo de Tuiuti. Desta forma conseguiu penetrar na primeira linha paraguaia. No dia 21, Curupaiti era abandonada pelos paraguaios.

No período de março a julho diversos eventos bélicos ocorreram. Os principais: a tomada de Estero Rojas, a vitória no “Quadrilátero”, a evacuação de Corumbá pelos paraguaios, diversas operações no Chaco, a

ocupação das trincheiras de Sapucaí e o avanço geral das tropas aliadas.

Em julho, Caxias recebeu informações de que elementos inimigos começavam a deixar Humaitá e, receoso de que as tropas de López se encontraressem em fuga, mandou reativar as operações ofensivas; apesar disto, os paraguaios continuaram o retraimento e a 25 Jul praticamente completaram-no. Osorio e Corrêa da Câmara, no dia 25 Jul, penetraram na fortaleza, o mesmo fazendo Caxias ainda nesse mesmo dia. Imediatamente, determinou atacar a retaguarda dos fugitivos paraguaios, ocorrendo encontros na Lagoa Verá, que acabou por isolá-los. Caxias desejava a rendição desses efetivos o que foi conseguido em 05 Ago. Renderam-se 1.324 paraguaios com seu comandante, o Cel Martinez.

Terminava a odisseia de Humaitá. A bravura dos guaranis refletiu-se na resistência tenaz por cerca de dois anos (1866/68), provocando grandes baixas em ambos os lados e fazendo com que as tropas da Tríplice Aliança só progredissem, todo esse tempo, aproximadamente 40 quilômetros em linha reta.

A atuação de Caxias

Caxias teve um desempenho extraordinário como Cmt-em-chefe das forças aliadas, em toda essa fase. O planejamento que estabeleceu opunha-se a todas as possibilidades de ação dos paraguaios, podendo, inclusive, culminar no cerco de Humaitá. Discordando de Mitre, Caxias não atribuiu, nesta fase, importância máxima à cavalaria, reservando-a para outras ações mais próprias, como na manobra seguinte.

Impossibilitado de destruir por completo as forças adversárias, decidindo a guerra, pois Lopez ordenara a retirada de suas tropas para fugir ao cerco, Caxias procurou o contato numa outra manobra, mais audaciosa, a do Piquissiri, para então esmagar o inimigo. Ao contrário dos movimentos lentos de Humaitá, que tiveram 12 meses de duração, Caxias imprimiu grande mobilidade às operações, consagrando-se, em definitivo, como o maior chefe militar da Tríplice Aliança¹⁹.

¹⁹ Em 02 Ago, Caxias dirigiu a Lopez duas propostas de rendição, ambas rechaçadas (Giorgis, 2020, p. 91).

Os preparativos para o prosseguimento

Ocupada Humaitá, Caxias transferiu para esse reduto a base de operações. Reiniciou a marcha para o norte, deixando o 2º Corpo ao comando de Argolo Ferrão, guarnecendo Humaitá. Em razão do mau tempo, o movimento só se iniciou a 19 Ago; a 26 o exército atingiu as margens do Yacaré, transposto pelo grosso a 28; neste mesmo dia os aliados alcançaram as margens do Tebicuary, ordenando Caxias ao Barão do Triunfo, Andrade Neves, que conquistasse, sem demora, uma cabeça-de-ponte; os paraguaios ofereceram pouca resistência, tornando possível a transposição no dia 31. A 06 Set, o grosso se encontrava na margem norte do Tebicuary, Caxias ocupou o acampamento de San Fernando a 08, nele instalando o seu QG. Uma força naval subiu o rio, no dia seguinte, para efetuar o primeiro reconhecimento de Angostura.

A Manobra do Piquissiri

O Exército aliado prosseguiu a sua marcha em ritmo lento, devido às condições meteorológicas. Transpôs o Paraí a 21 Set e a 23, o Suruby-y; onde houve tenaz oposição dos paraguaios, vencidos por Andrade Neves. Foram 89 mortos e 23 feridos. Entre os dias 25 e 29 a tropa acampou em Palmas, depois de 200 Km em terreno pantanoso e desconhecido. Surgiram, então, diante de todos, as terríveis linhas do Piquissiri. A 29, o próprio Caxias subiu o rio, chegando perto de Angostura para examinar a posição guarani. A 01 Out o Generalíssimo montou um grande reconhecimento em força contra as posições de López, conseguindo constatar o valor defensivo das linhas inimigas. Elas estavam muito bem fortificadas, tinham cerca de nove Km de frente e beneficiavam-se do terreno entre o rio Paraguai e a lagoa Ypoá. A Esquadra, nesse mesmo dia, forçou a passagem de Angostura (quatro encouraçados) e lançou ferros acima do passo, retornando em sentido inverso, no dia 10.

Comprovada a quase impossibilidade de ataque frontal ou pelo flanco direito, Caxias concebeu o plano de envolver as posições do Piquissiri pelo flanco esquerdo, o que significava o transporte das tropas em frente a Palmas, a construção de uma estrada pelo Chaco e, de novo, o transporte das mesmas tropas e trens de guerra, na altura de Santo Antonio.

Caxias não hesitou em pôr em prática o ousado plano. Para desempenhar a tarefa foi encarregado o Gen Alexandre Gomes de Argolo Ferrão,

que se encontrava em Humaitá²⁰. No dia 15 chegava em Palmas, transportando-se com seus auxiliares para o Chaco. Acompanhavam-no uma comissão de engenheiros composta do Ten Cel Rufino Enéas Galvão, 1º Ten Guilherme Lassance e Alferes Emílio Carlos Jourdan. A estrada começou a ser aberta envolvendo a construção de pontes, locais de observação e preparação do leito com drenagem de alagadiços.

A 27 Out estavam prontos para serem utilizados 10 Km de estradas, e, a seguir, fizeram-se trabalhos de desobstrução da foz do arroio Villeta. No dia 04 Nov, Caxias foi ao Chaco à procura do melhor ponto para a travessia, repetindo a inspeção nos dias 17, 20 e 23. No dia 29, mandou alguns navios simularem um ataque a Assunção (já evacuada pela população), com o intuito de desoriente o inimigo. A 04 Dez iniciou-se a grande manobra contra a retaguarda de Lopez. A travessia e o desembarque em Santo Antônio duraram cinco dias. Caxias desembarca a 05 Dez em Santo Antônio. A 06 Dez seguiam as primeiras tropas em direção à ponte de Itotororó, alcançada logo em seguida. Ela estava defendida por cinco mil homens liderados pelo Gen Bernardino Caballero. Travou-se então um dos mais renhidos combates desde Tuiuti. Várias vezes os brasileiros conquistaram e perderam a ponte. Informado da existência de um caminho à esquerda que permitia vadear o Itotororó, Caxias determina a Osorio que execute a manobra com a sua infantaria, um regimento de cavalaria e seis bocas de fogo. Mas Osorio se atrasou no deslocamento, marchando três Km em vez de 1,5 e não participou da batalha. Caxias começou a batalha com o Gen Argolo. Após um novo contra-ataque paraguaio, Caxias sentiu a importância de uma vitória imediata para elevar o moral de seus combatentes. À frente de dois batalhões, desembainhou a espada e lançou-se à frente, exclamando: "Sigam-me os que forem brasileiros!". Com o destemor de nossas forças impulsionadas pelo generalíssimo, o inimigo retraiu pela estrada de Villeta. Terminada a luta fatigante não havia condições para executar a perseguição e Caxias mandou Osorio ocupar a posição conquistada. O restante do exército acampou nas imediações da ponte.

A decisão de se lançar intrepidamente contra o inimigo para, como disse, "não retardar o resultado desejado", fundamentou-se puramente no fator moral e na audácia. Dionísio Cerqueira em Reminiscências, diz:

"Houve quem visse moribundos, quando ele passou, erguerem-se brandindo espadas ou carabinas para caírem mortos adiante".

²⁰ Ao receber a difícil missão, Argolo respondeu a Caxias: "Marechal! Se for possível, está feita! Se for impossível, vamos fazê-la!" (Giorgis, 2020, p. 96).

Derrotados em Itororó com 1.600 baixas, os paraguaios receberam ordem de Lopez para deter Caxias no corte do rio Avaí. A Caballero foram mandados fortes reforços para esse fim. Informado de que a linha estava defendida, Caxias ordenou que as tropas cerrassem sobre o corte de Avaí para uma ação frontal e decisiva, até que se conseguisse pelos flancos um envolvimento. A 11 Dez retomou-se o movimento e os dois exércitos tiveram novo choque no corte do arroio Avaí. Osorio, à frente, foi o primeiro a avistar o inimigo e Caxias ordenou-lhe que arremetesse frontalmente contra o dispositivo guarani, enquanto Andrade Neves e Menna Barreto executariam um duplo desdobramento. Disputava-se a mais sangrenta batalha dos últimos tempos da guerra. Osorio foi ferido no maxilar; antes de passar o comando galopou em frente às linhas dizendo: "Carreguem, camaradas, acabem com esse resto" (BIBLIE, 1998, p.189). Às 13 horas terminava a luta, com o aniquilamento quase total do adversário (3.600 mortos). As tropas aliadas dirigiram-se então para Villeta, onde acamparam.

Caxias resolveu dar um descanso aos homens, pois a posição era favorável. No dia 21, início da Batalha das Lomas Valentinas, marchou em direção à colina de Itá-Ibaté, conseguindo João Manuel Menna Barreto isolar as forças de Angostura, proporcionando grande vantagem ao restante das forças terrestres. Nos combates que se seguiram, o Barão do Triunfo foi ferido e as perdas brasileiras foram consideráveis. As forças estacionadas em Palmas não perderam tempo em avançar em às trincheiras do Piassissiri. Ao mesmo tempo, as forças do Gen Câmara, vigiando Angostura, forçaram os paraguaios a se abrigarem no interior de suas trincheiras.

A 24 Dez, Caxias enviou a López uma intimação para render-se, mas ela não foi acatada, e determinou então um intenso bombardeio desde o clarear do dia seguinte sobre as posições inimigas, construídas na Loma de Acosta e na Loma de Itá-Ibaté, as Lomas Valentinas, causando muitas baixas. O bombardeamento das Lomas Valentinas prosseguiu nos dias subsequentes. López já havia perdido perto de oito mil homens, restando-lhe uns quatro mil. As forças paraguaias estavam fraquejando. No dia 27, Lopez evadiu-se com 60 oficiais e soldados em direção a Cerro León. A praça de Angostura, isolada desde 21, continuou resistindo até 30 Dez, quando então se rendeu com 1.468 homens. Este final de brilhantes operações aliadas ficou conhecido como a Dezembrada.

Liquidado o Exército guarani, estava praticamente finda a campanha. Caxias ocupou Assunção a 05 Jan 1869, com o grosso do Exército, ficando em Luque a divisão de cavalaria do Cel Vasco Alves Pereira, e preocupou-se em proporcionar justo repouso à tropa.

No dia 09²¹, faleceu Andrade Neves, enquanto Osorio e Argolo continuavam enfermos, em consequência de ferimentos. Osorio retirou-se para a Província do Rio Grande, onde procurou se restabelecer. Mas nunca se desapegou do que se passava na frente de combate.

Caxias determinou que parte da esquadra subisse o rio e estabelecesse ligação fluvial com Mato Grosso. A missão foi cumprida a 03 Fev.

Com a saúde abalada, tendo sofrido uma síncope quando assistia a um Te Deum na Catedral de Assunção, o bravo cabo-de-guerra embarcou para a capital do Império em 19 Jan, ficando no comando interino o Marechal-de-Campo Guilherme Xavier de Sousa.

O Visconde de Inhaúma, igualmente sentindo a saúde precária, solicitou licença e se dirigiu ao RJ, vindo a falecer em 08 Mar 1869.

Chefe e condutor de homens

Na manobra de Piquissiri, Caxias imprimiu novo ritmo às operações. Percebeu que o fator tempo era primordial para o aniquilamento do adversário. Foi uma cartada decisiva a que se lançou, num autêntico risco calculado, pois condicionou o êxito da marcha de flanco a uma estrada a ser construída em menos de um mês e só utilizável durante novembro, já que em dezembro ficaria submersa; expondo-se portanto à possibilidade temerosa de ver seu exército tragado pela cheia do rio Paraguai. Mais ainda, afastou-se de sua base de operações, colocando o grosso de suas forças entre o Exército inimigo e seu centro vital, cortando-lhes as linhas de transportes. Lançou-se heroicamente pela ponte do Itororó, ao perceber que a ação de flanco parecia duvidosa.

Em menos de um mês travaram-se os violentos e sucessivos combates de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, os mais sangrentos de toda a guerra - a Dezembrada, inclusive a Rendição de Angostura, em 30 Dez.

O governo imperial reconheceu-lhe os méritos condecorando-o com a Grã-Cruz da Ordem de Dom Pedro I em 30 Jan e fazendo-o Duque por decreto de 23 Mar 1869.

²¹ Em 13 Dez morreu o Cel João Niederauer e a 17 Jan 69 morreu o Brig Hilário Gurjão.

O Conde d'Eu no comando

Retirando-se de Cerro León, Lopez fugiu para a região montanhosa de Ascurra e, ao contrário do que se esperava, conseguiu reunir com certa rapidez um pequeno e novo exército, somando 13 mil homens. Instalou-se nas abas da cordilheira, fechando as passagens com os recursos de que dispunha, preparando-se para longa resistência.

Os aliados descansavam e se reorganizavam, sob as ordens de Guilherme de Sousa.

Por decreto de 22 Mar 1869, o governo imperial nomeou o Marechal-de-Exército Gastão d'Orleans - Conde d'Eu, genro do Imperador, comandante de todas as forças em operações contra o governo do Paraguai. No dia 30, ele embarcou no vapor Alice, chegando no dia 14 Abr em Assunção, assumindo suas funções dois dias depois em Luque. Em seguida, nomeou os comandantes e escolheu os oficiais para as várias comissões. Osorio decide retornar à atividade apesar de ainda não se encontrar restabelecido. Embarcando no porto do Rio Grande chegava a 23 Mai a Buenos Aires, tendo de participar de homenagens à sua pessoa. Seguiu, logo depois, para Piraju, assumindo o comando do 1º CEx.

Em agosto, o Exército aliado começou o deslocamento para o norte e nordeste do Paraguai. Foi dominada a vila de São Pedro em 21 Mai. Lopez estava em Peribebuy.

A Perseguição

Foi decidido que o Exército executaria um ataque principal, desbordante, e outro frontal, secundário, sem esquecer de guardar a linha férrea e os depósitos nas suas margens. Não esqueçamos que os aliados não dispunham de cartas da região que pretendiam manobrar. Sem dúvida, o plano do Conde d'Eu apresentava sinais evidentes das doutrinas napoleônicas. Passará à história como a Manobra do Peribebuy. O início da marcha dos aliados foi a 1º de maio.

Entre abril e agosto, diversas ações foram realizadas, com ataques bem sucedidos à fundição de ferro de Ibicuí, Potreiro Iponã, Piraju, São Pedro, Tupium, Passo Juti, Piraporaru, Bare-Cué.

Os combates principais começaram em 05 Ago; Osorio, liderando o ataque principal, foi conquistando terreno palmo a palmo. A 06 iniciou a subida da cordilheira; no dia 10 acercou-se de Peribebuy; a 12 partiu para o assalto à praça, defendida por 1.800 homens e 18 canhões, sob o comando

do Ten Cel Pedro Pablo Caballero. Morreram 700 paraguaios. A maior parte desta guarnição era de adolescentes. Nesta ação faleceu o bravo Brigadeiro João Manuel Menna Barreto.

López retirou-se para Caraguatay e o Conde d'Eu lançou-se em seu encalço. A 16, foi retomado o contato com o inimigo, travando-se a batalha de Campo Grande (Acosta Ñu ou Acosta Nhu), que terminou à tarde, com a destruição total do corpo guarani de Caballero (dois mil mortos).

Na véspera, Osorio dirigira-se a Assunção, pois se agravara o seu estado de saúde; a 17 as tropas repousaram, transportaram-se os feridos e providenciou-se a regularização dos abastecimentos.

Retomou-se a perseguição no dia 18 e o combate de Caguijuru; em 21, o combate de Potrero Recalte. Logo depois houve a ocupação de Caraguatay onde, em pouco mais de duas horas, foi literalmente arrasado o piquete guarani. Nesse mesmo dia o Exército estacionou nas orlas da vila de mesmo nome.

O inimigo retirava-se velozmente para o norte. A extensão das linhas de abastecimento não permitiu aos aliados manter o mesmo ritmo. A 20 Set o Conde d'Eu chegava a Rosário, organizando nova base de operações; a 27, mais uma vez retornou Osorio ao comando do 1º Corpo. A 08 Out deslocaram-se as tropas de Rosário para San Estanislau, que foi atingida a 13, e que fora abandonada por Lopez a 01 Set.

Em 17 Out, o Conde D'Eu se instala em Potrero Capivari. Em 18/19 Out ocorreram os combates dos passos Acapitigó e Itapitanguá. Em 25 Out, os brasileiros derrotam um destacamento paraguaio ns margens do Arroio Ipané e o Cel Fidelis vence o Cel Rios em Abagibá. A 16 de outubro o Conde d'Eu e Osorio prosseguiram de San Estanislau e a 29 a vanguarda atingiu Caraguatay, permanecendo até 01 Nov, dia da retomada do movimento para o norte.

Em 10 Nov, o 2º Corpo Provisório de Cavalaria do RS venceu os paraguaios em Sanguina-Cué e, a 18 no Arrio Guazú. Em 28 Nov, o Cel Fidelis Paes da Silva destroça uma força paraguaia no Jejuiguaçu. Em 12 Dez, o Conde D'Eu instala seu QG em Caraguati.

Passaram a crescer em importância as ações desenvolvidas pelo Gen José Antônio Corrêa da Câmara, comandando a 7ª Bda Inf e as 5ª e 10ª Bda Cav. O Conde d'Eu incumbiu-se de bater os inimigos ao norte do rio Jejuí. Câmara atuou em constante perseguição ao inimigo que, com alguns remanescentes, se internava cada vez mais em território paraguaio, dirigindo-se a Cerro Corá, região que foi atingida em 08 Fev 1870.

O fim da guerra

Em 23 Fev 1870 as tropas de Câmara encontravam-se a 34 Km do acampamento inimigo e a 01 Mar desferiram o golpe final contra os últimos combatentes guaranis, encontrando-se entre eles o Marechal Francisco Solano López, que recebeu ferimento no ventre por uma lança manejada pelo Alferes José Francisco de Lacerda, o Chico Diabo. Mesmo ferido, tentou escapar por dentro do mato, sendo perseguido pelo Gen Câmara acompanhado de dois soldados. Encontrado, recebeu intimação para se render-se, recusando-se. Um dos soldados tirou-lhe a espada e outro disparou um tiro de fuzil que o fez cair nas águas do Aquidabani, nas quais já estava meio mergulhado. Seu filho mais velho, Francisco, de 16 anos, morreu no combate deste dia. Caíram prisioneiros, além dos elementos que o acompanhavam, sua amante, Elisa Alicia Lynch, três filhos, sua mãe e irmãs.

Terminava a guerra, que imolara milhares de soldados de ambas as facções e na qual o Brasil se projetou no cenário americano pelos feitos de suas forças armadas. Seguir-se-ia uma longa série de conversações para o estabelecimento da paz e para possibilitar ao Paraguai condições para o seu desenvolvimento e reajustamento no concerto do Continente.

GTA VII - A Campanha de Mato Grosso em 1867 - A Coluna expedicionária no sul de Mato Grosso

Para socorrer as tropas existentes em Mato Grosso, em abril de 1865 partiu de Santos uma força de 600 homens, acrescida de elementos recrutados no RJ, em SP e em GO. Recebeu o nome de Coluna Expedicionária de Mato Grosso. A coluna chegou a Uberaba e foi acrescida de 1.200 homens de MG. A força passou a contar com cerca de 2.500 homens e seguiu para Cuiabá em Set 1865. No meio do caminho, entretanto, recebeu ordens para dirigir-se a Miranda, a fim de desalojar o inimigo. Encaminhou-se para Coxim, onde ficou ilhada pelas inundações até Jun 1866. A coluna, nesta ocasião, ficara reduzida a dois mil homens e perdera seu comandante, Cel Manuel Pedro Drago. Os paraguaios fugiram ao saber da aproximação da força brasileira.

O Cel Carlos de Moraes Camisão assumiu o comando a 01 Jan 1867 e levando em consideração o parecer da comissão de engenheiros e da junta médica, resolveu abandonar o local e rumar para Nioaque, que foi atingida

no dia 24, estando o efetivo reduzido a 1.300 homens. Esta cidade, embora devastada pelo inimigo, foi escolhida para base de operações porque se encontrava em zona salubre e era posição estratégica.

Com recursos exíguos, a coluna deveria manter-se em defensiva até que pudesse oportunamente retomar a missão. No entanto, Camisão, cujo sentimento de honra ficara abalado com a invasão que o obrigara a retirar-se, à frente do 2º Batalhão de Artilharia de Posição, para Corumbá, resolveu invadir o território paraguaio. A 25 Fev retomou o movimento e atingiu a Colônia de Miranda a 04 Mar, encontrando-a completamente destruída. O deslocamento, como foi executado, constituiu-se numa temeridade pois faltavam gêneros alimentícios e munição.

Orientada pelo guia José Francisco Lopes, a coluna prosseguiu na direção do Paraguai aos brados de "Ao inimigo! Ao Apa!". A 17 Abr a vanguarda chegava à fronteira do rio Apa, em Bela Vista, que foi alcançada a 20. Recalcado o inimigo, no dia 21 a fronteira foi ultrapassada.

Na falta de carne e estando quase esgotados os suprimentos da tropa, decidiu Camisão penetrar uns 20 a 30 quilômetros no território inimigo a fim de atingir a estância da Laguna, propriedade de Dona Juliana López, mãe do Marechal, e onde se imaginava que houvesse gado. A 01 Mai foi atingida a fazenda. Os paraguaios tinham abandonado a região e destruído tudo o que pudesse ser útil ao invasor. Em face da gravidade da situação, estando a tropa à míngua de suprimentos, resolveu Camisão ordenar a retirada, depois de atacar as tropas adversárias que encontrara, no combate conhecido como do Arroio Primeiro (06 Mai). Mas sabia que iniciava uma difícil operação de retirada em que seria acossado constante e implacavelmente pelo inimigo, que dispunha de meios de locomoção. No dia 11 Mai atravessaram o rio Apa entrando no território brasileiro. Às 1100 h os paraguaios atacaram sob o comando do Ten Cel Martin Urbieta, provocando 19 mortos e 32 feridos, bem como a perda parcial das poucas cabeças de gado que restavam. A retirada iria roubar-lhe a vida e liquidar praticamente quase toda a coluna, num dos episódios mais comoventes de toda a guerra. Inúmeras foram as investidas paraguaias contra a coluna, aumentando o número de mortos e feridos entre os brasileiros. Cada dia a marcha se tornava mais difícil - os animais, exaustos, não andavam, e os homens feridos, alguns agonizantes, passaram a ser carregados em redes.

Sem meios para transportar os feridos, sem alimentos e sem munição, a coluna prosseguia o deslocamento por terreno pantanoso, inquietada pelo inimigo impiedoso. Para completar o quadro dantesco e reduzir ainda mais o efetivo da coluna, os homens adoeceram, vitimados por alimentos

deteriorados, que produziam disenterias agravadas com a falta de repouso e de remédios adequados. Em 16 Mai, a coluna atravessa o Rio das Cruzes, a 22 às margens do rio Prata e a 24 atinge Retiro.

O inimigo procurava incendiar a região por onde a coluna passava, aumentando o desespero. Os guaranis acompanhavam de perto o sofrimento dos brasileiros sob os projéteis inimigos, a fome, o cansaço, o fogo e a fumaça das queimadas, e propunham que se rendessem sendo, no entanto, repelidos sistematicamente.

Outra dramática decisão de Camisão foi o abandono de 130 doentes de cólera (26 Mai) que se encontravam em estado terminal, com exceção dos convalescentes. Era a alternativa a tomar, em situação tão desesperadora. As próprias vítimas a receberam com resignação, solicitando apenas um pouco d'água. E como apelo supremo ao espírito de humanidade do inimigo colocaram-se no local onde ficaram os desenganados, cartazes com o pedido de "compaixão para os coléricos".

O guia José Francisco Lopes morreu em 27 Mai, Camisão e o Ten Cel Juvêncio Cabral de Menezes morreram em 29, passando a coluna a ser comandada pelo Major José Tomás Gonçalves.

O restante da coluna expedicionária, conseguiu alcançar uma estância de propriedade do malogrado guia Lopes, encontrando laranjas que aliviaram a fome e muito contribuíram para o restabelecimento dos soldados. A 04 Jun, chega a Nioaque, encontrando tudo devastado e partindo, no dia seguinte, para Aquidauana chegando a 11 Jun.

O comandante publicou a seguinte ordem do dia:

"Soldados! A vossa retirada efetuou-se em boa ordem, no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em planícies em que o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pelo cólera que vos roubava em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos estes males, todos esses desastres, vós os suportastes no meio de uma inversão de estação sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações em tal desorganização da natureza que ela própria parecia declarar-se contra vós. Soldados! Honra à vossa constância que conservou ao Império nos nossos canhões e as nossas bandeiras!"

Essa gloriosa epopeia o Tenente Alfredo D'Escragnolle Taunay, participante da coluna expedicionária, imortalizaria no seu livro *A Retirada*

da Laguna, traduzido para vários idiomas²², e que no início da Primeira Guerra Mundial, o comando francês mandou distribuir às tropas que guardavam a fronteira, para dar-lhes exemplo de bravura. Mesmo tendo sido uma derrota militar, a Retirada da Laguna é considerada uma demonstração das qualidades militares de valor, disciplina e patriotismo.

Terminava mais um episódio da invasão do sul de Mato Grosso, começado com o sacrifício e o protesto solene de Antônio João, em Dourados. Laguna e Dourados são expressões históricas de abnegação e de heroísmo. Os dois eventos estão celebrados num só monumento erguido na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Epílogo da invasão

Restavam ainda tropas paraguaias em Corumbá, que precisavam ser atacadas e expulsas do território pátrio. Para retomar a cidade, o Presidente da Província de Mato Grosso preparou uma expedição de dois mil homens e cinco navios pequenos. Partindo de Cuiabá, combateu contra uma força de ocupação guarani com cerca de 313 homens. Derrotou-a e retomou a localidade, a 14 Jun; em 23 Jun chegou à cidade o Presidente da Província Dr. José Vieira Couto de Magalhães que, em face da varíola, mandou evacuar a localidade. Na retirada, ainda tiveram que enfrentar mais uma vez os paraguaios em Alegre, vencidos pela coragem do Cmt José Antônio da Costa. Na chegada a Cuiabá, os retirantes corumbaenses transmitiram a varíola ao povo cuiabano, perdendo a cidade quase a metade de sua população.

Em Fev 1868, quando a Esquadra brasileira entrou em Assunção, Lopez ordenou a retirada de Mato Grosso. Era o fim da invasão. Estava livre a Província.

Consequências da Guerra

AGuerra da Tríplice Aliança constituiu-se num dos últimos desdobramentos brasileiros para definir suas fronteiras no sul do continente. Da confluência do Apa à foz do Chuí, onde desde o século XVII se chocavam os interesses portugueses e espanhóis, confirmara-se a

²² Nota dos autores: o livro foi publicado originalmente em francês, mas não há comprovação de que tenha sido de fato distribuído às tropas francesas na I Guerra Mundial.

posse brasileira. Enorme fora o esforço despendido. Alinhamos 140 mil combatentes, dos quais 33 mil tombaram na luta.

Do ponto de vista financeiro o sacrifício foi imenso. O Brasil não buscou compensações materiais, embora lhe sobrassem direitos para exigir-las. Procurou apenas acertar as questões pendentes desde antes do início do conflito e buscou prestar ao inimigo de ontem todo o possível apoio nos compromissos assinados com os aliados. O Paraguai não poderá, sem cometer grave injustiça, esquecer a contribuição brasileira para que conservasse o Chaco, acima do rio Pilcomayo. Provamos de forma clara e insofismável que não realizamos uma guerra de conquista contra um povo e sua nação e sim contra um tirano e seu governo.

O Paraguai saiu materialmente mutilado da guerra, depois de tremendo sacrifício humano em que perdeu quase toda a sua população masculina. Lutou para obter uma saída para o mar e acabou confinado no seu destino de país mediterrâneo. A guerra representou para a pequena e brava nação guarani um desastre total. Foram também dignos de respeito os sacrifícios do Uruguai e da Argentina.

O esforço do Brasil durante a guerra, na qual o povo e o Exército se identificaram em torno de um objetivo comum, amalgamou de vez o sentimento nacional e amadureceu a consciência cívica da nacionalidade, fazendo do Brasil uma das nações mais coesas e homogêneas da América.

Os ideais de liberdade pelos quais brancos e afro-descendentes derramaram suor e sangue em terras guaranis, sem distinção de etnias, contribuíram para a abolição da escravatura e para o advento da República no Brasil. Solucionaram-se as questões de livre navegação dos rios da bacia do Prata e de fronteiras entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

O auxílio prestado ao povo guarani após o fim do conflito, além de melhorar as relações dos dois países, credenciou o Brasil ao respeito e à admiração das nações do continente, refletindo-se no consenso mundial.

Capítulo IX

O Exército nos
últimos tempos do
Império

Vozes Africanas no Brasil - O tráfico de escravos

Quando a Inglaterra, movida por idealismo humanitário e por interesses econômicos contrariados, aboliu o tráfico negreiro realizado por ingleses (1807), passou a pressionar Portugal para que extinguisse o tráfico de escravos da África para o Brasil. Em 22 Jan 1815, Inglaterra e Portugal assinaram uma convenção por meio da qual o governo português assumiu o compromisso de renunciar ao tráfico de escravos ao norte da linha do Equador. Logo depois, o governo inglês obtinha a condenação do tráfico no Congresso de Viena, em 08 Fev 1815. O vulto dos interesses envolvidos na questão era tão grande que Portugal continuou a permitir que um número cada vez maior de navios negreiros chegassem ao Brasil através do Atlântico.

Proclamada a Independência brasileira, a Inglaterra habilmente voltou ao assunto da escravidão¹. Já na parte final das negociações diplomáticas para o reconhecimento da Independência por parte da Inglaterra, Robert Gordon, representante inglês no Rio de Janeiro, obteve do governo de Dom Pedro I a Convenção de 23 Nov 1826, pela qual se firmava o compromisso de extinguir o tráfico em quatro anos.

Por proposta do Marechal Marquês de Barbacena², o Senado começou a discutir a extinção do tráfico negreiro transformando-se, afinal, em lei, em 1831, sancionada pela Regência. Ela proibia o comércio de africanos e tornava livres os negros aqui chegados a partir dessa data. Mas esse dispositivo legal, também conhecido como Lei Feijó, não foi cumprido, o que levou o Reino Unido a mover perseguição aos navios negreiros, principalmente após 1833, quando aboliu a escravidão em suas colônias. Em seu empenho de alcançar e apresar os negreiros, as embarcações inglesas não respeitavam as águas territoriais brasileiras. A perseguição aumentou depois da promulgação da Lei Aberdeen (Aberdeen Bill, de 08 Ago 1845), na Inglaterra.

Visando resguardar a sua ameaçada soberania e pôr termo a uma questão que se arrastava por vários anos, causando reais prejuízos para a nossa imagem no exterior, o governo brasileiro conseguiu ver aprovada a Lei nº 708, de 03 Set 1850, conhecida como Lei Euzébio de Queiroz, que

¹ Em Mai 1823, o embaixador inglês na China William Pitt Amherst - Conde de Amherst d'Arakan - em passagem pelo Brasil, tratou do reconhecimento da Independência e realizou gestões sobre o tráfico de escravos com José Bonifácio, no Rio de Janeiro.

² Trata-se do militar e diplomata Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta.

prescrevia medidas efetivas de repressão ao tráfico negreiro, que dentro de cinco anos seria completamente extinto em nosso país.

A presença do negro escravo vinha aumentando progressivamente desde o século XVI, quando o trabalho africano demonstrou ser mais exequível que a tentativa de obrigar o indígena a uma atividade permanente. Foram mais de 300 anos de convívio e miscigenação entre o branco e o negro. Como afirmou Sílvio Romero:

"A escravidão operou como fator social, modificando nossa psicologia, nossos hábitos e costumes. Habilhou-nos, por outro lado, a arrotear as terras e suportar em descanso as agruras do clima. Desenvolveu-se como fator econômico produzindo as nossas riquezas e o negro foi, assim, um robusto agente civilizador".

No Segundo Reinado a escravidão assumia proporções tão amplas e tantos e tão grandes interesses mobilizava, que era uma instituição aceita, adotada e incentivada praticamente por toda a sociedade. Ao abrir um jornal, o brasileiro da época lia, indiferente, anúncios como estes:

"Ainda existe uma porção de moleques e negrinhos para vender, de 4 a 5 anos, e alguns pretos e pretas de roça - Rua da Alfândega, 97" (Jornal do Commercio, 21 Out 1847); ou: "Vende-se um preto cego que serve para tocar foles" (Id., 21 Jul 1847).

Vendiam-se, alugavam-se e trocavam-se seres humanos. Faziam parte do patrimônio familiar, eram citados nos espólios e disputados pelos interessados nos inventários. No rol das alfaias, em mistura com cadeiras, oratórios de pau-de-santo, marquesas de palhinha, baixelas de prata, estavam eles arrolados e qualificados pelas origens e pelas idades, isto quando não eram relacionados como animais da fazenda. Após decênios de rudes trabalhos, cansados e sofridos, bem tratados por uns e surrados por outros, nem sempre mereciam sepultura no cemitério dos brancos, voltando à terra em covas rasas nas fazendas. E até nos registros das igrejas os escravos apareciam em volumes separados daqueles em que constavam os senhores.

A bondade, a tolerância e o espírito paternalista da maioria dos lares brasileiros e de portugueses aqui residentes amenizavam muito a vida dos cativos. Mas que estes não se descuidassem dos seus deveres, nem se revoltassem contra as ordens dos senhores: o açoite zurzia nas carnes

cansasadas e em certos casos, de acordo com a gravidade da ofensa ou a crueldade do senhor, advinha a morte.

Os escravos não podiam integrar as fileiras militares regulares; no entanto, estavam presentes na tropa auxiliar, como ordenanças ou bagageiros de oficiais. Na Guerra da Tríplice Aliança receberam o nome de camaradas. Os alforriados ou livres tinham livre acesso a qualquer das áreas do Exército, desde a fase da Independência. Cresceram em número durante o século XIX, adensando-se por ocasião da GTA, integrando principalmente os Corpos de Voluntários da Pátria. Nessa oportunidade, foram libertados 4.749 escravos para ingressarem no Exército.

O Exército e a extinção do tráfico

Em uma sociedade em que os senhores nasciam, viviam e morriam à sombra do trabalho escravo dificilmente se levantariam, entre civis e militares, vozes que clamassem pelo fim da escravidão. E eram tão senhores os ricos homens da agricultura e do comércio, quanto qualquer pobre viúva que juntasse à economia doméstica o ralo ganho do seu único escravo, para vender os doces caseiros - numa sociedade acomodada e satisfeita com o status quo que recebera de seus avós,

Na primeira metade do século XIX, o Exército estava ainda ocupado nas lutas pela consolidação de nossa Independência e no combate aos movimentos revolucionários surgidos por todos os cantos do país, e que ameaçavam a unidade política e a integridade territorial. Não teve, pois, participação direta na campanha pela extinção do tráfico de escravos, como mais tarde teve na luta pela abolição. O repúdio ao tráfico foi obra mais de pressão e influência externa, principalmente da Inglaterra, do que de qualquer instituição nacional.

A influência da Guerra da Tríplice Aliança

Abolido o comércio de escravos para o Brasil, começaram a surgir, pouco a pouco, os primeiros adeptos da emancipação dos afro-descendentes. No Parlamento, vários projetos foram apresentados para a concessão de liberdade aos nascituros. Apareceram livros e folhetos que levavam à opinião pública as ideias dos abolicionistas e o assunto foi comentado nas várias camadas da sociedade, até que o debate se escancarou pelas páginas dos jornais.

A Guerra de Secesão nos Estados Unidos chegara ao seu término (1865) e com ela a escravidão norte-americana. O fato colocou o Brasil em posição embaracosa; em 1865, o Brasil era uma das poucas áreas no continente americano a manter a escravidão. O Imperador solicitou ao Conde-lheiro José Antônio Pimenta Bueno - Marquês de São Vicente - que estudasse o assunto, sendo redigidos cinco projetos para o fim da escravidão. Nenhum deles foi transformado em lei. O Imperador achava-se interessado, conforme expressou em sua Fala do Trono de 1867.

O Marechal de Exército Conde d'Eu sugeriu ao governo provisório paraguaio, formado por Cirilo Rivarola, Carlos Loizaga e José Dias de Bedoya, ao assumir as funções em 15 Ago 1869, que abolisse a escravidão no Paraguai. O decreto que a extinguiu foi assinado pouco depois, em 02 Out. E desejando expressar gratidão ao Conde d'Eu, os membros do governo provisório enviaram-lhe o decreto original.

A partir do regresso das tropas brasileiras da campanha do Paraguai, acelerou-se o processo de libertação dos escravos. A guerra carreara para as fileiras abolicionistas novos e ardentes partidários: os militares brasileiros. Já no final da luta oficiais do Exército, dirigindo-se ao Visconde do Rio Branco, apelavam para que ele liderasse a campanha de emancipação dos escravos. Isto realmente veio a ocorrer. Em 28 Set 1871, subiu à sanção imperial o projeto de iniciativa do Visconde do Rio Branco, que passou à História como Lei do Ventre Livre. Declarava livres os filhos dos escravos nascidos daquela data em diante, e oferecia algumas concessões para estimular a alforria dos escravos existentes.

Pode-se alinhar entre as consequências da Guerra da Tríplice Aliança a decisiva contribuição do Exército para a emancipação dos escravos no Brasil. Além da motivação apontada, havia na tropa brasileira em campanha a presença de inúmeros negros alforriados combatendo ombro a ombro com seus companheiros. Isto proporcionara aos oficiais inúmeros ensinamentos. Deu-lhes a oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças que padeciam os afrodescendentes. Estes, lutaram tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas nacionais e os Voluntários da Pátria que correram aos quartéis às primeiras notícias dos ataques das forças de López.

Após a guerra, o Visconde do Rio Branco, que assumira em 1871 a liderança do movimento emancipador, disse:

"Eu me achei porém, Sr. Presidente, depois disso, entre não menos de 50 mil brasileiros que estiveram em contato com os povos

dos Estados vizinhos; e sei por mim e por confissão de muitos dos mais ilustrados dentre eles, quantas vezes a permanência desta instituição odiosa (a escravidão) no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro".

Daí por adiante a participação do Exército foi constante e progressiva, sendo fator decisivo para o término da escravidão no país.

A campanha abolicionista vai às ruas e ao Exército

Depois da promulgação da Lei do Ventre Livre, seguiu-se uma fase de despreocupação e silêncio. A lei, entretanto, pela lentidão do seu mecanismo emancipador, não satisfaria aos integrantes da corrente antiescravista. Milhares e milhares de escravos continuavam espalhados por quase todo o país, sujeitos a tratamento desumano.

Aos poucos a apatia foi cedendo; a causa abolicionista retornou e foi aumentando de força. Paulatinamente, transformou-se no mais dramático, difuso e vibrante de todos os ideais que agitaram o nosso povo durante o Segundo Reinado. Por ele batalharam os maiores tribunos, jornalistas e poetas. Arrebatou a classe estudantil, penetrou nos quartéis e nos lares. A imprensa levou ao público os discursos, artigos e versos dos maiores intelectuais da época. Sílvio Romero dizia:

"Libertemos os negros; porque os devemos considerar os desafortunados que nos ajudaram a ter fortuna; os cativos que nos auxiliaram na conquista da liberdade; os ignorantes que nos facilitaram a posse da civilização e hoje oferecem o ensejo de praticarmos um ato nobre - a libertação dos escravos".

Joaquim Nabuco, o paladino da abolição, clamava:

"Chegou a hora de fazer alguma justiça, tão pouca quanto a de que somos capazes, à raça que tem feito gratuitamente no Brasil tudo quanto ele é, a raça que não paga somente o subsídio dos representantes da nação, mas paga também a alta lista civil da família imperial, paga ainda os juros da nossa dívida em Londres e, quando a honra da nacionalidade brasileira corre risco, paga com sangue larguissimo tributo".

Rui Barbosa, em meio a notável discurso, afirmou:

"A escravidão gera a escravidão, não só nos fatos sociais, como nos espíritos. O grande proprietário de escravos é principalmente um produto moral do trabalho servil. Pode compreender a benevolência, a caridade, a filantropia individual para com os oprimidos. Mas não lhe é possível a iniciativa heroica de uma reforma que revolva pelos fundamentos a massa servil".

Castro Alves, o poeta dos escravos, em "O Navio Negreiro" e "Vozes d'África" somava suas forças líricas às ideias contra os escravistas.

No CE, os jangadeiros fizeram esforços para dificultar os embarques de escravos, recusando-se a transportá-los para serem vendidos no Rio e em São Paulo. Segundo Joaquim Nabuco esta atitude fez "da jangada, o pequeno soalho à flor das ondas, símbolo abolicionista".

Quando o líder dos jangadeiros, Francisco do Nascimento, veio ao RJ, o Ten Cel Sena Madureira, comandante da Escola Geral de Tiro de Campo Grande, recebeu-o no quartel, dando à recepção o caráter festivo de uma comemoração cívica. Sena Madureira seria um dos destacados personagens da célebre "Questão Militar" que se arrastou por anos e desembocou no levante que propiciou a proclamação da República.

Entre a mocidade da Escola Militar pontificavam os abolicionistas Serzedelo Correia, Lauro Müller e Lauro Sodré, entre outros, pregando junto a seus companheiros a cruzada humanitária. Os alunos chegaram a imprimir, em veludo, o discurso de Rui Barbosa, em cujo final eram rudemente atacados o Presidente do Conselho é o próprio Imperador como coniventes com a escravidão.

A Lei Áurea

A maioria do Exército acompanhava esta atitude de revolta de parte da população brasileira. Por idealismo e humanitarismo os militares expressaram a sua repugnância pela missão que os escravagistas lhes queriam impingir: caçadores de negros fugidos. A ninguém surpreendeu a atitude do Clube Militar que, em 23 Out 1887, se manifestou contra o emprego da tropa de linha na captura de escravos.

Benjamin Constant, que vinha trabalhando pela causa abolicionista, concitou o Gen Deodoro, Presidente do Clube, a definir a posição dos militares diante das situações criadas em face do emprego de destacamento para o interior com o objetivo de manter a ordem para a busca de pretos

fugitivos. Deodoro então dirigiu à Princesa Isabel um documento de co-movedora eloquência, redigido por homens afeitos à vida rude da caserna e da campanha, mas onde se evidencia que a solidariedade para com o escravo havia conquistado a consciência do país:

"Senhora - Os oficiais membros do Clube Militar pedem a Vossa Alteza Imperial vénia para dirigir ao governo um pedido que é antes uma súplica. Eles todos que são e serão os amigos mais dedicados e os mais leais servidores de Sua Majestade o Imperador e de sua dinastia; os mais sinceros defensores das instituições que vos regem; eles que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrifícios; esperam que o governo imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior com o fim sem dúvida de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, sejam os soldados encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão ou porque vivam já cansados de sofrer os horrores ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma. (...). É impossível, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre. Por isso os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julga interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão (...). Acreditai que o Exército, que não deseja o esmagamento do preto pelo branco, não consentiria também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco. Mas diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mais tranquilamente do que o gado que se dispersa pelos campos, evitando tanto a escravidão como a luta, o Exército brasileiro espera que o governo imperial lhe concederá o que respeitosamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende".

Assim, ao apoio popular à causa dos negros veio juntar-se a decidida postura do Exército, repudiando a escravidão. Em 13 Mai 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, cujo texto sintético estabelecia:

"É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil".

O Exército e a República

AGTA constituiu marco importante nos acontecimentos que culminaram com a implantação da república no Brasil. Mas antes dela, e mesmo antes da Independência, os ideais democráticos com apelos republicanos já estiveram presentes nas conjurações mineira e baiana e também na pernambucana de 1817, embora não bem definidas nesta última.

Mais tarde, o Império sufocou no Nordeste a Confederação do Equador que dogmatizava a forma republicana. Por fim, o movimento de rebeldia de maior duração, a Revolução Farroupilha, proclamou a república na Província gaúcha (República Rio-grandense) e em Santa Catarina, com efêmera existência (República Catarinense ou Juliana).

A partir do término da GTA, dois assuntos passaram a constar das cogitações das elites brasileiras: a abolição da escravatura e a instauração do regime republicano. Após a Lei do Ventre Livre (1871), o abolicionismo ganhou a consciência nacional, incluindo povo e governantes.

Quanto a extinguir a monarquia, substituindo a coroa pelo barrete frígio, não representava operação fácil. E foi a um grupo de oficiais do Exército que a Nação brasileira deveu o fato de se ter efetuado tão importante transformação na vida política do país com um mínimo de perturbação e sem derramamento de sangue - exceto por um ferimento sofrido pelo Ministro da Marinha, Almirante José da Costa Azevedo, Barão do Ladário, que, porém, se restabeleceu.

A volta da tropa brasileira dos países platinos, onde o sistema de governo era republicano, não deixou de influir no ânimo dos que aqui tinham ficado, conduzindo-os para a ala contrária à monarquia. É preciso não esquecer que daí até 1889 decorreram 19 anos, demonstrando a demora com que se infiltrou a ideia republicana no meio civil.

Não havia, aliás, uma crença muito sólida na continuidade do Império. O fato de a herdeira legítima ter-se casado com um príncipe francês que, apesar dos sinceros esforços, não conseguira a simpatia popular, tornou-se, ano após ano, um problema para os monarquistas.

Nas classes civis, mesmo as mais ligadas ao monarca, havia visível descrença na solidez do regime. No EB, o profundo desgosto pelo abandono ao qual foi relegado após a campanha contra López, o contato mantido com as repúblicas platinas e o exemplo dos EUA provocavam desinteresse, de forma lenta, mas crescente, pela sorte do regime.

Enquanto a nação se desenvolvia, o Exército e a Marinha, responsáveis pela soberania e integridade do país, eram deixados em segundo plano, o que lhes diminuía a eficiência para o cumprimento da missão constitucional. Operava-se na força terrestre, de forma natural e espontânea, um movimento de reação que, gradativamente, afastava do governo imperial. Os velhos e conceituados chefes que respeitavam e estimavam sinceramente o Imperador e por isto eram os esteios tradicionais do trono, iam sentindo diminuir a intensidade desses elevados sentimentos, desgastados pela desilusão e pela mágoa. Se isto se passava com os chefes experientes, mais significativo era o que se passava entre os oficiais e alunos de escolas militares, homens que, com o ardor natural da juventude, recebiam a influência da doutrina positivista de Augusto Comte, de inspiração fértemente republicana³.

A Questão Militar

Na década de 1880 surgiu uma exaltação no meio militar, gerada em princípio pelo desapreço à classe por parte do governo imperial. Iniciava-se a impropriamente chamada questão militar.

Segundo Francisco José de Oliveira Vianna (O ocaso do Império, p. 99) desaparecera o sentimento de fé nas antigas instituições. O próprio Joaquim Nabuco afirmava que nos últimos anos do Império havia mais coragem em se dizer alguém monarquista do que em ser republicano.

A questão militar foi uma sucessão de incidentes que feriram o espírito de classe. À distância de mais de um século é, porém, difícil hoje, discriminar os que efetivamente ofendiam a honorabilidade militar daqueles provocados por questões pessoais ou, na fase derradeira do processo de transformação de regime, propositadamente criados para facilitar a queda da monarquia. O que importa esclarecer é que se avolumava o estado de

³ O Positivismo tem a sua origem na Religião da Humanidade (ou Positivismo Religioso) concebida pelo francês Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), filósofo francês marcado pelo pensamento do Conde de Saint Simon, de quem foi secretário. A sua religião, imbuída de profundo moralismo, desejava entrelaçar os poderes espiritual e material, tal como ocorreu durante a Idade Média. O modelo totalitário político, com pouca margem para direitos individuais e liberdades regeria a implantação do modelo comitista. As doutrinas comitistas chegaram ao Brasil graças à ação de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, nascendo a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, em 1879, e a Igreja Positivista Brasileira, em 1881. Republicanos e positivistas trabalharam juntos na conquista da República, mas tinham somente alguns pontos em comum. Os militares não são, propriamente, comitistas.

incompreensão entre oficiais do Exército e a elite dirigente, habilmente explorado pelos interessados em implantar a República.

Oliveira Vianna assegura:

"Essas questões militares de 85/87 têm uma grande importância porque delas é que partiu toda a dinâmica do movimento que haveria de dar, dois anos mais tarde, com o trono em terra".

Um projeto do Visconde de Paranaguá - João Lustosa da Cunha Paranaguá, sobre o chamado montepio militar, em 1883, provocou uma agitação incomum na classe militar.

Manifestou-se contrário a este projeto o Ten Cel Antônio de Sena Madureira; com veemência escreveu artigos no Jornal do Commercio provocando o abandono do projeto. A conscientização de um espírito de classe permitiu a fundação do Clube Naval, em 16 Abr 1884, graças ao lúcido espírito do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Filipe de Saldanha da Gama. Os jovens oficiais do Exército, à frente dos quais encontrava-se Tomás Cavalcanti, pensavam numa entidade mais ampla. Algumas reuniões prévias ocorreram no Clube Naval e na casa de Serzedelo Correia.

O primeiro incidente ocorreu quando, em 1885, o Cel Ernesto Cunha Matos fez uma inspeção a uma Companhia de Infantaria no PI. Verificando várias irregularidades, solicitou a apuração dos fatos através de inquérito e o consequente afastamento do Cap Pedro José de Lima do comando da unidade, o qual era ligado ao deputado pelo PI Simplício de Resende que, da tribuna da Câmara, atacou violentamente o coronel. Este não hesitou e revidou pela imprensa aos ataques considerados injustos. O Ministro da Guerra Alfredo Chaves puniu-o com prisão de 48 horas. Mas se Cunha Matos se curvou aos ditames da disciplina e silenciou, da tribuna do Senado um militar, o senador Gen José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, chefe militar que empreendera a última ação contra López em Cerro Corá, procurou desagravar a honra do companheiro injuriado, fazendo-o de maneira altiva e desafiadora.

Enquanto o incidente Cunha Matos se esvaziava, Sena Madureira, o destemido abolicionista, Cmt da Escola Geral de Tiro de Campo Grande (Realengo, RJ) foi punido e afastado pelo Ministro da Guerra, Senador Filipe Franco de Sá, por ter recebido aparatosamente o jangadeiro Francisco do Nascimento, que se notabilizara na Província do CE recusando-se a transportar escravos, tendo recebido críticas, posteriormente, no Senado. No RS, para onde fora transferido, Sena Madureira, Cmt da Escola de Tiro

de Rio Pardo, defendeu-se das acusações em um artigo no jornal A Federação, órgão republicano fundado por Júlio de Castilhos, em 16 Ago 1886, no qual, embora evitando tocar diretamente em assuntos militares, acabou por insinuar que

"os velhos soldados nem sempre tomam a sério os generais improvisados que perpassam rápida e obscuramente pelas altas reuniões do poder".

Sena Madureira referia-se ao Ministro da Guerra, Conselheiro Alfredo Rodrigues Chaves, ferrenho escravocrata. Por ordem deste, o Adjunto-General do EB telegrafoou ao Gen Deodoro da Fonseca, Vice-Presidente da Província e Comandante de Armas do Rio Grande do Sul, perguntando se aquele oficial obtivera permissão para publicar o artigo. O general respondeu que não lhe parecia necessária a permissão, pois aos militares era vedado tratar pela imprensa de assuntos militares ou que envolvessem os ministros das pastas militares, mas não via necessidade de autorização para artigos que só mencionassem membros do Parlamento, no caso, o Senador Franco de Sá. Repreendido, Sena Madureira pediu demissão do cargo e lançou enérgico protesto através de A Federação. Júlio de Castilhos aproveitou a oportunidade para escrever uma série de artigos, o primeiro deles intitulado Arbítrio e Inépcia. No Senado, o Visconde de Pelotas protestou contra a reprimenda ministerial.

Com a permissão de Deodoro, reuniram-se em Porto Alegre oficiais da ativa, reformados e honorários, para deliberar sobre a forma de homenagear Sena Madureira pelo desassombro com que defendia os direitos da classe. O Presidente do Conselho de Ministros, João Maurício Vanderlei - o Barão de Cotelipe - fez nova interpelação a Deodoro. Respondeu o general que permitira a reunião porque havia ressentimento no Exército e

"...os militares nem podem, não devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e Simplícios, cujas imunidades não os autorizam a dirigir insultos, nem os isentam da precisa e conveniente resposta... A ferida foi forte, cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas".

Sena Madureira solicitou um conselho de guerra. O pedido não tinha cabimento, mas o Presidente do Conselho de Ministros, Barão de Cotelipe, resolveu ouvir o Conselho Supremo Militar e de Justiça. A decisão,

em 18 Out 1886, dizia que os militares, como quaisquer cidadãos, podiam discutir pela imprensa, mas que era contrária à disciplina qualquer discussão pela imprensa entre militares sobre objeto de serviço.

Apoiados nesta jurisprudência, os punidos pleitearam a anulação das punições, pois não tinham polemizado senão a respeito de civis. O Barão de Cotegipe replicou que a iniciativa de requerer cabia aos militares prejudicados. Estes se recusaram, alegando que, reconhecida a ilegitimidade das punições, incumbia ao governo anulá-las ex-officio.

Formara-se outra crise. Deodoro solicitou exoneração das funções que exercia no RS, viajando para a Corte, onde encontrou recepção calorosa, recebendo a comissão de Quartel-Mestre General. Não se recusava a tomar a vanguarda daqueles que lutavam por um Exército respeitado.

Os ânimos se acaloravam na capital do Império. Em 02 Fev 1887, 200 oficiais mais exaltados reuniram-se no Teatro Recreio Dramático (já demolido), sob a presidência de Deodoro da Fonseca. Concluiu-se que Deodoro escreveria uma carta de apelo ao Imperador. No dia seguinte, a carta foi redigida e entregue no dia 5, não havendo resposta, perdendo Deodoro a comissão que tinha de Quartel-Mestre General. Outra carta foi feita e entregue no dia 12, mas igualmente ficou sem resposta. Então, Rui Barbosa redigiu um manifesto, no dia 14 de maio, dirigido ao Parlamento e à Nação, assinado por Deodoro e pelo Visconde de Pelotas. Tentando dirimir o impasse, o Senador Gaspar da Silveira Martins convidou o Gabinete a declarar sem efeito as notas punitivas. Prudentemente, o Presidente do Conselho de Ministros resolveu cancelar as punições que foram causas de tanta celeuma (20 Mai 1887).

Foi então, nesta conjuntura, que nasceu o Clube Militar, fundado em dependências do Clube Naval, em casarão já demolido da atual Praça Tiradentes no RJ, no dia 26 Jun. Seu Presidente: Deodoro da Fonseca.

Benjamim Constant Botelho de Magalhães

O ideal republicano propagara-se à mocidade militar, sobre a qual exercia especial liderança e fascínio o Ten Cel Benjamim Constant, lente de ciências matemáticas na Escola Militar da Praia Vermelha, no RJ. Quando a tribuna de pregação republicana no Exército ainda estava vazia, Constant veio ocupá-la e nenhum outro militar exibiu credenciais bastantes para substituí-lo nesse papel. Homem de grande envergadura moral e intelectual, assumiu o posto de orientador da mocidade militar. Enquanto as crises se sucediam, no quadro político preparava a

mocidade para o dia decisivo em que ela seria um fator importante para a vitória da causa.

A mocidade militar e seus ideais

Do que era o estado de espírito da mocidade estudantil nos anos antes da República, sob a liderança de Benjamim Constant, deixou depoimento valioso o Gen Tasso Fragoso, aluno da Escola Militar da Praia Vermelha nessa época:

"Entre todos os professores sobressaía Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Sereno, ereto e sempre impecável no traje, entrava no edifício por entre as demonstrações de simpatia e respeito dos que defrontava em caminho. Era um encanto ouvi-lo! Tinha-se a impressão de que a matéria não lhe escondia segredos, pois que a dominava com rara mestria. Expunha-a de modo bem diferente dos livros habituais e com uns laivos encantadores de singela modéstia. Em vez de uma sequência monótona de axiomas, teoremas e corolários, ouvia-se-lhe primeiro, com verdadeiro deleite, uma exposição sintética do assunto, sobre o que esvoaçava arrebatando-nos com a magia do seu raciocínio convincente e da sua linguagem apurada, tudo iluminado por uma fisionomia de cativante docura e de que não desfitávamos o olhar, tomados de verdadeira fascinação (...). O nosso país atravessava então um dos períodos mais característicos da sua história. Agitava-se o problema da libertação dos escravos e o da substituição do regime monárquico pelo republicano. Como era natural, ambos repercutiam no seio da Escola, inflamando as nossas imaginações e interpolando-se em nossos deveres quotidianos. Éramos pela liberdade dos escravizados. Queríamos vê-los livres incondicionalmente e dentro do prazo mais curto, para que se apagasse de vez essa mancha que tanto nos deslustrava. Com esse intuito juntávamos os nossos modestos esforços aos de todos os abolicionistas do país. Hoje tudo isso descambou no olvido e talvez se afigure um sonho; mal se concebem as pelejas que então travamos pela liberdade. Mas quantas vezes não nos prestamos até a defender com a nossa própria vida a dos que propugnavam a abolição imediata! (...) Com a mente cultivada pela ciência e pela leitura de grandes pensadores como Augusto Comte, sonhávamos um regime ideal (...). É preciso ter vivido nessa época e ter conhecido esse ambiente para aquilar, à justa, a elevação da maioria dessa geração republicana, de militares e de civis, que batalharam com inquebrantável fé e absoluto

desprendimento para redimir os cativos e implantar a República no Brasil(...). A vida era para nós o menor dos bens, se a não pudéssemos viver com dignidade".

Crises constantes

O Capitão-Tenente Antônio José Leite Lobo fora preso pela polícia em 28 Fev 1888 no Rio de Janeiro. Em consequência, marujos e elementos do corpo policial provocaram conflitos urbanos no dia 01 Mar. Cheios de entusiasmo, os alunos da Escola Militar decidiram recepcionar o abolicionista republicano José Lopes da Silva Trovão que regressava da Europa. Era 04 Nov 1888, um domingo. Para impedi-los, o Ministro da Guerra Tomás Coelho decidiu visitar a Escola nesse dia. Frustrados, os alunos combinaram dar um viva à República quando o ministro passasse em revista à formação. Mas, no momento, nenhum deles tomou a iniciativa. Irritado, o Cadete Euclides da Cunha tirou o sabre do cinturão e o arremessou ao chão. Foi desligado da Escola e preso na Fortaleza de Santa Cruz. Dom Pedro II anulou a punição permitindo que o aluno retornasse à Escola.

Em SP, em Nov 1888, o Chefe de Polícia Cardoso de Melo penetrou no quartel do 17º BI, em decorrência de conflito entre praças da Força Pública e do Exército, ocasionando nova agitação, pois a autoridade policial não cumprira o dever de se dirigir à mais alta autoridade presente no local. O Chefe de Polícia foi demitido pelo governo e o batalhão foi transferido para o RJ, em caráter provisório.

Em Jan 1889 o governo destacou para o Mato Grosso dois batalhões em virtude dos rumores de guerra entre o Paraguai e a Bolívia. E, para comandá-los, escolheu o Marechal Deodoro da Fonseca. Abria-se mais uma polêmica: representava confiança do governo no oficial ou desejava-se afastá-lo da capital? Na Corte, em 1889, alteraram-se os ânimos quando o Presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto, prendeu o Ten Pedro Carolino Pinto de Almeida, comandante da guarda do edifício do Tesouro, por não tê-lo encontrado em seu posto.

Em 18 Out 1889, o Ten Cel João Nepomuceno de Medeiros Mallet foi demitido da comissão de Comandante da Escola Militar do Ceará, ato rotineiro não tivesse sido acrescido da frase: "a bem do serviço público".

Benjamim Constant não se limitou à pregação do regime republicano. Por ocasião da visita de oficiais da Marinha chilena componentes da guarnição do encouraçado Almirante Cochrane à Escola Militar, seu discurso

- proferido na presença do Ministro (interino) da Guerra do Brasil, Conselheiro Cândido de Oliveira - foi uma ode à República, o regime político do país dos visitantes. O Ministro preferiu se retirar da cerimônia, obrigando o Presidente do Conselho, Visconde de Ouro Preto, a censurá-lo por não ter prendido Constant. Ouro Preto era um líder provido de individualidade forte, de feitio voluntarioso e intrépido, "da classe dos homens que preferem quebrar a torcer", segundo Oliveira Vianna⁴. Era ele que os republicanos teriam agora de enfrentar.

Posto ao corrente desse fato, o Imperador não permitiu que Benjamin sofresse punição, nem que o Marechal Miranda Reis fosse demitido do comando da Escola Militar.

Mais do que nunca a propaganda republicana forçava as portas dos quartéis, em busca do apoio das forças militares para atingir o objetivo sonhado. Dentro da caserna era grande o número daqueles que, desiludidos com um Império em visível ocaso e com o desinteresse dos sucessivos Gabinetes pelos problemas do Exército, estavam prontos a reforçar as fileiras dos republicanos civis.

Enquanto Benjamim Constant continuava alimentando a chama da República entre a mocidade militar, outros oficiais cogitavam de movimento armado e tentavam convencer Deodoro a chefiar o movimento. Deodoro resistiu, por afeição ao Imperador. Mas Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, Sebastião Bandeira e o próprio Benjamim Constant insistiam para que aceitasse a liderança.

Na noite de 30 Out 1889, estando presentes em sua residência vários oficiais, Deodoro por fim aceitou a necessidade de derrubar o Ministério, comprometendo-se em uma conspiração de fundo republicano. Sabedores da resolução dos militares, os próceres civis prepararam-se para motivar a opinião pública.

Enquanto se realizava o que seria o último baile do Império, na ilha Fiscal, em homenagem aos oficiais da guarnição do encouraçado chileno Almirante Cochrane, a 09 Nov, reuniram-se no Clube Militar 153 oficiais do EB, sob a presidência de Benjamim Constant em virtude de Deodoro encontrar-se doente. Por proposta do Ten Cel Alfredo Ernesto Jacques Ouriques, que salientou estarem todos bem guiados por Benjamim

⁴ Conforme O Exército na História do Brasil (BIBLIEx, 1998, vol. 2, p. 206), Ouro Preto sabia da delicadeza do momento político. Nomeou o Barão de Ladário para a Marinha e o Visconde de Maracaju para a pasta da Guerra. Este, era primo de Deodoro. Deodoro não era republicano e teria assim se pronunciado: "República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça". Mas acabou aderindo.

Constant, ninguém deveria se pronunciar após o que este devia dizer, o qual aceitou o encargo e pediu alguns dias para desempenhar-se da árdua e difícil missão. As palavras com as quais Constant encerrou a sessão ecoaram na sala repleta como o primeiro grito de insurreição e demonstraram a predominância da corrente republicana sobre a tendência dos que desejavam apenas uma mudança de Gabinete.

Em 10 ou 11 Nov, reuniram na casa de Deodoro vários republicanos, civis e militares, e procuraram concitar o velho militar a transformar o golpe contra o Ministério em mudança para o regime republicano. Mas a atitude de Deodoro mostrou-se vacilante.

A guarnição do Exército no Rio de Janeiro

Em 1888, o Exército, no Rio de Janeiro, teatro dos acontecimentos decisivos da futura estrutura política do país, dispunha de seis batalhões de infantaria, um regimento de cavalaria, outro de artilharia e um batalhão de engenheiros. Havia a Fortaleza de São João, que aquartelava uma Companhia Depósito de Aprendizes Artilheiros, o Arsenal de Guerra, com sua Companhia de Aprendizes Artífices, a Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Superior de Guerra, em São Cristóvão. O Batalhão de Engenheiros ficava em Campo Grande, sede também da Escola Geral de Tiro (no Realengo); em Campinho estavam instaladas as oficinas do Laboratório Pirotécnico Militar; na Tijuca ficava o Batalhão de Polícia do Exército; na ilha de Bom Jesus, o Asilo de Inválidos da Pátria; algumas repartições do Quartel-General ficavam no Campo da Aclamação e em prédios da Rua do Areal, onde hoje estão os estabelecimentos de saúde, na Rua Moncorvo Filho. No velho casarão do chamado Quartel do Campo, onde depois viria a ser construído o atual Palácio Duque de Caxias, havia um enorme sobrado de dois andares, onde se localizavam a Secretaria de Estado, a Repartição do Ajudante-General e outros órgãos. Também ali se aquartelavam dois batalhões de infantaria, o 1º e o 10º. Na Rua Evaristo da Veiga ficava o Laboratório Químico Farmacêutico Militar, fronteiro ao Quartel da Força Pública, e bem próximo, no alto do morro de Santo Antônio, em imóvel do convento do mesmo nome, o 7º Batalhão de Infantaria. No morro da Conceição ficava a Oficina de Armas, subordinada ao Arsenal de Guerra.

Ainda em 1888 o Exército decidira criar no Rio de Janeiro mais três batalhões de infantaria (BI), com o aproveitamento, em grande parte, dos efetivos do 1º, 7º e 10º. Os batalhões constituíam-se de oito companhias,

desde 1881. No final do ano de 88 resolveu-se reorganizar o Exército e, em consequência, houve a redução de oito para quatro companhias por batalhão. Com os efetivos das companhias extintas surgiram os 22º, 23º e 24º BI, organizados em começo de 1889. Vê-se, pois, que ao se iniciar o ano de 89 o Rio de Janeiro contava com seis batalhões de infantaria. Entretanto, pelos relatos sobre a revolução de 15 de novembro, verifica-se que a tropa conduzida primeiro por Constant e depois por Deodoro para o Campo da Aclamação era constituída por tropas de cavalaria e de artilharia. O movimento revolucionário tinha certamente o apoio irrestrito e entusiástico da mocidade da Escola Militar, que estava distante, em outro extremo da cidade, a Praia Vermelha, sendo que as forças do governo concentravam-se na área central da cidade, ainda de traçado colonial, e compreendiam elementos da Marinha, do Exército, dos Bombeiros e da Polícia, com efetivo superior ao dos revolucionários.

Onde e sob o controle de quem estavam os seis batalhões de infantaria? Na verdade, na noite de 14 para 15 de novembro havia no Rio de Janeiro somente três batalhões de infantaria em condições de atuar contra o governo imperial ou a favor dele - eram o 1º, o 7º e o 10º BI. O 22º e o 23º estavam fora do Rio de Janeiro e o 24º, embora na Corte, se achava praticamente imobilizado, como adiante se verá.

Do exílio, para onde seguiu após a queda do Império, diria mais tarde Afonso Celso de Assis Figueiredo - o Visconde de Ouro Preto:

"...exigindo as conveniências do serviço público que desse um dos corpos da guarnição para a longínqua Província do Amazonas, em poucos dias para ali embarcou o Batalhão de Infantaria nº 22 (...), sem embargo dos boatos espalhados de que desobedeceria à ordem de marcha e dos conselhos e provocações que para isso recebeu da imprensa oposicionista" (op. cit., BIBLIEx, vol. 2, p. 208).

A unidade seguiu para o Norte, em cumprimento às determinações recebidas. Dias depois (16 Nov) o Ministro da Guerra da República emitiu outras ordens, determinando o regresso do batalhão, que já se encontrava no porto de Recife.

A saída do 22º BI, para os republicanos, fora uma manobra de esvaziamento da guarnição da Corte, mas não foi a única movimentação de tropa do RJ naquele ano. Em julho, uma fração do 23º BI fora para Ouro Preto. Esse deslocamento serviria como pretexto ostensivo do governo imperial, já que se tornara necessário retirar o 9º RC da então capital da Província

mineira. A oficialidade do 23º, como seu comandante, Cel Estêvão Ferraz, era ostensivamente favorável a Deodoro. Ferraz acabava de voltar de sua comissão em Mato Grosso, onde durante meses permanecera no comando de uma brigada de fronteira, comissão que segundo os republicanos fora um subterfúgio para afastá-lo da Corte.

Sobre a movimentação do 23º BI, diz o Visconde de Ouro Preto:

"Assim é que, sendo preciso, em consequência de conflitos travados na capital de Minas entre praças do 9º Regimento de Cavalaria e as de polícia da Província, substituir aquele corpo, seguiu para ali, dentro de quatro horas após a recepção das primeiras notícias, nova guarnição, sem a menor relutância, retirando-se a antiga na melhor ordem e regularidade" (Idem).

Se o motivo oculto que impulsionou o Visconde de Ouro Preto a trazer para o RJ o 9º RC foi efetuar uma rocada no tabuleiro político, a jogada foi inócula. O 9º RC, como uma torre deslocada para junto do Imperador, não proporcionou a cobertura desejada. Ao contrário, colaborou para o fim do império e para o advento republicano.

E o 24º BI? Por que estaria praticamente imobilizado? É que o batalhão, desde 04 Out, se encontrava na ilha do Bom Jesus, local do Asilo dos Inválidos da Pátria. Em 1889, entretanto, remover um batalhão exigiria lanchas e batelões, difíceis de obter em uma madrugada agitada como foi a de 15 de novembro. Desta forma, isolara-se o 24º BI.

E onde se encontravam os 1º, 7º e 10º Batalhões de Infantaria? Na noite de 14 para 15, o 1º BI estava em serviço de guarnição. Equivale a dizer que seu efetivo estava disperso pelas guardas de diversos edifícios públicos e estabelecimentos militares, restando no interior do QG somente 40 praças. O 10º BI aguardava ordens no QG, o 7º, cujo aquartelamento ficava na área do Convento de Santo Antônio, à retaguarda do claustro, também estava na expectativa de ser empregado.

Para melhor avaliar o estado de espírito dos integrantes do 1º e do 7º BI, em noite decisiva para o destino do Brasil, é preciso considerar que ambos os batalhões tinham regressado havia pouco de Mato Grosso, onde integravam a brigada que, a comando de Deodoro, saíra do RJ para cobrir as nossas fronteiras com a Bolívia e Paraguai, cujas relações andavam extremecidas. É fácil concluir que do relacionamento com o general, durante alguns meses, na Província distante, resultou uma profunda admiração da tropa para com o velho chefe.

Do 10º, não há informação de que seus componentes estivessem solidários com o movimento revolucionário em curso. Mas a atitude de seus integrantes nos fatos do dia 15 evidenciou simpatia pela causa.

Quanto ao 7º, há razões bastantes para considerá-lo efetivamente ligado aos conjurados. Na reunião de 03 Nov, realizada na casa do Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, Cmt do 1º RC, oficiais do 7º BI asseguraram aos presentes a colaboração efetiva da unidade. Destacaram-se os capitães Carlos Olímpio Ferraz, mais tarde comandante do batalhão, e Manuel Joaquim Pereira. Os homens do 7º, durante a tarde e a noite de 14, estavam muito preocupados: havia boatos de que o 7º BI e o 2º RArt a Cavalo estavam com ordem de embarque. Não se sabia para onde. Já com a noite avançada, ouviu-se um tropel de cavalos: soube-se que dois oficiais vinham falar com o Cap Carlos Ferraz. Disseram estar vindo de São Cristóvão para levar a notícia do levante da 2ª Brigada aos companheiros da Marinha, no Clube Naval (então no Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes), e aos camaradas do 7º BI. Os portadores da mensagem haveriam de ter, no futuro, participação expressiva na HB. Eram os alferes Cândido Rondon e Tasso Fragoso.

O 15 de novembro

Sobressaltados com as notícias das prisões de Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant, espalhadas na tarde do dia 14 pelo Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro na Rua do Ouvidor, os batalhões da 2ª Brigada, de São Cristóvão, revoltaram-se à noite. Aderiram outras unidades próximas. O Ten Adolfo Pena Filho, Ajudante de Ordens de Deodoro, dirigiu-se à casa de Benjamim Constant com a notícia do que se passava. Constant tomou um carro e rumou para São Cristóvão enquanto seu irmão, Major Marciano Botelho de Magalhães, seguia para a Praia Vermelha a fim de obter a adesão dos cadetes. O mesmo Tenente Pena levou a Deodoro o relato dos acontecimentos e o convenceu a se colocar à frente dos revoltosos.

Ao amanhecer de 15 de novembro de 1889 deslocou-se a coluna revolucionária, que vinha de São Cristóvão e era constituída da 2ª Brigada, composta pelos 1º e 9º RC, pelo 2º R Art Cav e por oficiais alunos da Escola Superior de Guerra. Trazia 16 canhões e como tropa de infantaria o 9º RC a pé, armado de clavinotes (pequena clavina). O 9º RC, ao vir de MG, passara a compartilhar do aquartelamento do 1º RC.

À frente da coluna marchava o 1º RC; em seguida, a oficialidade da Escola Superior de Guerra, transformada em guarda de honra de Benjamim Constant. Atrás, rolavam lentas as 16 peças, protegidas pelos homens a pé do 9º RC. Na retaguarda, havia uma carroça de munição e, sobre os armões, cunhetes de infantaria para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar que deveriam vir da Praia Vermelha.

Na altura do gasômetro do aterrado do Mangue encontrou-se a coluna com Deodoro que, apesar de seu mau estado de saúde, viajava em caleça para assumir o comando da revolução. O general prosseguiu no veículo até mais adiante, quando montou em um cavalo baio do 1º RC, emprestado pelo Alferes Eduardo Barbosa.

À meia-noite, o Visconde de Ouro Preto fora alertado pelo telefone, pelo Chefe de Polícia, Dr. José Basson Osório, sobre um movimento anormal nos quartéis de São Cristóvão. Rapidamente dirigiu-se à chefatura de Polícia, à Rua do Lavradio, inteirando-se das ocorrências e tomando as providências julgadas cabíveis. Na própria chefatura reuniu-se com alguns auxiliares, entre os quais o Ajudante-General, Marechal Floriano Peixoto, e com este acertou medidas referentes ao deslocamento de tropas supostas fiéis ao governo imperial. Na mesma oportunidade apresentou-se o Cel Soares Neiva, que comandava o Corpo de Bombeiros, sendo que este foi solicitado a armar o seu corpo e colocar-se à disposição de Floriano. Às 15 horas do dia 15, o Ministério começou a se reunir no Arsenal de Marinha. Ouro Preto mandou chamar o Diretor do Arsenal de Guerra (ainda localizado onde hoje se encontra o Museu Histórico Nacional), e lhe determinou que pusesse sua unidade em alerta, a fim de repelir qualquer tentativa de assalto. O Cel Augusto Fausto de Sousa, Diretor do Arsenal, insistiu junto ao Presidente do Conselho para que as tropas do governo ocupassem o morro do Castelo porque, se os revolucionários dele se apoderassem, seria impossível manter o Arsenal. Quando Rufino Enéias Gustavo Galvão - o Visconde de Maracaju - chegou ao Arsenal de Marinha, Ouro Preto transmitiu-lhe a solicitação. O Ministro providenciou para que o 7º BI, aquartelado no morro de Santo Antônio, destacasse uma companhia com a missão de ocupar o alto do morro do Castelo. O restante da unidade viria para o QG.

Da ordem do Visconde de Maracaju pode-se deduzir a fragilidade em que se encontrava o governo imperial. O relato de Rondon sobre sua ida ao 7º BI, naquela noite, para levar o aviso dos revolucionários, permite concluir que o Arsenal já não podia mais ser defendido mediante a simples ocupação do Castelo. Mas Ouro Preto não sabia disto.

Maracaju, ao defender-se das acusações do Presidente do Conselho, afirmou:

"Diz o Sr. Visconde de Ouro Preto que notou ali (no QG) a falta de preparativos para a resistência, o que admira, pois quando S. Exa., chegou estavam-se reunindo no pátio dos quartéis do Campo da Aclamação (...) o 7º da mesma arma, com 120 praças, por ter eu mandado uma companhia ocupar o morro do Castelo".

Maracaju declarou também ter providenciado a vinda do 1º Btl Eng, de Campo Grande. Por outro lado, o Cel Pego fora à Fortaleza de Santa Cruz a fim de trazer o 1º B Art de Posição. A ideia de Maracaju era prover a força do governo com a artilharia necessária para enfrentar a dos revolucionários, que possuíam os canhões de campanha existentes na tropa da Corte. O Visconde contava com os elementos da Fortaleza para organizar um regimento de artilharia, utilizando 11 peças Krupp e seis Whithworth, em depósito no Arsenal de Guerra.

Era vã a tentativa de proporcionar esse apoio de fogo, estando já no alto do morro do Castelo uma companhia do 7º BI, unidade favorável aos republicanos e que, embora recebesse missão de defender o Arsenal, se encontrava em condições de impedir que o 1º Btl Art desembarcasse no cais do Arsenal para se apossar do material de tiro.

Outra ordem emitida por Ouro Preto a Maracaju foi que voltasse ao continente o 24º BI, destacado pouco antes para a ilha de Bom Jesus. Mas era tarde demais. Talvez os homens não tivessem vontade de ajudar e acreditassem na causa dos camaradas da 2ª Brigada. Segundo Maracaju, um destacamento do 24º BI estaria na Escola Militar e com ela marcharia para o Campo. O jornalista Ernesto Sena assinalava a presença, junto aos alunos, de praças do Batalhão de Engenheiros.

Determinou-se ainda que cerca de 100 homens da Companhia Depósito de Aprendizes Artilheiros da Fortaleza de São João viessem para o QG; quanto aos menores artífices da Companhia do Arsenal de Guerra, diz Ouro Preto que mandara para as suas casas os que tivessem família e ficassem os demais no interior do Arsenal, mas as informações de Sena o contradizem.

Enquanto a coluna constituída pela 2ª Brigada se aproximava do Campo da Aclamação e a Escola Militar se deslocava para o centro da cidade, reuniam-se no QG tropas da Marinha, do Corpo Policial da Corte e dos Bombeiros, que se incorporaram a elementos dos 1º e do 7º BI.

Somavam dois mil homens. Do Arsenal de Marinha, os Ministros passaram para o QG do Exército, menos o Almirante Barão de Ladário.

O 10º BI recebeu ordens do Ministro da Guerra para se movimentar em direção à praia da Lapa, a fim de deter a Escola Militar que por ali passaria obrigatoriamente. Ouro Preto reagiu à ordem. E ao ver a tropa afastar-se disse a Maracaju:

"Mas estas últimas forças (as que vinham de São Cristóvão) estão mais próximas, avizinhram-se, são as de que mais há a temer e V. Exa. permite que exatamente o batalhão que me disseram ser o de maior confiança deixe o posto de perigo? Pois aí vêm contra nós artilharia e cavalaria e manda-se essa tropa ao encontro dos meninos da Praia Vermelha?"

Após um reconhecimento feito por um piquete no Campo da Aclamação, ao comando do Capitão Manuel Godolphim, a 2ª Brigada desembocou no logradouro. Maracaju relata:

"Não tendo chegado o 1º de Engenheiros, nem o 1º de Artilharia com as 16 bocas de fogo, nem o Corpo de Polícia de Niterói, nem o 24º de Infantaria, que estava na ilha de Bom Jesus, nem o reforço da Marinha, frustrados todos os meios para a resistência por terem a Brigada Provisória e o 100 de Infantaria confraternizado com a 2ª Brigada e com o Corpo de Alunos da Escola Militar, colocou-se o Sr. Marechal-de-Campo Deodoro, que estava à frente de 2 mil homens, mais ou menos, diante da Secretaria de Guerra, com 16 bocas de fogo Krupp, estendidas em linha de batalha, bem como a infantaria e a cavalaria, sabendo eu nessa ocasião que fora ferido o meu colega e amigo Sr. Barão do Ladário".

O incidente com o Barão de Ladário ocorreu no momento em que o coupé do titular da Pasta da Marinha chegava próximo ao QG do Exército. Recebendo ordem de prisão do Tenente Pena, não só não a aceitou como usou uma pistola para se defender⁵. Ferido, o Barão foi removido para o saguão do Itamaraty e, depois, colocado em um bonde fechado que seguiu

⁵ Conforme o Cel Cláudio Moreira Bento em "Deodoro - destino de um soldado", "Ladário atirou com uma pistola de dois canos, um tiro no Ten Pena Filho e outro em Deodoro, errando ambos os alvos [...] e só não foi morto em virtude da ordem de Deodoro: 'Não atirem neste homem!'". (<http://www.ahimtb.org.br/Deodoro%20o%20destino%20de%20um%20soldado.pdf>).

para Laranjeiras, onde morava. Por esse tempo, vários civis ligados ao movimento já se encontravam no Campo da Aclamação.

Realmente, Maracaju organizara uma brigada provisória com fuzileiros navais, imperiais marinheiros e elementos do Corpo Policial da Corte, atribuindo o comando ao Brigadeiro José de Almeida Barreto.

O 10º BI fora mandado para impedir a passagem da Escola Militar na altura do Largo da Lapa. Os alunos utilizaram bondes, a partir de Botafogo, deixaram os transportes de tração animal na altura do antigo mercado, no sopé do outeiro da Glória e tiveram notícia de que Deodoro chegara ao Campo. Deslocaram-se então em direção à Lapa, onde, estendido em linha, junto ao Passeio Público, o 10º BI aguardava, mas vacilava em continuar defendendo o Império.

Conta Ernesto Sena que passara pela Lapa, rumo à Escola, o 2º Sargento-Cadete Raimundo Gonçalves de Abreu Filho, que deixara o Campo com o objetivo de apressar a vinda dos companheiros. Interpelado pelo comandante do 10º, disse-lhe que Deodoro proclamara a República. É possível que com esse ardil tivesse concorrido para a decisão do comandante do 10º de voltar com sua unidade ao Campo.

Benjamin Constant dirigiu-se ao Brigadeiro Almeida Barreto e transmitiu a solicitação de Deodoro para que ele, com seus comandados, se transferissem para a sua ala esquerda. Imediatamente, o brigadeiro comandou a evolução.

O Marechal Deodoro incumbiu ao Ten Cel João Batista da Silva Teles de comunicar ao Ministério que ele não mais existia. Ouro Preto convocou ao gabinete do Ministro da Guerra, onde o Ministério se encontrava, a presença dos Generais Floriano Peixoto e Antônio Enéas Gustavo Galvão, Barão do Rio Apa, irmão do Ministro da Guerra e, por conseguinte, primo de Deodoro, e os concitou a dissolver, com suas forças, os amotinados. Floriano declarou ser inútil qualquer tentativa de reação, concordando com a sua opinião o Barão do Rio Apa. Nada mais havia a fazer. Eram 10 horas da manhã. Ouro Preto percebeu que caíra o regime: não havia quem por ele morresse...

Os portões do QG se abrem. Deodoro e vários oficiais entram no pátio sob aclamações. Dirige-se à sala onde se encontram os Ministros, seguindo-se um diálogo duro, porém em tom nobre e altivo. Em seguida, Deodoro determina que os ministros se recolham às suas casas. Assoma à sacada e é ovacionado.

Deodoro à frente, a tropa desfila até o Arsenal de Marinha, onde houve confraternização com o Chefe-de-Esquadra Eduardo Wandenkolk. O povo acorreu sem perceber o que se passava.

Ao final da tarde, a casa de Deodoro encheu-se de militares e civis que o pressionaram a posicionar-se pela República. Isto foi conseguido quando o Major Solon Ribeiro informou que o Dr. Gaspar da Silveira Martins, Governador do RS, havia sido convidado pelo Imperador para formar novo Gabinete⁶. Era conhecida a animosidade entre Deodoro e Gaspar. E assim, Deodoro aceitou assinar o decreto de Proclamação da República e compor um governo Provisório por ele encabeçado.

Contribuição do Exército ao Desenvolvimento Nacional durante o Império - Na formação de engenheiros civis e militares

O objetivo principal do Príncipe Regente Dom João, ao criar a Academia Real Militar, em 04 Dez 1810, fora dotar o Brasil de um instituto de ensino que, sob as funções de um estabelecimento militar necessário à defesa e segurança, formasse:

"oficiais da classe de engenheiros Geógrafos e Topógrafos que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de Minas, de Caminhos, Portos, Canais, Pontes, Fontes e Calçadas" (Carta de Lei para a criação, conforme doc. no AHEX).

Em relatório de 1835, o Ministro da Guerra José Félix Pereira Pinto Burgos, Barão de Itapicuru-Mirim, escreveu:

"A Academia Militar criada pela Carta de Lei de 1810 tinha a seu cargo o ensino das Ciências Matemáticas, Físicas e Militares. O previdente ministro que a havia fundado teve em vistas emancipar o Brasil e arrancá-lo dessa tutela em que jazia até nas Ciências e não de certo formar um estabelecimento puramente militar; este título da Academia foi antes o pretexto do que o fim a que se dirigia: como sobejamente manifesta o complexo das Doutrinas que ali ensinavam".

⁶ **Nota dos autores:** Conforme Pedro Calmon (História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, vol. 5, p. 1822) Ouro Preto foi quem indicou Silveira Martins e o Imperador aceitou. Nenhum dos dois sabia, ou não lembraram, da inimizade entre Deodoro e o tribuno gaúcho.

Para atingir o objetivo do Príncipe, o Conde de Linhares, Ministro da Guerra, inseriu na carta de lei que levou ao soberano que a Academia, em seu curso, teria aulas de "Ciências Matemáticas, de Ciências de Observação, quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia e História Natural" não esquecendo, obviamente, as ciências militares.

As portas da Academia abriram-se em 1811, de início para candidatos militares e em 1823 também para civis. Iniciou-se o congraçamento da juventude civil e da militar, pois "a ciência não se assusta com o rumor da guerra", como dizia João Vieira de Carvalho - o Conde de Lajes. Não existindo na época um prédio condigno que a abrigasse, instalou-se na Casa do Trem ou Arsenal de Guerra, onde atualmente está o Museu Histórico Nacional. Seu primeiro comandante foi o Tenente-General Carlos Antônio Napión.

O caminhar da Academia nem sempre foi fácil, o que levou o mesmo Barão de Itapicuru-Mirim a bradar à Assembleia Legislativa que:

"oscila e definha de ano a ano essa Academia, digna de melhor sorte que não pequenos serviços tem prestado; e permiti que o diga, de quem o Brasil tem direito de esperar incomensurável aumento de sua indústria e riqueza".

Um dos motivos do definhamento, dizia o Barão, era a deficiente remuneração dos mestres, "a quem se dão mesquinhos ordenados em um País novo e pouco populoso e onde a Ciência encontra mil empregos".

É interessante ressaltar que o Exército, através do Ministro José Borges, lutava pela implantação do curso de Engenharia em nosso país:

"Se encararmos porém as Ciências Naturais e Físicas; a Arquitetura; a Construção de Canais e Pontes; a abertura das Estradas; em uma palavra, todas essas ciências e suas aplicações de que o Brasil tanto precisa para conhecer o seu vasto território, aproveitar as riquezas de seu solo, elementos primários de sua grandeza, e que farão um dia a base de sua verdadeira independência para com todos os países conhecidos do mundo, certo, nenhum coração brasileiro verá sem pesar enfraquecida, e a ponto de aniquilar-se, esta Academia, a mais antiga do Império, única no seu gênero..."

A alusão à preferência do brasileiro pelos cursos formadores de bacharéis em Direito é perfeitamente válida, não só no tempo do Império como durante o período republicano. Muitos jovens que podiam procurar o ramo

da Engenharia derivavam, sem vocação segura, para as faculdades de Direito, pela falta de estímulo governamental para a criação de escolas de Engenharia subordinadas ao Ministério do Império.

Em um casarão do Largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, instalou-se em caráter definitivo a Academia Real Militar (ARM). A construção inicialmente destinava-se a abrigar a nova Catedral do Rio de Janeiro; as obras ficaram paralisadas logo no início. Sobre estes alicerces, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho - Conde de Linhares - determinou levantar um edifício próprio para abrigar a ARM, segundo o projeto do arquiteto Pedro José Pèzerat. Mesmo sem a completa conclusão das obras, a Academia foi transferida para o Largo de São Francisco, inaugurando seu ano letivo em 01 Abr 1812,

"...e assim, o que foi destinado para recinto de orações e hinos religiosos ficou consagrado à instrução da mocidade; o sagrado passou para profano e o templo transformou-se em Academia, que também é um templo da ciência" (op. cit., BIBLIEx, 1998, vol. 2, p. 213).

Segundo o Ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros, em 1838,

"este instituto tem merecido do governo aquela consideração que é devida ao único estabelecimento no Império desta ordem, onde se ensinam e professam as Ciências Matemáticas, Filosóficas e Militares" (Relatório de 1838 à Assembleia Legislativa).

Superando os obstáculos iniciais de sua existência, a Academia transformou-se na Escola Militar da Corte em 14 Fev 1839. Ali se formaram engenheiros, dos quais tanto carecia o Brasil e que, embora militares, estavam disponíveis para os empreendimentos de obras públicas.

Enquanto a Escola Militar se mantinha no Largo de São Francisco, organizavam-se o Curso de Cavalaria e Infantaria, em Porto Alegre, RS e, mais tarde, a Escola de Aplicação do Exército, na Corte.

Ao se analisar a sequência de reformas na estruturação da Escola Militar, sente-se a presença da nova ideia do governo imperial - dar um cunho mais castrense ao ensino ministrado no Exército.

Em 1855, o ensino teórico e prático das disciplinas exclusivamente militares, foi separado das ciências abstratas, físicas e naturais, que passaram a integrar o currículo da nova Escola de Aplicação do Exército, primeiramente instalada na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, bem como em uma chácara que existia entre essa fortificação e a da Praia

Vermelha. Pouco depois, com a reforma operada nas Escolas Militares pelo Decreto nº 2.116, de 01 Mar 1858, organizou-se a Escola Militar, com o nome de Escola Central; a que funcionava na Fortaleza de São João passou a ser Escola Militar e de Aplicação e o estabelecimento de Porto Alegre ficou com o nome de Escola Militar Preparatória⁷.

A Escola Central permaneceu no prédio do Largo de São Francisco, constituindo assim a origem da futura Escola Politécnica, mais tarde Escola Nacional de Engenharia, instituto-padrão para as escolas de Engenharia que surgiriam em outros pontos do país. A Engenharia civil brasileira tem suas raízes nas modestas salas da antiga Casa do Trem.

A Escola Central constituía um núcleo em que se ensinavam todas as doutrinas comuns às diferentes especialidades, conforme a carreira a que se destinava o aluno, que já não era unicamente a militar, muito embora a responsabilidade pela Escola Central continuasse sendo do Exército, daí o regime e a disciplina militares. A partir de 22 Abr 1863, os alunos da Escola Militar do RJ ou de Porto Alegre, que após a conclusão dos cursos se destinavam às chamadas armas científicas - Engenharia e Artilharia - ou ao corpo de Estado-Maior de 1ª classe, teriam de cursar a Escola Central, na forma prevista pelo respectivo regulamento.

Quando o Marquês de Caxias ocupou o Ministério da Guerra⁸, não havia engenheiros civis para atender às necessidades dos empreendimentos industriais privados. Dizia ele em 1857:

"Fazendo este pequeno aumento (do quadro de engenheiros do Exército), teve também o governo em vista a circunstância ponderosa de que o desenvolvimento que vão tendo entre nós os melhoramentos materiais e as vantagens que incontestavelmente resultarão daí aos que professarem a ciência do engenheiro, serão um incentivo poderoso para os nossos jovens compatriotas dedicarem-se ao estudo daquela ciência: o que concorrerá para constituir-se dentro de um prazo talvez não longo, uma classe de engenheiros civis que aumentará sem dúvida na razão das necessidades públicas e das vantagens em expectativa".

⁷ O Curso de Infantaria e Cavalaria foi convertido em preparatório, com o nome de Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do RS e destinava-se ao preparo básico dos candidatos à Escola Militar da Praia Vermelha, no RJ (Bento, Claudio M.; Giorgis, Luiz E. Caminha. História do Casarão da Várzea. Barra Mansa: AHIMTB e Drumond, 2009, p. 34).

⁸ Caxias foi Ministro da Guerra desde 14 Jun 1855 no Gabinete Marquês do Paraná, que faleceu em 03 Set 1856, quando Caxias assumiu a Presidência do Conselho de Ministros, acumulando com o Ministério da Guerra (Giorgis, 2011, p. 105).

Caxias concluía com uma afirmação que demonstrava o papel do Exército no esforço pelo desenvolvimento nacional durante o Império:

"Vós sabeis, senhores, que atualmente os oficiais do corpo de engenheiros são os únicos de que o governo e as empresas particulares, com autorização dele, podem lançar mão para os trabalhos peculiares da profissão, portanto, é incontestável que havendo uma classe de hábeis engenheiros civis, na qual essas empresas possam contratar mais livremente os necessários para as suas obras, a necessidade atualmente de engenheiros do Exército irá diminuindo até restringir-se à reclamada unicamente pelo serviço da administração militar...".

A Escola Central desvinculou-se definitivamente do Ministério da Guerra em 17 Jan 1874, quando passou à jurisdição do Ministério do Império, em decorrência da autorização concedida ao governo pela Assembleia Legislativa e constante da Lei nº 2.261, de 14 Mai 1873.

A participação do Exército na instituição da profissão de engenheiro no Brasil concorreu para que as carreiras de médico e advogado deixassem de ser as únicas opções no campo de trabalho, calcados em cursos superiores de formação. O governo imperial aproveitou a necessidade de engenheiros no EB para implantar a nova especialidade, atraindo para esta a parcela da juventude brasileira que não aceitava aquelas reduzidas oportunidades vocacionais que lhe eram proporcionadas na época.

Engenheiros militares nas atividades civis

Na linha de uma tradição, desde a Colônia, os trabalhos gerais de engenharia civil, de obras públicas e os necessários à defesa do Brasil Colônia se revestiam sempre de características puramente militares. Os empreendimentos ligados à vida e ao progresso da Colônia constituíam tarefa básica do engenheiro militar. Por circunstâncias ocasionais, decorrentes da organização militar da época, a Engenharia militar desempenhou papel importante no desenvolvimento do Império.

É natural que justamente no setor de construção de fortificações pontificasse a classe de engenheiros militares, portugueses e brasileiros. Os fortes e as fortificações foram erguidos em posições adequadas sob o ponto de vista estratégico, por todo o país.

Em outros setores da Engenharia, muitas igrejas, aquedutos, edifícios públicos, palácios e obras de interesse coletivo ainda hoje atestam, principalmente no Rio de Janeiro, o alto valor dessa contribuição.

Engenheiros nacionais e estrangeiros, aqueles oriundos da ARM ou da Escola Central, estes integrados por livre vontade nas fileiras militares, participaram ativamente na concretização de projetos de maior ou menor relevo, imprescindíveis ao desenvolvimento nacional.

José Fernandes Pinto Alpoim, Raimundo José da Cunha Matos, João Massé, José Pezerat, João Róscio, Domingos Monteiro, Pedro de Alcântara Bellegard, Isidoro Xavier de Brito, Elzeálio de Miranda e Brito, Antônio Joaquim de Sousa, José Maria da Silva Paranhos, José Maria Jacinto Rebelo, Henrique de Beaurepaire-Rohan, José Carlos de Carvalho, José de Oliveira, Torres e Alvim, Marcondes de Oliveira, Antônio Manuel de Melo e muitos outros realizaram no campo da Engenharia civil obras que beneficiaram a coletividade, e das quais muitas ainda sobrevivem, como, por exemplo, o Palácio do Governador, em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, o Hospício D. Pedro II, depois Hospital Nacional dos Alienados, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Além de documentarem a contribuição de engenheiros militares na construção civil, inúmeros desses trabalhos atestam o seu pioneirismo na arquitetura e na arte ornamental entre nós, assimilando os ensinamentos dos mestres da Missão Artística Francesa trazida por Antônio Araújo e Azevedo - o Conde da Barca - Ministro do Príncipe regente.

Essa tradição de trabalho em prol do desenvolvimento do Brasil continuou do Império até nossos dias, com reflexos nos campos psicossocial e político. Para documentar essa continuidade citam-se os trabalhos do início do século XX de engenheiros militares no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. A Biblioteca Nacional (Avenida Rio Branco, Rio) e o Palácio Monroe (já demolido), de autoria do engenheiro General Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, são exemplos desses trabalhos.

No desenvolvimento do Observatório Astronômico

Segundo o físico e astrônomo Luiz Muniz Barreto (1925-2006), a criação de um observatório astronômico no Brasil foi efetivada em 15 Out 1827, quando um decreto imperial criou o Observatório Astronômico no Rio de Janeiro, com a finalidade de orientar os estudos geográficos, geodésicos e astronômicos no território e satisfazer as necessidades de navegação. Acrescenta ele que o Observatório passou a ser, em 1846,

Imperial Observatório e que, desde o primitivo regimento, quando diretor Eugênio Fernando Soulier de Sauve, tinha como principais objetivos

"fazer todas as observações astronômicas e meteorológicas úteis às ciências em geral, e ao Brasil em particular, publicar anualmente uma efeméride e formar os alunos da Escola Militar na prática das observações astronômicas" (Barreto, Luiz Muniz. Observatório Nacional - 160 anos de História. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1987).

A instrução dos alunos militares era missão secundária para o Observatório, que estava sob a responsabilidade de um ministério civil, mas o ônus desse encargo repousava sobre o Ministério da Guerra.

O relatório de 1844 do Ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, registrava:

"Com vistas eminentemente sábias e patrióticas, mandou o Corpo Legislativo fundar um observatório astronômico. Os estabelecimentos desta ordem nos mais países prestam às ciências valiosos serviços, especialmente à Geografia e navegação. Entre nós, porém, ele nada tem produzido, por terem faltado os necessários meios. O nosso observatório existente consta atualmente de uma incompleta coleção de instrumentos abandonados em um dos torreões do edifício da Escola Militar, onde não me consta que uma só observação se fizesse no decurso do ano letivo que findou. Estou disposto, senhores, a dar vida a esta semimorta fundação; e para o corrente ano letivo está nomeado o lente substituto Soulier de Sauve para ser encarregado da prática do Observatório".

No ano seguinte, o Ministro Jerônimo Coelho chegava à conclusão de que a precariedade das instalações naquele torreão da Escola Militar prejudicava o desenvolvimento do observatório. Resolveu mudá-lo para o alto do Morro do Castelo, no lado posterior das obras da igreja nunca acabada dos jesuítas, imóvel que oferecia a solidez indispesável para a instalação dos instrumentos e um excelente horizonte.

Com a transferência para o Brasil do astrônomo francês Emanuel Liais, por interferência do próprio Imperador, os trabalhos da instituição tiveram novo desenvolvimento. Liais estivera no Brasil em 1859, encarregado de proceder ao reconhecimento geodésico e hidrográfico da costa do Brasil. Em 1870 - diz Luiz Muniz Barreto - instado pelo Imperador, Liais

aceitou com alguma relutância dirigir o Imperial Observatório Astronômico, que continuava vinculado ao Ministério da Guerra, e ministrar aulas práticas aos alunos do 4º ano da Escola Central.

O governo imperial, interessado em elevar o observatório a uma posição de destaque entre as instituições congêneres das demais nações, resolveu mandar Liais à Europa a fim de adquirir instrumentos mais aperfeiçoados. Como o Morro do Castelo não era adequado para a instalação dos equipamentos, seu diretor sugeriu a aquisição de duas ilhas, próximas à ilha do Governador. Liais retornou à França em Fev 1881.

Tendo a Escola Politécnica substituído a Central, subordinada ao Ministério do Império, não havia razão para que o Observatório continuasse sob a responsabilidade do Ministério da Guerra. Por isto, o Duque de Caxias, Ministro da Guerra em 1877, solicitou em seu relatório anual que fosse efetivada a desvinculação do Observatório de seu Ministério. Pela Lei nº 2.706, de 31 de maio de 1877, o governo foi autorizado a transferir o Observatório para o Ministério do Império.

Na indústria e na formação de artífices especializados

Existe um rol de cartas e avisos régios, provisões e outros documentos - nos informa Luiz Edmundo em “O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis” (Rio de Janeiro: Conquista, 1956). Esses diplomas legais oriundos da Metrópole tinham como objetivo maior dilatar para o futuro, o quanto pudesse, a emancipação do Brasil.

Eram exemplos desses atos inibitórios ao nosso desenvolvimento, no século XVIII:

- proibição de letras impressas;
- proibição da introdução do sabão na Capitania do Rio de Janeiro;
- proibição de prosseguimento na abertura de estradas para Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo;
- interdição da navegação pelos rios Amazonas, Tocantins, Caeté e Doce;
- proibição do ofício de ourives;
- proibição da produção de sabões;
- determinação para acabar com as fábricas de chapéus e algodões;
- proibição da venda de qualquer navio para o Brasil;
- ordem para acabar com todas as fábricas de manufaturas;
- proibição da remessa de livros e papéis para o Brasil; e

• proibição aos Governadores para que recebessem em audiência qualquer pessoa que vestisse roupas ou tecidos que não fossem importados da Metrópole.

Estão arrolados cerca de 400 documentos deste tipo.

A vinda do Príncipe regente Dom João veio encontrar uma colônia sem condições para que, em 14 anos, pudesse tornar-se nação independente. Não houve aqui, por diversas razões, e não cabe neste trabalho discussão sobre o assunto, um progresso que se assemelhasse, mesmo em menor escala, ao desenvolvimento dos EUA, cuja independência ocorreu 46 anos antes. O Brasil tinha vocação essencialmente agrícola, no entender da maioria. Era preciso importar os manufaturados.

Neste contexto, a contribuição do Exército ao desenvolvimento nacional, no terreno da indústria, adquire importância incomum. Embora pudesse parecer que a produção de material bélico não tivesse correlação com o desenvolvimento nacional, ela era valiosa para a sobrevivência da Nação, inquietada não só pelas rebeliões internas que ameaçavam sua unidade como também pelas guerras externas, como a Guerra contra Oribe e Rosas e a da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Não tivéssemos arsenais, fábricas e laboratórios militares, o dispêndio do Brasil na aquisição de material bélico teria sido enorme. A valiosa participação dessas entidades militares no esforço de guerra em que se empenhou toda a Nação brasileira concorreu para a diminuição dos gastos em divisas estrangeiras, amealhadas pela nossa exportação agrícola.

O Arsenal de Guerra da Corte

Era o mais importante dos arsenais. Quem vê hoje os edifícios do quarteirão onde está localizado o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, talvez duvide de que no século passado ali se fabricassem canhões. Há notícia de que os dois primeiros foram produzidos pelo Arsenal em 1820 e 1821. Mais tarde, em 1868, funcionavam na instituição dois fornos tipo cubilot, para ferro fundido e gusa, que podiam fundir de uma só vez oito mil libras de metal. Novas máquinas deram condições ao estabelecimento de produzir canhões de calibres quatro até 24, inclusive com raiamento. No Arsenal, fabricava-se desde a peça de artilharia até a peça de fardamento. É evidente que esta produção não se manteve no mesmo nível durante todo o Império; o máximo de sua atividade ocorreu durante a Guerra da Tríplice Aliança. Nesse período foi preciso readaptar o Arsenal para que pudesse ajustar-se ao esforço da guerra. O Arsenal não

se limitava à produção ou manutenção de material bélico. Quando solicitado também produzia materiais necessários às obras públicas, inclusive com acabamento artístico.

Existiam também arsenais na BA, em PE, no PA, no RS e em Mato Grosso. Todos eles colaboravam para a não importação, tanto quanto possível, de artigos militares. O outro aspecto relevante na atividade desses arsenais eram as Companhias de Aprendizes Menores, criadas em 1842, partindo-se do êxito alcançado com a fundação, em 1835, do Estabelecimento dos Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra da Corte. O alistamento era feito entre os oito e os 12 anos. Além de alojamento, alimentação e uniforme recebiam instrução primária e profissional, sendo os menores, em sua totalidade, de origem humilde. Conforme o Relatório do Ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros, de 1860:

"Artistas há que hoje são o arrimo de suas famílias, cidadãos úteis ao País, que foram educados nos arsenais de guerra; e a prova das vantagens que as famílias pobres hão encontrado na instituição se manifesta pelo estado completo do número estabelecido de menores, sucedendo repetidas vezes ou conservarem-se alguns agregados às Companhias ou ver-se o governo obrigado a desatender as pretensões de admissão".

Durante o Império, em 1853, por iniciativa do Marquês de Caxias, foi apresentado o Projeto nº 148, para a criação de um colégio militar para órfãos de militares e filhos de militares incapacitados (Giorgis, 2011, p. 99), que seria organizado ao feitio do Imperial Colégio Pedro II. Em 1861, Caxias voltou ao tema, propondo até mesmo a Fortaleza de São João para o colégio. A Revista Militar Brasileira nº 3, de 25 Ago 1936 registra esse fato dizendo que Caxias...

"Bateu-se galhardamente pela criação do Collegio Militar, mas nada conseguiu, nem mesmo que se lhe desse um pouco da glória, que vae caber toda a Thomaz Coelho".

No ano de 1889, o Conselheiro Thomaz Coelho, Ministro da Guerra, conseguiu fazer erigir o Colégio Militar do Rio de Janeiro, denominado então Imperial Colégio Militar. À sombra do palacete que fora do Barão de Itacuruçá, iniciaram-se as aulas em 06 Mai 1889.

Laboratórios pirotécnicos

Inicialmente, os laboratórios pirotécnicos do Exército constituíam partes dos arsenais de guerra; entre eles avultava em importância o de Campinho, entre Cascadura e Vila Valqueire, no RJ, onde esteve aquartelada uma unidade do Exército. A criação deste laboratório decorreu da necessidade de suprir o Exército com artifícios pirotécnicos durante a guerra contra Rosas. Com operários brasileiros e estrangeiros fabricaram-se nele espoletas, cartuchos, estopins e foguetes à Congrèv⁹, produtos que eram anteriormente adquiridos no exterior.

No período da GTA, a atividade do Laboratório permitiu índices de produção acima do previsto, atendendo não só ao Exército como à Marinha de Guerra. No trabalho desenvolvido durante o conflito, o laboratório produziu cartuchos para armas portáteis, espoletas para granadas, morrões, fachos iluminativos, foguetes de guerra e respectivos suportes de lançamento. A importância deste estabelecimento na época das operações já se vê pelo número de operários que empregava - cerca de 500.

Quanto aos outros arsenais, cada um, malgrado suas limitações em oficinas e operários, produziu o máximo que podia. O de Campinho, pelo seu desenvolvimento, colaborou com a maior parcela da produção global. Durante toda a campanha saíram de suas oficinas 50 milhões de cápsulas fulminantes, 67 milhões de cartuchos para armas portáteis raiadas e 1,8 milhão para as de alma lisa. Adquiriu-se, com a evolução do armamento, maquinaria moderna, aparelhando-se o Laboratório para produzir cartuchos metálicos, munição exigida pelo fuzil Comblain, arma usada pela infantaria, de carregamento pela culatra.

Na indústria siderúrgica. Fábrica de Ferro de São João de Ipanema

Atuação do Exército no desenvolvimento nacional verificou-se também em empreendimentos de outros ministérios; entretanto, o governo confiou a sua execução ao Ministério da Guerra.

Isto era uma honra para o Exército, mas a tarefa tornava-se ônus para a administração militar, tanto maior quanto mais escassos os recursos financeiros proporcionados para o empreendimento. Some-se a este obstáculo os criados pela política dos partidos que se alternavam no poder e bem se poderá avaliar a dificuldade da missão atribuída à Força Terrestre de

⁹ Foguete longo com cabeça incendiária criado pelo inglês Cap William Congréve em 1804.

dirigir técnica e administrativamente a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, nas proximidades de Sorocaba, SP.

As jazidas de minério de ferro existentes na proximidade do empreendimento, ao que consta, foram descobertas em 1578, mas só em 1803 alguns viajantes extraíram amostras do minério. O Príncipe regente Dom João, aceitou contratar Carlos Gustavo Hedberg e uma comitiva de suecos, em 31 Dez 1809, para que construísse e iniciasse os trabalhos de uma fábrica de ferro, cuja criação foi em Carta Régia de 04 Dez 1810, com a chegada ao Rio de Janeiro de Hedberg e 14 artífices.

Já se encontrava no Brasil, desde o início de 1810, o 1º Ten Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, técnico formado em Freiberg, membro da Junta Administrativa, a quem foi confiada a direção da fábrica, em 27 Set 1814. Houve uma aceleração no empreendimento, com a construção de altos-fornos e a instalação do sistema alemão de refino. Pela primeira vez no Brasil, em 01 Nov 1818, o ferro correu de altos-fornos. Mas Varnhagen retirou-se em 02 Jun 1821, transferindo-se para o RJ com a família, já no posto de coronel. A fábrica decaiu rapidamente e o ferro produzido não possuía a mesma qualidade. A fábrica estava sob a direção do Ministério da Guerra mas, em 1825, transferiu-se a responsabilidade para o Ministério do Império. Não passaram seis anos e de novo o Exército voltou a ter, pela lei do orçamento de 15 Nov 1831, a incumbência de dirigir a usina. Daí em diante, por uns 15 anos, a fábrica prosperou razoavelmente. Em seguida, declinou a produção, em face de vários fatores, como a falta de mão-de-obra especializada e porque "os Ministérios que se sucederam, ocupados com a guerra no exterior (1851-52) pouca atenção puderam dar a este estabelecimento". Foi a Guerra contra Oribe e Rosas. O Diretor era o Cap Joaquim de Souza Mursa.

Houve uma outra razão que influiu na decadência da fábrica. Eis o que disse em 1855 o Quartel-Mestre General:

"A receita da fábrica nestes últimos anos provinha quase toda da venda das moendas de cana que a progressiva fabricação do açúcar na Província sustentou até o ano de 1851. Porém, a repressão do tráfico (de escravos) trouxe aos lavradores (a convicção) de poderem com mais suave trabalho e mais lucrativamente aproveitá-los na cultura do café; a experiência (...) veio também mostrar-lhes a praticabilidade de substituição vantajosa dos escravos neste gênero de cultura por braços livres de colonos; operou-se tão rápida transição para essa lavoura que alguns que acabavam de montar com grandes despesas seus engenhos não vacilaram em abandoná-los para

cuidarem exclusivamente da plantação e cultura do café. Desde então, diminuiu consideravelmente para a fábrica a venda dos objetos que mais avultava para a sua receita".

O governo imperial, desde 1833, tinha autorização do legislativo para arrendar em hasta pública a fábrica. Cedo convenceu-se de que não haveria empresários que a quisessem, devido a seu estado: dois anos após retornou-a ao Ministério da Guerra. Em 1850 e 1852, voltou-se a autorizar o arrendamento, ao qual fora favorável o Presidente da Província de São Paulo. Já o francês Pedro Taulois (1850) em sua memória sobre a fábrica, achava que não devia ser entregue à empresa privada. A solução do governo em 1860 foi fechar o estabelecimento e organizar com seu material e pessoal outra empresa em Mato Grosso. O Ministério da Guerra ficou encarregado dessa transferência, que era difícil, dadas as precárias condições de comunicação com a província longínqua.

Iniciada a GTA, o governo renovou o interesse pela Fábrica de São João de Ipanema, sendo nomeado diretor o Cap Joaquim de Sousa Mursa, que era um homem competente, como se pode concluir pelo muito que fez. O capitão fizera estágio em usinas siderúrgicas europeias e, tornando-se necessário obter mão-de-obra especializada e adquirir máquinas, o governo mandou-o de novo à Europa, de onde regressou com alguns mestres e operários, contratados com muita dificuldade. Com entusiasmo, o Cap Mursa desempenhou a missão e, em 1870, já estavam concluídos os altos-fornos, as oficinas e outras instalações imprescindíveis.

Finalmente, o governo reconheceu a necessidade de desobrigar o Ministério da Guerra deste encargo, que não se enquadava entre suas missões específicas. A Lei nº 2.692, de 1877, consignou verba para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas destinada ao custeio de Fábrica de Ferro. Em consequência, por decreto nº 6.727 do mesmo ano, desligou-se o estabelecimento do Ministério da Guerra, tendo o Ministro, o Duque de Caxias, afirmado sobre a obra:

"Este estabelecimento vai prosperando de modo sensível (...). O serviço da extração e preparação do minério e fundentes e do corte e preparação do combustível é executado satisfatoriamente".

Em 1891, a Fábrica retornou ao Ministério da Guerra.

Na indústria química

Nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas o Príncipe Dom João criou uma fábrica de pólvora, em 1808. 25 anos depois o governo transferiu-a para Inhomirim, distrito de Estrela, Província do RJ. Desde os primeiros tempos ela demonstrou a sua grande utilidade no atendimento do consumo de pólvora do Exército e da Armada. Em 1835 chegou-se a dizer que ela quase podia subsistir independentemente de qualquer verba orçamentária, com os recursos auferidos com a venda de sua produção. O balancete referente ao movimento financeiro desse ano mostra que, além da venda de pólvora a particulares, cobrava destes a armazenagem do produto. A fábrica prosperou, mas, como toda indústria pioneira, precisava de proteção e, por isto, criaram-se barreiras alfandegárias para evitar a concorrência estrangeira. Da medida resultou o contrabando, logo combatido.

Para o escoamento da pólvora era necessário facilitar o acesso ao porto da Estrela. Pensou-se em construir um canal. O Ministro da Guerra, Conde de Lajes, optava pela construção de uma via férrea, não só pelo seu menor custo, como porque também daria ao país o conhecimento prático das vantagens do transporte ferroviário. A realização da obra só se efetivaria 14 anos depois, quando Mauá concretizou a estrada de ferro ligando o porto de Mauá à Raiz da Serra.

O salitre importado era uma das matérias-primas para a fabricação da pólvora, e o Exército buscou diminuir a importação, buscando o salitre em MG, comarca de Sabará. Mas o produto vinha em estado bruto, não podendo, com o preço do transporte, concorrer com o artigo similar estrangeiro. Outras nitreiras foram relacionadas em relatório do Ministério da Guerra, mas não foram consideradas de exploração rentável, em vista das grandes distâncias em que se encontravam.

A produção de pólvora era e ainda é uma indústria perigosa e a Fábrica de Estrela não escapou à regra. Nem por isso esmoreceu o espírito de seus técnicos e operários. A explosão que se verificou em 1856 vitimou alguns trabalhadores e um mestre. O Exército resolveu reconstruir as instalações, ampliando a produção anual para 10 mil arrobas de pólvora. Durante muitos anos lutou-se por este objetivo, mas a contratação de operários no estrangeiro e o erguimento de novos pavilhões não podia ser feito com a rapidez desejada. Ao ascender ao cargo de Ministro da Guerra, o Marquês de Caxias, mesmo enfrentando o retardamento nos trabalhos causado pela explosão de 1862, conseguiu fazer com que se atingisse o marco promissor

das 4.500 arrobas anuais. Embora no início da GTA a produção ainda não alcançasse o nível ideal, a aceleração se fez sentir durante a luta e os mapas da fábrica fecharam o ano de 1867 com a produção apreciável de 13 mil arrobas. Com o declínio da guerra, também a produção caiu, mas os paióis das fortalezas e dos quartéis e os depósitos da fábrica e dos arsenais estavam repletos.

Firmada a paz, a fábrica dedicou-se a experiências com nitroglicerina, para a fabricação de dinamite. Não se descurando da produção da pólvora para fins militares, fabricou também tipos destinados às minas e à caça. Sem solução de continuidade, Estrela prosseguiu as suas operações industriais até a época atual, acompanhando, evidentemente, o progresso da tecnologia na elaboração de seus produtos.

O Exército na criação do telégrafo elétrico e na instalação de linhas telegráficas

Em 1851, a Escola Central ainda era subordinada ao Ministério da Guerra (MG) e pontificava nas aulas de física o naturalista, engenheiro e físico brasileiro Guilherme Schuch, mais tarde Barão de Capanema. Entre os aparelhos existentes no laboratório havia dois do sistema Breguet que serviam ao estudo de eletricidade aplicada.

O Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, vivamente interessado na implantação do telégrafo elétrico no Brasil e conhecendo bem o valor de Schuch na Escola Central, pediu a este que verificasse a viabilidade do projeto. Após os resultados positivos obtidos nas experiências feitas com a presença do então Cel Polidoro Fonseca Quintanilha Jordão, o mestre e seus alunos, futuros oficiais do Corpo de Engenheiros, partiram para a realização do projeto. A primeira linha telegráfica foi instalada entre o Quartel do Campo da Aclamação e o Palácio da Quinta da Boa Vista, no RJ. Os trabalhos foram realizados com rapidez e sem alarde, tendo a linha sido inaugurada a 11 Mai 1852, comunicando-se o Imperador, na Quinta, com Eusébio e Capanema, no QG. Em 1852, novas linhas foram estendidas, ligando os vários edifícios públicos, quartéis e fortalezas do Rio de Janeiro, sob a direção de Capanema, que permaneceu à testa do empreendimento até 1889. Enquanto isto, aquela mesma equipe de alunos, agora oficiais do Exército, encarregava-se de treinar o pessoal que integrava os quadros de operadores.

Convém não esquecer o quanto se deve a Eusébio de Queiroz pela sua inspiração, em época de pessimismo para com a implantação do telégrafo elétrico no Brasil, de recorrer ao mestre Capanema e a seus alunos militares da Escola Central. E eles não desmereceram a confiança que neles fora depositada, como mais tarde não falhou Rondon, estendendo linhas telegráficas pelas florestas amazônicas.

Em 1889, partiu para Mato Grosso o Ten Cel Alfredo Ernesto Jacques Ouriques, adepto de Deodoro, chefiando uma comissão encarregada de planejar e construir a rede telegráfica da fronteira da Província, tomando como ponto central a cidade de Cuiabá.

Em São Paulo, começou a instalação de uma linha para Mato Grosso. O governo achou que a providência era urgente e inadiável, desde que fora obrigado a aumentar ali a presença militar. Nomeou-se para isto uma equipe com o necessário pessoal técnico, chefiada pelo Cel Art Ernesto Augusto da Cunha Matos. Partindo do RJ em Jan 1889, no mês seguinte iniciou os trabalhos de levantamento e assentamento de postos.

O pioneirismo destas instalações para o Oeste coube ao Exército, mas a conservação tinha de ficar a cargo da Diretoria de Telégrafos. Desde 1861 a Diretoria passara ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A partir de sua criação fora dirigida pelo Barão de Capanema, professor da Escola Central, quando esta se encontrava ainda subordinada ao MG. O regulamento de 1860 estruturava na cúpula do quadro de pessoal da Diretoria dos Telégrafos um diretor-geral, um ajudante e, contratado, um encarregado geral das linhas.

Ainda era sensível a falta de engenheiros civis para o preenchimento destes cargos, que viria a ser sanada, ao menos parcialmente, com o aumento das matrículas na Escola Central, depois Escola Politécnica.

Em 1889, o Exército iniciou o assentamento de uma linha de Guarapuava à colônia militar que deveria ser criada na foz do rio Iguaçu, no Paraná. A tarefa foi confiada ao Cap Belarmino Augusto de Mendonça Lobo; desta linha sairia um ramal para Chopim.

De Franca, SP, rumo a Cuiabá, seguiram outros engenheiros militares com Ewerton Quadros na chefia, tendo como ajudante o Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, que se notabilizaria em Lapa, PR, na resistência aos federalistas do RS, onde tombaria no assédio. De Cuiabá seguiu uma segunda equipe de militares ao encontro de Ewerton Quadros. Ao ser proclamada a República, Quadros alcançara Uberaba e a turma que saíra de Cuiabá estava a 42 Km desta cidade.

Os trabalhos prosseguiram no período republicano, continuando em vigência o plano de levar linhas telegráficas às fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. A comissão, em 1890, recebeu o reforço de um jovem tenente recém-diplomado pela Escola Superior de Guerra com o título de engenheiro militar: Cândido Mariano da Silva Rondon.

Na arte litográfica

Estão no consenso de todos os brasileiros os benefícios trazidos ao nosso país pelo governo de Dom João VI. O que ocorreu na área militar é significativo, dado o valor das realizações e iniciativas. Uma delas foi a oficina litográfica.

Um mês depois de sua chegada ao RJ, Dom João criou o Arquivo Militar, por decreto de 07 Abr 1808, incluindo em sua organização uma seção de gravuras, que deu origem à Oficina Litográfica do Exército.

O governo imperial contratou o artista suíço João Steinmann, que chegou ao RJ em 1825, para dirigir a Oficina de Litografia do Arquivo Militar. Steinmann ensinou o ofício a vários discípulos e, quando retornou à Europa em 1830, foi substituído no cargo por um deles, o Ten Sebastião Carlos Abelée. Durante o Império, a oficina concorreu de maneira eficaz para a reprodução de mapas, cartas e plantas, não só de interesse do Exército como de outros ministérios e de particulares. Ao mesmo tempo, formava especialistas em litografia que, afastando-se da caserna, levavam os conhecimentos adquiridos para o campo civil.

O Professor Adolfo Morales de Los Rios compilou vários trabalhos dos artistas da Oficina Litográfica do Arquivo Militar. Em 1812, fizeram um mapa topográfico do RJ com o nome de planta topográfica do terreno do sul da cidade de São Sebastião do RJ. Os engenheiros militares Cel Vicente José da Costa e Almeida e o 1º Tenente Antônio José Nunes elaboraram, em 1820, uma Planta desde o princípio do Largo do Paço até o Arsenal Real do Exército. O Cap Eduardo de Kretschamar e o 1º Ten George Hartmann retificaram e ampliaram em 1826 uma planta da Quinta Imperial de São Cristóvão. Do Arquivo Militar saiu no mesmo ano um Plano Geométrico de São Cristóvão, da Ponta do Caju até a Praia Pequena e em 1837 a Planta Topográfica da Província do RJ.

São inúmeros os trabalhos realizados pelos militares que passaram pela antiga Oficina Litográfica. É fácil avaliar a utilidade deste estabelecimento quanto às artes gráficas em geral, sabendo-se que antes de 1808 nada era permitido imprimir no Brasil.

Nos estudos históricos e geográficos

A contribuição dos militares de terra desde a época colonial ao estudo da História e Geografia do Brasil é decorrência natural de suas atividades profissionais. Primeiro, porque estas sempre exigiram íntimo contato com a terra, no litoral e no interior. Veja-se o caso do Cap Pedro Teixeira com sua notável expedição de exploração do rio Amazonas, depois de ter efetivado a comunicação terrestre entre a recém-fundada Belém e o Maranhão. Este exemplo, que já tinha incontáveis precedentes na Amazônia e noutras regiões brasileiras, multiplicou-se em outras entradas, como a que fez no rio Madeira o célebre Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta.

A exploração do interior e do litoral, o aproveitamento dos recursos econômicos, a elaboração de roteiros, estudos corográficos, trabalhos cartográficos e investigações científicas constituíam atividades normais do militar de terra no período colonial, que prosseguiram e foram ampliadas durante o Reino e o Império com a abertura de estradas e a construção sistemática de obras públicas.

O exercício destas atividades, assim como de outras primordialmente militares, teria de dar aos integrantes do EB conhecimento objetivo da realidade brasileira, o que repercutiria em suas atitudes políticas. Por outro lado, integrados como sempre estiveram na vida brasileira, os militares de terra tinham forçosamente de envolver-se nos grandes eventos nacionais. Atuando em lutas externas, nos movimentos de independência política e nas lutas internas que a sucederam, estavam eles no centro de nossos principais fatos históricos. Dar uma contribuição para os estudos históricos ou destes participar passou a ser decorrência lógica dessa condição. Convém lembrar a vasta e variada documentação relacionada com a participação de militares nos acontecimentos de 1822 e 1824, no período de 1831-48 e nas guerras de 1851-52 e 1864-70, sem a qual não se poderia hoje estabelecer a reconstituição dessas épocas.

Quando se inaugurou em 21 Out 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) estavam, entre outros, os sócios fundadores Gen Raimundo José da Cunha Matos, o Mar Pedro de Alcântara Bellegarde, lente da Academia Militar, o Cel Conrado Jacob Niemeyer e o Mar Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim, Conselheiro de Estado e Presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Compunham ainda a geração de militares geógrafos Luís d'Allincourt, Francisco José de

Sousa Soares de Andréa, Henrique de Beaurepaire-Rohan, João da Silva Coutinho e Francisco Xavier Lopes de Araújo.

Hierarquia das tropas portuguesas e brasileiras do Exército - Colônia e Império

Eram os seguintes os postos e graduações nos períodos referenciados:

Soldado - Anspeçada - Cabo-de-Esquadra - Furriel - 2º Sargento - 1º Sargento - 1º Cadete - 2º Cadete - Alferes - Tenente - Capitão - Sargento-Mor (Major, no Império) - Mestre-de Campo (Coronel, no Império) - Brigadeiro - Marechal-de-Campo - Tenente-General - Marechal-do-Exército.

Bibliografia básica:

- ARMITAGE, John. História do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2011.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. Novo Dicionário de História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- BENTO, Claudio Moreira. História da 3ª Região Militar, 3 volumes. Porto Alegre: 3ª RM/SENAI, 1994.
- _____, Claudio Moreira. Caxias e a Unidade Nacional. Porto Alegre: Gênesis, 2003.
- _____, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. História do Casarão da Várzea. Barra Mansa, RJ: AHIMTB; Drumond, 2009.
- BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro/Salvador: Odebrecht, 1998, 2º vol.
- CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, 7 volumes.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.
- CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- COSTA, Samuel Guimarães da. Formação Democrática do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1957.
- DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras, 2ª ed. São Paulo: IBRASA, 1996.

- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EME. História do Exército Brasileiro - Perfil militar de um Povo. Brasília/Rio de Janeiro: EME, 1972, 3 volumes.
- FONTTES, Carlos. Retrato de uma Rendição. Santa Maria: Pallotti, 2013.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, 5 volumes. Rio de Janeiro: BIBLIEEx, 1960.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Duque de Caxias Dia a Dia. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. 1845-1912 - Efémerides Brasileiras. Brasília: Senado Federal, 1999.
- VIANNA, Hélio. História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1962, vol. II.

Extrato da “Advertência preliminar” do Gen Augusto Tasso Fragoso no livro A Batalha do Passo do Rosário

[...] E por que seria a História Militar do Brasil tão descurada na antiga Escola da Praia Vermelha, quando ali estanciei durante a melhor quadra de minha vida? Nesta Escola que era um foco memorável de trabalho e de cívismo, e em que espíritos de escol, como Benjamin Constant, para citar apenas o nome de um morto, doutrinavam com sedutora mestria e grande elevação moral?

Talvez se possa explicar tão surpreendente antinomia refletindo que, nos últimos anos anteriores ao advento da República, se havia arraigado no espírito de muitos, sobretudo de republicanos, a falsa ideia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos deviam assentar preliminarmente no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado, os quais na verdade só deveríamos julgar transportando-nos à época em que se realizaram, isto é, repondo-os no respectivo ambiente social. Daí o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que a preparava, onde, conforme de uma feita já o revelei, havia um como temor de falar em guerras, em presença de moços que não tinham para com os velhos guerreiros do Paraguai, que desfilavam diante deles alquebrados pela velhice e com as fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que, sem dúvida, mereciam como dignos e leais servidores da Pátria comum. Filiávamos todos os acontecimentos sociais direta e exclusivamente aos governos dominantes, e lhes atribuímos, em nosso espírito de mancebos inexperientes, todos os males e, por conseguinte, todas as guerras. Passá-las em silêncio, ou, melhor, ignorá-las era, pois, castigar esses governos com a punição merecida e, ao mesmo passo, dar testemunho de republicanismo inquebrantável e modelar.

Aplacada a tormenta, o meu espírito serenou; vieram os anos, o trato dos homens e o comércio dos livros. Fui vendo por mim mesmo a veracidade do velho conceito de que a História é mestra da vida, fonte perene de patriotismo e que, portanto, não deve ser desconhecida notadamente de militares. Pouco e pouco me convenci de que o estudo dos episódios guerreiros das gerações que nos precederam, feito com serenidade e reflexão, é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevistas e por vezes, incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarretariam os maiores desatinos [...].